

SHEILLE SOARES DE FREITAS

POR FALAR EM CULTURAS...
HISTÓRIAS QUE MARCAM A CIDADE

UBERLÂNDIA-MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SHEILLE SOARES DE FREITAS

POR FALAR EM CULTURAS...
HISTÓRIAS QUE MARCAM A CIDADE

UBERLÂNDIA-MG

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História, área de concentração História Social, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866p Freitas, Sheille Soares de, 1978-
Por falar em culturas... : histórias que marcam a cidade - Uberlândia-MG / Sheille Soares de Freitas. – 2009.
290 f. : il.

Orientadora: Heloísa Helena Pacheco Cardoso.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Uberlândia (MG) - Teses. 2. Uberlândia (MG) - Condições sociais - Teses. 3. Uberlândia (MG) - História - Teses. I. Cardoso, Heloísa Helena Pacheco. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 981.51(*UDI)

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE/PR)

Prof^a. Dr^a. Célia Rocha Calvo (UFU/MG)

Prof^a. Dr^a. Marta Emília Jacinto Barbosa (UFU/MG)

Prof^a. Dr^a. Olga Brites (PUC/SP)

Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU/MG)
(Orientadora)

*Ao Carlos Meneses,
meu companheiro de alma,
parceiro em meus sorrisos,
angústias e sonhos.
Você me ensinou
que amor é pra vida inteira,
é estar junto para o que der e vier.
Tenho clareza que você
é a maior conquista
que eu poderia alcançar.
É a inspiração que tenho
para seguir em frente... sempre!
Amo Você!!!*

AGRADECIMENTOS

Difícil iniciar esse texto sem me emocionar com as lembranças dos muitos momentos de apoio, incentivo, cuidado e carinho dispensados a mim ao longo da produção deste trabalho. O exercício de questionar a realidade e se enxergar nela – mediante as pressões e solidão de tantas horas – foram amenizados pelas preocupações e atenção de amigos de velha data e por outros que se fizeram nesse caminho. Agradecerei eternamente a oportunidade de usufruir dessa dedicação e acolhimento.

Agradeço à FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – pelo apoio financeiro na realização da pesquisa e escrita desse texto. A bolsa permitiu mensurar outras possibilidades à tese. Realizei algo que sempre tive como expectativa: poder estudar com mais afinco tendo a garantia de minha sobrevivência.

Aos professores do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço pelos debates, provocações e estímulos construídos em sala de aula e no convívio desses 13 anos. Sou grata pelo incentivo à produção do conhecimento histórico e à prática investigativa.

Agradeço pelo convívio com os professores da Linha Trabalho e Movimentos Sociais. A atenção, torcida e as indicações feitas nesse período nas disciplinas, seminários e encontros serão contribuições para toda a vida. Obrigada pelo carinho e aprendizado. Sou imensamente grata à Prof.^a Regina Ilka pela amizade construída, pelo apoio à minha recuperação de saúde, pelas sugestões e ponderações feitas para esse trabalho e para a vida. Destaco a leitura “atenciosa” dirigida à versão inicial desse texto, principalmente diante a agenda, constantemente lotada que possuí. Muito obrigada pela cumplicidade nesse momento.

À Prof.^a Marta Emísia pelas indicações de leitura e de procedimento, apontadas durante nosso convívio, pelo incentivo e carinho dedicado a mim. Agradeço por aceitar participar da avaliação final desse trabalho e manter a torcida pelos meus enfrentamentos futuros. À Prof.^a Célia agradeço pela atenção dada às minhas questões em nossas conversas e durante as aulas, sua disponibilidade para pensar a minha problemática e propor caminhos. Agradeço sua participação na banca de defesa. Agradeço ainda aos demais professores da banca de defesa, Prof.^a Olga Brites e Prof. Antônio de Pádua Bosi, por aceitarem o convite com prontidão e seriedade.

À Prof^a. Heloísa minha admiração e eterno agradecimento pela oportunidade, paciência, incentivo e ponderações. Agradeço pelas pressões para que eu defendesse minha problemática, pela lucidez que teve ao lidar com minha ansiedade, pelo estímulo à minha “maioridade” acadêmica, por me acolher em meio aos seus projetos e se comprometer com as minhas questões. Espero ter feito jus à sua dedicação e competência.

À Prof^a. Déa (in memoriam) pelo exemplo, pelo profissionalismo, pela disposição e envolvimento nos projetos da Linha e dos alunos. Agradeço pelas indicações no curso de Mestrado e no primeiro ano de doutorado, com certeza foram debates e sugestões de suma importância para os enfrentamentos ao longo da escrita deste trabalho. Saudades de seu posicionamento e do seu olhar para a vida.

Ao João Batista, Gaspar, Luciana e Maria Helena só tenho a agradecer. Amigos de muita estima que facilitaram o lidar com a burocracia acadêmica e as “intempéries” da vida. Peço desculpas pelas ausências nesses últimos tempos de escrita, mas nada que diminua a valiosa ajuda e presença dos mesmos no percurso desse trabalho e em minha vida. Por todos os sorrisos, abraços e cumplicidade obrigada mesmo! Destaco também o auxílio de Abadia, Sandra, Josiane e Juliana nos desafios de datas, relatórios e solicitações junto ao Programa de Pós-Graduação em História.

Para Maucia, Marta e Velso um carinho especial diante a paciência em atender-me no Centro de Documentação e Pesquisa em História e a dedicação diante o constante vasculhar dos acervos, gravações, xerox e scaneamento de fontes. A você Maucia agradeço pelas conversas e indicação de materiais ao longo desse caminho, pois mesmo não sendo mais “companheira de estudo” partilhou a pesquisa e possibilidades de inquietação. Esteve comigo desde a primeira dúvida ao escrever o projeto.

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia agradeço o acesso aos materiais e empenho em garantir o atendimento de minhas solicitações. É preciso reconhecer o avanço na organização dos acervos, disponibilização e conservação dos mesmos. Tenho certeza que a produção histórica da cidade só tem a ganhar com esses encaminhamentos.

Aos meus entrevistados e tantos outros moradores da cidade de Uberlândia que me incentivaram a produzir esse texto por compartilharem desigualdades difíceis de não serem apontadas e discutidas. Com vocês enfrentei as contradições de nossas relações, as pressões das condições de vida, mas encontrei também motivação para fazer prospecções de um mundo melhor.

Aos amigos da Linha Trabalho e Movimentos Sociais tenho a dizer que sou muito grata pelos debates calorosos, materiais indicados, viagens e confraternizações que realizamos. Mas a vida segue e a correria faz com que fique a saudade por esses momentos. Aos companheiros Harley, Vagner, Paulo Inácio, Rejane, Damasceno, Geovanna, Renata, Gisélia, Yanglely, Juliana, Maria Gisele, Olívia, Antunes, Andrey, Thiago, Mariana, Ana Paula, Renato e Tadeu dedico com especial carinho esse agradecimento, saibam que estarei na torcida pelas suas conquistas, aguardando novas confraternizações.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma participaram dessa escolha de fontes, aos amigos da turma de Doutorado Jeanne, Leandro, Ricardo e Vânia pelos debates nas disciplinas e apreensões partilhadas durante esses anos. Ao Tadeu pelo empréstimo de material de pesquisa, à Nilsa, Renata e Geovanna pela indicação de entrevistados. E vocês, Gigi e Re, saudades de nossas brigas, lágrimas, gargalhadas e solidariedades de todos esses anos, obrigada pelo carinho e amizade!

Às Amigas Rosália, Cristiane e Fernanda agradeço por acompanharem esse processo e estarem na torcida pelas minhas escolhas. Ao Luciano sou grata por ouvir meus lamentos, conquistas e inseguranças nesse percurso e sempre ter uma palavra amiga para acalantar meu coração. Com você esse trabalho ganhou a doçura e força necessária para se tornar a “minha tese”. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos Leandro, Meiriely, Soraia e família, que desde a graduação me ajudaram a “agüentar as pontas” e chegar até aqui, meus eternos agradecimentos. A você Maristela sou grata pela ajuda de tantos anos, pelo seu companheirismo na correria da inscrição, do processo seletivo do Doutorado e em todas as outras urgências durante esses anos, obrigada pela força e incentivo de sempre.

Aos amigos e alunos da Escola Colibri pela torcida que fizeram desde quando deixei a escola para começar o Doutorado, a vocês agradeço pelas ligações, visitas e, principalmente, por apoiarem minha escolha.

Aos meus pais que foram tolerantes em relação aos meus prazos e correrias, estando solícitos e presentes nessa fase, mesmo com minhas ausências. Estiveram na expectativa que tudo desse certo, obrigada pela atenção e cuidado. À dona Irene e seu Nilton agradeço pelo carinho e preocupação que tiveram ao me ajudarem a prosseguir nessa caminhada, por me acolherem na família no momento mais difícil de minha vida e cuidarem de mim.

Ao Glauber, meu irmão querido, por ser sempre meu confidente, aquele que estive do meu lado nas horas de maior risco e dificuldade para terminar esse trabalho, seja recuperando o computador, “ressuscitando” os arquivos, produzindo os mapas, seja perguntando sempre o que mais podia fazer. Agradeço também pelas nossas conversas polêmicas sobre a vida, a sociedade, a academia e nossas utopias. A você “garotinho” agradecerei por toda a vida pela chance de compartilhar a vida contigo, espero retribuir, pelo menos em parte, por tudo que fez e faz por mim. Amo Você!!!

Para o meu marido Carlos palavras não existem que dêem dimensão ao quanto sou grata pela sua incondicional doação e envolvimento com minhas causas, problemas e sonhos. A você meu amor a gratidão virá por toda a vida. Com você tudo ficou mais fácil, mesmo em nossas discordâncias e nas horas de desespero. Esse trabalho é resultado de nossos debates, do nosso esforço, dos desafios que nos propomos, do que abrimos mão para que ele se concretizasse. Obrigada pela cumplicidade e cuidado expresso em cada um de seus gestos, acreditando que valia à pena seguir ao meu lado. Amo Você!!!

Enfim, agradeço a Deus por abençoar minhas escolhas e ensinar-me com as dificuldades: a recomeçar quando é preciso, parar quando é necessário e agradecer quando as conquistas chegam. Esse momento encerra um ciclo importante que, com certeza, não seria possível sem sua luz a iluminar meus caminhos, os amigos que colocou ao meu lado e a força que me deu para não desistir.

RESUMO

Este trabalho se empenha na reflexão sobre questões do viver e produzir a cidade de Uberlândia. Procurei colocar em foco proposições e transformações que emergem no final do século XX e início do século XXI, percebendo que as marcas de seus moradores continuam a empreender disputas na cidade. Nesse sentido, o interesse foi explicitar territórios desiguais e em constante elaboração e tensão. Senti a necessidade de contestar a simples enumeração plural de práticas produzidas nas relações sociais, procurei explicitar processos de mudança na vida das pessoas que apareciam sintetizados em certas noções de diferença, revitalização, preservação, patrimônio cultural e espaço urbano. A expectativa foi problematizar essas noções explicativas, propondo evidenciar experiências divididas e desiguais.

Lidar com as histórias que são produzidas por certos moradores na feitura da cidade trouxe novos mapas sociais, territórios produzidos pelas relações que construíram. Ao problematizar as relações vividas na cidade exigiu redimensionar perspectivas sobre esse lugar. Sugeri, portanto, mexer em uma conformação recorrentemente proposta e ver como a dinâmica do viver se faz na confluência com um amplo campo de limites e pressões. Apontei como as práticas sociais balizadas no morar, trabalhar, manter e explicitar valores são produzidas e tensionam determinados modos de viver, buscando ver essa dinâmica em um mesmo processo histórico.

Minha intenção foi perceber como o processo de construção dos patrimônios e territórios da cidade é efetivado na sua vivência. Para isso, elegi alguns caminhos dessa construção como motes de minha investigação e propus partilhar, com outros moradores, minhas intenções de pesquisa, para assim produzir histórias dessa cidade, com os modos de viver e lutar por ela. Sair do suposto de que há uma história e um lugar para localizá-la, apontou o trilhar a cidade percebendo e imprimindo ritmos, hábitos, costumes, em uma polifonia de interesses e expectativas, lidando com as pressões de classe que fomentam essa composição de territórios e transformações. Na provisoriedade do que propus, penso que a relevância do meu texto está no percurso do seu fazer e nos debates e práticas que poderá instigar a partir de agora. A tentativa foi colocar à prova o que, no momento, fomenta minha prática política.

Palavras-Chave: Cidade, Cultura, Experiência Social, Território.

ABSTRACT

This work insists in the reflection on questions of the to live and to produce the city of Uberlândia. I tried to put in focus propositions and transformations that appears in the end of the century XX and beginning of the century XXI, realizing that their residents' marks continue to undertake disputes in the city. In that sense, the interest was explained unequal territories and in constant elaboration and tension. I felt the need to criticize the simple plural enumeration of practices produced in the social relationships, I sought explained change processes in the people's life that appeared synthesized in certain notions of difference, revitalization, preservation, cultural patrimony and urban space. The expectation was to problematize those explanatory notions, intending to evidence divided experiences and unequal.

To work with the histories that are produced by certain residents in the making of the city brought new social maps, territories produced by the relationships that built. When problematizing the relationships lived in the city demanded to expand perspectives on that place. I suggested, therefore, to move in a resignation proposed recurrent and to see as the dynamics of living if does in the confluence with a wide field of limits and pressures. I appeared as the social practices maintained in to live, to work, to maintain and to explain values are produced and tensioned certain manners of living, looking for to see that dynamics in a same historical process.

My intention was to notice as the process of construction of the patrimonies and territories of the city is executed in her existence. For that, I chose some roads of that construction as points of my investigation and I intended to share, with other residents, my research intentions, for like this to produce histories of that city, with the manners of to live and to struggle for her. To leave the motion that there are a history and a place to locate her, it pointed treading the city realizing and printing rhythms, habits, custom, in a polyphony of interests and expectations, working with the class pressures that foment that composition of territories and transformations. In the impermanent of what proposed, leaning that the relevance of my text is in the course of yours to do and in the argues and practices that it can urge from now on. The attempt was to put to the test that, in the moment, it foments my political practice.

Keywords: City, Culture, Social Experience, Territory.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS <i>Bem Vindo à Uberlândia?</i>	14
CAPÍTULO I <i>Uberlândia, patrimônio de quem? Territórios construindo a cidade</i>	44
CAPÍTULO II <i>Os Nós de Culturas: Experiências de desigualdades</i>	121
CAPÍTULO III <i>Revitalização de Viveres: Costumes em tensão transformando Uberlândia</i>	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS <i>Objecções e Proposições do Fazer Histórico</i>	259
FONTES	267
BIBLIOGRAFIA	276

Cidade que se faz
deixando rastros de contradições...
traz experiências desiguais,
compostas em um mesmo chão.

Como calar-me diante o que vejo,
perante a indignação que sinto?
Novas disputas
para velhas pressões de exclusão

Cidade polifônica...
de diferentes desigualdades.
Cidade vivida em tensão
com o brilho e ofuscamento
que o suor e as lágrimas permitem apontar
enquanto conquistas e limitações...

Na tessitura de marcas de pertencimento social
territorialidades alinhavam costumes,
produzem legitimidades,
lidam com os valores que compõem a dinâmica
de transformar .

Cidade visível nos seus moradores:
nos passos, festejos,
ritmos e dissabores que enfrentam.
Caminhos citadinos que me fazem ver e não crer
que essa terra está pronta.

No processo em que se faz
quero outra vida, outras possibilidades,
outros querereres para alicerçar
o continuar...
Olhar para essa cidade
é ver outras histórias para contar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Bem vindo à Uberlândia?

Pensar o começo dessa conversa foi um caminho que retomou não só a feitura desse trabalho, mas o processo de construção do que sou e vivencio na cidade de Uberlândia-MG. Nessa empreitada, fui movida por entusiasmos e frustrações, deixando, ao longo desse percurso, algumas conclusões, antes um campo de certezas, hoje um emaranhado de questões. Ao recompor escolhas e posicionamentos, o que se colocava para mim era um tempo de novos debates e disputas, mais incisivamente, de produção de interpretações sobre o modo como vivemos e intervimos nas relações sociais.

Ao propor o projeto para o Doutorado em História, na Universidade Federal de Uberlândia, queria encontrar respostas sobre os projetos ambicionados, construídos e conflitantes que compõem a cidade, muitas vezes apresentando-a como cidade modelo, espaço ordenado, marcado por identidades culturais que fomentam mudanças e continuidades, produzindo uma Uberlândia harmônica e inconteste. Nesse repertório, o interesse foi explicitar territórios desiguais e em constante elaboração e tensão.

Uma cidade polifônica, de sujeitos que compartilham lugares, mas divergem nas condições de vida, nas possibilidades, nos limites e pressões que colocam em questão os valores que identificam e distanciam seus modos de viver. No avançar da pesquisa senti a necessidade de contestar a simples enumeração plural de práticas produzidas nas relações sociais, procurei explicitar processos de mudança na vida das pessoas que apareciam sintetizados em certas noções de diferença, revitalização, preservação, patrimônio cultural e espaço urbano. Ao fazer a escolha de problematizar essas explicações, propondo evidenciar experiências divididas e desiguais, considerei que, além da sala de aula, a produção do texto permitia isso: perceber o “*meio social em processo de mudança*”, em disputa por manutenção de valores, melhoria de vida, como também eixo de práticas de controle social¹.

¹ A reflexão sobre as obras de Thompson e suas inquietações sobre o processo de mudança ocorrido na sociedade inglesa durante o séc. XVII e XVIII, motivaram-me a investigar o processo histórico de produção da cidade de Uberlândia no final do séc. XX e início do XXI, atentando-me às mudanças e disputas construídas nas relações sociais de então, que não são marcos do tempo presente, mas traduzem uma dinâmica da articulação de campo de forças sociais que propõem mudanças classistas nos modos de viver, isto é, alterações que perpassam a experiência social, os usos dos lugares e a tensão nas práticas de pertencimento: morar, trabalhar, dar visibilidade a valores etc.

- THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalbo. 1979, p. 13-61.

Nessa direção, mantive como norte o incômodo com as conquistas e perdas nessa cidade, as contradições do que permeia o indicativo de “Bem Vindo à Uberlândia”, uma prática que lida com os anseios de uma população que almeja uma cidade melhor, como também sugere para quem e como essas melhorias devem acontecer ao serem enunciadas e vividas. O diálogo com as produções sobre a chamada “*vida nas cidades*” foi realizado no intuito de compreender que questões estão delineando o foco dessas análises. Desde a perspectiva que olha para o espaço como explicação da cidade à que recompõem redes de modos culturais e identidades, que explicam pelos grandes marcos e personagens, ou mesmo que elegem as tensões e transformações do que é vivido em sociedade como um mote de investigação e problematização de modos de vida que coexistem independentes na cidade².

Ao mesmo tempo em que acompanhei essas proposições, intencionei questionar como essas práticas de construção do conhecimento histórico se inserem na legitimação, ou contestação, de processos de transformação da sociedade, com desapropriações, demarcação de culturas e reorientação de usos da cidade. Esse processo indica que essas considerações iniciais foram feitas no campo de possibilidades vislumbradas nas relações que vivenciei em Uberlândia. Portanto, procuro aqui alinhar essa experiência social. Ao analisar o processo de transformação dessa cidade nos últimos anos do século

- _____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

- _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

² Sobre esse encaminhamento, conferir autores que apontam essas perspectivas localizando-se no campo da historiografia urbana e da relação história e cidade:

- BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C.(Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 237-258.

- SILVEIRA, José Augusto R. da. Espaços livres públicos: formação da paisagem da cidade de João Pessoa-PB. *Conceitos*, João Pessoa, v.4, n. 5, p. 32-41, jan./jun. 2001.

- PESAVENTO, Sandra J. Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.53, p.11-23, 2007.

- _____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

- _____. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiânia, v.1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em:<<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>>

- RIBEIRO, Luis César Q.; PECHMAN, Robert. (Org.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Esses autores contribuem insistentemente para que o discutir cidade seja conformado a um recorte temático, ou mesmo um objeto de estudo focado em discussões que permeiam a noção de modernidade e oposição a um espaço rural, o não urbano, ou mesmo sentidos de urbanidade definindo as relações sociais. Mais do que uma genealogia do que caracteriza e informa sobre o que é cidade (espaço, características, hábitos etc.), minha oposição é porque acredito que interesse nas relações sociais como as pessoas constituem territórios, produzem uma cartografia social, ritmando seus modos de viver, traduzindo um viver dinâmico e tenso que expressa alternativas e conflitos acerca da feitura, uso e produção desse lugar, que reconhecemos como cidade. O que vai muito além de um cenário de convivência e demarcação de padrões.

XX e início do século XXI, intencionei dividir incômodos, partilhar olhares, construir propostas de redimensionamento de práticas e mudanças sociais possíveis.

Durante esse caminho, algumas questões colocaram em dúvida a crença de que esse trabalho poderia proporcionar debate e mudança, seja porque não podia ser apenas evidenciação da experiência de desigualdade, seja pela incerteza da força de intervenção do texto na realidade. Ao longo da escrita, reconsiderarei essa posição, vi a oportunidade de diálogo com a sociedade em que vivo, compreendi que esse é também o espaço dos limites, pressões e contradições.

Por isso, ver a concretização, mesmo que provisória, dessa reflexão traz uma resposta para mim sobre o que consegui sugerir, diante o que almejava. Com essas ponderações, tenho a dizer que grande parte dos meus encaminhamentos ainda está em construção, não se encerra no texto. Mais do que reconhecer a desigualdade nas relações, reconhecer-se como parte dela provoca e pressiona para que me coloque socialmente e perceba essa dinâmica diariamente. Esse reconhecer sugere que a composição de nossa experiência traduza terrenos de partilha e disputa social, formulando modos de analisar o processo histórico, que se movimentam conforme as indicações de nossos valores, das ausências e urgências para viver.

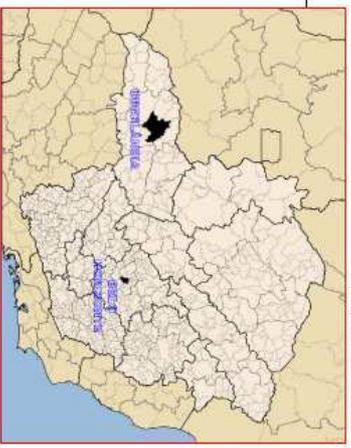
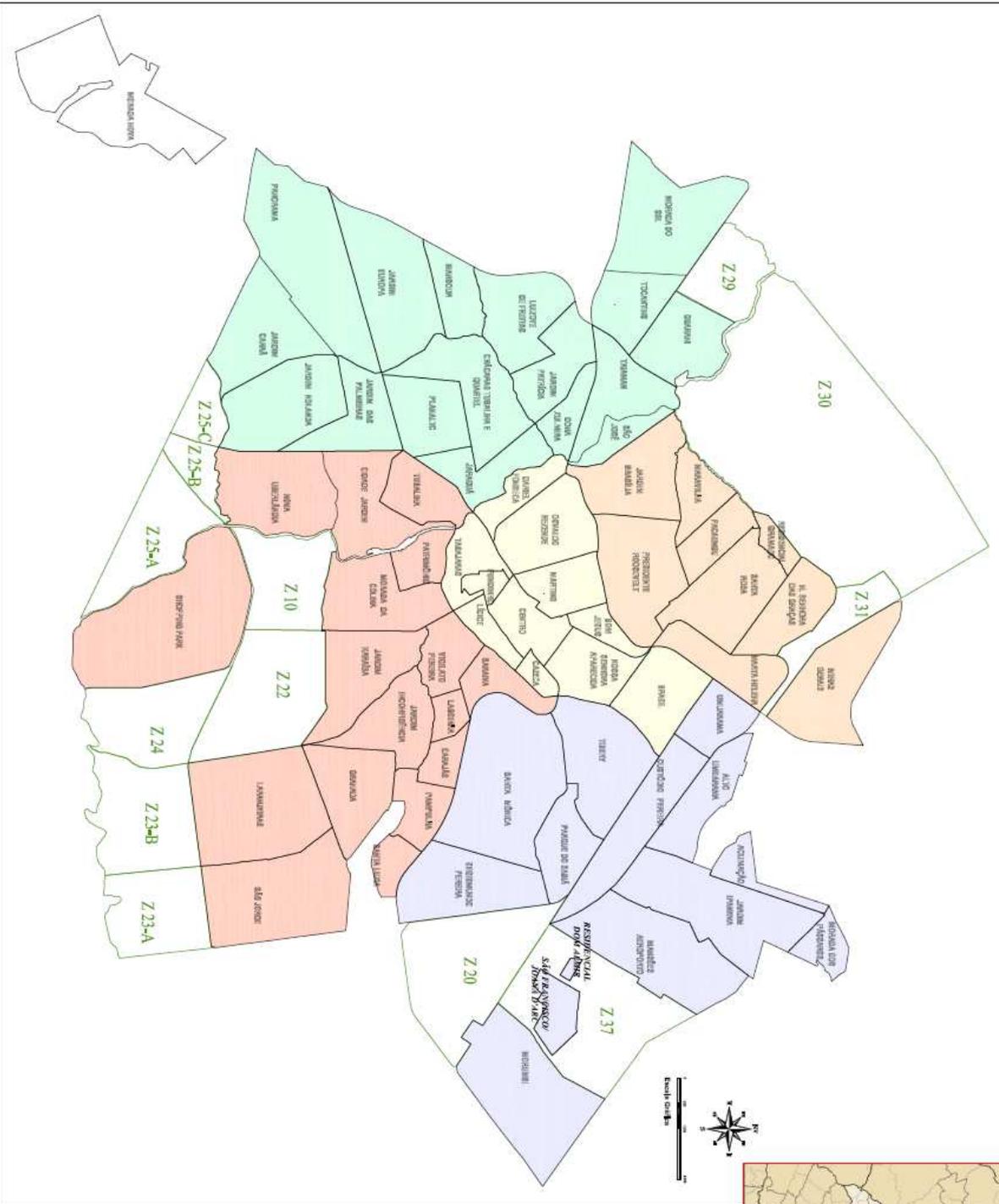
Com esse propósito, a cidade, que pode ser mapeada como no mapa a seguir, precisa ser vasculhada: problematizando modos de morar, trabalhar, áreas de preservação, os costumes em disputa no “mexer” e “explicar” a cidade. Nesse sentido, lidar com as histórias que são produzidas por certos moradores na feitura da cidade trouxe novos mapas sociais, territórios produzidos pelas relações que construíram. Conhecendo a dinâmica desse espaço, partilhado e diferenciado. Territórios que perpassam os bairros e constituem a experiência social em Uberlândia.

Nessa direção, problematizar a cidade exige redimensionar perspectivas sobre esse lugar. Acredito que Rolnik, ao refletir sobre o campo da história urbana e da ampliação da noção de espaço, contribui, significativamente, para recolocar certas explicações, problematizando a noção de espaço físico “funcional”, base analítica de grande parte dos urbanistas. Ela aponta a noção de produção de “*territorialidades*” na cidade, do “*espaço real vivido*”, aquele que expressa a “*notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais*”³. É com esse suposto que prossigo essa reflexão.

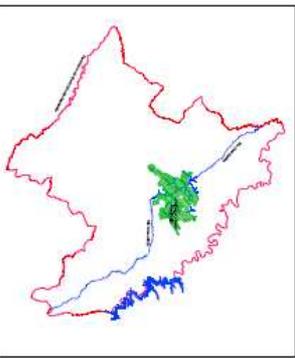
³ ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos A. de F. (Org.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, 1992, p. 28.

MAPA I - UBERLÂNDIA - BAIRROS INTEGRADOS

Atualização: Julho/2009



Localização de Uberlândia no Estado de Minas Gerais em relação à Belo Horizonte



Perímetro do Município de Uberlândia

LEGENDA

- SETOR NORTE
- SETOR SUL
- SETOR LESTE
- SETOR OESTE
- SETOR CENTRAL
- LIMITE - PERÍMETRO URBANO
- ZONAS DE PLANEJAMENTO URBANO

MAPA I - UBERLÂNDIA - BAIRROS INTEGRADOS
 Elaborado pelo Departamento de Planejamento Urbano e Territorial
 Prefeitura Municipal de Uberlândia - Minas Gerais

O mapa acima trouxe a divisão em bairros e setores organizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e diante essa construção do espaço, o que sugiro é mexer nessa conformação e ver como a dinâmica do viver se faz na confluência com outros limites e pressões, muitas vezes localizados nas condições de vida dos moradores da cidade.

A tentativa de dimensionar essa cidade fez com que me deparasse com esse mapa onde interesses, sonhos, conflitos classistas não se explicitam. Entendo que esses não podem ficar abafados em nome de bairros, espaços urbanizados, ou leituras que adjetivam, enquanto diversidade, o que experimento como lutas de classes na cidade. Assim, a noção de localização, a partir dessa fonte, aponta para o movimento, a tensão entre ocupar, circular, fazer prospecções, redefinir usos e pertencimentos nesses lugares em Uberlândia.

No trato das fontes, as evidências que emergiram, mapeando minhas questões, assumem o status de documentação privilegiada por escolhas e perguntas que fiz a partir do que tenho como ponto de partida para o meu trabalho. Portanto, nenhuma justificativa explicaria mais minhas decisões do que o interesse em colocar em discussão as relações que transformam e constroem Uberlândia, para além desse mapa.

A princípio, quando comecei a selecionar minhas fontes buscava, obstinadamente, as leituras produzidas sobre a cidade: material dos meios de comunicação (jornais, revistas, boletins, telejornais, sites), guias, postais, álbuns, cartilhas, folder, documentários, materiais distribuídos em escolas públicas etc. Além das entrevistas que produzi, também participei de palestras e cursos, procurando mapear minha problemática.

Ao fazer isso, pensava que, poderia dialogar, com mais afinco, com determinada versão de história que legitima Uberlândia como a cidade empreendedora, estrategicamente integrada ao país e às relações comerciais, e problematizá-la na direção de apontar as contradições do processo de transformação das relações e as perdas e dissidências desse fazer da cidade. Mas, aos poucos, a “*cidade dos postais*”, sugerida como síntese do vivido, foi perdendo sua força em meus embates metodológicos e compreendi que apenas apresentar oposição a essas formulações era ficar no paralelismo acadêmico e não potencializar o que compõem a trama cotidiana dessa cidade.

Ser “*outra história*”, nesse caso, não teria a força de problematizar esse espaço da produção do conhecimento histórico e da produção da cidade. Por isso, foi necessário recolocar minhas questões, indo buscar meus referenciais em outras relações. Era

preciso apontar como as práticas sociais balizadas no morar, trabalhar, manter e explicitar valores são produzidas e tensionam determinados modos de viver, vendo isso em um mesmo processo.

Ao propor esse desafio, inspiro-me em colocações de Fenelon, quando menciona, na introdução da coletânea *Cidades*, que o mote das questões ali apresentadas permeia as “*relações sociais instituídas na cidade*”, observando as temporalidades que compõem essas investigações, bem como as “*marcas que traduzem a maneira como [os moradores] se relacionaram ou construíram seus modos de vida neste cotidiano urbano*”. Suas colocações, bem como os trabalhos que integram o livro, apontaram, a meu ver, para um incômodo com os processos de transformação nas cidades na virada do século XIX para o XX, ou no início deste último. E, pensando nesse caminho e suposto de investigação, estendo esse incômodo, propondo como relevante a reflexão sobre questões no viver e produzir a cidade que permeiam as proposições e transformações que emergem no final do século XX e início do XXI, percebendo que as “*marcas*” desses moradores continuam a empreender disputas nas cidades⁴.

Assim, o olhar para as fontes foi modificado, se antes procurava ver a confirmação e o lastro de uma determinada explicação histórica, agora queria perceber, nessas mesmas fontes, as contradições, tensões e limites para as decisões de trabalho, moradia, manutenção e mudança de costumes, como também a dinâmica que motiva conflitos por transformações sociais no processo histórico, seja nos lugares, nas relações, na produção de novos sentidos para práticas e pertencimentos.

Sair do impacto da leitura das fontes e mesmo das primeiras intenções do trabalho, foi um desapego difícil, mas necessário. Ao analisar, insistentemente, as fontes e as possibilidades de escrita que estavam abertas, as dificuldades só foram aumentando, mas, na mesma medida, o entusiasmo também veio, por encontrar, nesses embates, a sociedade em que vivo.

Nesse conjunto de formulações sobre procedimentos, questões a serem problematizadas, caminho de reflexão, ainda não estava satisfeita e segura do como fazer. Levar as fontes para casa foi desgastante, mas bem mais fácil do que articulá-las

⁴ FENELON, Déa R. Introdução. In: FENELON, Déa R. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 06.

na produção do trabalho. Então, ao analisar outros caminhos, considerei o de Chalhoub provocador de algumas reações⁵.

Na introdução do livro *Visões da Liberdade*, o autor indica que partilha com o personagem Zadig, do livro de Voltaire, o processo de observação em que percebe “*mil diferenças onde os outros homens viam só uniformidade*”. O caminho investigativo, sugerido a partir daí, abre para outros enfrentamentos, o que considero, assim como Chalhoub, que exige muito esforço. Um deles, urgente na reflexão histórica atual, é avançar da problemática da diferença propondo pensar as relações desiguais. Pois formular a crítica à uniformidade é importante, mas situar a desigualdade como o campo de disputa social é fundamental⁶.

Chalhoub, ao apresentar seu incômodo com o caminho explicativo de etapas (políticas e econômicas) e transições do escravismo, propõe construir sua reflexão, problematizando o que chamou de “*lógica da mudança*”, sugerindo no processo histórico a confluência de muitas lutas e não a compartimentação e naturalização das mesmas. Com essa formulação, o autor contribuiu não só para repensar caminhos estanques que denominou “*demiurgos habituais da historiografia*”, mas permitiu evidenciar um caminho de análise que procura, na experiência, a força das relações sociais que delinearão (e ainda delinham) as transformações históricas⁷.

A riqueza de possibilidades, que foram articuladas na incorporação desses procedimentos, também apontou dificuldades e intranqüilidades desse suposto, construído e problematizado ao longo do trato das fontes e do encaminhamento das questões a perseguir. Portanto, na provisoriade do que propus, penso que a relevância do meu texto está no percurso do seu fazer e nos debates e práticas que poderá instigar a partir de agora. A tentativa foi colocar à prova o que, no momento, fomenta minha prática política.

⁵ Principalmente observando o caminho de volta que o autor propôs, reavaliando antigas pesquisas e conclusões, ao realizar o trabalho *Visões da Liberdade*. Ver:

- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ Voltaire. *Zadig ou o destino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983 apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷ A partir da análise de processos-crime e questionamentos sobre o vivido, o autor trouxe questões pertinentes à prática do historiador, em especial sobre o que é naturalizado como marco histórico, o que chamamos de transição da escravidão para o trabalho livre. Ele apresenta ao leitor sujeitos sociais envolvidos nessas lutas e como as alianças e dissidências são feitas nessas disputas por valores, distanciando-se da explicação canonizada sobre esse processo. Chalhoub evidencia como as tramas desse processo são contraditórias, indicando que a lógica da mudança se faz nos valores e modos de viver que balizam as relações sociais, apontando que ela não está determinada a priori. A correlação de forças é definida no enfrentamento, nas práticas conflitantes e não fora delas.

Tive que lidar com os muitos caminhos que são sugeridos para “adentrar essa cidade”, os quais procuram contar suas histórias, ou melhor, sua história. Muitas fontes conservam uma versão impressionista e meu incômodo aumentou quando tive que lidar com órgãos que deveriam problematizar o preservar e guardar, como é o caso dos arquivos, que apresentam indícios do uso de noções de cultura, história e cidade, que selecionam e “tratam” as relações para canonizá-las enquanto patrimônio/monumento.

Essa ação promove uma dita partilha da vida comum em que o vínculo a certos sentidos de patrimônio emerge de uma tentativa de explicação universal e linear. Uma prática que, em grande medida, serve para legitimar interesses e valores de determinados sujeitos da cidade, como se fossem de todos. Na disputa pelo controle social e pela organização classista dos modos de viver, o dirigismo do como a feitura da cidade se processa perpassa a constituição de uma história, que é a expressão de certos projetos de cidade, ferramenta política na busca pela legitimação de uma cidade que deu certo.

Nesse sentido, um projeto desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Cultura e Educação, da cidade de Uberlândia, iniciado no ano de 1999 teve como intuito evidenciar por meio de cartilhas, exposições itinerantes, palestras e visitas a escolas, marcos eleitos e constantemente retomados para explicar e compor a história da cidade. Esse material, divulgado por diferentes meios, mas com um mesmo conteúdo, apresenta a trajetória de alguns sujeitos, sendo eles: políticos, comerciantes, fazendeiros, escritores. Esse material reforça a noção de que esses sujeitos sociais expressam a história da cidade.

Muitas vezes essa similaridade história da cidade/história de personagens se justifica por meio de noções de pioneirismo, doações, dedicação à obtenção de melhorias – pelo trabalho, recursos disponibilizados, influências e acordos políticos realizados. Ao fazerem isso, os “produtores culturais” que se incumbem de rememorar o passado da cidade resumem, nessas atuações, a benevolência marcante desses sujeitos como sendo o repertório que explica a feitura de Uberlândia, propondo tornar homogêneo o que, já de partida, distinguiram como “*ilustres e anônimos*”. Nesse sentido, a apresentação da primeira cartilha, que propõe tratar das “*origens*” da cidade, não se contradiz ao apresentar o seguinte suposto:

Uberlândia: uma história de muitos.

O projeto “Saudade tem História” criado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

*e Secretaria Municipal de Cultura é uma forma de homenagear os homens e mulheres – ilustres e anônimos – que fizeram e construíram a nossa cidade com as próprias mãos e suor. Uma homenagem singela, tamanha a proporção de suas obras. Porém, feita com todo o amor e reconhecimento. O reconhecimento da trajetória do que fomos no passado, singularizando referências sociais e históricas acerca da sociedade para as nossas gerações. Sem a semente de ontem a árvore jamais iria florir. É no exemplo desses cidadãos que muitos, se inspiram para transformar Uberlândia nesta cidade viva como é. A semente novamente foi lançada. Vamos cultivá-la para que elas continuem a florir.*⁸

A “nossa” cidade, nessa apresentação, traz trajetórias distintas num mesmo nós. Como aceitar que “*Uberlândia é uma cidade de muitos*”, mas que se constrói “*com as próprias mãos e o suor*”... de alguns? Na capa desta cartilha, o suposto já estava lançado “*...então; Uberlândia se fez com a bravura destes homens*”; quais sejam, promotores, comerciantes e políticos, que compõem não só o índice dessa cartilha, mas o referendo de seu incólume lugar no desbravamento e progresso da cidade⁹.

Escolhas para uma história, divulgada pela cidade no final da década de 1990, disputando legitimidade, propondo continuar “*a florir*” e expressar a sociedade. Com esse intuito, a cartilha destaca a necessidade de reconhecimento de algo inquestionável, colocando o processo histórico como contemplativo, um passado revelado por certas histórias de vida, uma produção de memória-história que se quer acima de qualquer suspeita.

Ilustres desbravadores.

O nosso muito obrigado.

Desde que era conhecida como São Pedro de Uberabinha, Uberlândia já despontava como uma das cidades mais prósperas do país. No entanto, nada disso seria possível, se no início do século XIX, mais precisamente em 1818, tivesse a cidade sido desbravada por ilustres entrantes. São Pedro de

⁸ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Secretaria Municipal de Cultura. Secretaria Municipal de Educação. *Saudade tem história*. 1818-1910. Uberlândia: PMU/SMSU/SMC/SME, 1999, p. 03. Primeira cartilha da série que envolve o projeto *Saudade tem história*, que tinha como objetivo homenagear as “pessoas que contribuíram para a história de Uberlândia”.

⁹ O autor Richard Hoggart no trabalho *As utilizações da cultura* me trouxe inquietações sobre as relações entre classes e a dinâmica de identificação e construção de práticas na luta social. A utilização da cultura, da memória e dos circuitos de difusão e disputa, estudados pelo autor, chamou minha atenção para as tentativas de promoção de “uma sociedade culturalmente ‘sem classes’”(p. 16). No capítulo que dedica à discussão do “Nós” e “eles”, sugere como é tênue o processo de identificação e, ao mesmo tempo, como é marcante, mesmo estando em movimento, o terreno comum, de valores e costumes, construídos a partir da condição de classe partilhada. Ressalto sua reflexão, porque considero pertinente avaliar a que vínculos a discussão sobre o direito à memória, à preservação, ao pertencimento social se dá ao longo da constituição das relações sociais. Pois, é evidente que temos identificações e que estas perpassam diferentes interesses e valores, mas também é notório que esse processo não apaga a condição de classe que o impulsiona, ao contrário, reafirma as disputas e os campos sociais nos quais essas identificações se fazem. Para aprofundar essa reflexão conferir o trabalho do autor:

- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 2 vol.

Uberabinha respirava os primeiros ares do desenvolvimento, característica que ficou marcante desde a primeira indústria, que, embora rudimentar, fornecia anil para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi quando a cidade sentiu sua primeira grande “explosão” comercial. Por volta de 1857, o Distrito de São Pedro de Uberabinha foi elevado à condição de Freguesia. Desde então, a região do Rio das Velhas não seria mais a mesma. A nós, uberlandenses de nascimento ou de coração, resta agradecer pela bravura com que conquistaram a terra desconhecida e por terem aqui plantado as sementes do desenvolvimento. Muito obrigado a todos os amigos e familiares que colaboraram para que esta homenagem pudesse ser realizada.
Muito Obrigado.¹⁰

Essa é uma produção que privilegia os nomeados como “desbravadores” e “visionários da terra”, aqueles que merecem ser lembrados e homenageados. A produção dessas memórias, enquanto história, foi apresentada em formato de cartilhas às escolas, pelas secretarias da Prefeitura de Uberlândia e divulgada também em exposição móvel do Arquivo Público Municipal. Esta prática sugere determinados usos dos centros de documentação, dos arquivos e das políticas de preservação de memória pelas instâncias públicas. Pois se, como nesse projeto, servem a esse fim, o que efetivamente estão propondo com essa produção? Que sentidos políticos estão expressos nessa aparente descrição dos homens que fizeram a história da cidade?

Se a guarda de materiais acaba servindo de textura para a parede em que se emolduram certos escritores da cidade, ou uma recorrente versão da história de Uberlândia, a que serve a pesquisa, a restauração de documentos, a preservação? Se a história é! Para que servem as documentações, projetos e patrimônios? Para “colocar em progresso o nosso conhecimento” sobre um determinado grupo seletivo de sujeitos, assim como seus projetos de cidade? Não serviria também para discutir que relações os postulam como seletos? O destaque para as diferenciações dos sujeitos “ilustres e anônimos” não porta desigualdades que se querem ausentes do projeto de cidade expresso na cartilha?¹¹

As relações desiguais que propõem determinar a visibilidade e explicação do que é vivido na cidade, não se simplificam no mérito do que é, ou não, lembrado e incluído na escrita da história da cidade, essa não é mais a questão, e que reconheço que já compôs debates e limitações desse embate no que se chamou “inclusão dos vencidos”, dos “sem voz”. Entendo que, no momento, o que merece cuidado e atenção são os

¹⁰ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Secretaria Municipal de Cultura. Secretaria Municipal de Educação. *Saudade tem história*. 1818-1910. Op. cit., p. 05.

¹¹ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *ARPU*. Arquivo Público de Uberlândia. Uberlândia: PMU/Arquivo Público de Uberlândia, 2008. Folder.

modos como essas práticas, que se denominam de democratização/inclusão, perpassam tensões por controle e contenção do que é vivido em desigualdade, sugerindo um respeito à diferença e uma noção de busca de qualidade de vida que traduz muito mais um readequar o viver a/na cidade.

Nesses projetos, que ressaltam uma cidade que “*desde a origem*” é mercantil, com uma explosão comercial importante para o país, vejo, muito mais, o que hoje pensam e almejam para Uberlândia, na disputa por dirigi-la. Muito próximo a esse encaminhamento, o catálogo intitulado *Showcase 2005/2007*, elaborado pelo empresariado uberlandense, a partir do Uberlândia Convention & Visitors Bureau, não só realimenta essa perspectiva, como naturaliza a vocação turística e de negócios da cidade a essa genealogia mercantil. Essa insistente prática produz um mapa recorrente, que direciona o olhar para que essa explicação seja confirmada, referendando Uberlândia com esse caminho natural, de passagem e permanência, do desenvolvimento¹².



Mapa II – Localização de Uberlândia

Fonte: <www.uberlandiacvb.com.br>. Acesso em: jun. 2008.

¹² Conforme apresentação do site, “O Uberlândia Convention & Visitors Bureau é uma fundação criada a partir da iniciativa privada, sem fins lucrativos, tem como missão: promover, captar, apoiar e fomentar eventos para Uberlândia, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer. (...) O apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia juntamente com a iniciativa privada possibilitou que em 25/04/00 o UC&VB fosse oficialmente fundado”. Disponível em: <www.uberlandiacvb.com.br>. Acesso em: jun. 2008.

Nota-se, pela própria diretoria dessa fundação, o estreito vínculo que possui com órgãos como o CDL (Clube de Diretores Lojistas), ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), bem como com a administração pública. No catálogo, Showcase, todas as páginas são apresentadas em português, espanhol e inglês, o que aponta a intencionalidade de difusão desse material, bem como os diálogos a que se propõe com essas práticas.

No mapa em destaque, mapa II, conjugando a visibilidade geográfica que o empresariado e muitas produções da cidade enfatizam, é possível notar a pressão para que a positividade do “Bem Vindo à Uberlândia” vislumbre, como preocupação desses sujeitos, uma dinâmica de negócios. Estratégias de poder que não produzem apenas um mapa de relações no país, como também propõem uma sociedade uberlandense que não se compartimenta, mas se completa na circulação de mercadorias e negócios que propõe com outras cidades, bem como no destaque para os atrativos possíveis de serem articulados ao turismo empresarial e de lazer na cidade.

A possível integração regional, justificada pela localização geográfica é sugerida como algo que aproxima Uberlândia de outros centros, também postulados como “portadores de desenvolvimento”. Quando convêm, e se necessário à sofisticação do marketing, este junta o que só se separa pelos mesmos interesses que agora também os reúne novamente. A produção social de memórias é feita dentro do campo de forças da luta de classes, por isso, em suas páginas, o catálogo *Showcase* apresenta o seu modo de propor organizar as relações e trajetória da cidade:

Uberlândia. Cidade com vocação para o turismo de negócios

Uberlândia, localizada na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, vem apresentando, anualmente, um crescimento econômico de destaque, acima da média nacional. Com uma população de mais de 600 mil habitantes, não é de hoje que temos a percepção de que nossa região está plenamente vocacionada para o turismo de negócios.

(...)

Aproximando você dos bons negócios.

Ao atrair e promover congressos, feiras e eventos de todos os segmentos, sejam eles nacionais ou internacionais, o Uberlândia Convention & Visitors Bureau traz para a região mais desenvolvimento e maior qualidade de vida à população. São a potencialidade e a beleza do Triângulo Mineiro apresentadas aos olhos do mundo.

(...)

Bem-vindo a Uberlândia. A melhor infra-estrutura do interior do Brasil

Localizada em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, Uberlândia é uma cidade modelo que cresce e se desenvolve em um ritmo forte e vibrante mas sempre preservando em suas raízes a hospitalidade e a cordialidade do interior do Brasil.

(...)

Aqui, você fica perto de tudo.

Estrategicamente localizada perto dos grandes centros do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, Uberlândia é um novo pólo nacional de negócios e turismo, possuindo, em um raio de 600 km, mais de 70

*milhões de consumidores. Sua estrutura e posição privilegiadas dão a ela destaque no cenário nacional de negócios, eventos e turismo.*¹³

Em uma seqüência de páginas, também disponibilizadas no site da fundação UC&VB, o *Showcase* apresenta em que se respalda para indicar Uberlândia como o novo pólo de negócios e turismo. Para isso, traz, em conjunto, uma certa trajetória da cidade (localização, taxa de crescimento econômico e populacional), além de metas do governo de Minas (cidade modelo de desenvolvimento no interior do Estado), interesses do Ministério do Turismo (visando potencializar, com investimentos, as cidades para as novas demandas do mercado), a iniciativa do empresariado uberlandense (justificando associações, promoção de eventos e parcerias com o Poder Público) e, é claro, a integração regional que se quer promover, a partir da cidade de Uberlândia, com o chamado Circuito Turístico do Triângulo Mineiro (rota de visitas e de arrecadação de verbas de investimento federal, estadual e municipal)¹⁴.

¹³ UBERLÂNDIA. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. Uberlândia: UC&VB/Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2005/2007, p. 04, 08, 10, 14 respectivamente. *Showcase*.

Essa prerrogativa é apresentada, historicamente, nos folders, folhetos, reportagens, guias e ações classistas de disputa pela hegemonia na cidade. Não é de hoje que a cidade é destacada como um modelo de bem viver:

- UBERLÂNDIA: Portal do Cerrado. Uberlândia, 2000. *Guia on-line*. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/comland/udia/udapt.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

- PORTIFÓLIO 65 anos. Uberlândia: ACIUB, 1998. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia Documento*. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Interglobo, 1992. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. *Uberlândia: o centro do progresso brasileiro*. Uberlândia, [199?]. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos.

- SILVA, Antônio P. *ACIUB em Revista*. Uberlândia, 1983. Edição Extra. 50 anos trabalhando com amor. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia 92*. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1980. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos. É possível encontrar sugestiva intenção dessa publicação em trechos de suas páginas como esse “*Quem passear pelas ruas de Uberlândia vai notar que este folheto – de papel – embora se esforce, não consegue mostrar por inteiro as virtudes da cidade colocada entre as primeiras do país em qualidade de vida...*”.

- UBERLÂNDIA está em festa. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 31 ago. 1968. Não paginado. Coluna Assim pensamos. Edição Comemorativa do 80º aniversário de Uberlândia. “*Seu progresso urbano, tem sido citado pela imprensa brasileira, que lhe reconhece como uma das mais bonitas e delineadas do interior pátrio. Sua indústria, marcha em ritmo acelerado, para uma objetivação mais definida, no cenário industrial do país. Seu comércio ativo, tem sido também, a mola propulsora de sua ascensão em todos os sentidos...*”.

¹⁴ Este Circuito é apresentado no *Showcase* e no site do UC&VB, como uma proposta de integrar atrativos turísticos das cidades às relações de mercado que compõem práticas dos grupos dirigentes da região. Um caminho que propõe divulgar essas cidades e fortalecer interesses a partir da cidade de Uberlândia. Conforme esse grupo, estão envolvidas diretamente nesse projeto: Abadia dos Dourados, Araguari, Coromandel, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Indianópolis, Irai de Minas, Monte

Ao longo do processo de produção de imagens sobre a cidade é notório essa integração de interesses e o uso da propensão nacional, tanto como espelho, quanto explicação para se promover mudanças. Mas, ao produzir esse cenário – recortado das relações sociais – tenta-se marcar a “*vocação progressista*” como o que motiva e define o vivido. Muitos trabalhos, ainda hoje, referenciam-se e, ao mesmo tempo, tornam-se referência para estudos que leva em conta o mito da localização estratégica, origem mercantil e pioneirismo de determinados moradores¹⁵.

A insistência na indicação de “*Uberlândia, cidade completa*” procura, na produção de determinadas histórias, assim como em sua difusão, estar em sintonia com o vivido, propondo abarcar a chamada “*expressão cultural da nossa cidade*”, o “*meio ambiente e o lazer*” com destaque aos patrimônios/monumentos de Uberlândia. Assim, são formulados cenários de cartões-postais, marcos de identidade, noções de cultura e história, produzidos e reafirmados conforme as disputas pelo direito à cidade¹⁶. Expressos em imagens como a apresentada a seguir:

Alegre de Minas, Monte Carmelo, Romaria, Três Ranchos, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia. Disponível em: <www.uberlandiacvb.com.br>. Acesso em: jun. 2008.

¹⁵ Alguns trabalhos, artigos, livros, monografias, dissertações e teses continuam a referendar essa explicação. Essas produções não negam a heterogeneidade social, mas apontam essa diversidade composta em uma estrutura predestinada, determinada por certos sujeitos, que na genealogia da cidade ocupam lugar primordial na decisão dos projetos e organização da cidade de Uberlândia. Dentre muitas análises com esse suposto destaque:

- DANTAS, Sandra M. *Veredas do Progresso em tons altissonantes* – Uberlândia (1900-1950). 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

- GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia* (séc. XX). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

- LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, a educação, a política e a história em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. 278f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004

- SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. 1988. 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

- MOREIRA, Helvécio D. *Formação e Desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Projeto de Pesquisa modalidade aperfeiçoamento CNPq). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1991.

- RAMIRES, Júlio C. de L. *A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. 1998. 320f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.

¹⁶ UBERLÂNDIA. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. *Op. cit.*, p. 29.

Alguns trabalhos apontam como essa disputa é recorrente. O trabalho de Gomide analisa esses usos do passado na cidade de Goiás e a exploração turística que se faz da história da cidade. Em especial, no seu capítulo I, é interessante ver a análise que promove ao ter como fontes folders, postais, produções da cidade e experiências dos moradores da cidade de Goiás.

- GOMIDE, Cristina H. *Antiga Vila Boa de Goiás – experiências e memórias na/da cidade patrimônio*. 2007. 192f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

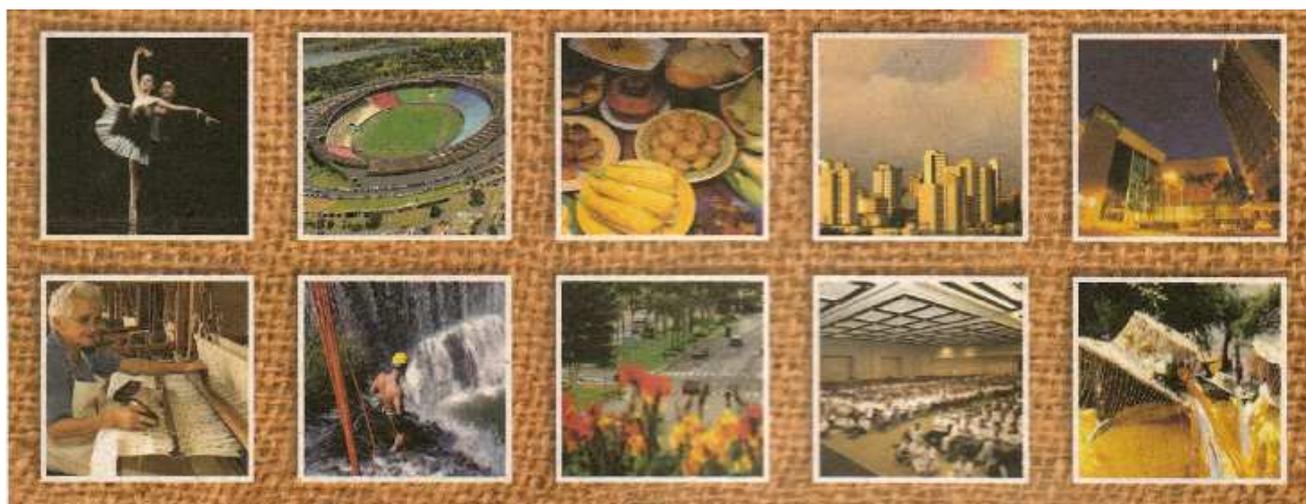


Imagem I
Capa Showcase UC & VB

Fonte: UBERLÂNDIA. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. *Op. cit.*, capa.

Na capa do catálogo, no alto da encadernação, essa faixa de composições da cidade, destacadas na imagem I, aparecem como cartão de visita para adentrar o *Showcase*. Apresenta, nesse encaminhamento, qual é o ponto de partida para pensar e definir a cidade de Uberlândia, indicando patrimônios coletivos compondo um mesmo quadro social. Essa formulação indica desde a imagem de um centro cultural – remetendo-se ao Festival de Dança e identificando o Centro de Tecelagem como referência, bem como o Congado e ainda, as “*comidas típicas*” das cidades mineiras e do interior – uma cidade que se afirma pela valorização de suas “*tradições*”. Práticas que são conformadas em modelos, espaços e calendários do Poder Público e que, nesse caso, passam a ser apresentadas como expressão do que é o cultural.

Essa proposta também destaca algumas possibilidades de lazer – futebol e cachoeiras –, bem como a dinamicidade da cidade em oferecer bares, restaurantes, centros de convenções e atrativos comerciais para justificar sua inserção no calendário de eventos do país nas áreas de negócios e lazer.

No campo da antropologia, Rogério Leite também contribui significativamente. O autor problematiza as práticas de intervenção e disputa pelos espaços da cidade do Recife, em que analisa os usos de noções de cultura e memória na disputa desigual pelos espaços/lugares da cidade, mais especificamente no bairro que se delimitou como centro histórico, o bairro do Recife. Leite evidencia as tensões produzidas pelo uso desses lugares para trabalhar, morar, divertir-se, sugerindo as disputas pelo direito à cidade, por modos de viver em Recife, principalmente, no que foi eleito como centro histórico da cidade.

- LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade*. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP; Aracaju/SE: Ed. UFS, 2007.

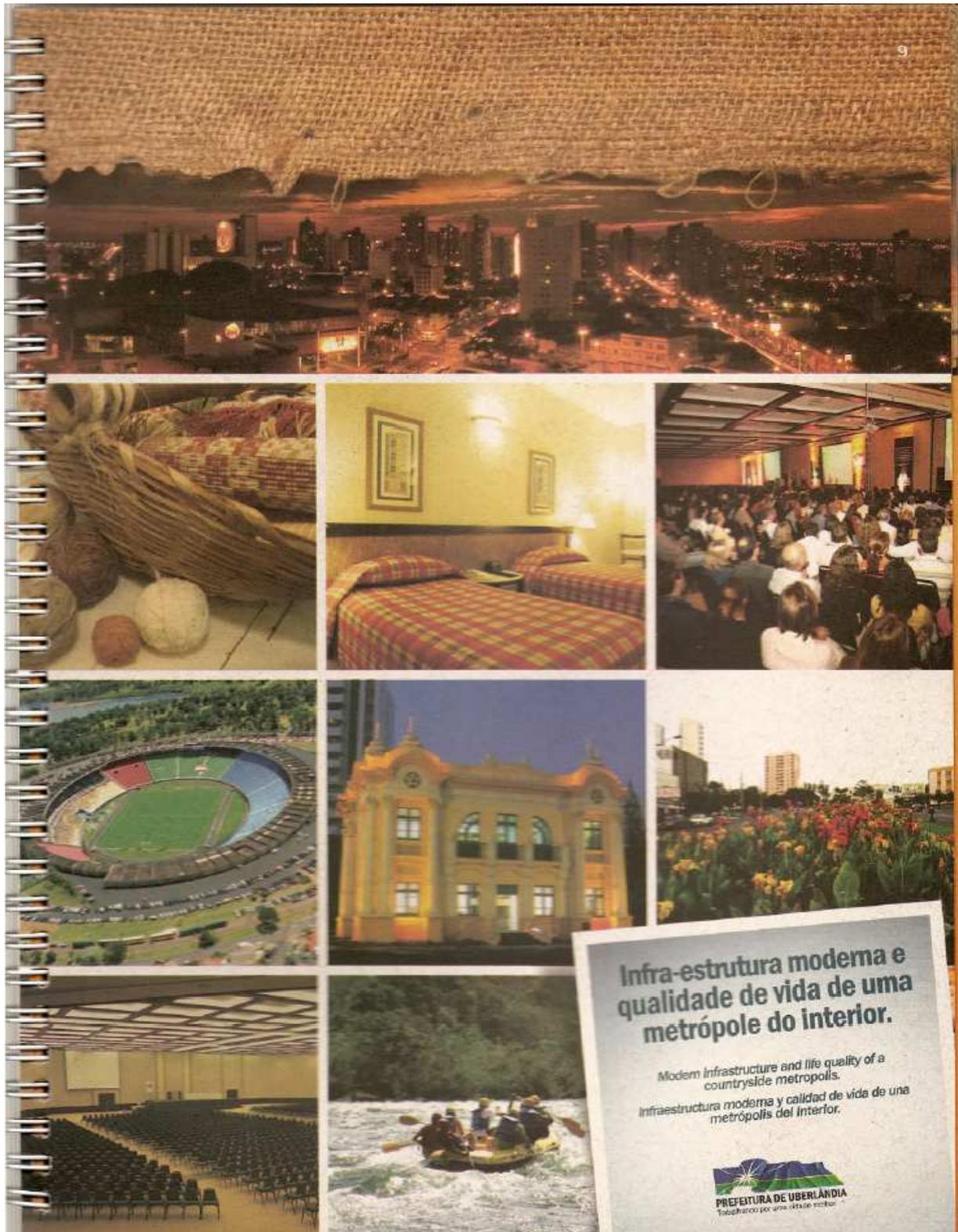


Imagem II
Capa interna da subdivisão de temáticas do Showcase.

Fonte: UBERLÂNDIA. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. *Op. cit.*, p.09.

As imagens I e II procuram integrar, na seleção produzida, uma maneira de apresentar Uberlândia e de certo modo direcionar compreensões sobre patrimônio, cultura e cidade. Ao mesmo tempo, indica o turismo de negócios como uma possibilidade rentável e constituinte do que é a cidade. Interligando expectativas, o catálogo apresenta uma cidade que dispõe de espaços para Festivais de Dança, esportes radicais na cachoeira, futebol, atividades empresariais, bem como ressalta marcas para compor uma peculiar cidade – “moderna” e tipicamente ser uma “*metrópole interiorana*” – como aponta a legenda da Imagem II, que tenta enquadrar o que poderia deslegitimar o lugar de metrópole para a cidade, destacando características interioranas positivas, como artesanato, congada, monumentos, comidas típicas, traduzindo marcas culturais aceitas na cidade, dentro de certos limites de interpretação e uso.

Entretanto, é difícil não ver mais gente trabalhando, morando, divertindo-se, tencionando e movimentando a estática imagem dos lugares apresentados. Há mais vida do que se fotografou para esse catálogo ao passar por esses mesmos lugares (centro comercial, cachoeira, ruas, espaços de lazer etc.). Publicizar a cidade é sempre um modo de registrar o que é proposto para as relações sociais e, concomitante a isso, dizer o que não se quer evidenciar na cidade – conflitos sobre desapropriações de áreas, demarcar desigualdades como diferenças, ou exótico e distinguir por identidades relações de identificações e dissidências classistas, sugerir enquadrar usos e espaços para o onde e como viver (morar, trabalhar, divertir-se)¹⁷.

Esse caminho do *Showcase* reforça a perspectiva de um único uso, ou territórios universais e harmônicos, que irão permear as relações sociais. Ao propor imagens sem rasuras, esse quadro de Uberlândia configura um modelo onde as tensões sociais não são pintadas. O que os interesses empresariais dizem com essa produção? Pois bem, essa foi mais uma das inquietações para produzir esse trabalho e recolocar minha pesquisa.

Pensando nessa diversidade de produções, as quais expressam disputas por projetos de cidade, que elaboram modos de lidar com os valores e anseios dos sujeitos sociais, considere a entrevista sobre o *Álbum de Figurinhas* produzido por George

¹⁷ Ao analisar o trabalho de Arantes pude me instigar pelo seu interesse em mostrar a dinâmica de experimentação dos espaços da cidade de São Paulo. Sua inquietação com os “contrastes” das imagens da cidade e de quem vive nela, instigou-me a problematizar as desigualdades que produzem esses “contrastes” da paisagem paulistana e movimentam o modo de conviver e compartilhar esses espaços enquanto territórios, valorados cotidianamente para legitimar pertencimentos e exclusões. Sugiro como referência para essa reflexão:

- ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial, 2000.

Thomaz¹⁸ pertinente para essa trajetória de construção da minha problemática. Ainda mais que o álbum foi também uma de minhas fontes de pesquisa. Na matéria em questão, o fotógrafo enuncia que o trabalho produzido foi “*um jeito de mostrar a história e passá-la de forma mais divertida para as crianças, apesar de que os adultos adoraram a idéia e a possibilidade de lembrar a infância*”¹⁹.

A partir de sua fala, Thomaz indica a potência de sua produção, que chega ao público como um dos materiais sobre a cidade de Uberlândia, com fomento da Lei de incentivo à cultura. A recorrência desse “*jeito de mostrar a história*” alimenta minhas inquietações: que modos de viver estão sendo evidenciados? Que disputas se passam pelo direito à cidade quando ela é apresentada enquanto diversão, modo de educar, informação de uma história verdadeira?²⁰

Evidentemente que hoje as pressões de um “repertório plural” e com um circuito mais amplo apontam para um redirecionamento da produção do conhecimento histórico. Mas, a prerrogativa de que a cidade, que desponta nacionalmente, precisa preservar marcos do passado que estão se perdendo – do pioneirismo e da referência de determinadas famílias na cidade, por exemplo – essa prerrogativa sugere para mim

¹⁸ THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas - Uberlândia*. n. 01 Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo a Cultura/IAMAR, 2007. Formato 30 X 21 cm, composto por 189 figurinhas. Concepção e coordenação artística do fotógrafo George Thomaz Paiva Ribeiro que vive em Uberlândia desde a década de 1990, com apoio dos historiadores: Antônio Pereira da Silva, Marluce de Barros e Josefa Aparecida Alves Pfeifer. Produção de Flávia Fonseca de Campos. George Thomaz publicou no álbum fotos de acervo particular, bem como de outros fotógrafos, que estão disponibilizadas nos acervos do Arquivo Público de Uberlândia e Centro de Documentação e Pesquisa em História, da Universidade Federal de Uberlândia. O álbum teve tiragem inicial de 2000 exemplares, com 70% da verba conseguida “*por meio do Instituto Alair Martins [instituto do grupo empresarial Martins], com respaldo da Lei Municipal de Incentivo à cultura*”. O material, em parte foi destinado à rede municipal de ensino e o restante foi disponibilizado para venda a custo de R\$10,00. Recentemente, foi divulgado pelo jornal *Correio de Uberlândia* a possibilidade de sair o segundo volume, além da reedição do primeiro.

¹⁹ MOTA, Núbia. Álbum. História contada em figurinhas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 set. 2007. Caderno Revista, p. C-3.

²⁰ Grande parte do meu interesse por esses materiais ocorreu à medida que determinadas publicações (cartilhas, cadernos, álbuns, vídeos etc.) circularam na cidade, principalmente em escolas e na Universidade. Não consegui abandoná-los na produção do trabalho, pois o modo como Uberlândia é apresentada, trazia, a meu ver, novos caminhos para velhas disputas na cidade. Acredito, infelizmente, que tal incentivo à cultura, que já acontecia por outros projetos – vinculados a incentivos das empresas da cidade – promoveu a proliferação de um “jeito certo” de pensar e viver a cidade, indo para as escolas enquanto um modo de formar professores e alunos, compondo repertório de material de pesquisa, acervos e de explicação da cidade. Acredito que a Lei de Incentivo à Cultura tem um papel importante nas disputas sociais, pois impulsiona a produção de visibilidades da cidade, quais culturas e os sentidos das mesmas. Considero ser imprescindível perceber os pesos e medidas desiguais que conduzem à decisão sobre quais projetos devem ser viabilizados e como.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Lei nº 9274, de 19 de julho de 2006. Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Cultura e revoga a lei nº 8332, de 11 de junho de 2003. Diário Oficial do Município, Uberlândia-MG, 21 jul. 2006, p. 2-3. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2007.

práticas ainda recorrentes sobre a explicação histórica. Com esse intuito, sobressai, muitas vezes, das propostas de mudança social, a justificativa absolutizada de serem práticas de preservação, conscientização e revitalização. Modos de transformar lugares, valores, atitudes, que motivaram muitos de meus desafios nesse texto, como também minhas andanças e questões sobre essa cidade.

Com essas inquietações, a leitura da cartilha *Patrimônio Cultural: que bicho é esse?*, produzida pela Secretaria Municipal de Cultura, permitiu ampliar o foco desses modos de transformar e preservar, vendo como o Poder Público, por meio da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico incita a pensar o patrimônio como monumento, como resgate e guarda do passado, da história, da cultura. Noções singularizadas e únicas.

Nesse caderno de orientações, é sugerido definir, em um campo funcionalista, práticas e costumes da “*cidade referência*”, enquanto enunciação de características cidadinas do “*povo*” e da “*comunidade uberlandense*”. Com esse didatismo homogeneizante a cartilha propõe redefinir a historicidade do fazer de determinados costumes, deslegitimando, ou até hierarquizando, experiências que formulam, transformam e mantêm certos modos de viver enquanto valor cultural.

Conhecendo o nosso patrimônio cultural...

...reconhecendo os seus valores

Uberlândia já se constitui numa cidade referência de desenvolvimento e grandes empreendimentos na área econômica.

A cidade tem se destacado como forte pólo cultural, definindo contornos não apenas em seus aspectos arquitetônicos preservados, mas inclusive nas manifestações culturais que se firmam como tradições populares reconhecidas pela comunidade uberlandense.

Exemplo disso é a formação e organização dos Congos representados pela Festa do Rosário, da Folia de Reis, das Rodas de Viola, da Culinária, entre tantas outras formas e expressões artísticas, de fazeres e saberes, que identificam o povo desta cidade como herdeiros de traços singulares da cultura mineira.

...identificando nossos bens culturais.

O bem mais precioso a ser preservado nas formações sociais é o sentimento individual e coletivo de apropriação e reconhecimento desse bem, seja qual for a sua categoria, como elemento que faz parte da memória, das histórias pessoais, e do dia-a-dia dos homens e mulheres da cidade.

Qualquer cidadão pode procurar os órgãos competentes de gestão do patrimônio cultural para buscar maiores esclarecimentos sobre patrimônio e, também, para levar suas contribuições, relacionando aquilo que reconhecer como importante para ser preservado, sejam monumentos, praças, elementos

*naturais, reservas florestais etc., fazeres manuais, artísticos, saberes e conhecimentos específicos, manifestações populares, entre outros.*²¹

Diante as definições sugeridas pela fonte acima, velhas artimanhas de disputa pela explicação da cidade com um receituário do que deve ser lembrado e considerado história de Uberlândia, como também que elementos devem ser elucidados para tal repertório de memórias e marcas que enunciem “*a cidade que já se realizou enquanto referência econômica*” e aponte a nova “*linha de frente*” para o marketing do progresso da cidade: a educação patrimonial, a preservação de sua história, o pólo cultural que “naturalmente” se evidencia e almejada qualidade de vida. O que já foi eleito enquanto ícone dessa “*cultura da cidade*” também reaparece no seu devido quadro: congada, folia de reis, roda de viola, culinária, artesanato, tudo, “*tipicamente*” representado em “*manifestações populares*”, como se as práticas pudessem ser desconexas dos modos de viver e pertencer à cidade.

Essa abertura da cartilha para que todos construam o patrimônio cultural da cidade, ao contrário de ser uma afirmativa é, muito mais, um rearranjo na disputa social acerca do controle e limite dos usos e valores dos moradores da cidade. Além disso, essa pauta dialoga com o que hoje é exigido das políticas públicas e das políticas empresariais, que se construam os patrimônios da cidade e os insira na perspectiva turística e empreendedora que muitos outros centros históricos já dinamizam.

Essa discussão foi amplamente explorada na 1ª Conferência Nacional de Cultura, principalmente nas falas dos representantes da Confederação Nacional das Indústrias, Confederação Nacional do Comércio, Ministério do Turismo e do Meio Ambiente. O pensar essa reestruturação dos usos do passado e dos territórios sociais nesses espaços sugere que as ações desses grupos propõem integrar interesses, bem como garantir isenções fiscais e partilha de recursos inserindo-se nessa agenda²².

Nesse sentido, acompanhar essas práticas traz junto as tensões e lutas que perpassam as relações sociais, no que tange às proposições de organização e controle da sociedade – criação de Ongs, apoio à publicações, produção de obras, financiamento de instituições e projetos educacionais etc. – propondo transformações e manutenção de modos de viver a/na cidade, priorizando o acesso a recursos governamentais, bem como

²¹ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. *Patrimônio Cultural: que bicho é esse?! Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia*, jan. 2007, p. 10. Cartilha.

²² CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura, 1., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Anais.

de investimentos em áreas econômicas já tradicionalmente privilegiadas nas localidades, isto é, as suas. O indicativo de vincular políticas públicas – culturais, ambientais e educacionais - ao desenvolvimento das cidades não pode ser desconsiderado diante as atuações de grupos empresariais que tentam determinar os rumos e mudanças das relações e empreendimentos nas cidades.

Com esse repertório, minha intenção foi perceber como esse processo, de construção dos patrimônios e territórios da cidade, é efetivado na sua vivência. Para isso, elegi alguns caminhos dessa construção como motes de minha investigação e propus partilhar, com outros moradores, minhas intenções de pesquisa, para assim produzir histórias dessa cidade, com os modos de viver e lutar por ela. Pois, olhar por esse prisma, da desconstrução da homogeneidade e da linearidade das mudanças, significou ver as relações sociais em sua tensão, em seu fazer.

Por isso, a menção de Thompson, indicada a seguir, inspira recolocar o foco e tentar rastrear as peculiaridades da experiência social, os conflitos, expectativas e necessidades que emergem das relações, das “*determinações*” construídas nos enfrentamentos colocados pela busca do pertencimento social, pela dinâmica do vivido:

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção um imenso elenco de suporte, que , supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena.

(...)

*A vida “pública” emerge de dentro das densas determinações da vida “doméstica”.*²³

Pensando um pouco mais sobre essa indicação de procedimento de análise da sociedade, sugerido pelo autor, coloquei-me a problematizar algumas noções importantes para a produção desse trabalho: a dicotomia público/privado, a problematização da explicação histórica a partir dos desbravadores e visionários, as identificações e dissidências que problematizam as identidades etc. Essa reflexão fortaleceu o encaminhamento de pensar modos de vida enquanto modos de luta por valores e indicou o direito à cidade enquanto questão.

Esses são alguns dos desconcertos que me permitiram ver, nas relações sociais, os sujeitos que as formulam em dissidências e interações, tratando de culturas, disputadas na definição, no uso, nos sujeitos a serem envolvidos e identificados. Modos

²³ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, p 234-235.

de viver muitas vezes legitimados e, contraditoriamente, transformados. Uma dinâmica instigante e provocativa para a produção da tese.

Sair do suposto de que há uma história e um lugar para localizá-la, aponta esse trilhar a cidade percebendo e imprimindo ritmos, hábitos, costumes, em uma polifonia de interesses e expectativas, lidando com as pressões de classe que fomentam essa composição de territórios e transformações.

Nesse processo, de ajuste entre proposta e prática investigativa, os debates e proposições da linha Trabalho e Movimentos Sociais contribuíram muito para mensurar as possibilidades de construção da problemática. Isto é, ter que deixar claro o que ainda não existia, mas que iria ser feito. Esse foi o desafio, ao longo desses anos de doutoramento, conseguir indicar onde me localizo nos debates e com que práticas políticas. E, principalmente, como me situo nas transformações da sociedade da qual faço parte.

O trecho a seguir, compõe o texto produzido por professores da linha sobre essa perspectiva. Assim, creio ser possível explicitar um pouco mais onde situo minha discussão e prática:

Recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas; discutir as várias experiências dos trabalhadores analisando o seu fazer-se enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem o universo das nossas preocupações maiores. Esses objetivos foram definidos e atrelados ao que consideramos como compromissos sociais e políticos do historiador e às formas como eles expressam maneiras de entender e de fazer história.

(...)

Estamos lidando com o como as pessoas vivem suas realidades, marcadas tanto por embates como por aproximações. Como elas identificam a si mesmas e ao mundo à sua volta. Considerando que, como historiadores, somos também agentes desse processo histórico de reconstituição do passado, convivem com questões que se transformam em enfrentamentos diários com os quais nos relacionamos: que práticas sociais são relevantes para a história que queremos escrever e quais são os caminhos para que elas adquiram visibilidade? Sem a preocupação de dar respostas acabadas, mas com a de vivê-las como inquietações permanentes, construímos a politização da nossa prática de pesquisa e junto um olhar político, no que diz respeito a potencializar a prática de reflexão sobre o tempo presente, enquanto historiadores dispostos a dialogar e tendo como prerrogativa a clareza de que as diferenças se

*constituem nas variadas maneiras de se alimentar expectativas e perspectivas de mudanças na vida social.*²⁴ (grifo do original)

A escrita dessa formulação não resulta da homogeneidade de práticas desses sujeitos, mas de partilha. Nesse encaminhamento, destaco o interesse por outras memórias e outras histórias no campo complexo das disputas sociais, valorizando, nessa abordagem, o campo da história social, que privilegia as relações, problematiza as lutas, experiências e culturas em seus enfrentamentos, e não uma oposição dualística, fragmentada, ou em paralelo. O ponto de partida aqui é perceber a vida entremeadada, no chão das tensões formuladas pelos modos de viver²⁵.

Essas colocações são feitas na incorporação de procedimentos advindos, principalmente, da tradição marxista inglesa e dos debates que esses propuseram sobre a produção do conhecimento histórico e a prática social. Ainda que pese a peculiaridade de alguns debates, seja no tempo, seja nas questões, acredito que suas práticas contribuíram significativamente para a problematização dos sentidos históricos e dos enfrentamentos que se colocam na sociedade capitalista em que vivemos²⁶.

O materialismo histórico, enquanto prática histórica compõe um campo de reflexão das lutas de classes, da experiência social, no processo de transformação das relações e dos modos de viver em desigualdade de condições de vida, de proposição de dominação social etc. Nesse sentido, a inspiração que busco nessa perspectiva, em

²⁴ ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 13, 25-26.

²⁵ Os trabalhos produzidos no esforço de colocar em debate esse caminho da produção histórica e de intervenção política estão expressos em algumas formulações desse grupo. Ver:

- FENELON, Déa R. et. al. (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, como também ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A.; MACIEL, Laura A. (Org.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

²⁶ Considero pertinente, dentre outras, as seguintes indicações de leituras sobre esse campo de reflexão:
- HOBBSAWM, Eric J. Manifesto pela renovação da História. *Le Monde Diplomatique* [online], dez. 2004, 6p. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br>>, Acesso em: jun. 2008.

- PALMER, Bryan D. E. P. *Thompson objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- SAMUEL, Raphael. (Ed.). *Historia Popular y Teoria Socialista*. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1984.

- THOMPSON, Dorothy. Marxismo e história. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 209-221, 2004.

- _____. Agendas escondidas do séc. XIX. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 225-237, 2004.

- _____. Fazendo movimentos sociais. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 241-257, 2004.

- THOMPSON, Edward P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

- _____. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- _____. Base e Superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio 2005.

construção, é compreender no social como se formulam as lutas e em que disputas do processo histórico elas se inserem.

Com a proposição de Thompson de que, em nosso campo de atuação, devemos “*estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido*”, o autor chama atenção para a relevância de se ter clareza do que se quer colocar em foco, ao problematizar a sociedade. Nesse sentido, apontar os “*que vivem e morrem em tempo não redimido*” traz, enquanto partilha de classe, uma condição de vida que traduz esse “*tempo*” nas relações desiguais que experimentam socialmente²⁷.

Portanto, pensando um pouco mais sobre isso, encontrei-me em dificuldades para classificar quais seriam esses sujeitos na minha pesquisa. Um incômodo que me propus como desafio a enfrentar. Seriam moradores da cidade? Trabalhadores pobres? Sujeitos comuns? Populares? Povo? A armadilha da tipificação estava feita. Pensar o processo histórico nas relações não poderia indicar um tipo de sujeito, mas apontar relações desiguais produzidas por sujeitos que constroem suas identificações em determinadas lutas e tensões, posicionando-se a partir das questões a serem enfrentadas no dia-a-dia.

O imbróglio não está resolvido com essa proposição, mas encaminhado para se refletir sobre ele diante a dinâmica que permeia as relações sociais. Foi assim que produzi o texto, sabendo das limitações do tipificar esses sujeitos, mas não querendo abrir mão de circunscrevê-los no enredo de conquistas, perdas e reconfigurações que fizeram parte de sua trajetória e olhar para a cidade.

Pensando na indicação que busquei em Thompson, a qualidade de vida é proposta como questão a ser investigada, pois expressa o campo de forças em que modos de viver de sujeitos desiguais se tensionam, indicando os limites e diferentes noções dessa qualidade de vida, redimensionada nas marcas da dinâmica histórica das sociedades capitalistas, com fome, doenças, miséria, guerras etc. Esse encaminhamento me sugeriu evidenciar o processo contraditório que torna tênue a separação de práticas intituladas de melhoria de práticas de violência, pois essas são tramas que permeiam as mudanças, permanências e confluências que compõem Uberlândia.

²⁷ THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, p. 172.

Um indício que me fez pensar como a agenda histórica é produzida, disputada e vivida nas relações classistas que compõem o campo de forças sociais, propondo o enredo do ambiental, cultural e urbanístico como eixo de intervenções e pressões para adequar e mudar modos de viver a/na cidade, práticas que são legitimadas por sugerirem discussões de planejamento e reconhecimento cultural. Mas, o que tenho como indicativo é que a promoção da qualidade de vida e da preservação, seja pelo Poder Público, por empresas, ou mesmo partilhado com outros moradores da cidade, essas elaborações certamente serviram à concorrência de valores e transformações sociais.

Nesse sentido, a noção de processo histórico que recoloca a relação presente/passado, presente/futuro permite não só perceber os usos do passado, mas também pensar como estes se concretizam nas transformações/permanências. A relação presente/passado e o campo de possibilidades que enuncia, efetivamente, compõem não só procedimento para a escrita da história, mas a própria forma de intervir na sociedade que vivemos. Portanto, insisti nessa relação ao longo da produção do trabalho.

Organizei o trabalho em três capítulos. A proposta para o primeiro capítulo, *Uberlândia, patrimônio de quem? Territórios construindo a cidade*, sugere questionamentos de perspectivas que apresentam Uberlândia como sinônimo de um cenário planejado para o bem viver. Nessa direção, a escolha pelos Parques Lineares como ponto de partida para a discussão foi no intuito de perceber neles a conjugação de práticas de transformações em construção, que abarcam problemas sociais, aparentemente diluídos nas imagens dos projetos. Um incômodo que me abriu a várias questões. Ao tomá-los como entrada para a cidade, noções de preservação e patrimônio tiveram visibilidade, compondo outras relações, traduzindo desigualdades no direito à moradia, ao trabalho e ao pertencimento à cidade.

Os parques, indicados como metas desde a década de 1990, compondo projetos da Prefeitura Municipal de Uberlândia para as áreas margeantes dos córregos e do rio Uberabinha, trouxeram-me a possibilidade de pensar como lidamos, contraditoriamente, com as mudanças na cidade. Enquanto proposta de transformação, os parques se apresentam como áreas de lazer e sociabilidade, portanto extremamente importantes para a qualidade de vida associada à preservação ambiental. Porém, a estruturação desses territórios interfere em outros viveres – tanto moradores legalizados das áreas que seriam desapropriadas, quanto aqueles considerados “*ilegais*”, que seriam retirados, resolvendo uma ocupação “*desordenada*” nas chamadas Áreas de Preservação Permanente – e, por isso, intrigava-me a sua constituição.

Então, procurei rastrear que viveres estariam envolvidos nessa mudança. Os moradores das regiões que foram selecionadas para compor os parques traduzem suas práticas conforme as relações que mantêm nesse processo. Ressalto que esses moradores, longe de comporem um grupo homogêneo, apresentam-se em diferentes identificações de lutas e valores. Portanto, definir de quem falo, nessas relações, vai depender do lugar social, sugerido por esses sujeitos, nas formulações que fazem de si mesmos e que são feitas deles, na vivência das tensões sociais.

A problemática das desapropriações de áreas de preservação ambiental, ou destinadas a esse fim – como a construção do Parque do Sabiá e dos Parques Lineares – vem, nesse capítulo, como um campo de reflexão conflituoso, trazendo em seu cerne uma luta acerca de valores. Mesmo que, muitas vezes, essa luta apareça justificada na invenção de práticas: a construção de um parque ecológico, o resguardar margens ribeirinhas etc. Mas, estas decisões não se definem a priori, são feitas nos confrontos, buscando legitimidades, com pressões e limites aos modos de viver desses lugares e em seus arredores.

Ao deparar-me com o projeto dos Parques Lineares, difundido no site da Prefeitura, álbum de figurinhas, plano diretor, meios de comunicação etc., não consegui abandonar as intrigas que me levaram a mergulhar nessas práticas de transformação. Quais sentidos as desapropriações ganham nesse projeto e no processo de constituição da cidade? Como enfrentar as condições desiguais expressas nessas relações de transformação? Que outras relações com a cidade estavam sendo questionadas com essa e outras práticas de “*revitalização*”? A proposta de novos territórios atende a que noção de área de lazer? Essas são algumas das questões que emergiram ao observar mais de perto essa proposta de mudança, mas ainda há muito a ser problematizado sobre essas práticas.

O segundo capítulo, *Os Nós de Culturas: experiências de desigualdades*, sugere o abandono da perspectiva da pluralidade cultural enquanto acomodação das relações sociais. Haja vista que nesse postulado tudo é cultura e, ao mesmo tempo, retira-se a tensão dessa diversidade. Acredito que são as pessoas com seus modos de viver que apontam valores que tensionam e transformam as relações e territórios, no tempo em que a experiência social formula suas identificações.

Por isso, *Os Nós de Culturas*, traduz a continuidade desses enfrentamentos, trazendo incômodos que permeiam noções de educação ambiental e sentidos de cultura. O que proponho é que ambos os nós (sujeitos e entraves) estão nessas culturas em

tensão na cidade, tanto nas dissidências como nas identificações que pressionam e limitam os modos de viver em Uberlândia.

Nesse sentido, ao escolher esse caminho de análise tive dificuldade em não repetir práticas de catalogação cultural, passo a passo de ritos, imagens que demarcassem festas e encontros. Mas, coloquei-me diante esse risco, sugerindo dialogar com essas proposições. Portanto, o uso de cartilhas e álbuns produzidos para divulgação nas escolas, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, bem como entrevistas que realizei e fontes de trabalhos pertinentes à discussão na análise de entrevistas e imagens, foram evidências incorporadas ao texto pela complexidade de relações e desigualdades que explicitavam acerca das discussões sobre os valores que marcam a cidade. Permitindo que eu problematizasse o enfoque da “*conscientização ambiental*”, a noção de consenso social e os usos de culturas nas relações sociais.

Ao lidar com algumas práticas de patrimonialização, não consegui manter esse enfoque na dimensão de resguardar essas práticas em uma confortante explicação pautada em noções de preconceito e intolerância, ou de “*identidades culturais*”. Incomodando-me com a produção lugares de visitação e mostruário de exotismos – como muitos terreiros tombados, enquanto patrimônio imaterial, servem para essa “*apreciação*” e “*conservação*”²⁸.

Nesse sentido, procurei recompor processos de preservação e mudança, a partir de práticas que estavam em questão para muitos moradores da cidade, lidar com a religiosidade, o uso das ruas para festas, ensaios, o convívio com os vizinhos, os valores que definem resistências, mudanças e alianças para a preservação do direito à cidade. O Caderno de Orientação intitulado *Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana*, organizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Coordenadoria Afro-Racial (Coafro), instigou-me a investigar as contradições de seus encaminhamentos diante as “*interdições*” anunciadas nesse caderno. Com isso, coloquei-me a pensar suas orientações sendo experimentadas na cidade. Para tanto, parti do suposto que essa prática indicava disputas classistas, tanto em sua feitura, como no diálogo proposto com os moradores de Uberlândia²⁹.

²⁸ CORRÊA, Alexandre F. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

²⁹ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente/Secretaria

O que observei, na problematização dessas relações, foi que muito mais do que projetos de preservação ambiental e orientação cultural, vidas se fazem e se perdem nesse processo, colocando em xeque essa dita harmonia da “*cidade pronta*” e plural, explicitando desigualdades que marcam o processo de feitura de Uberlândia, fragilidade das condições de vida, de trabalho e moradia, a insegurança no lidar com doenças, provisões da família etc. O falar de culturas, nesse capítulo, traz questões sobre as desigualdades, bem mais do que sobre diferenças na cidade.

O que me propus foi rastrear os sentidos de transformação/preservação que estavam nessas relações classistas e me defrontei com práticas de identificações e dissidências de grupos, valores, visibilidades que compõem as relações de forças possíveis nas lutas sociais, trazendo diferenciações e divisões difíceis de enfrentar simplesmente na ótica da “*afirmação cultural*”.

Abandonando a formatação identitária, procurei evidenciar experiências na cidade que ressaltassem os valores que marcam as culturas, os costumes, decisões e enfrentamentos de certos moradores de Uberlândia. Procurei problematizar práticas que pressionam e limitam culturas, destacando os modos de viver e as contradições que os compõem enquanto modos de lutar por pertencimento.

No terceiro capítulo, *Revitalização de viveres: costumes em tensão transformando Uberlândia*, permaneci nas pistas das disputas por transformações sociais. Pensando como as pessoas legitimam e produzem seus territórios diante a tensão constante da reformulação de suas vidas, seja pela requalificação das áreas de moradia e de trabalho, seja na circulação e lazer. Destaquei, a partir de entrevistas, projetos de revitalização do centro comercial e de descentralização da cidade, ações dos meios de comunicação etc., marcas da cidade que vão sendo constituídas pelo vínculo com o trabalho, a moradia, a família, com as histórias dos moradores.

Evidenciar o campo de confrontação social, por esse caminho, trouxe-me os meandros de lidar com as políticas e planejamentos urbanos. Entretanto, esse processo, que problematiza noções de progresso e gestão das cidades, tendo como interlocutores urbanistas, arquitetos, engenheiros, administradores públicos etc., traz ainda, em seu interior, o modo como legitimam seus interesses reconhecendo que determinados moradores, que não participam da elaboração dessas propostas partilham de suas indicações, têm também como expectativa que práticas sugeridas como “*melhora*” da

cidade sejam a melhoria de suas vidas, mesmo que percebam e apontem as limitações desse compartilhar Uberlândia, enquanto terreno comum de pertencimento social.

À revelia de minha racional proposta, não só os que compõem a administração pública partilham do projeto de cidade que sugere a noção de que o “Bem vindo à Uberlândia” deve existir. Após aceitar ter que lidar com essa contraditória partilha social, voltei-me para os senões dessa melhoria, que propõem deixar de fora dos enquadramentos dos postais, dos catálogos e do uso da cidade grande parte dos moradores, que trabalham, moram, divertem-se de modo desigual.

Dessas tensões emergem as perguntas que abalam o compartilhar desse projeto de cidade, pressionando cotidianamente para maiores ausências e menores participações. Por que determinados modos de trabalhar, de morar, de identificar e usar a cidade não devem compor certas regiões da cidade? Que valores norteiam as práticas de mudança que compõem as campanhas de valorização dos bairros e “*revitalização*” do centro comercial?

Nesse encaminhamento, relações na cidade, que estão em questão, vieram à tona, pelos moradores dos assentamentos irregulares, pelos vendedores de rua que não “cabem” nas praças e ruas, pelo uso da cidade que é, contraditoriamente, privilegiado para uns e desnecessário a outros. Questões que o viver desigual coloca como marca, muitas vezes ditas, sem receio, como “*indesejadas*”.

Ao identificar os sentidos e transformações promovidas pelos sujeitos nos bairros, em suas casas, no trabalho, em espaços de sociabilidade, nas alianças e laços que constroem no campo de forças social, acredito que o texto aponta e liga caminhos. As páginas seguintes trazem as tensões dos costumes, a produção de territórios, a experiência social. A feitura da cidade nesses termos de relação. Pois, falando de culturas, também disse de transformações na cidade e de disputas acerca de valores e necessidades.

O título do trabalho, *Por Falar em Culturas... Histórias que marcam a cidade*, tem essa ambição, conseguir indicar que o “burburinho” sobre culturas não atende à apreensão de todo o universo social e à enunciação consensual de práticas. Aponta sim os problemas de olhar para culturas por esse foco sem atentar às experiências que lhes determinam. A proposta nesse texto é perceber essas culturas nas histórias que lhes produzem e transformam a cidade, percebendo suas aproximações e dissidências, traduzindo marcas na cidade diante a dinâmica das relações sociais e dos modos de viver nesse início do século XXI.

CAPÍTULO I

Uberlândia, patrimônio de quem? Territórios construindo a cidade

Com o intuito de perseguir pistas das práticas sociais na cidade, de uso e moradia, proponho adentrar em Uberlândia por uma imagem apresentada no *Álbum de Figurinhas* do fotógrafo George Thomaz, que me incomodou pelas indicações que traduz e pelas práticas que referenda, seja de lazer e qualidade de vida, seja de acesso ordinário aos chamados Parques Públicos que recuperam áreas ribeirinhas, principalmente porque suscitam a concretização de áreas de lazer em regiões de ocupações que fogem ao controle do Poder Público, com moradias, formação de pastos para animais, plantações etc.

Pensando o álbum de George Thomaz e as implicações das temáticas trazidas em seu trabalho, sugiro explorar os projetos de cidade que estão em questão a partir do que elenca em suas páginas, e em especial a que retrata o projeto do Parque Linear do Rio Uberabinha que será considerado modelo para todos os demais, chegando ao número de 11 parques ambicionados. Acredito que o autor ao eleger dialogar com o que foi vivido e o que é proposto para se viver na cidade de Uberlândia contribui para indagar a intensidade dessa agenda, de traduzir a história da cidade, que perpassa trabalhos, como o seu, aparentemente de fundo “*educativo e divertido*”³⁰.

A escolha deste ponto de partida tensiona o viver em Uberlândia, não por esse ser um marco de mudança de olhar, ou de visibilidade da cidade, mas por compor, no presente, um repertório de pressões e lutas classistas experimentadas, constantemente. A proposição de uma sociedade do consenso busca legitimidade nessas práticas, aparentemente de formação e de formatação da apreensão de “*memórias certas*” para pensar os espaços e as relações sociais.

O Álbum teve divulgação na cidade por meio da imprensa (jornal e telejornal) e também por um evento de lançamento, realizado pela Secretaria Municipal de Cultura. Por ser uma produção financiada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia foi posteriormente distribuída, gratuitamente, na rede municipal de ensino. Nesse caminho,

³⁰ THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas* – Uberlândia. n. 01 Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo a Cultura/Instituto Alair Martins, 2007. O álbum é composto por 189 figurinhas, que são fotografias de sua autoria, ou dos acervos públicos, que retratam lugares, pessoas, eventos e obras que são sugeridas como expressão do que a cidade deve resguardar como história, isto é, “resgate de momentos e personagens” tidos como “marcantes”, repetidos pelas instituições em que pesquisou nos projetos que desenvolvem, bem como agora são enquadrados também no seu trabalho.

de legitimação do Álbum, enquanto tradução da história da cidade, o *Jornal Correio de Uberlândia* destacou, em reportagem com o produtor do mesmo, George Thomaz, que seu trabalho trazia os momentos e lugares “*marcantes*” da cidade de Uberlândia, daí sua relevância para a produção histórica da cidade³¹.

E, dentro dessa lógica, a página 27 sugeriu o projeto do Parque Linear do Rio Uberabinha, com imagens virtuais do que constitui, em tese, o projeto de revitalização de Áreas de Preservação Permanente (APPs) da cidade. Esse encaminhamento dialoga com os interesses do governo federal em dinamizar a defesa do Meio Ambiente e com os interesses municipais e empresarias na aquisição de verbas para ações de preservação e o que chamaram de revitalização dessas áreas.

Mesmo que a produção de Parques Públicos nas cidades seja uma prática comum, em Uberlândia, passada a campanha da década de 1970 em prol do Parque do Sabiá – que ainda será problematizada nesse capítulo – esse projeto de parques públicos em APPs ganha uma nova repercussão a partir da década de 1990, sustentado em políticas públicas de financiamento dessas obras e inserido como meta de Plano Diretores, como desde 2006 compõe o programa “Uberlândia Vale Mais”³². Essa promoção dos Parques Lineares ganha legalidade e força servindo de explicação para questões conflituosas como as desapropriações de áreas de Uberlândia e atende a um viés de obras urbanas em áreas de vale, que pode ser visto em outras cidades do país³³.

³¹ MOTA, Núbia. Álbum. História contada em figurinhas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 set. 2007. Caderno Revista, p. C-3.

³² Programa intitulado “Uberlândia Vale Mais”, da Prefeitura Municipal de Uberlândia, propõe a execução de 11 projetos de Parques Lineares para as margens urbanas dos córregos da cidade. Os Parques Lineares são anunciados e colocados como metas de trabalho no Plano Diretor, aprovado pela Lei Complementar n. 342, de 19 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial do Município, n. 2541, de 23 out. 2006.

³³ A produção de parques públicos, procurando constituir referências de identificação das cidades a partir de noções de qualidade de vida, preservação da natureza e composição de uma relação harmoniosa e moderna entre urbano e meio ambiente, apresenta-se em vários projetos sugeridos ao longo da organização das cidades brasileiras. Nesse sentido, é importante ressaltar que se atualmente uma legislação mais efetiva procura sistematizar a proteção de Áreas de Preservação Permanente e promover a constituição de Parques Lineares, fiscalização etc., essa não é uma novidade. É muito mais, uma reestruturação de práticas de transformação da cidade, disputando ocupações e usos desses lugares. Algumas produções acadêmicas destacam as propostas de parques públicos na organização dos espaços da cidade, trazendo, também, os supostos de melhoria urbana e uma dada historicidade “evolutiva” desse processo. Esses trabalhos têm como eixo a relevância e indicativo de modernidade que esses planejamentos abarcam. Assim, sugiro alguns desses estudos como práticas que se propõem explicativas e legitimadoras desses projetos, elencando leis e encaminhamentos de classe a favor dessa mudança, que, no caso, “resolveria” tensões sobre usos “inadequados” das cidades. Ver:

- SCALISE, Walnyce. Parques urbanos – evolução, projeto, funções e uso. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, 4(1):17-24, 2002.

- RECHIA, Simone. *Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 2003. 189f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

Essa imagem do *Álbum de Figurinhas* me trouxe, a princípio, algumas questões: como apresentar esse projeto fora das tensões em que ele é proposto? Que cidade é essa que é enunciada para todos, se sua produção é historicamente desigual e tem como suposto exclusões? Com esses incômodos, olhava para as imagens que compõem a proposta de Parque Linear, como também sua integração com o restante do álbum e não conseguia deixar essa prática de disputa para trás. As referências, harmonicamente apresentadas enquanto expressão dos anseios e história de toda população, sugeriram desconfiar desse encaminhamento. Os referenciais do Álbum apontavam para mudanças de viveres, as quais ocorrem desigualmente nesse processo tenso de constituição de práticas e territórios nas cidades.

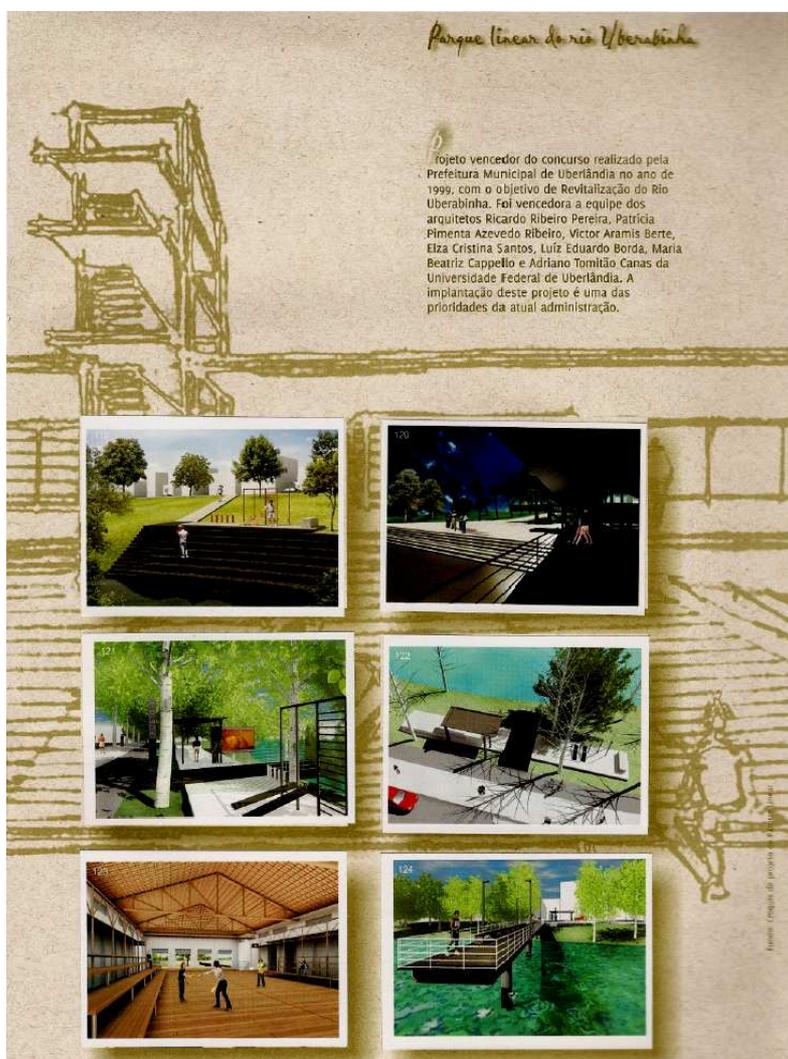


Imagem III
Página do Álbum - Parque
Linear do rio Uberabinha.

Fonte: THOMAZ, George.
Álbum de Figurinhas. Op. cit.,
 p.27

-
- FRIEDRICH, Daniela. *O Parque Linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas*. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
 - MUNIZ, Thiago et al. Lazer e planejamento: um olhar sobre o Parque do Sabiá em Uberlândia-MG. II Simpósio Regional de Geografia. "Perspectivas para o cerrado no século XXI". 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

Na página do Álbum, conforme é apresentado na imagem III, é anunciado que o projeto foi desenvolvido por equipe de arquitetos da Universidade Federal de Uberlândia, sugerindo uma legitimação, a partir de especialistas, para que haja a transformação das margens dos córregos e rio. Um debate do campo acadêmico que projeta a cidade em maquetes virtuais, propondo para a realidade enfrentamentos a partir desse olhar.

A apresentação da página do *Álbum de Figurinhas* não traz o enredo dessa transformação de espaços, mas sim sua natural realização enquanto planejamento para a cidade, que promove concurso de projetos e promoção dessas práticas, enquanto prioridade e melhoria:

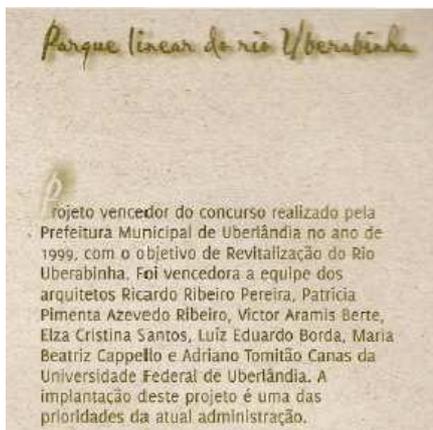


Imagem IV
Texto de apresentação do Parque Linear do rio Uberabinha

Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p.27.

Ao instigar a concretização dos Parques Lineares, muitas vezes as imagens dessa página lidaram com noções de que a cidade é partilhada e produzida para todos, mesmo que ainda em imagens virtuais. E, ao dialogar com a limitação e mesmo a ausência de espaços projetados pelo Poder Público como modo de diversão para muitos moradores da cidade, essas imagens acabam traduzindo e produzindo expectativas e justificando possíveis mudanças nesses lugares.



Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p.27.



Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p.27.



Imagem VII - Figurinha 121
Parque Linear do rio Uberabinha

Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*.
Op. cit., p.27.



Imagem VIII - Figurinha 122
Parque Linear do rio Uberabinha

Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*.
Op. cit., p.27.



Imagem IX - Figurinha 123
Parque Linear do rio Uberabinha

Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*.
Op. cit., p.27.



Imagem X - Figurinha 124
Parque Linear do rio Uberabinha

Fonte: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*.
Op. cit., p.27.

O projeto dos Parques Lineares é sugerido, nessas figurinhas, como um direito que não está restrito a áreas privatizadas – como clubes, condomínios –, ou limitadas por dificuldades de acesso e uso – como cachoeiras, lagoas – trazendo tantos atrativos quanto esses espaços de sociabilidade e diversão. Portanto, é um projeto apresentado como mudança na orientação das políticas públicas, o qual estaria disponibilizando, em vários pontos da cidade – ainda em negociação – uma outra caracterização às APPs, propondo novos territórios, com espaços para mirante e plataformas, calçadão para caminhadas, áreas para prática de esportes e jogos, bancos e quiosques tanto para contemplação da natureza, quanto para rodas de conversa, namoro, diversão em brinquedos etc.

Com essa proposta, abrem-se outras possibilidades de lazer e sociabilidade dentro da cidade, relacionando com um campo de expectativas almeçadas por boa parte dos moradores. Enquanto outros passam a ser pressionados por essas possibilidades e

expectativas, que explicitam a desocupação das áreas de preservação ambiental, onde os parques, possivelmente, serão construídos. O encantamento formulado por essas imagens não encerram as turbulências que pressionam sua concretização, por mais que considere que elas tragam atrativos e espaços que respondam a muitos anseios. Há moradores assentados, ou ocupantes de regiões que devem ser desocupadas para preservação das APPs, ou ainda a hierarquia de concretização dessas “*etapas das obras*” que desigualmente produzem espaços de lazer na cidade. E surge a dúvida: todos os parques terão esses espaços como publicizado no Álbum e no projeto?

Os arquitetos que projetaram esses espaços perceberam bem o que poderia construir aceitação de mudanças, dividir interesses, fragilizar lutas e direitos à cidade. Transpor essa imagem para o cotidiano, no entanto, suscita alguns senões que emergem nesse processo: o custo das obras, as desapropriações, a valorização imobiliária dos arredores, a recusa de negociações para a desocupação etc. Elementos que compõem esse movimento de intenções, de transformar as margens dos córregos e do rio Uberabinha, ou melhor dizendo, de transformar a vida de pessoas que ocupam a cidade.

O Álbum foi lançado em setembro de 2007 e estimulou a conjugação de questionamentos que já eram formulados pelo acompanhamento de outras ações, nesse mesmo período e publicizadas em matérias do *Jornal Correio de Uberlândia*, as quais me propus a esmiuçar. Essa inquietação não só se tornou pauta desse trabalho, como conduziu novos rumos para a sua realização. Dentre os “estímulos” para as mudanças estão as formulações a seguir, produzidas pelo *Jornal Correio de Uberlândia*, nelas são destacadas as propostas de melhorias nas margens dos córregos, assim como as mudanças vinculadas a esse processo, no caso destacado, referindo-se ao Parque Linear do Córrego Lagoinha:

Quem passa pela avenida Antônio Francisco Lisboa, no bairro Jardim Inconfidência, já pode observar várias mudanças no local. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente começou na semana passada os trabalhos de limpeza das margens do córrego Lagoinha para continuar a construção de um parque linear no local. (...)

Após a limpeza e terraplanagem será feito um trabalho de revitalização da área, com o plantio de gramas e árvores, iluminação pública, construção de calçadas, faixas separadas para ciclovia e caminhada, instalação de equipamentos para exercícios físicos, espaços de lazer e principalmente de conscientização ambiental dos moradores da região para evitar que a área volte a ser poluída³⁴.

³⁴ BARBOSA, Lucas. Jardim Inconfidência. Limpeza dá continuidade a obras de parque linear. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2. O *Jornal Correio de Uberlândia* traz em suas páginas pontos relevantes a serem analisados sobre as disputas na cidade. Pensando nisso, optei

Associando os itens mencionados na reportagem com o divulgado no álbum de figurinhas, as imagens sugeridas para os parques possuem similaridade, mesmo sendo para regiões diferentes da cidade – Parque Linear do Rio Uberabinha, no álbum de figurinhas e Parque Linear do Córrego Lagoinha, região sul da cidade, destacada no Jornal. A promoção do esporte, caminhadas, encontros e shows, constroem probabilidades de lazer e atendem ao anseio de compartilhar melhorias em Uberlândia.

Com essa prospecção de melhoria, algumas indagações permanecem: contrapor um local que se apresenta, em péssimas condições – lixo, mato, falta de benfeitorias públicas etc. – a um espaço de lazer encontraria, a princípio, rejeição de quem? Qual a necessidade, então, de investir em explicações de positividade dessa prática de mudança?

As fotos, selecionadas nas imagens XI e XII, que acompanham as matérias do *Jornal Correio de Uberlândia*, no mês de setembro de 2007, apontam para outros entraves nesse processo. Nessas imagens, visualiza-se o mato, a sujeira, barrancos, que se encerrarão segundo promessas, naquele momento, do Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Cláudio Guedes. No entanto, compõem essas mesmas fotos outros elementos e sujeitos desse lugar, com suas moradias, tidas como “*irregulares*”. Nessa composição, a mudança que se quer promover indica uma direção de foco, pautada na preocupação ambiental e na promoção do bem estar dos moradores do em torno, mas o enquadramento abarca outras relações, que a meu ver, ganham fôlego de pressão para legitimar a desapropriação desses moradores.

O rego d’água que forma o Córrego, sufocado pelo matagal e lixo, barrancos cercados por acessos de terra, são as imagens avessas às que são propostas com o Parque Linear. Imagens diferenciadas, que apontam desigualdades não só de uso desse lugar, mas no pertencimento a ele, onde trazem moradores “*irregulares*”, que terão sob suspeita sua permanência, assim como a sua condição de acesso às possíveis “*indenizações*”.

por destacar esse Jornal nessa reflexão, principalmente por apresentar, dentre os demais jornais da cidade – que compuseram a prática de comunicação em outros momentos históricos – um lugar privilegiado na significação das relações historicamente vividas desde fins da década de 1930, quando se iniciou a produção desse Jornal. Seu atual vínculo ao grupo Algar, evidencia a partilha de interesses de certos grupos da cidade (“*Grupo empresarial empreendedor que atua nos setores de Telecom, Agro e Serviços. Tendo ainda participação acionária no Rio Quente Resorts, empresa do setor de turismo. O Grupo oferece soluções que garantam valor para todos de maneira simples, sustentável, inovadora; valorizando relacionamentos e o potencial humano*”). As contradições das práticas desse periódico e de sua agenda me desafiaram ao longo do texto, confirmando sua pertinência nessa discussão e nas tensões da cidade. Conferir maiores detalhes da atuação desse meio de comunicação em: <www.correiodeuberlandia.com.br>.

As reformulações que aparecem como “democratização desses espaços” permitem diferentes práticas em um mesmo processo, apontam tanto para preservações, quanto para mudanças. Essas ações têm a intenção de transformar relações, encaminhar quais modos de viver se quer próximos às margens dos Córregos e do rio Uberabinha. Portanto, esse processo merece maior problematização.



Imagem XI – Limpeza das margens do Córrego Lagoinha

Fonte: BARBOSA, Lucas. Jardim Inconfidência. Limpeza dá continuidade a obras de parque linear. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.



Imagem XII – Região do Córrego Lagoinha para desapropriação

Fonte: GARCIA, Manuella. Lagoinha. Parque Linear vai exigir desapropriação de lotes. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Cidade, p. B-2.

As imagens apresentadas em preto e branco, que faziam parte das matérias do *Jornal Correio de Uberlândia* em 2007, procuram legitimar a produção dos Parques, destoando até na tonalidade que se quer dá ao que é vivido nessas regiões, como se ainda não estivesse no “tom” das mudanças e dos modos de viver “corretos” da cidade. A noção de uma cidade que executa projetos conforme os elabora deve ser problematizada, há questões pendentes que desritmam ordenamentos de gabinete. Essas áreas da cidade, aparentemente escondidas no final de bairros, em regiões com muitas árvores e entremeadas de pequenos pastos, hortas e casas, não são exceções, são parte do que se vive em Uberlândia.

Nas imagens destacadas acima, o mato que é cortado, o córrego sem mata ciliar, espremido pelos entulhos e assoreamento de suas extremidades, faz com que essas ações inspirem uma resposta ambiental e melhorias para aqueles que residem na região. Mas se desde a década de 1990 os Parques Lineares são pensados enquanto ações pertinentes para lidar com essas tensões sociais, eles vão ser propagandeados, com mais afinco, a partir das discussões para o Plano Diretor de 2006, explicitando-se a partir da efetivação desse Plano. Sua realização vai aparecer como solução a certas pressões de desocupações, mais incisivamente destacadas, no ano de 2007.

Entretanto, ao perceber as construções que compõem o declive dos terrenos próximos, entremeados pelos matagais e traçados de terra, que constroem as ruas do local, a imagem trazida em contraste com as notícias de “*requalificação*” das áreas tenta justificar sua mudança. O desconforto com essa imagem da cidade procura ser autoexplicativo da necessidade de uma determinada transformação, e não problematiza o descaso até então promovido com essas áreas. Com isso, o que é colocado como importante, no momento, é que não coexistam esses modos de viver diante a proposta, que criaram, de construção dos Parques Lineares. O indicativo é de construir um novo território. Estes parques respondem a incômodos, não para resolver a questão social que está colocada, mas para distanciar trabalhadores empobrecidos dessas regiões, indicadas como prioritárias na “*revitalização*” de APPs³⁵.

As legendas que acompanham as imagens XI e XII, respectivamente anunciam: “*LIMPEZA para revitalização da área próxima ao córrego Lagoinha começou em*

³⁵ Sugiro como áreas privilegiadas, as regiões de córregos e do rio Uberabinha que são próximas a condomínios e bairros tidos como nobres na cidade, principalmente localizados na região sul da cidade. Nesse sentido, a retirada dos moradores irregulares desses locais responde a uma adequação do lugar a interesses classistas, seja para melhorar o em torno dos bairros nobres, seja para encaminhar uma menor visibilidade dos problemas com as condições de vida, falta de moradia e de trabalho na cidade.

janeiro deste ano”, “*PESSOAS que moram às margens do Lagoinha podem receber indenização ou serem deslocadas*”. Mesmo que essa última dê pistas para uma transformação/pressão na vida dos sujeitos que residem nessa região, os encaminhamentos ocorrem de modo a naturalizar esses conflitos, a encobrir os rumos dessas intervenções. O Jornal ao enunciar em trecho da reportagem que acompanha a imagem XI que esse é um “*projeto da cidade*”, retira a confluência de interesses por essa questão, bem como ameniza problemas e ações que pesam para promover essas desapropriações, indicando uma formulação pautada em projetos de preservação e lei:

O trabalho faz parte do plano diretor criado em outubro do ano passado [2006] por órgãos públicos municipais e pela comunidade para garantir, por meio de lei, a preservação do meio ambiente. O plano diretor prevê a recomposição de áreas degradadas e a construção de parques lineares ao longo das margens dos córregos espalhados pela cidade.(...)

Ao todo, o plano diretor prevê a construção de 11 parques lineares nos córregos Liso, Lagoinha, Bons Olhos, Guaribas, Campo Alegre, dos Cavalos, Buritizinho e Buriti e aqueles que deságuam na bacia hidrográfica do rio Uberabinha terão suas margens transformadas em áreas de recreação e lazer.³⁶

A reportagem traz, como enredo, a proposta de Parques Lineares como sendo o resultado de um consenso de melhoria, indicando onde foi pensado e por quem. Esse projeto, político e ambientalmente correto perante a Administração Pública, que abarca as regiões margeantes de córregos e do rio Uberabinha, também inclui regiões ocupadas por autoconstruções e grande parte das ditas moradias “*irregulares*”, mas não há constrangimento sobre o que fazer com elas, e sim foi por elas que há grande interesse em dar visibilidade aos projetos nas APPs da cidade.

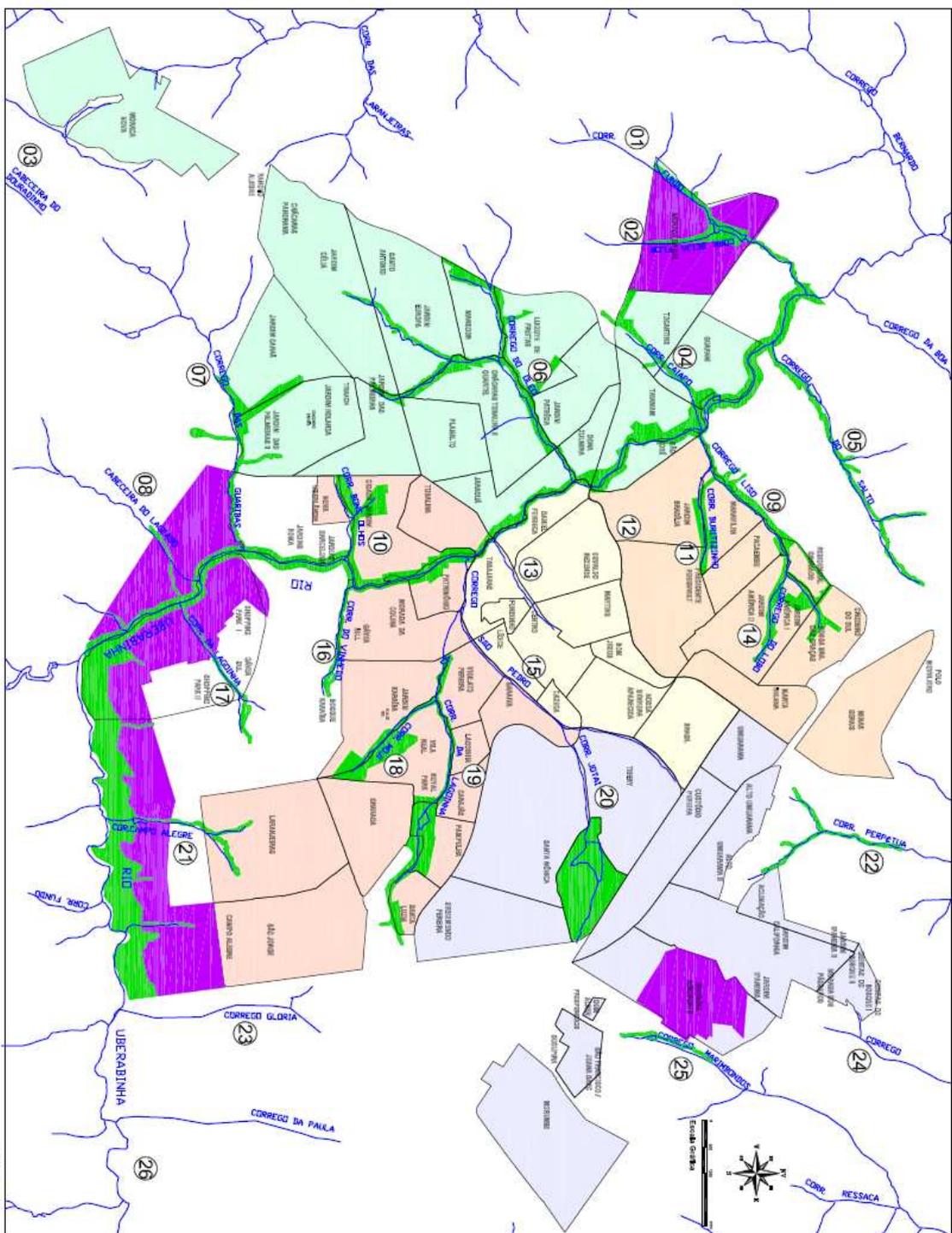
O mapa apresentado a seguir, mapa III, foi construído com o intuito de auxiliar o entendimento sobre em que regiões são projetadas mudanças na cidade de Uberlândia. O interesse é perceber o enredo que compõe os projetos dos Parques Lineares e perceber como atendem às disputas por territórios na cidade, instigando investigar que práticas eram essas e em que dimensões estariam transformando modos de viver em Uberlândia.

³⁶ BARBOSA, Lucas. Jardim Inconfidência. Limpeza dá continuidade a obras de parque linear. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

MAPA III - PERÍMETRO URBANO DE UBERLÂNDIA COM TOPONÍMIA HIDROGRÁFICA

Atualização: Junho/2009

Id.	TOPONÍMIA HIDROGRÁFICA	REFERÊNCIAS
01	Corrego do Fundo	Morada do Sol
02	Corrego Balfar-Fior	
03	Corrego Cabocra do Douradinho	Ch. Douradinho/ B. Morada Nova
04	Corrego Carvão (Corrego Calhau)	B. Tocantins/Guarani
05	Corrego do Salto	CDM
06	Corrego do Obleo	B. Panoramalide, Europa/ Mansour/Luteol/ Jd. Parfê/Dona Zilêira
07	Corrego Guianas	B. Jd. Canalêda, Palmêiras
08	Corrego Cabocra do Lagado	Clube Caça e Pesca Honorô
09	Corrego Lobo	B. N. Sta. Das Graças/ Res. Gramado/Pedembu/ Maravilha Jd. Brasel/ São José
10	Corrego Bons Olhos	B. Chêda, Jardimloura Uberlândia/Clube Jardim
11	Corrego Buriladinho	B. Roosevelt/Maravilha/ Jd. Brasel
12	Corrego Taboaca (Canalizado)	Av. Mineirêda Canalêda de Oliveira
13	Corrego Calhau (Canalizado)	Av. Getúlio Vargas
14	Corrego do Lobo	Jd. Amêrica
15	Corrego São Pedro (Canalizado)	Av. Gov. Rondon Pacheco B. Tiberi/Cazaca/Sarav/ Lêdas
16	Corrego Vinhedo (Corrego dos Brancos)	Lot. Bosque Karêthel/ Gavea H
17	Corrego Lagêdha	Zona Planêl, 22/ B. Shopping Park
18	Corrego Mogi	B. Jd. Karêthel/ Vigilêto Perêda
19	Corrego Lagêdha*	B. Sta. Luzel/Pampulhal/ Cariêda/Lagêdhal/ Vila Perêda
20	Corrego Joid (Canalizado)	Av. Anselmo A. dos Santos Pq. Sênabê B. Cazaca
21	Corrego Campo Alegre	Laranjêdas
22	Corrego Perpêda	ETE A. Alêmção
23	Corrego Glôria	Prêx. BR 050/R. São Jorge
24	Corrego Terra Branca	Quilêdas do Bosque
25	Corrego Malimbondo	Marrêdas Aeroportu BR 050 Prêx. Lot. Campo Alegre) até o B. Guarnêl
26	Rio Uberlândia	



Essa cartografia da cidade traz não só o desenho dos leitos d'água, mas permite analisar como, seguindo o rio e os córregos, encontrarei modos de viver disputando essas áreas, os quais serão problematizados ao longo do capítulo. Pois, mesmo que essa tensão ganhe tonalidades diferentes, dependendo das relações e lutas que são construídas, o interesse é pensar que essas negociações da cidade compõem o ritmo e a profundidade das mudanças propostas. As regiões destacadas no mapa apontam os córregos e o trecho do rio Uberabinha que estão na área urbana de Uberlândia, os quais integram o projeto de revitalização de margens. Com isso, interessa sobremaneira investigar como as relações construídas nessas áreas suscitam uma dinâmica de transformação social.

Os córregos e o rio Uberabinha cortam Uberlândia, o que indica que as intervenções propostas com os Parques Lineares sugerem alterações em vários pontos da cidade. As tensões para as desapropriações, que fazem parte desse encaminhamento da chamada “*requalificação*” urbana, aponta conflitos, ora com proprietários que serão indenizados, ora com ocupantes “*ilegais*” dessas regiões, esses confrontos entremeados me sugerem recolocar posicionamentos formulados por Rolnik, apontados em momentos em que se disputavam caminhos para a “*reforma urbana*”, propondo reestruturar a ocupação da cidade de São Paulo, tanto em 1991 – compondo com o governo petista que chegava à Prefeitura da cidade –, quanto em 2005, em que a autora participa do governo federal petista para propor mudanças no urbano. As ponderações da autora destacam que ainda há muito para ser feito no combate à desigualdade que permeia o “*planejamento urbano*”, a moradia, o viver nas cidades³⁷.

Um debate que me pareceu importante para que possamos apontar que são os modos de viver a/na cidade, tanto os rechaçados, quanto os elencados como referência de bem viver, que motivam essas questões, propondo colocações firmadas no âmbito de noções de preservação e patrimônio, muitas vezes encaminhadas enquanto políticas públicas. É isso, em maior grau, o que me interessa no diálogo da autora com urbanistas, arquitetos, administradores públicos, representantes de imobiliárias, construtoras, ambientalistas, dentre outros. No debate que Rolnik promoveu em 1991 o foco para o lugar dos trabalhadores empobrecidos na cidade ganhou evidência. O

³⁷ ROLNIK, Raquel. Mesa Redonda Preservação e Modernidade. In: CUNHA, Maria Clementina P. (Org.) *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 197-210.

- ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura, 1, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, 2007, p. 39-47. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Anais.

Congresso sobre o direito à memória estendia-se ao direito à cidade e ela destacou as seguintes questões:

Acho que temos que entrar um pouco na discussão da própria fragilidade dos instrumentos que criamos. E uma das dimensões desta fragilidade – ainda me sinto muito crua nesta –, uma que percebo de imediato é justamente a idéia de ter um setor de preservação confinado: aqui é o lugar da preservação. Dentro da atuação pública, da intervenção pública, do setor público na cidade, faz com que a preservação não vire uma dimensão geral da política urbana, mas vire o setor da preservação.

(...)

Confinar um setor de preservação, essa idéia de setorializar a preservação, acho que acabou levando aos setores de preservação, e isso eu penso criticamente dentro da nossa própria experiência de gestão municipal em São Paulo, isso de não perceber no conjunto a preservação como uma dimensão da política urbana e, ao mesmo tempo, acaba protegendo a preservação, protegendo no mau sentido, de determinados embates que outros setores da política urbana também estão sujeitos. Eu vou dar um exemplo ligado com a questão ambiental.

Os ambientalistas, assim bem ecólogos, falam: tem que preservar as represas que abastecem de água São Paulo. As represas estão sendo ocupadas, invadidas, etc., tem 1 milhão de pessoas morando lá onde não podia. Estão lá em cima da represa, poluindo a represa, depois a gente não vai ter água pra beber. Então, tem que preservar a represa. Imediatamente, o discurso ecologista, pura e simplesmente, que não se expõe a nenhum tipo de embate concreto com o que está acontecendo, diz: “tirem as pessoas da represa. Tirem, saiam, e plantem árvores no lugar dessas pessoas que estão na represa”. É muito fácil! Porque o carinha que está lá no local e que tem as pressões da população que não tem onde morar, e que porque uma lei diz que naquele lugar não podia ocupar, portanto que ela estava preservada, fez com que o preço da terra naquele lugar fosse muito mais barato do que o preço da terra onde pode ter uma ocupação. Então uma lei que pretendia preservar interferiu no mercado imobiliário, fazendo com que o preço da terra abaixasse: portanto, para quem está na zona sul de São Paulo e não tem grana, o único lugar que dá para comprar é na beira da represa; porque a terra é barata, porque é proibido construir lá. Porque se fosse permitido construir lá, a terra ia ser cara e o pobre não ia morar lá. Então, percebe-se que a contradição é muito mais complicada, e mais: o povo todo da zona sul quer morar em volta da represa não porque acha lindo, nem porque quer fazer esportes náuticos, mas por que a grande zona industrial de São Paulo, maior fonte de emprego de São Paulo, está em Santo Amaro na zona sul. Então a pressão em cima da represa é violenta. Do lado do ecologista que diz: “tirem 1 milhão de pessoas e ponham árvores no lugar”; mesmo se vier um Haussmann aí, um prefeito absolutamente delirante que pegue uma verba na linha da ecologia e fale assim – “vou tirar 1 milhão” e arranca as pessoas de lá e põe as árvores. Sabe o que vai acontecer? Daqui a 2 anos vai ter 2 milhões. Por quê? Porque as pressões que originaram aquele 1 milhão de pessoas, os processos que originaram aquilo, não são epifenômenos em relação ao processo de destruição da represa. As pessoas não foram lá porque não acham que a água não é importante, ou a preservação da água importante. O processo que produziu aquela ocupação predatória, esse processo tem que reverter, senão vai continuar sendo produzido. Então o fato, na verdade, de a preservação ser um setor separado, acaba impedindo que quem está trabalhando com isso se exponha ao conflito que está colocado do outro lado. Porque só a partir de se

*expor e se meter no meio do conflito é que vai ser possível, de dentro dele, se extrair uma posição mais realista. Bom, isso confina a preservação a uma atividade de resistência à mudança; e acredito que não é essa a da preservação. Todos nós sabemos, porque acaba sendo uma coisa, digamos, absolutamente contraditória ao processo que eu descrevi de cartografia territorial, que é um processo de mudança permanente. Por outro lado, de alguma maneira, esfumaça o foco do conflito, a questão da preservação vira uma questão em si, e muitas vezes determinadas lutas para preservar determinadas condições são lutas para manter determinados privilégios. E se você não trabalha misturando essa dimensão com todas as outras dimensões, você só trabalha com a questão do valor em si, da coisa, do ponto de vista do valor histórico, aí fica complicado valorar inclusive. Que posição que aquilo ocupa na luta mais geral pela apropriação do espaço, quer dizer, de que lado você está na hora em que você está lutando para preservar?*³⁸

Sua fala, recortada de um debate no Congresso em 1991 sobre Patrimônio Histórico e Cidadania, traz a problematização feita naquele momento sobre as disputas pela organização da cidade de São Paulo. Enquanto Diretora de Planejamento do Governo Municipal apontava a perspectiva da cartografia territorial, trazendo os sujeitos constituindo seus territórios na cidade, desconstruindo uma possível lógica urbanística. Porém, isso não é suficiente para afastar a autora de seus referenciais de planejamento urbano.

Rolnik, ao narrar a experiência social acima e problematizar a noção de preservação que se apresenta em grande medida descolada das relações de tensão social, dá uma dinâmica mais ampla para o planejar a cidade. A autora olha para o processo de feitura da cidade não como um espaço, que se ocupa e desocupa, mas um território em disputa pelas necessidades de moradia, locomoção, uso da cidade e de acesso às frentes de trabalho. Interessante o modo como esse modo de olhar as relações evidencia a movimentação feita pelos moradores para pertencer e ter um lugar na cidade. Questões que partilho com a autora, haja vista que não desejamos abstrair as desigualdades entre os sujeitos que compõem esse processo.

A chamada “luta pela preservação”, seja em qual bandeira for – ambiental, cultural, histórica – apresenta um sentido em si mesmo, que explica naturalmente que, caso não ocorra “a preservação” pretendida, deve-se a uma “falta de consciência”, seja ela ecológica, cultural, ou histórica. Como se não fosse o emaranhado de interesses e práticas, que estão em conflito, o que ritmava essas tensões sobre a legitimação dessas preservações.

³⁸ ROLNIK, Raquel. Mesa Redonda Preservação e Modernidade. *Op. cit.*, p. 201-203

Quando Rolnik privilegia evidenciar o morar onde é mais barato, o estar mais próximo das regiões de trabalho, sugere um encaminhamento que propõe a conjugação do excluir e do pertencer, de acordo com o que as pessoas avaliam e valoram como importantes para viver. A autora chama a atenção para a potência de determinados sujeitos nos enfrentamentos que se colocam. Essas práticas podem se expressar no morar em regiões ribeirinhas, construções inacabadas, áreas públicas e tantas outras, sugerindo um processo dinamizado por moradores que, ao formularem suas necessidades e expectativas, explicitam desigualdades, estas estabelecidas em relações classistas ao se viver a cidade.

Em 2005 quando a autora participava da composição do governo federal, enquanto Secretária Nacional de Programas Urbanos, ela publicou um texto nos Anais da Conferência Nacional de Cultura 2005/2006. Nesse trabalho, novamente demarca que as relações na cidade não estão setorizadas, mesmo que para ela o que reúne as problemáticas sociais seja o planejamento urbano³⁹.

Nesse texto, elegi como campo de diálogo, a problematização que ela faz sobre os assentamentos irregulares enquanto territórios da cidade, ainda que esses sejam inexistentes nos mapas propostos pelo Poder Público. Nesse sentido, afirma que os assentamentos não deixam de compor as lutas sociais. E quando me propus a enfrentar essas questões, fui instigada a propor, no campo da história, que essas práticas não reproduzem a desigualdade, como Rolnik sugere, mas, a meu ver, elas formulam desigualdades, enquanto modos de viver a cidade em tensão⁴⁰.

A autora, a partir do seu suposto, vislumbra nas políticas públicas de planejamento a possibilidade de solucionar essas questões, não deixando de discutir suas contradições. No entanto, esse é um dos entraves que não tenho tranqüilidade em destrinchar. Pois, o que significa pensar que os encaminhamentos de enfrentamento das desigualdades sociais possam vir desse lugar, dessa racionalidade? Dos especialistas?

³⁹ ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. *Op. cit.*

⁴⁰ A retomada dessas discussões, indicando que o modo como se planeja a cidade é uma prática de reprodução da desigualdade, é apresentada no texto de Rolnik *A Lógica da Desordem*, nele a autora discute sobre “exclusão territorial” e faz avaliações sobre as condições de vida nas cidades brasileiras e problematiza as “reconfigurações territoriais” atuais, uma discussão muito próxima da apresentada no anais da Conferência Nacional de Cultura 2005/2006.

- ROLNIK, Raquel. A Lógica da Desordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, p. 10-11, agosto 2008. Matéria da Capa.

- ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. *Op. cit.*

Por mais que queira ver pistas de comprometimento nas argumentações de Rolnik, parece-me que a dureza de viver precariamente na cidade não se encerra na reconfiguração desses lugares – seja em São Paulo, seja em Uberlândia – mas, sim, no que se leva junto, no que não é muito mensurável pelos dados urbanísticos, estatísticos e de ocupação de solo. Os valores dos sujeitos envolvidos nas desapropriações, as alternativas que têm que construir diante suas necessidades fogem da lógica “*de cada um no seu lugar*”.

O seguir na construção da vida não abrevia a desigualdade, seja com a ida para um assentamento “melhor”, ou para uma moradia de determinado programa de “*desfavelamento*”. O ter que arranjar dinheiro para pagar os materiais, o terreno, o hidrômetro, a água, a energia, trazem o desajuste para um orçamento onde esses itens não podem ser prioridades, por mais que sejam expectativas de muitos.

Talvez, em discursos inflamados, a noção de invasão sugira afronta à propriedade privada, mas experimentar morar próximo ao mato, debaixo de lona ou em construções passíveis de fragilidades – tanto pelos materiais utilizados, quanto pelas intempéries e ações policiais – apresenta uma rotina improvisada, pegando água no rio ou no córrego, ou mesmo de vizinhos – enquanto esses aceitam –, ou ainda comendo o que se conserva fora da geladeira, o que se ganha nas andanças do dia. Todas essas questões parecem ser uma rotina em que não cabem escolhas, mas decisões.

Decisão de que é melhor seguir assim, do que não seguir. Todo mundo mora, vive, de alguma forma, convivendo diariamente com suas contradições e as dos vizinhos perante essa relação: ter a condescendência e a partilha, mas também a revolta, a incompreensão desse modo de viver. A condição de desigualdade que experimentam nos assentamentos, ocupações, favelas, bairros sem infra-estrutura, apontam, em Uberlândia, a desconstrução da lógica do ordenamento. Com isso quero dizer que os territórios da cidade estão sendo feitos e transformados no campo de forças possível, em que as práticas sociais produzem o processo.

Não é só o onde moram e a luta que empreendem para pertencer à cidade que identifica essa condição, mas suas culturas estão em disputa quando se revestem da explicação educacional, preservacionista e legal de desapropriações, de limitações de usos da cidade e de visibilidade de valores. Nesse encaminhamento, o onde e o como viver a/na cidade continua a ser pressionado, na tentativa de impor a imagem da cidade única, ordeira e desenvolvida. Porém, o vivido mostra uma contradição de imagens e práticas que deslegitima essa homogeneidade e traz a tensão como o tom das relações

sociais⁴¹. A tensão que se produz nessa correlação de forças não aponta um caminho tranqüilo para a solução dessas questões. Sair para trabalhar ou arranjar um bico e ter na volta, como possibilidade de imagem da cidade a expulsão, é compreender que o que se leva junto, seja para onde for, não retira a desigualdade das relações⁴².

Quando, em 2004, parte de uma área pública foi ocupada no bairro Taiaman, região oeste da cidade, houve um grande tumulto. Morava bem próxima a essa ocupação e fiquei pensando sobre como a dimensão e visibilidade daquela ação destoava de outras também próximas dali, presentes às margens da BR-365 e também na região do bairro Tocantins, ainda na região oeste da cidade.

Na verdade, o incômodo tinha sentido quando se analisava onde essa ocupação aconteceu, era no meio do bairro, entre o loteamento mais antigo e o conjunto recentemente entregue aos moradores. Portanto, não são apenas as APPs que “*exigem*” desapropriação, há outras interdições compondo o universo social⁴³.

Esse vazio intermediário, comum na organização da cidade, foi visto pelos ocupantes como possibilidade de negociação com o Poder Público, entretanto não foram bem assim que as questões se encaminharam. No ônibus, na conversa das ruas, na escola, o questionamento sobre o que estavam fazendo ali era comum. Mas, os que estavam na margem do rio, ao final do bairro, ou mesmo nas margens da rodovia passavam despercebidos, como se compusessem aquele lugar, ainda não delineado para os parques lineares, sugerindo, mais uma vez, que há prioridades para se questionar, ou fortalecer pertencimentos.

⁴¹ Trabalhos como o de Petuba e Morais ajudam a compreender um pouco mais essa experiência, no sentido em que não tratam esses sujeitos como exceções na cidade, mas como parte dela.

- MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade – trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000*. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

- PETUBA, Rosângela M. S. *Pelo direito à cidade. Experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir. Uberlândia (1990-2000)*. 2001. 116f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

⁴² O trabalho de Souza aponta o fazer-se dinâmico dos sujeitos sociais em suas lutas, destacando quais os sentidos e caminhos que produzem para compor valores e expectativas no pertencimento social. A luta pela habitação é traduzida pelo autor como a expressão de anseios e práticas cotidianas, o viver a cidade empreende essas tramas, trazendo as contradições e o que não se abre mão no processo desigual de direito à cidade.

- SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC/Hipótese, 1995.

⁴³ Discussão importante sobre essa experiência, bem como outras partilhadas pelos trabalhadores, compreende parte dos interesses da tese de Morais. Ver:

- MORAIS, Sérgio Paulo. *Empobrecimento e “inclusão social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)*. 2007. 230f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Um bairro em que os moradores se reconheciam em condições diferenciadas dos que ali começaram a construir suas casas no ano de 2004: algumas com placas, latas, pedaços de telhas, outros já com tijolos, janelas, parecia que estavam conseguindo resistir. Resistir aos vizinhos, à polícia, à prefeitura, à imprensa, às suas próprias contradições. O que percebi naqueles tempos foi um “ir vivendo”, tentando, com isso, construir o seu lugar. O terreno comum dos trabalhadores possui mais divisões do que o esperado, não vivíamos da mesma forma, isso me fez ver como as experiências confluem identificações partidas e contraditórias.

No dia em que a polícia madrugou para retirá-los de lá, acordei com os tiros às 5 horas da manhã. Não sabia se fingia não acontecer nada ou se havia realmente algo a fazer, já sabíamos qual era a razão da chegada da polícia. Nessa hora, descobri a inoperância do que acreditamos que deve ser vivido em sociedade, as limitações das solidariedades de classe. Assim que o dia clareou fui até o portão e vi como as questões sociais são experimentadas na construção e destruição de possibilidades.

Tanto fazia se a casa era de pau ou de tijolo, tudo estava no chão. Pessoas machucadas, juntando algumas coisas que sobraram e colocando nas calçadas. O pior já havia passado. Tinham que recomeçar, dar um jeito de ir para casa de parentes, ou amigos. Os vizinhos, naquele momento, aceitaram que eles adentrassem em suas casas, usassem o telefone, tomassem uma água e mais nada. Depois de tudo isso, era hora de cada um seguir a vida.

A solidariedade e as alianças construídas no terreno comum dessa experiência social tiveram hora e lugar para acontecer. Por isso, nem sempre as conquistas são possíveis e, em alguns momentos, resistir é uma negociação massacrante e extremada. A dificuldade de compreender a lógica desse campo de forças está na leitura simplista de que, aparentemente, nada pode piorar. Mas, como bem já se viveu, há sempre pressões e limites empurrando outras dificuldades para determinados trabalhadores. Portanto, são os sujeitos que experimentam essas tensões que têm como avaliar o peso das pressões e os limites de suas práticas.

Ao fechar o portão e esperar o que os noticiários iriam apresentar sobre o andamento da desocupação, encerrei, como muitos, minha participação naquele processo. A condição de classe, por mais que seja compartilhada em princípios, não existiu na hora de enfrentar a polícia e ter que sair na correria. Eu tinha a minha casa, legalizada, não tinha como partilhar, na mesma condição, aquela experiência. A contradição da minha experiência está aí, indicando que ainda há muito a se fazer e

enfrentar, mas que em grande medida, estamos em lugares diferentes na lida com as desigualdades. As divisões nas relações classistas são fortes e permeiam os enfrentamentos sociais.

Essa mescla de elementos, que perpassa as propostas de organizar as cidades, vai construindo transformações e permanências. E, passados cinco anos dessa experiência, essa área ainda está vazia, pois, simplesmente não era para eles. O que sugere que na disputa pela moradia, por um lugar na cidade, muitas vezes, há forças que se sobrepõem e estratégias perversas para se manter o controle social, determinar o onde e como viver.

Até parece que é uma questão de consentimento transformar, ou deixar as coisas como estão. Duvido muito disso, mesmo porque eles continuaram a ocupar outras áreas, a indicar novos modos de organizar a cidade, mesmo com a permanência de desigualdades no foco de suas conquistas e frustrações.

Se em alguns momentos do processo histórico intitular programas como ações de “*desfavelamento*”, ganhava o sentido de propiciar condições melhores (sair da insegurança, da ilegalidade, do risco da enchente, da poluição), hoje propor práticas de desapropriação na lógica ambiental, de lazer e qualidade de vida, traz, ao mesmo tempo, um diálogo com os interesses de determinados sujeitos – empresários, políticos, moradores de condomínios e bairros nobres – e um distanciamento, pelo menos em tese, de algumas tensões em que estas proposições estão inseridas, pois apresentam a justificativa social e ecológica como as motivações para tais ações.

Os programas de desapropriação em Uberlândia ocorreram enquanto limites de uma visibilidade exacerbada de desigualdades na dinâmica histórica da cidade, seja no início do século XX com a perseguição aos casarios antigos apontados como fora dos padrões criados enquanto códigos de posturas e proposição de constituição de um “espaço urbano”, seja nas pressões que prosseguem, principalmente, como tentativas de limitar modos de viver, utilizando-se da prerrogativa de cidade inserida no desenvolvimento nacional, essas ações dão novo fôlego às desapropriações da década de 1950 e 1960 justificando novos enfrentamentos pelo direito aos espaços do centro comercial e de áreas almejadas como nobres, promovendo a indicação de outros bairros como pertinentes ao viver dos trabalhadores.

Esse percurso de interesse pelo organizar a cidade, ganha distinção em ações do final da década de 1970 e durante a década de 1980, em que projetos de “*desfavelamento*” – vinculados à ICASU e Assistência Social Municipal, irão compor um repertório de discussão sobre a moradia na cidade, o desemprego, as condições de

vida de trabalhadores empobrecidos, indicando diferentes propostas para um rearranjo das relações sociais em Uberlândia, não mais limitados com argumentos de códigos de postura e planos de urbanização, mas sim tratando essas desigualdades enquanto questões de entrave, principalmente nas proposições que irão se confrontar com a participação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese Católica, das Associações de Bairro e grupos políticos que se propunham vinculados aos trabalhadores⁴⁴.

Para o Poder Público era preciso retirá-los das regiões em que estavam, seja pela visibilidade, seja pela dimensão que tal modo de viver ganhava na cidade, enquanto alternativa para moradores que não conseguiam pagar aluguel, ter um emprego, sobreviver. Para grupos associados a esses trabalhadores (advogados, assistentes sociais, religiosos, políticos etc.) era preciso promover “*justiça social*”, garantir acesso à moradia, ao trabalho, à educação, ao pertencimento à cidade⁴⁵. Esses momentos de

⁴⁴ Sobre essas disputas em relação aos projetos de desfavelamento interessante analisar material do Acervo do CDDH e CDP, disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, em Relatório produzido pela ICASU e pesquisas discutidas e apresentadas na Câmara Municipal de Uberlândia durante as décadas de 1970 e 1980, disponíveis no livro de Correspondências Recebidas da Câmara Municipal de Uberlândia, Arquivo Público de Uberlândia. Importante também o material da pesquisadora Rosângela M. S. Petuba, cedido ao Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, disponibilizado no Acervo da Coleção Udi, onde destaco material referente à década de 1990 e ao Centro de Orientação (Triagem) ao Migrante e a ação deste diante os moradores de rua e trabalhadores que estão envolvidos em ocupações e “não são da cidade”.

⁴⁵ Referências a serem problematizadas sobre esse processo se encontram em:

- SILVA, Antônio P. *ACIUB em Revista*. Uberlândia, 1983. Edição Extra. 50 anos trabalhando com amor. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas. Nesse trabalho o autor se propõe a registrar fatos e ações dessa instituição a partir do envolvimento de seus associados, apresentando as mudanças na cidade como decorrentes das práticas desses associados, colocando como empenho particular e, ao mesmo tempo, da coletividade classista envolvendo ruralistas, empresários, políticos, dentre outros.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Projeto de Desfavelamento*. (1990, 1994, 1996). Esses projetos propõem mapear os “focos” de favelas na cidade, indicando a partir de então ações para desinstalar tais núcleos de moradia “irregular”, uma das tentativas com tais projetos era comprovar a origem desses moradores e sua “desocupação”, propondo assim justificar a ação do Poder Público, ou enviá-los para as cidades de origem, ou desapropriá-los daquelas regiões como invasores “desocupados”.

- RELATÓRIO ICASU. Levantamento de favelas e condições de vida. Uberlândia, jun 1980. Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Esse trabalho compõe várias fases desse projeto, desde levantamento de áreas, “perfil de moradores” e “ocupações”, até mesmo a proposição de ações para tais regiões e envolvidos, contando com avaliação de assistentes sociais. A ICASU em parceria com o Poder Público aponta as regiões em que deveriam sistematizar “desfavelamentos”, bem como justifica essa prática como melhoria de qualidade de vida para os envolvidos e para os demais moradores do em torno.

- FICHAS CADASTRAIS. Favela da Lobeira. Uberlândia, 1989. Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Acervo CDDH. Esse material faz parte de um levantamento realizado pelo órgão da Diocese Católica de Uberlândia, CDDH, em que faz um levantamento dos moradores da Favela da Lobeira no bairro Lagoinha. Nessas fichas constam: nome, origem, tempo de residência em Uberlândia e na área ocupada, composição familiar, número de trabalhadores e dependentes na família, especificação de profissão, salário e renda familiar. Constam ainda, mas quase sempre em branco, tabela para preenchimento de número de RG, CPF e da Carteira de Trabalho. Todas as fichas devem conter a

pressão, dentre tantos outros, explicitam propostas de readequação de usos da cidade a partir de expectativas de urbanização, fomentadas em concorrência com outras regiões do país, traz como prática classista a tentativa de “higienizar”, elegendo o que deve ser a cidade, áreas de circulação, trabalho, moradia e lazer⁴⁶.

No processo de composição de forças para a promoção dessas desapropriações, em grande medida se conseguiu organizar a cidade nessa direção, mas a meu ver, esse processo, que ainda se faz no início do século XXI, teve a seu favor, muitas vezes, o lidar com os limites da resistência de muitos moradores: seja pelos impostos excessivos, pelas ofertas tentadoras na compra de suas casas, ou mesmo no reconhecimento de que suas referências estavam sendo desfeitas naquele território e que não havia vínculos a se perder, mas dinheiro a se ganhar. Porém, em outros casos, a leitura realizada sobre a

assinatura do informante. Esse material foi utilizado nas negociações com a Prefeitura diante a pressão para a desocupação da área.

- AÇÃO da Prefeitura para desapropriação. Uberlândia, 23 nov. 1988. Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Acervo CDDH. Esse material refere-se a uma ocupação próxima ao Parque de Exposições Camaru, região Sul da cidade, em que a Prefeitura exige reintegração de posse e indenização. Nesse caso é importante destacar os argumentos utilizados para a retirada dessas famílias, bem como a historicidade construída para que certa noção de “*patrimônio público municipal*” legitimasse o pedido da Prefeitura.

- CORRESPONDÊNCIA. Associação de Moradores AMBLAL. Propondo a legitimação das moradias na favela. Uberlândia, dez. 1988. Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Esse material tem relevância pelo apoio dado aos ocupantes da favela da Lobeira pela Associação de Moradores do bairro Lagoinha. Nessa correspondência se solidarizam com a questão e alegam a legitimidade e urgência de regularização desses moradores, destacando as péssimas condições de vida a que estão sujeitos, sugerindo um ação do Poder Público em favor desses moradores.

⁴⁶ O trabalho de Castro traz como inquietação o processo de constituição da cidade de Uberlândia. Para tanto a autora problematiza as propostas de feitura dessa cidade em fins do século XIX e início do século XX, apresentando a formulação de códigos, leis, projetos, discussões na imprensa, na Câmara Municipal, assim como o convívio de classes, enquanto indícios da disputa pelos usos e modos de viver que se propunha para Uberlândia. Nesse trabalho, as desapropriações aparecem como pauta dessas tensões e indicam compor um longo percurso de disputas, que ainda não se encerrou, para a produção de Uberlândia.

- CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberlândia/MG (1890-1930)*. 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

Para problematizar as abordagens possíveis sobre a produção da cidade e a disputa por modos de viver, foram importantes as leituras de trabalhos que se posicionam, por outros supostos de interpretação, à medida que trazem não só novos debates como também disputam a explicação para esse processo de mudanças. Eles indicam explicações estruturais da segregação, da formação da periferia, da organização do espaço urbano, produzem tipologias dos sujeitos, enquadrando-os em um domínio classista, que mais os vitima do que aponta as disputas possíveis que realizam nas relações sociais que experimentam, caracterizando-os a partir de espaços da cidade (periferia). Nesse sentido, destaco os seguintes trabalhos:

- BESSA, Kelly C. F. O. *A fragmentação do espaço urbano e o processo de favelização em Uberlândia*. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.

- MOREIRA, Helvécio D. *Formação e Desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Projeto de Pesquisa modalidade aperfeiçoamento CNPq). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1991.

- PEREZ, Rosemeire M. da Costa. *O sem-terra urbano em Uberlândia. O caso Lagoinha*. 1990. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1990.

feitura da cidade é a de que partilhavam daquela mudança, esperavam por ela e, por isso, não iriam se retirar.

Nesse processo atual, instituem-se práticas que cada vez mais querem determinar o passo adiante da exclusão: a precariedade das condições de trabalho, o alto custo de vida, a vida regrada, são elementos que pressionam o modo de viver de muitos, que na dinâmica das relações estabelecidas na cidade vão experimentando as agruras de se movimentar para sobreviver. Porém, esse caminho de construção de territórios não produziu a cidade planejada e na tensão desse processo continua a despertar desapropriações e novas ocupações. A constante reorganização do viver a cidade enquanto mecanismo de disputa e dominação.

A proposição dos Parques Lineares não pode passar incólume a essas tensões. Se, por um lado, convencem/atendem parte dos moradores das proximidades dessas regiões de que essa será uma mudança para preservação e melhoria do seu local de moradia, por outro, abrem dúvidas sobre o que motiva e o que compõe essa mudança, após tanto tempo de permanência. Por traz da forma há conteúdo, e é isso que tentarei rastrear um pouco.

A reportagem de Barbosa, realizada em setembro de 2007, já utilizada nesse capítulo, trouxe a positividade da implantação dos Parques, isentando a Prefeitura do descaso, apontando para as relações de vizinhança a responsabilidade pela mudança proposta pela Administração Pública. Caminhos de dividir posições e ações diante as mudanças sugeridas a partir dos Parques Lineares:

“Agora está até mais bonito. Antes era um descaso total, as pessoas até evitavam passar por essa região devido ao mau cheiro que era. Vamos ver se a Prefeitura vai fiscalizar para não deixar o povo vir de outros bairros despejar lixo aqui”, ressaltou a dona de casa Maria de Fátima da Luz, que mora na avenida em frente ao córrego⁴⁷.

A fala de dona Maria de Fátima, legitimada pelo Jornal como representativa dos moradores do bairro Jardim Inconfidência, região sul, em processo de valorização e ocupação de residências de luxo, não só autoriza a leitura que o mesmo faz dessa prática de intervenção na cidade, como também propõe expressar o anseio de determinados moradores sobre as práticas do Poder Público, fazendo coro e facilitando os empreendimentos indicados para aquela região.

⁴⁷ BARBOSA, Lucas. Jardim Inconfidência. Limpeza dá continuidade a obras de parque linear. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

À medida que dona Maria de Fátima dá visibilidade às referências que construiu enquanto um “bem viver”, os sonhos possíveis ganham força em ações como a mencionada em sua fala. Com isso, percebo o lastro que ganha esses conflitos, pois transformar aquele espaço, para ela respondia não só a expectativas criadas durante o convívio com o lixo, o mau cheiro e o mato, mas permitiu entender que as mudanças, até mesmo a de composição dos seus vizinhos – os que seriam desapropriados, também abarcava suas necessidades e interesses por um outro valor de morar, por uma outra condição e identificação de classe.

Esse processo de partilha da mudança é contraditório, principalmente porque caso essas mudanças gerem custos, alterem hábitos de moradores, ou mesmo ocorra de modo imperativo, outras formas de se relacionar com essa prática de transformação podem ser elaboradas. A força da resistência, ou aliança, nessas ações não está mecanicamente instaurada. É construída conforme os laços existentes com o lugar e com os sujeitos envolvidos no processo de transformação.

O que observo, na composição das lutas sociais, é que ler esses vínculos e utilizá-los na correlação de forças é prática comum no viver a/na cidade. Os moradores envolvidos nessas transformações, tanto os que irão permanecer quanto os que irão sair das regiões de composição dos Parques, lutam pelo que elegem como direitos, pelas relações que acreditam partilhar, dentro dessa contraditória melhoria, segundo as expectativas sugeridas, mas, também, evidenciadas com as mudanças.

Este uso da fala dos moradores por parte do *Jornal Correio de Uberlândia* corresponde a modos possíveis das entrevistas comporem nossas práticas políticas. Nesse caso, não é apenas uma diversidade de linguagens que perpassa a produção da matéria, é ainda o circuito por onde se legitimam interesses e identificações de classe, enquanto universais e para todos. A identificação que se construiu com a fala de dona Maria de Fátima foi a de que o Parque não só é necessário como esperado pelos moradores.

Ao longo da pesquisa e da produção do texto, fui questionada se essas ações não eram de fato pertinentes, ou se haviam outras maneiras de encaminhar essas questões de ilegalidade, “A prefeitura não deve fazer nada?”, “As pessoas devem morar mal, ficar em favelas, barracos?”. Mas, até o momento não fui convencida de que as desigualdades são resolvidas por desapropriações, por recolocar esses sujeitos na cidade inclusive com

novas expropriações. Até porque os pesos e as medidas nas relações de tensão social não são, efetivamente, os mesmos para todos, portanto as soluções também não são⁴⁸.

Essa realidade me fez repensar algumas práticas que postulam encaminhamentos da disputa na cidade. Ações que empreendem ao patrimônio municipal sentidos desiguais de pertencimento e direito. Enquanto os moradores de rua, os moradores sem registro público são pressionados a se retirar de regiões, ou mesmo da cidade, outras ações apontam a fixação e incentivo ao que elegem como o que devem permanecer e ser sinônimo do que querem adjetivar a cidade.

Nesse sentido, a doação de terrenos à empresa Center Shopping S/A para sua expansão apresenta alguns pormenores importantes, como a justificativa de ceder terreno, em área privilegiada de Uberlândia, sem contrapartida, para que o empreendimento privado expandisse seus negócios. Parcerias que têm outros parâmetros para acenarem como possíveis, legítimas e de “*interesse da cidade*”. Na matéria apresentada na coluna de Wallace Torres, traz o movimento tenso de liberação dessas áreas para a empresa, sugerindo conflitos, mas, ao final, uma concessão acordada:

⁴⁸ A reportagem “Falta de moradia faz da rua o lar de muita gente”, do *Jornal Correio de Uberlândia* destaca as condições de vida dos moradores de rua, apresentando o modo como esses sujeitos encaminham o viver na cidade diante as pressões de retiradas e composição de novos lares. No texto, é retratada a movimentação dos mesmos em Uberlândia, pelas margens dos córregos e do rio Uberabinha. A divulgação do caso expõe a fala do senhor José Carlos Medeiros da Silva denuncia a prática da Prefeitura de transportá-los de uma região à outra: “Eles (assistentes sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social) chegam de surpresa para levar a gente embora. Mas nunca falam para onde”, indicando que os levam, a cada retirada, para regiões mais afastadas, como a que estavam naquele momento a região de APPs do córrego do Óleo nos limites do bairro Jardim Patrícia, região oeste da cidade. Esse desapropriar aos poucos, sem propor melhorias para o viver em Uberlândia, procura se resguardar também no mote da proposta de limpeza e preservação das margens ribeirinhas de Uberlândia. Ao deslegitimar esses moradores como pertencentes à cidade, a reportagem sugere que, sendo eles moradores de rua pouco pode ser feito, pois a prática do Jornal corrobora para justificar que eles não pertencem à cidade, ao contrário do que de início possa parecer uma defesa dos mesmos. A matéria evoca uma perspectiva de que esses sujeitos não têm possibilidade de melhorias justificáveis, caso não tenham certos modos de trabalhar, morar, isto é, um padrão de morador da cidade, comparando seus viveres ao “período neolítico”, hábitos “primitivos” de vida. A sugestão que se fortalece na reportagem é que retornem às suas cidades de origem. O que fica como questão, não são os enfrentamentos das pessoas para viver, mas, sim, a luta pela preservação das APPs e da eficácia da “Ronda Social” na retirada desses moradores das ruas, viadutos e áreas de vale.

- FERNANDES, Arthur. Falta de Moradia faz da rua o lar de muita gente. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 28 ago. 2007, Caderno Cidade, p. B-1. Ver também essa contraditória enunciação em outras reportagens, que seguem a mesma lógica de reverter problemas sociais em eficácia de ação pública, como a matéria, do mesmo repórter, realizada três anos antes:

- FERNANDES, Arthur. Dura realidade de quem mora na rua. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 dez. 2004. Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2004/12/31/7050/dura_realidade_de_quem_mora_na_rua.html>. Acesso em: maio 2008.

Causou desgaste à base aliada na Câmara Municipal a aprovação nesta semana de dois projetos que tratam de desafeto do domínio público e autoriza o Município a doar imóvel com dispensa de licitação à empresa Center Shopping S/A. Trata-se de duas ruas que serão utilizadas para ampliar a área de estacionamento do complexo. A oposição queria que a empresa desse uma contrapartida ao Município, como um investimento na área social ou educacional. Mas a maioria dos vereadores rejeitou a sugestão, o que causou um racha na própria base. O vereador Carlito Cordeiro, por exemplo, abandonou a sessão de votação indignado por não ter seu pedido de vistas aceito. Outros vereadores pegaram a bandeira e chegaram a engrossar o coro em prol de alguma contrapartida. Mas, quando o projeto foi à discussão, houve apenas um voto contrário à doação da maneira como foi proposta – o do vereador Delfino Rodrigues.

(...)

Carlito disse que saiu da reunião “magoado com a arbitrariedade, a prepotência e a arrogância de alguns colegas”.⁴⁹

A discussão apontada pelo colunista, editor de Política do *Jornal Correio de Uberlândia*, analisa as práticas de vereadores diante o projeto de doação de área da prefeitura para a ampliação da empresa Center Shopping, na região leste da cidade. No entanto, mesmo apontando “o racha” entre os vereadores, indica a conciliação final para a aprovação, “*houve apenas um voto contrário*”. Fica explícita a correlação de forças que se coloca diante a aprovação, ou não, de projetos como esse. Essa síntese de um processo de relações de interesses e poder tão complexas só podem compor maiores indagações sobre as escolhas das doações e desapropriações que o Poder Público encampa.

O que seria uma contrapartida para a disponibilização de áreas em uma região extremamente valorizada como essa na cidade? O mal estar gerado na votação se deve a quê? O que está pesando na correlação de forças que retira a tranquilidade de projetos como esse de serem aprovados? O que é visível é que a doação de áreas em regiões de córregos, ou mesmo em outras áreas da cidade, a trabalhadores empobrecidos não está em discussão.

Em diferentes momentos, vemos que a doação de áreas da Prefeitura não é algo excepcional. Em pesquisa nas correspondências enviadas à Câmara Municipal, durante as décadas de 1970 a 1990, percebi que creches, associações, sindicatos, igrejas, dentre outros, enviavam pedidos de doação de áreas e, na maioria das vezes, eram atendidos, como, muitas vezes, ainda são. Essa prática comum do órgão público parece ter lastro com esses pedidos, devido à sugerida “ação social” a que esses estão vinculados, o que

⁴⁹ TORRES, Wallace. Confidencial. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 14 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/?tp=coluna&post=12550&uid=39>>. Acesso em: set. 2008.

incide sobre a possibilidade de uso dessas práticas para a própria legitimidade e promoção da Prefeitura⁵⁰.

Com esse repertório de doações públicas, é que volto às desapropriações. Pois, a discussão sobre a limpeza das margens dos córregos deve ser pensada nessa relação, de pesos e medidas para que algumas doações sejam feitas e que certas desapropriações se mantenham. Para tanto, considere pertinente a análise de um quadro que compõe a mesma página do Jornal da reportagem de Lucas Barbosa, anteriormente destacada, onde esse repórter elabora imagens para o Parque Linear, partilhadas com as produzidas pelo Poder Público e também divulgadas pelo Álbum de Figurinhas de George Thomaz. Penso ser importante refletir sobre a conjugação desse modo de propor a mudança.

Na matéria em questão, a comemoração pelo Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias, ocorrida em Uberlândia, em 2007, exatamente no dia anterior à publicação da reportagem, traz novos elementos à minha reflexão. O evento foi promovido pela empresa Uberlândia Refrescos – Coca Cola, em parceria com a Prefeitura, Dmae – Departamento Municipal de Água e Esgoto, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Associação de Moradores do Bairro Lagoinha. Com esse repertório, torna-se interessante analisar tal prática:

Mais de 100 estudantes da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo também participaram ontem pela manhã de uma ação para recolher o lixo nas proximidades do córrego Lagoinha.(..)

A atividade integra o programa Coca-Cola Reciclou Ganhou realizado em parceria com 65 escolas públicas e privadas de Uberlândia. O projeto estimula a prática de reciclagem das embalagens descartáveis. O material coletado pelos alunos neste dia e durante o ano é trocado por equipamentos, como computadores, materiais esportivos e mobiliários para as escolas. Segundo o coordenador de meio ambiente da Uberlândia Refrescos, Adão Silva Filho, a preservação dos recursos naturais é um compromisso da empresa. “Esse é um córrego muito importante, pois passa dentro da cidade. O objetivo deste evento é orientar a população, principalmente as crianças, para que ajudem a preservar e evitar a degradação do meio ambiente. Depois vamos fazer um acompanhamento e plantio de mudas para recuperação da mata ciliar”, ressaltou.

Os estudantes Welington Carlos, 15 anos, e Maxwell dos Reis, 12 anos, participaram da coleta de lixo no córrego Lagoinha. “É muito importante preservar a natureza. Temos que ajudar a evitar a poluição do córrego. Sem o lixo não vai ter mau cheiro e, ainda, vamos ter um local onde brincar”, disse. Para o diretor da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, Reinaldo Ramos Júnior, o trabalho é importante para a preservação e o exercício da cidadania⁵¹.

⁵⁰ Conferir Livros de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Na confluência de interesses, as empresas são premiadas não só com o selo “empresa cidadã”, mas com liberação de grande parte de impostos a serem pagos. Com isso, a Prefeitura consegue a parceria de empresas em suas práticas, promovendo ações que legitimam interesses de ambas. Nesses momentos, dá visibilidade a práticas de “cidadania” enquanto práticas de mudança, propondo compartilhar essa agenda por um bem maior à natureza e à qualidade de vida.

No caso destacado, o Poder Público consegue, com essa proposta, formular várias questões e apresentá-las como legítimas e partilhadas com a sociedade: promove a política ambiental (limpeza das margens, reciclagem de garrafas pet, conservação dos córregos, veículo de educação ambiental), além de fortalecer a ação para a construção dos Parques Lineares, junto aos moradores do local.

Ao insistir que a orientação da população, por meio da educação ambiental, evitará a degradação, coloca que é por falta dessa conscientização que as áreas de lazer e preservação não existem. Desse modo, a formulação do coordenador da Coca-Cola, Adão Silva Filho, ganha ressonância em outras explicações, construídas por técnicos, secretários e ambientalistas da cidade. Essa temática torna-se referência também na formulação tanto do diretor da escola, que acompanhou o trabalho, quanto dos estudantes, que a reportagem destacou.

A cidadania sugerida para explicar essas ações busca na expectativa dos estudantes a legitimação desse processo, não só para reafirmá-lo, como também indica que essas intervenções vêm das propostas daqueles que vivem na região – pois a escola que realizou a atividade é próxima ao córrego, indicando que esses eram moradores do bairro e conviviam com aquelas áreas. As tensões que compõem essas práticas, tanto de

⁵¹ BARBOSA, Lucas. Preservação Ambiental. Dia Mundial de Limpeza. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

A Uberlândia Refrescos Ltda. produz e comercializa os produtos Coca-Cola na cidade de Uberlândia. Essa empresa possui atividades em parceria com instituições de ensino dentro dos projetos “Empresa Cidadã”. A divulgação dessas atividades se encontra no site da Uberlândia Refrescos <www.cocacolauberlandia.com.br>, bem como em outros projetos que são lançados com o “apoio” das empresas da cidade.

Essas informações constam em matéria publicada no Jornal Correio de Uberlândia, e a destaque, pois quero ressaltar a integração do que é produzido pela imprensa – em suas páginas, nas visibilidades que elege, na difusão de valores e modos de viver a/na cidade – e o que é vivido na cidade. São práticas que vinculam imagens, empresas, projetos ambientais, expectativas de sujeitos sociais diversos e desiguais, mas permeadas por uma proposta de ser sinônimo de informação e melhoria para todos. O que, na verdade, abre-me dúvidas sobre esse processo, ainda mais que o local escolhido para realização do projeto – também área de construção de Parque Linear, traz também uma mobilização da escola da região para a aceitação das transformações dessa área. Esse processo envolve muito mais do que a construção de informações a serem divulgadas, são práticas de convencimento sendo produzidas pelo Jornal sobre o ordenamento da cidade.

descaso público, quanto de ocupações “*ilegais*”, pretensamente amenizadas enquanto arbitrariedades, “*entraves ambientais*”, não são reconhecidas, nessa relação, enquanto desigualdades.

Discutir o envolvimento das escolas nessas práticas permite pensar a que vínculos e lastro se propõem chegar para que as transformações sejam partilhadas e tenham um certo modo de compreensão. Na mesma medida, o *Álbum de Figurinhas* que foi distribuído gratuitamente na rede de escolas públicas, também formulou esse encaminhamento, compondo uma continuidade desse “ensinar a compreender a cidade e suas mudanças”. Não só um quadro de figurinhas é apresentado, mas um modo aceito administrativamente, para explicar o que permanece, o que se transforma e o que se produz enquanto a história da cidade.

A possibilidade comum vislumbrada de que essa região se torne um espaço de lazer é apontada pelos estudantes, mas, em contrapartida, o calçamento e o plantio de mudas para a mata ciliar é o pouco que se avança na visibilidade das melhorias esperadas para essas regiões frente aos projetos que já estão em andamento. Essas práticas de mudança que prosseguem com novos sentidos e em novas relações se balizam no modo conflituoso de compartilhar a vida em Uberlândia. Sendo hierarquizadas e ganhando dimensões segundo alianças e alternativas pesem no dirigismo proposto classistamente.

Nesse sentido a região do bairro Lagoinha precisa de alterações, que seus moradores almejam desde a chegada no bairro. Mas, o que é apontado como urgência é retirar da visibilidade do em torno, essa região empobrecida que é reconhecida por grande parte dos moradores de bairros vizinhos, como do Vigilato Pereira, ou mesmo do Jardim Karaíba, Royal Park, dentre outros, localizados nas proximidades. Estes querem seus imóveis valorizados e livres de uma vizinhança tida como “*indesejada*”.

O desconforto em morar próximo a terrenos ocupados com criação de animais, ou mesmo com as autoconstruções, vem da percepção, nesses hábitos, dos limites da mudança na qual muitos sujeitos querem fazer parte. Esses valores fazem emergir incômodos com o que se vive em Uberlândia: por que moram em determinado bairro, em regiões com problemas de benfeitoria pública, falta de atendimento médico-hospitalar, carência de escolas, irregularidade de ônibus? Esse buscar outras condições e identificações para viver, muitas vezes, deve-se ao que as desigualdades explicitam como limites do pertencimento social, colocando-o, constantemente, à prova.

E, quando mudanças são vislumbradas em projetos, como os dos Parques Lineares, nada mais evidente do que perceber neles a possibilidade de ter, também, outras expectativas concretizadas. Principalmente se for um dos moradores que permaneceram no lugar e não tiveram que redimensionar sua vida por isso e, sim, vai desfrutar dessa mudança com calçadas, áreas de jogos, arborização etc.

Uma das preocupações que mantive foi identificar como essas mudanças se fazem e para quê. Nas fontes analisadas, as regiões próximas aos córregos e ao rio Uberabinha não são aceitas enquanto territórios já partilhados e constituídos, mas sim, como exceções da cidade que devem ser revitalizadas, isto é, devem ter vida em sintonia com o que é proposto por determinados grupos para ser a cidade. A ironia é que esse “ter vida” retira, de muitos, a condição de negociar o seu direito à cidade. Como é articulado na reportagem, que destaca a fala do secretário Cláudio Guedes:

“Nesse momento, como já conseguimos desapropriar a maioria dos lotes irregulares transferindo a área ao patrimônio do município, retirando as invasões e resolvendo esses problemas fundiário, agora temos condições de dar início a essa primeira etapa da construção do parque linear”, disse o secretário municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Cláudio Guedes.

A limpeza das margens do córrego Lagoinha começou em janeiro deste ano. “Fizemos uma limpeza desde o bairro Saraíva até a cachoeira no fundo do Cajubá, onde havia apenas entulho. Tiramos a vegetação invasora, gramamos e plantamos cerca de 600 árvores”, ressaltou.

Para a construção total do parque linear do córrego Lagoinha, que vai abranger aproximadamente seis quilômetros, Cláudio Guedes adiantou que a Prefeitura ainda precisa negociar a desapropriação de cerca de 300 lotes, além de resolver a questão das invasões das margens. Com isso, as áreas de preservação permanentes (APP) habitadas deverão ser transferidas ao patrimônio do Município⁵².

Na citação acima, o modo como se processam as mudanças nas relações de desigualdade, expressas nas desapropriações, sugere que a expulsão dessa gente aponta, mais uma vez, que não é o mudar a paisagem o que está em questão, e sim, conseguir “transferir”, conseguir “retirar as invasões”, fazendo a “limpeza das margens do córrego”.

Mesmo considerando as expectativas e necessidades que montam o campo de possibilidades de quem mora nesses lugares, a desocupação não mereceria uma distinção de prática, enquanto uma problematização do direito à moradia, ao viver a cidade, além da condição de entrave?

⁵² BARBOSA, Lucas. Jardim Inconfidência. Limpeza dá continuidade a obras de parque linear. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

Quando o secretário diz que se agiliza o processo “*resolvendo esses problemas fundiário*”, tenta retirar o sentido social dessa proposta de mudança e as pressões que ele enfrenta diante o modo de organizar a cidade, colocando a resolução dos problemas de “*invasões*” em atos administrativos, porque sendo consideradas ilegais não há negociações sociais, aparentemente, a serem feitas. Tornar a área “*patrimônio do município*” é instituir que acima do direito das pessoas está o direito do município, que, em tese, pensa em um bem maior. Mas quem são os sujeitos que formulam essas práticas enquanto município? Patrimônio de quem é defendido nessas disputas?

Ao utilizar o campo das estruturas e instituições, localizando problemas fundiário e ambiental, o secretário só aponta o que se quer deixar à margem, ou melhor, nesse caso retirar dessa margem e colocar em outra. O território desses sujeitos, que têm nome e uma vida nessa cidade, é deslegitimado nessas relações, pois propor que essas pessoas não traduzam rostos, trajetórias, direitos, torna-se sempre uma sombra mais fácil de apagar ao lidar com a expulsão.

Tentando observar o lidar com expectativas e mudanças, a entrevista realizada por Couto, com seu José Moreira da Cunha, que foi morador da favela do Lagoinha, região sul, nos anos de 1990, ajuda-me a refletir como esse processo compõe a luta pela cidade enquanto experiência social. Mesmo que seus propósitos nessa entrevista não sejam os mesmos dos meus, acredito que a possibilidade de diálogo repercutindo o modo como os trabalhadores usam e se colocam pertencentes à cidade interessou tanto a ela, quanto a mim. Portanto, a pertinência de recolocar essa produção incide em outros procedimentos de pesquisa, mas reafirma que o diálogo nas entrevistas não se encerram em temáticas de trabalho, mas estão a propor novos enfrentamentos⁵³.

⁵³ O aprendizado com o uso das fontes orais é contínuo, principalmente em razão dos inúmeros desafios encontrados durante a produção e análise das formulações que permeiam o diálogo entre entrevistado e entrevistador. Para além das identificações e possíveis limites dessa conversa, o uso de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, diante outras questões, exige o recolocar dessa produção, bem como respeitar o enredo do qual fez parte sua construção. As fontes orais chamam-nos a atenção sobre o trato das fontes em nossos trabalhos, não traduzindo uma peculiaridade, mas enfatizando a sensibilidade e seriedade necessária à reflexão sobre as relações sociais, suas contradições, divisões e legitimidades. Ter como desafio esse processo é perceber que as fontes apontam caminhos, mas não resolvem as nossas questões, ao contrário, propõe pistas e, muitas vezes, desconcertam certezas. Dentre outros trabalhos, considero as leituras destacadas a seguir, como importantes para apontar questões sobre as fontes orais e serem debatidas no campo da história:

- PORTELLI, A.. Tentando aprender um pouquinho. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 41-58.

- _____. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

- _____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-23, fev. 1997.

Nesse sentido, apresento trecho da entrevista de Couto, retratando a fala do sr. José Moreira da Cunha, sugerindo o percurso que empreendeu para a aquisição de sua casa:

A casa, como é que eu consegui? É assim: Eu morava, eu entrei numa favela aqui embaixo, sabe? Entrei não, eu abri uma favela cá embaixo. Eu sô positivo pá... Aí, a Tânia é advogada da prefeitura, ela veio pá me despejá daí no mermo dia que nós tinha vindo, tinha posto só duas teia em cima e cercado de lona preta. Ela chegô, virô pra mim, falô assim: “Qual é o proprietário desse rancho aí? Inda abusô ainda, “Esse rancho”. Aí eu falei: “Não, rancho, não, aqui é minha casa, lugá de eu pô meus filho”. Ela falô: “Você num sabe que isso aí é área verde? Eu falei: “Não, já era verde. Eu já capinei tudo e quemei, agora num é mais verde mais, já tá seco”. “Bão”, ela falô assim: “Ocê tem 24 hora pra desocupá aí”. Virei pra ela e falei assim: “Eu tem. Então a senhora vai na frente desocupa um quarto lá que eu vô com a minha família (lá pra sua casa)...” Ela falo: Mas cê num pode alugá uma casa?” “Eu num posso, não!” Ela: “Pois eu alugo uma casa, trabaio de ordenado também!” Eu falei: “Pêra aí! Esse carro é da senhora?”. Ela: “É”. “Então faz o seguinte: senhora vende e compra uma casa, que aí a senhora facilita mió”. Ela: “Ih, com ocê num tem jeito não, pode ficá quieto aí, mas num dexa ninguém mais fazê barraco aí não!”. Falei: “Tudo bem”. Ela foi embora. Aí a assistência social, os padre, tudo ajuda nós lá embaixo, ficamo na favela, ficamo, com pouco, nós tinha inscrição. Aí eles temaro comigo: “Ah, cê vai pá Seringueira”. Falei: “Vô não”. “Cê vai pu Tocantins”. “Também num vô não. Eu num tem condições de morá num lugá desse, num tem carro, num tem nada”. “Então cê vai pro São Jorge”. Falei: “Piorô!”, virô pra mim e falô: “O que que cê qué?” “Se oceis me tirá, eu volto outra veiz. Eu quero a casa é aqui, na Lagoinha!” Ah, mas aqui num tem!” “Tem, tem uma casa ali, que tá é depósito de maconheiro e tudo quanto é treim tá nessa casa, e é d’oceis, que é escritório”. Ele virô pra mim e falô assim: “Ó, tem 50 quereno aquela casa”. Falei pra ele: “Tá interano 51”. Quando ele viu que num tinha jeito pá mim memo, aí... com o rapaz lá: “Ó, ce vai lá e compra o padrão e manda eles liga a luz lá”. Aí me deu a orde, eu vim, no outro dia eu passei cá a tarde. Aí fui lá, me dero, fizeram o recibo, tudo direitin. Agora, hoje, só i fazê a escritura, tá tudo quitado, num devo nada a ninguém.⁵⁴

- _____. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1996: 59-72.

- _____. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J.(org.) *Usos e Abusos de História Oral*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

- _____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.

- _____. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Organizado por Dulce C. A. Whitaker e Thelma Maria G. Veloso. Campina Grande: EDUEP, 2005.

- THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 277-296.

⁵⁴ Fala do senhor José Moreira da Cunha em entrevista realizada pela pesquisadora Ana Mágnia Silva Couto, em 29 de junho de 1997. Na época da entrevista, o senhor José residia no bairro Lagoinha, era catador de papel e tinha 49 anos.

Ana Mágnia Silva Couto é historiadora e desde a graduação – curso de História/UFU – realiza pesquisa com trabalhadores catadores de papel, refletindo sobre suas práticas e experiências enquanto trabalhadores de Uberlândia. Conferir:

Morais também utiliza essa entrevista, e no trabalho em que faz esse uso ele procura caracterizar o bairro Lagoinha e as práticas de trabalhadores, dentre eles a do sr. José. Ao privilegiar essa região, naquele momento de sua pesquisa, Moraes caracterizava o bairro como uma:

...região [em que] concentra-se um grande número de carroceiros (...) com muitos terrenos utilizados para pastagem, com ruas de terra, etc.; características úteis para a prática do trabalho de carroceiros e favoráveis aos seus hábitos costumeiros de vida. Este local, como outros bairros habitados por trabalhadores rurais que migraram para a cidade, relativiza o conceito de cidade urbanizada, moderna e progressista tão divulgado pela mídia local.⁵⁵

Sua análise aponta para a problematização da cidade planejada. Compartilho com ele que as peculiaridades da cidade indicam para uma rede de relações tensas, disputadas dia após dia, desconstruindo não só o que evidenciou como formulação da mídia, mas também por outras construções classistas que autorizam um viés de arrojo progressista para Uberlândia.

A partir da fala do senhor José Moreira, procurei construir minha reflexão iniciando pelo modo como finaliza esse trecho, “*Agora, hoje, só i fazê a escritura, tá tudo quitado, num devo nada a ninguém*”. Tentando compreender o quanto é difícil conseguir dar sentido às suas lutas e dificuldades, suponho que esses foram tempos que apesar da felicidade de ter contrariado os fiscais e advogados, viveu-se com restrições. Mas, planejando o que queria alcançar. Ao mesmo tempo em que buscou retirar uma possível noção de doação e indicar sua luta como legítima, valorou sua conduta.

Eu quero a casa é aqui, na Lagoinha! “Ah, mas aqui num tem!” “Tem, tem uma casa ali, que tá é depósito de maconheiro e tudo quanto é treim tá nessa casa, e é d’oceis, que é escritório”. Ele virô pra mim e falô assim: “Ó, tem 50 quereno aquela casa”. Falei pra ele: “Tá interano 51”⁵⁶

Não fala apenas de si, mas de uma sociedade em que a desigualdade parece continuar sendo caso de polícia, advogada, fiscais. A precariedade no direito à moradia,

- COUTO, Ana Mágnã S. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia – 1970-1999*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

- COUTO, Ana Mágnã S. *Das sobras à indústria de reciclagem: a invenção do lixo na cidade*. (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. 336f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

⁵⁵ MORAIS, Sérgio Paulo. Modo de vida e trabalho com carroças. Pequeno ensaio sobre o termo “informalidade”. *Boletim do CDHIS*, Uberlândia, ano 12, n. 24, 1º sem. 1999, p. 12.

⁵⁶ Fala do senhor José Moreira da Cunha em entrevista realizada pela pesquisadora Ana Mágnã Silva Couto, em 29 de junho de 1997.

ao trabalho que garanta melhores condições de vida, ao reconhecimento enquanto pertencente à cidade, tudo isso o senhor José Moreira reconhece. Sabe que os fiscais poderiam agir de outras formas diante da sua exigência e forçar sua saída. Mas tinha clareza que propor negociar a saída da favela era ganhar tempo, uma maneira de buscar a garantia de seus interesses, embora essa disputa com o Poder Público fosse desigual.

Sua prática de enfrentamento não traz apenas um ar individual de intemperança e teimosia, mas uma leitura da cidade que conhece e ele sabe, como eles, pressionar e buscar alcançar seus interesses. Ser o 51º na lista por uma casa, onde considera legítimo morar, é uma espera possível, diante das que julgou, durante a entrevista, ter possibilidade de possuir naquele momento e ao longo de sua vida.

As escolhas que lhe foram colocadas são: bairro Seringueiras (região sul), Tocantins (região oeste), São Jorge (região sul). Estes bairros aparecem como territórios que podem recebê-lo como morador, bairros já anunciados, como se planejados, para sua classe social⁵⁷.

Para o entrevistado, naquele momento, é clara a dimensão do que significava ir para um desses bairros. A mudança indicava mudar seus hábitos, mudar os locais que costumeiramente percorria para trabalhar, além, é claro, de prejudicar seu orçamento, pois os bairros que lhe sugeriram como possíveis para sua moradia eram distantes do centro comercial – região em que trabalhava coletando papéis. A pergunta que seu José Moreira parece jogar para quem o pressionava nessa relação é: por que não posso escolher onde morar? Há um lugar determinado para que pessoas, como eu, morem?

O bairro Lagoinha, em que apresento os problemas de ocupações de APPs, destacado neste capítulo desde o início, possui uma valorizada área como vizinhança, com loteamentos “planejados”, a princípio, para classes média e alta. A visibilidade do viver na favela, ou em ocupações das margens dos córregos – casas em outros padrões,

⁵⁷ Outras fontes já apontam que mesmo nesses bairros o permanecer não é tranqüilo. Em reportagens do Jornal Primeira Hora e Correio de Uberlândia, durante a década de 1980, bem como em outros momentos de disputa social subsequentes, é possível perceber pistas das dificuldades dessa transferência. Ao mesmo tempo que ela aparece como uma possibilidade de viver melhor, traz o problema da tarifa do ônibus, da distância do trabalho, dos gastos de casa que aumentam, do acesso à Medicina (Hospital Escola da Universidade Federal de Uberlândia), dos vizinhos que não se quer ter como identificação etc. Essas são algumas das questões que estão no repertório de muitos moradores da cidade ao se dirigirem aos loteamentos intitulados, pelo Poder Público, como para esses sujeitos, que tem sua condição de vida explicitada no onde mora – áreas de favelas – e no como trabalho – carroceiros, catadores de papel, domésticas, trabalhadores da construção civil etc. Essas discussões são feitas, principalmente, com base nas tensões da retirada de moradores da Favela da Fepasa, bairro Marta Helena (região norte), para o bairro Tocantins (região oeste) e a retirada das margens do rio Uberabinha (região oeste) para o bairro Esperança (região norte). Ações realizadas durante a década de 1980 e início de 1990. Apontadas também nas tensões acompanhadas na retirada da ocupação do bairro São Jorge (região sul) para a ocupação do que hoje conhecemos como bairro Dom Almir (região leste).

carroças nos terrenos vazios, papelões e recicláveis amontoados em quintais e terrenos – significava (e como se pode ver ainda significa) manter próximo demais a convivência com desigualdades tão explícitas, que estão presentes nos modos de vida desses trabalhadores.

Quando o entrevistado questiona o trato da advogada, a qual chamou sua casa de rancho, sugere, a meu ver, a noção de que não basta enfrentar condições de vida desiguais, deve-se defender seus valores e indicar que a vida de cada um é feita com aquilo que se tem e que se quer enquanto valor, tanto quanto conquista e possibilidade de projeto de vida. Ser jardineiro, diarista, vigia dos vizinhos do bairro Vigilato Pereira é garantia de trabalho, de moradia, de sobrevivência. Portanto, não há como deixar como “*problema de invasão*” os enfrentamentos classistas que certos moradores encontram quando insistem em permanecer nesses lugares, aparentemente, construídos para confirmar uma “rubrica” de classe⁵⁸.

As práticas que procuram legitimar uma dada lógica de trabalho e de propriedade são utilizadas nessa relação de forças, na tentativa de retirar moradores como seu José Moreira das margens do córrego. Porém, ela destoa quando se choca com questões onde a explicação classista não encontra sentido: “*aqui é minha casa, lugar de eu pô meu filho*”.

Não interessa se são duas telhas com uma lona à beira de um matagal, o que importa é que os filhos não ficarão jogados. Casa, aqui, é acolhimento, é cuidado. Um endereço de onde se sai e se volta, planejando e disputando o direito de viver a/na cidade. Um lugar onde se guarda o material de trabalho (papelão, latas, plásticos) que irá render o sustento da família:

Ela falô: “Você num sabe que isso aí é área verde? Eu falei: “Não, já era verde. Eu já capinei tudo e quemei, agora num é mais verde mais, já tá seco”. “Bão”, ela falô assim: “Ocê tem 24 hora pra desocupá aí”. Virei pra ela e falei assim: “Eu tem. Então a senhora vai na frente desocupa um quarto lá que eu vô com a minha famia (lá pra sua casa)...” Ela falo: Mas cê num pode alugá

⁵⁸ Sobre essa questão destaco a experiência que tenho com a presença da minha família em um bairro, que também supõe uma “identidade de classe”, o bairro Jardim Patrícia, na região oeste da cidade. Meus pais, avó e tio residem em um mesmo terreno e, até recentemente, também moravam nele meu irmão e a esposa. Antes deles, eu também morei, na terceira casa que preenche o restante dos espaços do lote. Hoje, essa “casa dos filhos” está alugada e ajuda na renda dos meus pais. A casa inacabada em que moram anuncia as dificuldades que não são compartilhadas com grande parte dos vizinhos que têm seus sobrados produzidos por engenheiros e arquitetos. Além disso, o trabalho nas casas de muitas vizinhas, realizado por minha mãe, anuncia como ela resolve seu pertencimento ao bairro. O que, contraditoriamente, faz com que se sinta contemplada por fazer parte de um bairro reconhecido como de classe média, e, ao mesmo tempo, sinta-se excluída, por não conseguir viver como um deles, mas conseguir, de acordo com as necessidades desses, viabilizar as suas, com o seu trabalho nessas residências.

uma casa?” “Eu num posso, não!” Ela: “Pois eu alugo uma casa, trabaio de ordenado também!” Eu falei: “Pera aí! Esse carro é da senhora?”. Ela: “É”. “Então faz o seguinte: senhora vende e compra uma casa, que aí a senhora facilita mió”. Ela: “Ih, com ocê num tem jeito não, pode fica quieto aí, mas num dexa ninguém mais fazê barraco aí não!”. Falei: “Tudo bem”.⁵⁹

Em uma reelaboração do senhor José Moreira, a negociação desse permanecer aparece para a advogada como uma concessão. Esta sugere um foco que não enxerga essas práticas para além de seus próprios valores e interesses, coloca como peso dessa permanência a responsabilidade do senhor José Moreira em não deixar mais ninguém ocupar a região.

Mas, na mesma moeda, ele não questiona a responsabilidade sugerida, porque sabe que, ao final, essa negociação vai continuar sendo feita em outras relações e, talvez, se tiver mais gente partilhando essa disputa, as negociações sejam melhores, “*Aí a assistência social, os padre, tudo ajudo nós lá embaixo, ficamo na favela, ficamo, com poco, nós tinha inscrição*”. Um tempo abreviado em vírgulas, prolongado nas repetições de palavras “*ficamo...ficamo*”, mas fortalecido porque uma possibilidade veio⁶⁰.

Os sujeitos que moravam na favela entendiam que as assistentes sociais, os padres, os membros do CDDH, não eram iguais a eles, mas se aliavam naquela luta. E na composição de forças eram alianças necessárias, que ao final poderiam lhes favorecer. Eram relações construídas na luta social, mesmo com diferenciações de interesses e experiências.

Como ele mesmo anunciou aos fiscais: “*Se oceis me tirá, eu volto outra vez. Eu quero a casa é aqui, na Lagoinha!*”. E se hoje a campanha ambiental tenta ser mais forte é porque, na verdade, muitos já perceberam como ele, os limites dessa preservação diante outras prioridades, “*Você num sabe que isso aí é área verde? Eu falei: ‘Não, já era verde. Eu já capinei tudo e queimei, agora num é mais verde mais, já tá seco’*”.

E por essa prática de procurar justificar certas áreas da cidade enquanto reserva ambiental não sensibilizar aleatoriamente e por pautar conflitos difíceis de destituir as

⁵⁹ Fala do senhor José Moreira da Cunha em entrevista realizada pela pesquisadora Ana Mágnã Silva Couto, em 29 de junho de 1997.

⁶⁰ Conforme documentação do CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos, acervo que se encontra no CDHIS, houve não só acompanhamento das negociações, como também disponibilização de advogada do centro, acompanhamento de assistentes sociais, cadastramento das famílias, apoio do Movimento SOS Meio Ambiente, Associações de Moradores, além de debates em vários outros bairros – conforme apontam as correspondências do CDDH – discutindo as condições de moradia e o processo de retirada dessas famílias, sugerindo essa questão como um problema social da cidade de Uberlândia, partilhado também com ações em outras cidades, de outros CDDHs. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

peças de seus territórios, apresenta-se como possibilidade, mesmo em tensão, a tentativa de redefinir esses lugares, de disputá-los. Como no caso da construção do Parque do Sabiá – que até finais da década de 1970 era uma região de ocupação –, ou mesmo a transformação dos usos da Cachoeira de Sucupira, em 2008, interdita para se tornar uma “*Reserva Particular de Preservação Natural*”.

Ações que me levam a pensar com mais cuidado sobre as tentativas de patrimonializar, enquanto monumentos, os territórios disputados socialmente. Toda essa construção feita a partir da entrevista com o seu José Moreira na década de 1990 expressou suas relações em movimento, em transformação, uma vida que ganhou visibilidade a partir de uma pergunta, aparentemente simples, feita por Couto: “como conseguiu sua casa?” A fala do senhor José Moreira não trouxe apenas a questão sobre onde morar em Uberlândia naquele momento, mas como se vive e se produz essa cidade.

Até hoje, o debate sobre carroças nas avenidas do centro comercial, vendedores de rua, desapropriações, assentamentos irregulares, retirada de moradores de rua, são questões que estão aí como indício de que o direito à cidade é uma pauta política em disputa historicamente em Uberlândia. As práticas de planejamento urbano propõem um determinado modo de enfrentar essa complexidade se debatendo com a dinâmica do que as pessoas propõem como enfrentamentos e valores nessas relações de mudança e permanência de hábitos e usos.

Essas práticas de elaboração de projetos, programas e leis, sustentam-se em questões que politizam essas ações como proteção ambiental, cumprimento da lei, melhoria para a cidade. No caso dos parques lineares, como ressaltados no título da reportagem do *Jornal Correio de Uberlândia*, insiste-se que o “*Parque Linear vai exigir desapropriação de lotes*”. Como se essa mudança fosse indicativo de uma evolução natural da cidade e não uma motivação de interesses e modos de propor determinadas permanências, de controle social e organização da cidade, a partir de transformações no vivido⁶¹.

Explicações evolucionistas de desenvolvimento e “conscientização social” formulam práticas que tentam, constantemente, desqualificar o pertencimento de determinados moradores da cidade, persistindo na identidade da Uberlândia unificada, procurando abafar, com isso, as relações de classes e intraclasse que produzem a cidade.

⁶¹ GARCIA, Manuella. Lagoinha. Parque Linear vai exigir desapropriação de lotes. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

Na construção dos Parques Lineares não são apenas os ditos moradores irregulares que têm pressões a enfrentar, mas, também, donos de terrenos e casas legalizadas das regiões que são alvo dos projetos revitalizadores. Eles enfrentam o processo contraditório de almejar melhorias, para si e para cidade, vendo, ao mesmo tempo, que serão expropriados delas com a explicação de que essas ações são para compor um bem mais amplo, as áreas públicas de lazer.

Nessa direção, o lugar construído no *Jornal Correio de Uberlândia*, para dialogar com essas contradições do processo de produção dos Parques Lineares sugere não só um apoio a esse projeto, mas indica que também circula pelos meandros que tensionam sua efetivação, pontuando as dissidências, mas sem travar o processo. Ao fazer isso, ainda que o Jornal explicita “*dificuldades*” e descontentamentos com a desapropriação de áreas, procurando preservar a noção de observador imparcial da realidade, o que produz nesse texto serve muito mais de pressão para que a Prefeitura prossiga e dê andamento aos projetos, “*resolvendo*” esses “*problemas*”.

*A comerciante Cristiane Flávio Rodrigues adquiriu, há cerca de 15 anos, dois lotes no bairro Vigilato Pereira. Quando decidiu utilizá-lo, foi informada de que as áreas foram incluídas no projeto do Parque Linear do Lagoinha e que estão na lista de desapropriações na Prefeitura. “Não posso vender, trocar, construir ou alugar os terrenos. Não tenho nem onde morar, porque não posso nem financiar uma casa pela Caixa Econômica Federal, já que possuo imóveis no meu nome. Eu tenho, mas na prática não tenho, porque não posso utilizar os terrenos. E sabe-se lá quando vou receber pelos lotes e espero que esse parque realmente saia do papel. Por enquanto, estou no prejuízo”, desabafou, revoltada. A dificuldade da comerciante é apenas um dos impasses. A Prefeitura também terá de resolver o problema de pessoas que habitam o local de forma regular, além das invasões, concentradas principalmente no intervalo entre a alameda Uberaba até a rua Platão.*⁶²

Para Cristiane, o parque assume uma condição de incerteza, impede efetivamente seu usufruto, porque fere os seus direitos de proprietária. O que impera na sua fala é que ela está no prejuízo. Quer explicação, exige respostas sobre seu caso, porque possui os terrenos há 15 anos, e que até o momento não tinha dimensionado a importância que eles poderiam ter nas relações com o Poder Público. Sua condição de classe pode estar em questão, talvez seja prejudicada.

Mas sabe, com a firmeza de seus valores de diferenciação social, que pode inclusive especular diante o projeto proposto. Os seus terrenos foram incluídos no projeto de “*revitalização*” sem levar em conta o que ela havia planejado para aquela

⁶² Idem, *ibidem*.

região – vender, morar, ou seja, a capacidade de decidir o que fazer. Enquanto outros que moram em casas “*ilegais*”, que trabalham nas residências de luxo, nas mediações dos bairros em questão, perdem não só moradias, mas os postos de trabalho, a proximidade e usufruto de serviços disponibilizados para uma certa classe que eles também conseguem atender, em proporções desiguais, seus interesses.

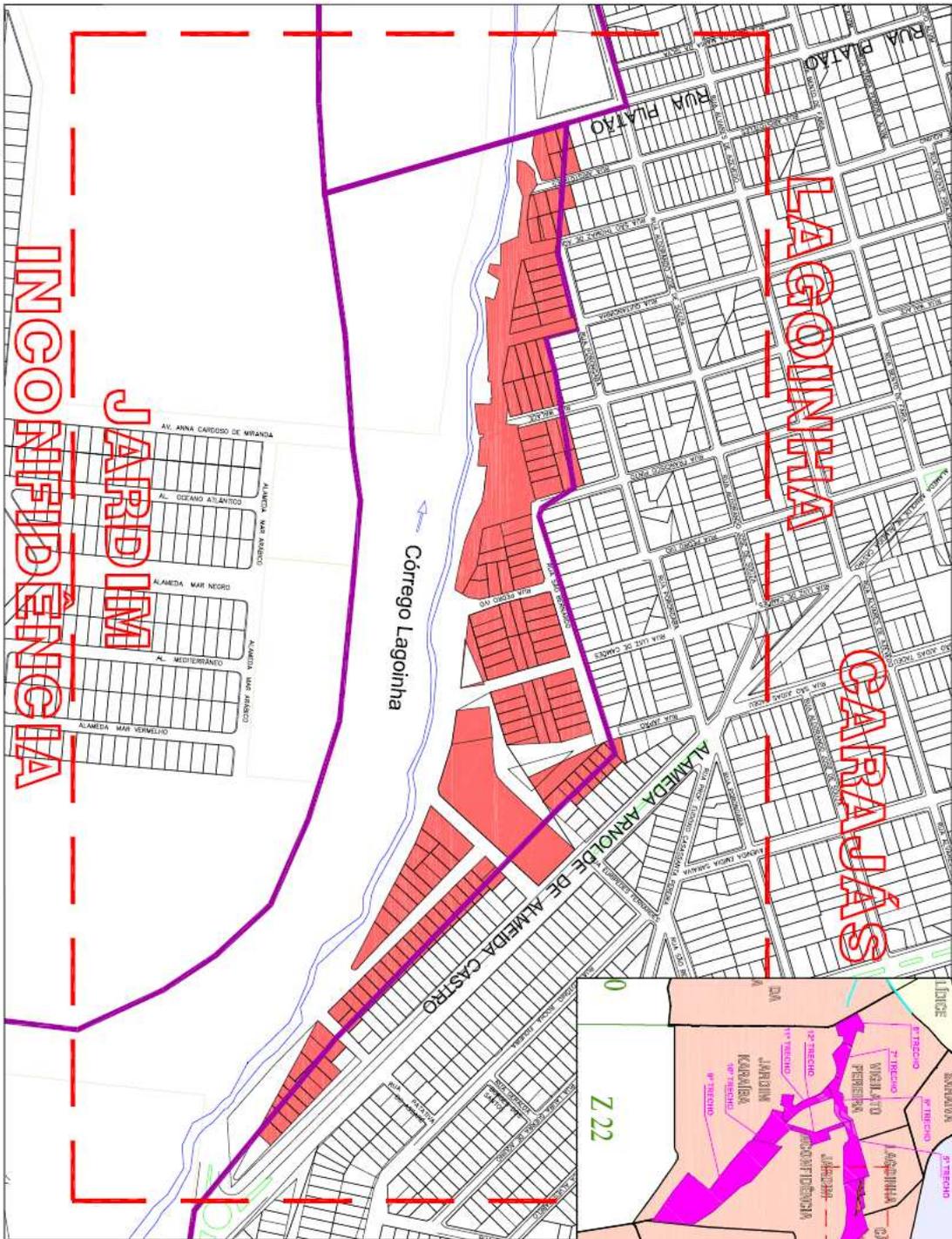
Esse território, conforme é possível observar no mapa IV , apresentado a seguir, traz uma das regiões de interesse de desapropriação do Poder Público para a constituição do Parque Linear do córrego Lagoinha, que foi destacado na matéria acima, sugerindo um número significativo de pessoas que terão seus hábitos e modos de viver alterados, devido à extensão da área que fará parte do projeto.

Todo esse movimento, que acontece nos bastidores da divulgação do projeto dos Parques Lineares é o que me importa destacar. A imagem construída posteriormente ao processo de disputa, ou seja, o parque, só aponta o que se concretizou e não como ele se deu e a que custos. Por isso evidenciar esse percurso e suas tensões ganha aqui algumas páginas e indagações necessárias.

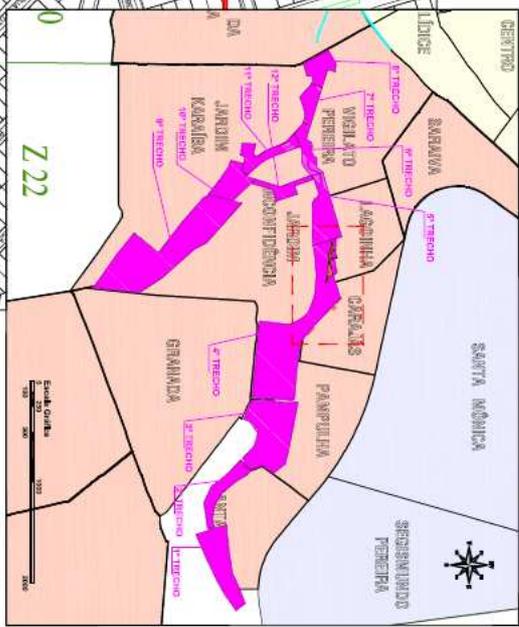
O mapa destaca a região do trecho 4 do projeto do Parque Linear, na região sul da cidade, área de ocupações “irregulares”. Nele observo o propósito de “*requalificar*” o uso do córrego e a proteção da mata, como também a própria reorganização desses lugares que é vislumbrada. A contraditória melhoria abrange quarteirões de bairros diferenciados, o que me sugere dúvidas sobre a equidade de intenções e benfeitorias, já que não se pode desconsiderar que a condição de classe, na tensão, tem mais força para definir a prioridade das melhorias.

MAPA IV - PROJETO PARQUE LINEAR - CÔRREGO LAGOINHA

Atualização: Julho/2009



Detalhe: Trecho 4
Escala 1 / 5,000



LEGENDA

	SETOR NORTE
	SETOR SUL
	SETOR LESTE
	SETOR OESTE
	SETOR CENTRAL
	LOTES E ÁREAS OCUPADAS DENTRO DO PERÍMETRO DO PARQUE
	LIMITE - PERÍMETRO URBANO
	ZONAS DE PLANEJAMENTO URBANO

Projeto de Engenharia de Arquitetura e Urbanismo
 Prof. Dr. Roberto de Almeida Castro
 Rua Santa Helena, 100 - Centro
 Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

A região que destaquei no mapa IV, que em detalhe compreende da rua Platão à antiga alameda Uberaba – atual Alameda Arnolde de Almeida Castro, traz um dos pormenores desse projeto. É a região apontada com “*invasões*”. O que para o secretário Cláudio Guedes é uma questão apenas de “*desocupação*”. Ao me lembrar de outras experiências de desocupação na cidade, é possível que essa seja uma ação possível⁶³.

Em um campo de forças desigual se propõe modos de regular práticas, ocupar e usar áreas, no mesmo momento que incita sentidos às mesmas. Contudo, esses caminhos são difíceis não só pela presença de outros usos e normas que disputam esses lugares, mas porque o que é indicado, ao negociá-los, mexe com vidas, valores, lutas sociais. Tirar o que enfeia e prejudica o local, é retirar, muitas vezes, pessoas que não terão garantidas suas expectativas ao se retirarem dali. Levarão junto a condição de desiguais.

Ao se propor essa mudança, são projetos de cidade que se colocam em questão, onde grupos tentam impor definições do que é a cidade, do que é cultura, do que é preservação ambiental. Entretanto, a equação causa-e-efeito, desapropriação-e-melhoria, formula uma convivência em tensão. Na complexidade das relações a cidade entremeada permanece e os projetos são checados, de fato, no confronto das experiências sociais, no que se quer mexer na vida de determinados moradores.

Digo isso, porque nas disputas pelo uso e ocupação da cidade sujeitos distintamente localizados nas relações sociais, perante suas condições de vida e costumes, experimentam a condição de terem, ou não, suas moradias como áreas de desapropriação (legais e “*ilegais*”) poderão compor forças contrárias, ou a favor ao Parque, mesmo aqueles que não utilizam essas áreas, como Cristiane, ou ainda aqueles que estão construindo verdadeiras mansões, assim como os que residem ali como alternativa ao aluguel, ao desemprego etc.

São conflitos diferentes e desiguais que confrontam e também dividem os caminhos possíveis para o pertencimento à cidade. Mas, nesse texto, essas questões não estarão encerradas, visto que esse processo ainda está sendo feito e ainda tem muitos enfrentamentos a encaminhar.

⁶³ A retirada não é o único enfrentamento que aparece, principalmente porque ela acontece violentando vidas, seja nas privações, na exposição dos limites dessa correlação de forças, seja na provisoriade do que é proposto para esses sujeitos, como outras transferências, prisões e destruição de seus pertences. O acervo do CDDH, disponibilizado no Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, contém fotos, relatórios, correspondências sobre o processo de retirada e instalação dos moradores no bairro Dom Almir. Uma produção extremamente importante para indicar como esses processos são sentidos com a força da violência que os permeia.

Os posicionamentos estão sendo construídos e a tensão é permanente. Refiro-me aqui à recente ocupação e desocupação de prédio no bairro Tubalina, realizada no ano de 2008, na região oeste, que foi transferida para o bairro Shopping Park, região sul e ainda não tem nenhuma solução definitiva para as famílias. Destaco também a ocupação do bairro Taiaman em 2004, região oeste, que foi desfeita à força, pela ação policial, como também a que originou o bairro Dom Almir, região leste, a partir da desocupação do bairro São Jorge (1990-1991), na região sul e busca por regularização, escrituras definitivas e benfeitorias em tantas outras regiões da cidade, como no bairro Marielza⁶⁴.

Destaco essa historicidade de confrontações no interesse de apontar que as disputas prosseguem nas desigualdades em que estão inscritas. O que proponho, é nos incomodarmos com elas e intervirmos, enquanto sujeitos dessa sociedade, nas suas formulações de mudança social.

Ao problematizar as tensões relacionadas às desapropriações, considerei relevante certas produções do *Jornal Correio de Uberlândia*, atentando como esse meio de comunicação foi produzindo o seu lugar nesse debate, seus posicionamentos diante a construção dos Parques Lineares. Aponto, a seguir, a discussão sobre as margens do córrego Mogi, áreas sugeridas como bairros nobres da região sul – contemplando os bairros Jardim Karafba e Jardim Inconfidência – um indício importante para a urgente necessidade de “*revitalização*” nessas áreas.

Esse trecho do córrego Mogi é continuidade do projeto do Parque Linear do córrego Lagoinha, conforme é perceptível no mapa IV, do 9º ao 12º trecho. Essa área é, também, prolongamento dos conflitos dessa contraditória melhoria:

Os proprietários dos lotes do Jardim Inconfidência, ou City Uberlândia, localizado na região do córrego Mogi, também vivem uma apreensão parecida e, ao que tudo indica, terão prejuízos. É que a Prefeitura quer fazer valer a lei, do código de obras de 1950, que proíbe edificações em áreas úmidas que só podem ser usadas para fins de preservação. Portanto, nenhum dono será indenizado, pois não haverá desapropriação.

⁶⁴ Esse bairro foi centro de discussões em minha dissertação. Na época, 2001/2002, os moradores acabavam de ter a rede de energia elétrica instalada e ainda não possuíam a regularização do bairro, mesmo pagando IPTU e não tendo pendências sobre o pagamento dos terrenos. O loteamento promovido pela Imobiliária Vereda desde a década de 1980 não garantiram aos moradores rede de esgoto, asfalto, energia elétrica, escola, posto de saúde, segurança etc. As pressões pela alteração dessas condições recentemente teve algumas conquistas, além da regularização do bairro (que mesmo assim ainda não consta como parte do perímetro urbano), foi aprovado também o projeto de rede de esgoto para o local. Mas a escritura definitiva ainda não veio.

- FREITAS, Sheille S. de. *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade nos anos de 1970/80 – Uberlândia/MG*. 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

“Quando se trata de famílias carentes e que tem o registro do lote, situação da maior parte dos moradores das margens no Lagoinha, evidentemente que a Prefeitura vai alocá-las para outro local. Mas, no caso do Mogi, os proprietários são pessoas que não dependem do terreno para fixar residência, já que estão vagos. Pressupõe-se, portanto, que são pessoas esclarecidas e que não podem dizer que a legislação mudou”, justificou o secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Cláudio Guedes.

Quanto às edificações já consolidadas, o secretário não confirma se serão afetadas, mas ele é enfático ao afirmar que não se pode construir em terrenos úmidos. “Estamos em um momento de reconhecimento da nova legislação ambiental para resolver se essas casas serão mantidas ou não, mas desde 2002 que não liberamos mais alvarás para construção em áreas de brejo. Se existe alguma em andamento, está irregular e pode até ser embargada”, alertou⁶⁵.

Nessa passagem, vários elementos se conjugam ao desqualificar a experiência dos moradores. Retomar a lei é sempre um caminho para impor ao conflito uma autoridade hierarquizada e, aparentemente, inquestionável. Porém, como retirar das pessoas o que já constituíram como seu patrimônio?

Ao mencionar que as famílias das margens do Córrego Lagoinha merecem uma atenção da Prefeitura, o secretário Cláudio Guedes contradiz uma outra fala sua, construída nessa mesma página sobre as “invasões”: *“Quanto às invasões, o máximo que podemos fazer é credenciar as famílias em algum projeto habitacional que a Prefeitura vier a realizar”⁶⁶.*

Assim, nesse conjunto de matérias, a fala do Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aponta um caminho previamente definido para se resolver essas questões: indenizações, permutas, despejos e credenciamentos, colocando enquanto possibilidades futuras um rearranjo da condição atual dos envolvidos. Como se fosse o mais óbvio para se resolver problemas sociais nas cidades brasileiras, ele conclui: *“Por que o Município tem de arcar com tudo? Quem deve responder pela autorização do loteamento são os administradores municipais da época, data que remete a mais de 30 anos atrás, e não a gestão atual”⁶⁷.*

Dessa forma, a memória que se produz no presente não estabelece apenas uma justificativa para o vivido no passado, recorre a normatizações datadas em outros momentos históricos para indicar o que deve balizar as mudanças na cidade, em destaque o código de obras de 1950 e a nova legislação ambiental de 2002, propondo

⁶⁵ GARCIA, Manuella. Córrego Mogi. Proprietários não podem construir em áreas úmidas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

⁶⁶ Idem. Lagoinha. Parque Linear vai exigir desapropriação de lotes. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

⁶⁷ Idem. Córrego Mogi. Proprietários não podem construir em áreas úmidas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

não levar em conta o que foi vivido e produzido nesse meio tempo como legítimo para viver na cidade⁶⁸.

O secretário retira qualquer responsabilidade da atual gestão pelo que é comum na cidade: construção em áreas brejeiras. Ele procura retirar do Poder Público a sua relação efetiva com os problemas sociais vividos em diferentes momentos e lugares, as tensões aparecem como resultado de não cumprimento da lei.

No entanto, muitos moradores não só compreendem o elo existente entre os grupos dirigentes, como também as desigualdades com que lidam diante as práticas instituídas pelos interesses de classe e também recorrem ao que entendem enquanto autorização, liberação para pressionar garantias de manter suas obras e moradias.

Ao prosseguir da reportagem do *Jornal Correio de Uberlândia* ela apresenta sujeitos envolvidos nas desapropriações de APPs, estes são incorporados ao debate porque são proprietários “legais” das áreas em questão e era importante para esse meio de comunicação indicar sua abertura diante as questões desses moradores, sugerindo a prerrogativa de ser veículo das questões da cidade. Esses proprietários e moradores expressam sua compreensão sobre o caso e colocam outros elementos nesse litígio – até então aceitas de serem problematizadas pelo Jornal, remete-se a uma classe média-alta da cidade, que se identifica com as posturas e práticas desse meio de comunicação.

Eles trazem argumentos que poderiam legitimar sua permanência, indicando que há muitos modos de lidar com essa questão para além de uma expulsão, pois há distinções no lidar com áreas de preservação. Há aqueles que são retirados, outros que

⁶⁸ A menção do secretário à nova legislação ambiental remete, em particular, às resoluções do ano de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que tratam das Áreas de Preservação Permanente enquanto “*áreas protegidas por Lei*”, “*livres de exploração econômica*”.

- Resolução CONAMA 302/02. “Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno”.

- Resolução CONAMA 303/02. “Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente”.

Além dessas resoluções posteriormente outras deram corpo à proposição de proteção das APPs. Considero pertinente, além de conhecer a dinâmica desse processo legalmente, perceber como estas são incorporadas às discussões da organização das cidades e do viver a cidade.

Sobre o processo de produção legal sobre as APPs interessante observar os encaminhamentos do Ministério das Cidades, bem como do Ministério do Meio Ambiente. Propondo uma síntese desse processo, o trabalho de Felício compreende, enquanto evolução, as mudanças no trato dessas áreas de acordo com as proposições para a área urbana. A autora traduz parte dos debates atuais sobre a questão no âmbito do urbanismo e do direito ambiental, nesse sentido, destaco:

- FELICIO, Bruna da Cunha. Evolução temporal da legislação ambiental e urbanística das Áreas de Preservação Permanente – APPs. 20p.

Disponível em:

<http://www.ibdu.org.br/imagens/EVOLUCAO_TEMPORAL_DA_LEGISLACAO_AMBIENTAL_E_URBANISTICA.pdf>

conseguem permanecer e muitos que exigem maior consideração pelo que denominam seus “direitos”, como é o caso do senhor Elias:

No entanto, o funcionário público Elias Pereira Moura, que está construindo uma casa de 277 metros quadrados em uma área brejeira no Jardim Inconfidência, disse que a obra foi autorizada. “Comprei o terreno há mais de dois anos de um terceiro, mas consegui a autorização há menos de seis meses. Está tudo registrado e liberado”, confirmou.

Elias Pereira se diz indignado por a Prefeitura querer delimitar uma área de preservação se a mesma foi liberada para loteamento há muitos anos. “esse país é mesmo uma piada. O local já está desmatado e é uma besteira querer mexer nisso agora. Se for assim, por que então eles (a Prefeitura) liberaram construções em outros bairros? No Vigilato Pereira, por exemplo, muitas obras foram construídas sobre brejos e tiveram de ser drenadas”, disparou o funcionário público.

De acordo com o Cláudio Guedes, quem possui esses terrenos deve acionar judicialmente o vendedor.⁶⁹

Os sujeitos sociais não só ocupam ou circulam pela cidade, eles se relacionam e relacionam o vivido de diferente e desigual forma em Uberlândia. Elias traz essa condição, de ser contraditoriamente um privilegiado e um injustiçado. Ao mencionar as drenagens feitas no bairro Vigilato Pereira, não precisa indicar quem mora nesse lugar, pois o tom que coloca já nos indaga: por que não tenho o direito de construir, morar, se outros o possuem? Mas está bem claro com qual direito de morar quer se associar.

Grande parte dos moradores do bairro Vigilato Pereira são sugeridos por Elias como sujeitos diferenciados, condição que também reivindica para si. Sua casa tem 277 m² e não reconhece as impossibilidades de sua obra, já que conseguiu as documentações que supostamente não estão disponíveis, ou seja, mesmo diante a proibição apresenta condições para que sua obra seja mantida. Quer a condição de certos moradores do Vigilato Pereira. O que só apresenta, mais uma vez, que há tensão também entre os iguais, entre os que parecem que entram no jogo já com a partida definida.

A “*piada*”, para a qual Elias chama atenção, dizendo não ter graça, abstrai sua própria condição. Parece querer saber como pessoas, iguais a ele, correm o risco de serem desapropriadas compulsoriamente. Ele problematiza a noção de preservação, como tantos outros que tentam colocar outras prioridades nessa relação, indicando que nem sempre as “*figurinhas colam*” com tanta facilidade, como no Álbum, ou mesmo nas páginas dos noticiários: “*O local já está desmatado e é uma besteira querer mexer nisso agora*”.

⁶⁹ GARCIA, Manuella. Córrego Mogi. Proprietários não podem construir em áreas úmidas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 set. 2007, Caderno Cidade, p. B-2.

Num primeiro momento, até parece que a argumentação de Elias é a de um morador irregular, pertencente às “invasões”. Mas, o nacionalismo de classe tem dessas coisas, pode servir para unificar lutas desiguais, “*esse país é mesmo uma piada*”. Porém, na disputa, acaba indicando onde se localiza e qual terreno comum de interesses partilha nas lutas sociais. Aceita as desapropriações desde que pessoas, como ele, não sejam destituídas de seus “direitos de classe”.

À medida que essas intervenções avançam, vividas em suas historicidades, um campo de explicação dessas práticas vai sendo proposto. Nele, elas se aproximam, recorrentemente, da leitura que coloca “a população da cidade” como interessada nessa intervenção. Nessas formulações, os projetos de revitalização aparecem como resposta às reivindicações dos moradores, uma espécie de concessão do Poder Público que buscaria promover qualidade de vida e sociabilidade. Todavia, o que é sugerido como padrão natural de mudança, é experiência histórica a ser investigada.

Após as discussões promovidas pelo *Jornal Correio de Uberlândia* no mês de setembro de 2007 a retomada desse debate, ocorrida em dezembro de 2007, aponta o tom de “*continuidade*” e de “*macroprojeto*” que permeia a promoção dos Parques Lineares. Nesse sentido, os limites dos avanços nas obras, bem como as novas áreas incorporadas, no caso do Parque do córrego Lagoinha, sugerem a inoperância de algumas previsões do projeto. A tentativa, a meu ver, é reforçar a necessidade de novos orçamentos, não colocando em discussão os problemas que permeiam o projeto, mas sim, como fazer para viabilizar, financeiramente, sua execução.

As obras para a construção de um parque linear à beira do córrego Lagoinha, no bairro Jardim Inconfidência, deverão ter continuidade apenas no início do ano que vem. (...)

A obra iniciada na primeira quinzena de setembro, prevê um trabalho de revitalização da área, iluminação pública, construção de calçadas, faixas separadas para ciclovia e caminhada, além da instalação de equipamentos para exercícios físicos e programas de conscientização ambiental. A previsão era de que o parque estivesse concluído no fim de novembro deste ano, no entanto, quem passa pelo local depara-se somente com matos e com uma grande quantidade de entulhos, que geram uma forte insegurança aos moradores da região.

Amilton Arantes Mendonça, que trabalha com confecção e mora em frente ao córrego Lagoinha, se diz frustrado com a suspensão das obras. “No Dia Mundial da Limpeza, a Prefeitura esteve aqui, retirou muitos entulhos, falou que ia fazer calçada, mas não voltou mais”, lamentou. Segundo o morador, no período em que estavam previstas as obras, houve apenas trabalho de roçagem.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente, está em discussão um macroprojeto que contempla todo o córrego Lagoinha. “Queremos ampliar as

faixas de preservação, interligar as avenidas Jaime Tannus [Jayme Tannus] com Joaquim Ribeiro, para, assim, definir o perímetro do córrego”, explicou. O secretário afirmou também que o início e andamento da obra dependerão dos recursos disponíveis. “Para recuperar todos os cursos d’água em Uberlândia, precisamos de um investimento na ordem de R\$ 20 milhões, sem incluir as obras de infra-estrutura.”⁷⁰

Ao naturalizar essas regiões, enquanto focos de lixo e mato, a construção dessa matéria justifica a revitalização e ressalta a falta de investimentos como o entrave a ser superado. Passados três meses da publicação de intervenção nas margens do córrego Lagoinha, o próprio marco utilizado para reforçar a empreitada de construção do parque é reutilizado pelo morador, Amilton Arantes Mendonça e pelo Jornal para retomar as promessas do Poder Público e justificar a realização da obra e não o inverso.

São por esses meios que se faz cotidianamente a disputa social, à medida que se vive um campo de forças, usa-se das mesmas estratégias para enfatizar interesses diferentes, indicando que os sujeitos sociais não vão simplesmente aderindo a práticas, mas utilizam-nas conforme seus valores e costumes e os meios de publicização que dialogam com a questão⁷¹.

Mesmo as falas que parecem ser as mesmas podem expressar expectativas e valores conflitantes. Os sujeitos dão sentidos diferentes a uma relação partilhada em desigualdade. O difícil é quando esses valores e interesses não são tão conflitantes como gostaríamos que fossem. Como no caso de Amilton, que anseia a efetivação das obras.

Ao morar nessa cidade, não só ele espera a composição de áreas de lazer, a despoluição do rio e córregos. Ao percorrer a cidade, vejo crianças brincando no rio, ou próximas a ele, algumas se esticam no ônibus para vê-lo. Outros buscam em suas margens ervas, momentos de contemplação, fazem caminhadas na proximidade. Práticas que antes dos Parques já estão sendo feitas e que vislumbram aprimorá-las com calçamento, iluminação etc.

⁷⁰ FERNANDES, Arthur. Córrego Lagoinha. Construção do parque linear está interrompida. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

⁷¹ Uma abordagem importante sobre a luta de classes, enquanto campo de forças, é apresentada nos trabalhos de Thompson, em que discorre sobre as lutas empreendidas dentro do processo de hegemonia. Com isso, o autor evidencia a dinâmica dos costumes, alianças, composições de forças e terreno comum produzido nas lutas sociais, insistindo que estas apontam e fomentam relações classistas.

- THOMPSON, Edward P. *La sociedad inglesa del siglo XVIII ¿Lucha de clases sin clases?*. In: _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalbo. 1979, p. 13-61.

- _____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

- _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Quantas vezes, no ônibus, passando na ponte para chegar à região oeste da cidade, vi a correria para fechar as janelas e ouvi questionamentos como: “Cadê a despoluição do rio? Ficou só lá no Praia Clube? Quem agüenta isso?”. Muitas pessoas, mesmo não residindo próximo àquela região, consideram importante o rio ser despoluído, preocupam-se quando, ao passar, vêem moradores das margens – independente se irregulares, ou não - utilizando aquela água, ou mesmo quando, em época de chuva, o rio começa a encher⁷².

As pessoas partilham o viver como experiência social e não como padrões de vida. Por isso, muitas das questões que se colocam (despoluição do rio, preservação do meio ambiente, produção de parques ecológicos) não são alheias aos interesses dos sujeitos que vivem na cidade. Talvez não nos lembremos tanto delas porque contradizem a resistência que queremos impor ao processo como “falta de consciência”.

Porém, meu esforço aqui é enfrentar essas contradições, e pensá-las não como limitadoras de questões, mas como parte delas. As pessoas querem que o meio ambiente que compõe a cidade seja preservado, mas querem também poder desfrutar dele. Quando as propostas do governo encaminham uma política de divulgação de proteção das APPs, apenas positivando essa prática sem acompanhar o que ela produz junto acredito que está aí um problema, que merece ser investigado e explicado.

Em algumas cartilhas publicadas com o apoio do Ministério das Cidades fica explícito esse tom de “conscientizar”, não colocando junto as desapropriações vinculadas a esses projetos nas cidades brasileiras, em grande medida marcadas pela retirada de trabalhadores empobrecidos que vivem nessas áreas da cidade. As cartilhas trazem ilustrações e textos informativos sobre o que são essas áreas, a que servem, propondo na cidade lugares para preservar, morar, divertir-se. Um planejamento que não apresenta problemas sociais, mas a conformação dos mesmos diante um projeto⁷³.

⁷² Analisando o rio Uberabinha e o projeto de despoluição que foi produzido e parcialmente realizado, fica evidente o contraste de suas águas, margens, volume etc. Em áreas privadas – como as destinadas a clubes (Praia Clube e Caça e Pesca) – o rio adquire outras condições da que encontramos no restante de seu percurso, pelos bairros e pontes, além de tratado é utilizado por esses centros de lazer como atrativo de fonte de água para uso de seus associados. Um privilegiamento que carece de explicações, pois as disputas pelo uso, nem sempre ambientalmente correto, devido aos desvios, assoreamento etc. – não pesam com a mesma força para todos os usuários de margens e rio da cidade. Para aprofundar essa questão considero importante observar o modo como a imprensa recentemente abordou a questão do uso do rio Uberabinha pelos Clubes em questão. E como, judicialmente – em denúncias do Ministério Público Estadual –, essas questões se protelam por anos por envolver clubes e mansões à margem do rio Uberabinha. Ver:

- MUNDIM, Priscilla. Margem do rio é desrespeitada. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 fev. 2008, Caderno Cidade, p. A-6.

⁷³ Conferir o conteúdo, por exemplo, das seguintes cartilhas:

Essa prática deixa de lado o que considero necessário, a iniciativa de “esclarecimento” sobre a importância das APPs, abona e desvia de foco a fiscalização do uso irregular de empresas que fazem a liberação de dejetos e poluentes não processados como deveriam em suas instalações. Além do que essas instalações, quase sempre, também são indevidas, tanto pela proximidade com residências, quanto pelo mau cheiro que espalham pelo em torno, não justificando a condescendência que possuem⁷⁴.

Insistindo nesse repertório já conhecido, a apresentação do Parque Linear do Córrego do Óleo, região oeste da cidade, alcança espaço para diálogo e até certo ponto de resposta ao que alguns sujeitos sociais partilham como viver melhor. Mas a discussão sobre os usos das APPs fica limitada a essa formulação de melhoria, propondo não evidenciar tensões, como é apresentada na reportagem de dezembro de 2007, em que o córrego do Óleo aparece como uma outra região de atuação do projeto de Parque Linear na cidade:

O que antes era um cenário de lixo, descaso e abandono agora se transforma em local de lazer e valorização da natureza. A segunda etapa da construção do parque linear do córrego do Óleo, nas Chácaras Tubalina, está em andamento, o que deixa a vizinhança cheia de expectativa. A previsão é de que a obra, que vai exigir um recurso de R\$ 350 mil, esteja pronta dentro de 120 dias. O projeto prevê a construção de três quilômetros de calçadas para caminhada, plantio de grama e árvores.

Os moradores que há muito aguardavam as melhorias, não vêem a hora de a obra ser concluída. “Adoro esse lugar. Acordo de manhã com os pássaros cantando e é a coisa mais linda”, conta a professora Lúcia Helena Teixeira, que espera abrir a janela de seu apartamento, em frente ao córrego, e ver uma jardinagem bem-feita que preserve a mata ciliar. “Bastante iluminação e passarelas para as pessoas atravessarem de um bairro para o outro seriam muito bem-vindas para aumentar a segurança aqui”, diz. Contento com o início do calçamento, o médico-veterinário Célio Rodrigues também espera ansioso pela arborização.⁷⁵

- BOCCHINI, Maria Otília et al. *Vamos mudar nossas cidades? Sim!* São Paulo: Polis. 2002. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.

- CARDOSO, Patrícia; SANTORO, Paula; CYMBALISTA, Renato. *Plano Diretor, participar é um direito!* São Paulo: Pólis. 2005. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.

⁷⁴ Em correspondências à Câmara Municipal de Uberlândia, vários são os pedidos de interdição, multa, retirada, processos, pedidos de uso da tribuna, formulando denúncias contra empresas, devido aos males que causam à população circunvizinha e aos córregos e rio. Pressões que foram feitas não só por associações e moradores, mas também encaminhadas por vereadores e ACIUB, de modo que muitas dissidências também emergem de iguais. Proposições que se encontram, mas por diferentes interesses: seja de orientar quais grupos e ramos serão privilegiados nas liberações da vigilância sanitária, bem como que lugares da cidade pressionam para que essas mudanças tenham repercussão.

⁷⁵ MATUZIRO, Lorena. Meio Ambiente. Novo cenário no córrego do Óleo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 dez. 2007. Caderno Cidade, p. A-6.

Essa melhoria traz a possibilidade de solução para questões da cidade como as destacadas por Lúcia Helena: falta de iluminação, maior segurança, passarela de travessia para os bairros, mas também atende ao bem viver esperado por um grupo social privilegiado: arborização, jardinagem etc. A moradora tem condição de sugerir sobre a composição do projeto, pois efetivamente sua participação no mesmo está garantida, não será desapropriada. Mas a qualidade de vida que busca e destaca não se restringe a esse espaço, é uma necessidade que se estende a outras áreas de Uberlândia.

Ao prosseguir o acompanhamento das obras, colaborando para legitimar dessa prática de mudança na cidade, o *Jornal Correio de Uberlândia*, em 2008, propõe explicar o projeto nas APPs por uma fala autorizada enquanto especialista da questão, formulando nesse enredo o vínculo de produção do parque à promoção de “áreas de lazer”, de política de “preservação”, de melhoria do “visual da cidade” e, principalmente, sinônimo de garantia de “qualidade de vida” na cidade.

O que fica em questão diante essa prática não é o que irá mudar nas regiões próximas aos córregos, mas sim, o indicativo da responsabilidade da população pelo lugar. O que vai mais uma vez ganhar expressão em uma dada noção de “conscientização”:

Apesar de considerar a construção do Parque Linear às margens do córrego do Óleo um passo importante para melhorar a qualidade ambiental da cidade, o professor e geólogo Luiz Nishiyama afirma que falta ainda a conscientização da população, que segundo ele, tem que se sentir responsável pelo realizado. “A iniciativa deve partir de todos, e não somente do poder público. Mesmo porque, se as pessoas não entenderem a importância da preservação desses locais, tudo o que for feito será destruído”, avaliou. Nishiyama enumerou as vantagens da revitalização das margens dos córregos. “Uberlândia é meio carente em áreas de lazer. E esse projeto melhora o visual da cidade e a qualidade de vida, principalmente das pessoas que moram nas redondezas, além da preservação e recuperação da mata ciliar, é claro”, destacou.⁷⁶

Essa reportagem não só evidencia as ações do Poder Público, como também imputa à população a responsabilidade pela manutenção do que a administração pública promoveu, por meio de “conscientização”. Nesse sentido, tenta não só normatizar que mudar é um direito dos administradores públicos, como também adverte que manter é um dever de todos.

⁷⁶ GARCIA, Manuella. Preservação. População deve ser conscientizada, diz Nishiyama. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 20 mar. 2008. Caderno Cidade, p. B-2.

A força desse pêndulo, que vem se fazendo ao longo dos anos, destacados por mim no modo como o Jornal trouxe essa discussão nos últimos anos – 2007 e 2008 – tende a se movimentar conforme a necessidade de pressionar, socialmente, a partilha de transformações intencionadas, propondo uma aproximação de interesses entre os moradores da cidade, invertendo, muitas vezes, a lógica da preservação que responde a algumas pressões e, em outras, apresentando o lazer e a qualidade de vida como prioridades, para ganhar maior adesão ao projeto.

São nessas mudanças de leitura das relações que a luta social se torna mais complexa, pois ao reconhecer a potência dos sujeitos, não basta impor é preciso dialogar com os anseios e valores dos mesmos. Há a necessidade de construir uma legitimação eficaz para a mudança ser partilhada e deixar de ser uma proposição para compor uma reivindicação.

Caminho aproximado eu observo quando a intenção é deslegitimar o que é vivido e partilhado em outras relações. Quando são recuperadas em velhas justificativas as mudanças esperadas por certos grupos: “*Crescimento horizontalizado, urbanismo que privilegia carros e muito asfalto onde antes só se via vegetação*”. Quantas vezes essa explicação histórica compôs comemorações do aniversário da cidade, propagandas, contexto de trabalhos acadêmicos e jornalísticos?⁷⁷

⁷⁷ MENDES, Dolores. Estilo. Vida rural na cidade está com os dias contados. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 abr. 2008. Caderno Cidade, p. B-1.

Algumas produções que enredam essa abordagem são relevantes para pensarmos como essa disputa também se faz nas produções de trabalhos com os quais discutimos:

- GUIA TURÍSTICO. Uberlândia: Uberlândia Convention & Visitors Bureau/Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2008.

- UBERLÂNDIA. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. Uberlândia: Uberlândia Convention & Visitors Bureau/Prefeitura Municipal de Uberlândia-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2005/2007, p. 04. Showcase. Disponível também em: <www.uberlandiacvb.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2008.

- UBERLÂNDIA: Portal do Cerrado. Uberlândia, 2000. Guia on-line. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/comland/udia/udipt.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia: o centro de progresso brasileiro*. Uberlândia, s/data. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, Folhetos.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Uberlândia. *Guia Turístico*. Uberlândia Portal do Cerrado. Uberlândia: Divisão de Turismo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo/ABC Propaganda, 1995.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia 92*. Uberlândia, 1980. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos.

- SILVA, Antônio P. *ACIUB em Revista*. Uberlândia: ACIUB. 1983. Edição Extra. 50 anos trabalhando com amor. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.

- BERNARDES, Adriana. A crônica da cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 08 jan. 1999. Caderno Revista, p. C-1. Nessa matéria, destaca-se o início da coluna de “*crônicas históricas*” de Antônio Pereira da Silva, no caderno Revista do Jornal Correio de Uberlândia. Ao indicar um fundo de “*Jornalismo histórico*” para as suas crônicas, o autor traz também a noção de que “*O amor que temos pela Terra onde nascemos está fundamentado no conhecimento do seu passado. Assim, percebemos a*

É como se esse suposto, anunciado em 2008 pela matéria do Jornal, fosse um caminho sem volta, linear e racionalmente traçado, que aponta mudanças naturais na história da cidade: “*O desenvolvimento econômico de Uberlândia já não permite a existência de espaços geográficos e sociais que contenham modos de vida rurais*”. Práticas e disputas interditas se enredam nessas composições. Na sequência dessa reportagem, o que aparece como exótico não é apenas um traço a ser observado, mas a ser transformado, ou no mínimo, deslocado para outro lugar:

...Mesmo assim, vacas, cavalos e cabras pastam nas áreas que margeiam os córregos. Há homens que tiram leite de manhã cedo no curral enquanto os primeiros ônibus urbanos circulam pelas ruas do bairro. Mas eles sabem que essa vidinha roceira não vai durar muito.

Na rua do Cedro, um produtor de cabras terá que sair do local dentro de um mês, porque a Prefeitura vai desapropriar a área para fazer o parque linear do Uberabinha. Na avenida Constelação, no bairro Maravilha [região norte da cidade], órgãos ambientais têm pressionado o proprietário de uma chácara a vender a área para sair das margens do córrego Buritizinho.

*O dono das vacas que pastam próximo ao córrego do Óleo [região oeste] também sabe que um dia terá que deixar o local. Cleuton Pereira tem 56 anos e há 15 anos mora na rua Rio Paranaíba, no bairro Nosso Lar. “Se eu acho que um dia tudo isso vai virar um espaço urbanizado e eu vou ficar espremido aqui? Não acho, não, tenho certeza”.*⁷⁸

Ao apontar que esses são bolsões de ruralidade no urbano e que devem ceder à urbanização, no mínimo essa explicação coloca dúvidas sobre o que é permitido e o que é vivido por determinados sujeitos sociais nas cidades brasileiras. Em nenhum momento, os moradores mencionados na referida reportagem desconhecem que estão na cidade, e que vêm na compra dessas áreas, a preço mais baixo, a possibilidade de conciliar práticas que reconhecem como parte de sua trajetória, de sua experiência social, de seu pertencimento e, às vezes, de sobrevivência.

evolução do lugar, e entendemos certas reações do povo”. É com esse intuito que passa a narrar suas crônicas “baseadas em fatos verídicos”, acreditando, como diz a reportagem “conhecer o passado para entender o presente e modificar o futuro”. Nessa coluna, até hoje, traz uma versão de história da cidade que partilha das explicações acima mencionadas.

- DANTAS, Sandra M. *Veredas do Progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

- LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, a educação, a política e a história em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. 278f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, - UNICAMP, Campinas, 2004.

- A HISTÓRIA de Uberlândia - 1682 a 2006. Direção: Maykon Oliveira. Imagens, Edição e Produção: Nilson de Oliveira. Supervisão: Nair Paula. Sonoplastia: Michelle de Paula. Locução: Alessandro Júnior. Uberlândia: Play Vídeo Produções, 2006, 1 DVD (70 min), son., color.

- BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008, p.90-105.

⁷⁸ MENDES, Dolores. *Estilo. Vida rural na cidade está com os dias contados. Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 abr. 2008. Caderno Cidade, p. B-1.

Ao trazer as chácaras como modos de viver a cidade, propus pensar que assim como muitos gostariam de tomar um banho no rio, levar as crianças para brincar, ou mesmo pescar, outros realizaram, de certo modo, algumas de suas expectativas, mas não com tranqüilidade. Ao enfrentarem as pressões diárias e manterem a lida com as vacas, as galinhas, a horta, a produção do queijo, do requeijão e tantas outras práticas caras de se preservar, acabam sendo questionadas e tendo que disputar sua legitimidade nesse território.

Essa “*vidinha roceira*” que é proposta como ultrapassada pelo desenvolvimento, também indica noções de preservação e mudança. Pois, serão as vacas, cavalos e cabras que determinam a potência desse incômodo? Ou será o valor patrimonial que aquela região já adquiriu que pressiona a novos usos daquele território?

A certeza de que após um mês a Prefeitura vai desapropriar, pressiona, mas também coloca em xeque a certeza da conclusão dos Parques Lineares, pois este sempre se adia um pouco mais, devido às tensões existirem e serem mais difíceis do que querem e anunciam ser. As pessoas estão vivendo nesse lugar, como apenas proibir esse viver?

Quando o senhor Cleuton ressalta o “*ser espremido*”, não é simplesmente perceber as diferenças ao seu redor, é conceber os limites das disputas por modos de viver. O peso da exclusão é notório, por isso disputa, o quanto pode, a sua permanência – dizendo que respeita as leis sanitárias, o meio ambiente e os vizinhos – e, ao mesmo tempo, procura passar despercebido dos interesses imobiliários pela região em que reside. Pode até ficar “*espremido*”, mas sair, não é uma questão tão resolvida como conclui, a priori, a reportagem.

A casa de Cleuton Pereira é urbana, o portão é eletrônico e sua mulher, professora, quase não tem tempo para cozinhar. Os filhos, um advogado, uma psicóloga e uma estudante, mal sabem como chamar uma vaca. Mas Pereira continua firme na sua opção de trabalhar como fazia quando criança na fazenda do pai. “Tiro 12 litros de leite por dia, porque só tenho uma vaca produzindo, tenho três vacas ‘mojando’ e uma está com bezerrinho novo. Bebo leite com café como fazia na roça antigamente e com o leite que sobra faço requeijão” contou. O quintal não tem entulhos, a vaca toma banho todos os dias antes de o leite ser tirado. Os porcos e as galinhas só são produzidos na época da seca para que o mau cheiro produzido pelas fezes na estação das águas não incomode os vizinhos. “Sigo tudo o que os fiscais da Prefeitura falam, gosto de cumprir a lei, tenho cessão de uso dessa área verde nas margens do córrego do Óleo, mas não depredo. Cuido desse local como se ele fosse o quintal da minha casa”, disse Pereira, orgulhoso de ver o córrego do Óleo despoluído naquele trecho. “Procure um plástico, um prego, um lixinho qualquer. Não tem. Zelo pela área, porque entendo que, se é pública, é de todos nós, garantiu. Mas se um dia a Prefeitura decidir urbanizar o local, o morador da última casa da rua Rio Paranaíba não tem dúvidas: vai alugar uma

chácara. Largar essa vidinha de cuidar das vacas, criar galinhas e fazer queijo? “Nem pensar, fico até quatro meses sem ir à praça Tubal Vilela”, contou.⁷⁹

Ao dialogar com as transformações das regiões margeantes dos córregos e rio Uberabinha, a reportagem levanta a questão: “*Mas se um dia a Prefeitura decidir urbanizar o local, o morador da última casa da rua Rio Paranaíba não tem dúvidas: vai alugar uma chácara*”. Coloca como se esses moradores considerassem o seu modo de vida inadequado à dinâmica da cidade, estando impelidos a apenas aceitar a decisão do Poder Público.

A complexidade dessas relações se deve principalmente por haver outras alternativas que se fazem nesse percurso, seja porque acionar o Ministério Público para avaliar essas desapropriações hoje é algo possível, seja pelo que esses sujeitos estão dispostos a valorar na perda desse território: permutas que lhes interessam, indenizações que dêem para cobrir alguns gastos que almejam quitar, ou mesmo para adquirirem algum outro imóvel sem tantas pressões.

Uma luta desigual, porque de partida já são colocados como exóticos na cidade, mas uma disputa com possibilidades de resistência e confrontação, porque é mexer no lugar em que vivem, onde construíram relações, que durante todos esses anos produziram laços e se firmaram como moradores da cidade. Lugares de sociabilidade, de modos de viver, ou seja, territórios a serem reconstituídos. Por isso, não basta enunciar projetos de urbanização, enquanto práticas de mudança. Conforme novos interesses se colocam é preciso legitimar, disputar essa mudança culturalmente.

Logicamente que nem sempre é fácil conter as divergências com o seu modo de viver. Quantos vizinhos ao mesmo tempo em que compram o leite, o queijo, a verdura, também recriminam a permanência de senhor Cleuton ali? Não é uma relação fácil, mas que produz, dia-a-dia, esses enfrentamentos para permanecer e transformar. A presença da casa do senhor Cleuton não passa despercebida, ela está no contorno e no limite do bairro Nosso Lar, na região oeste – entre bairro Luizote de Freitas e Mansour.

Portanto, sua referência para o lugar é comum, tanto na vista que se tem ao passar no trajeto de ônibus coletivo dos bairros, quanto para problematizar sua permanência por desqualificar quem vive nas proximidades, indicando que a cidade acaba ali. Ainda assim, a visibilidade da “chácara” do senhor Cleuton aponta brechas do

⁷⁹ Idem, ibidem.

readequar espaços em Uberlândia, segundo as proposições que se almeja empreender: produção de horta, criação de animais, depósito de recicláveis etc.

À medida que novas expectativas vão sendo formuladas pelos moradores, elas modificam o que vivem, trazendo para alguns, como o senhor Cleuton, a insegurança sobre a permanência daquele modo de viver. Pressionando-o a novas restrições, novas mudanças. A insegurança permite ampliar as tensões, fragilizar as relações, por isso nem mesmo sua família escapa desse processo contraditório de partilha e de mudança.

A noção de que há uma pureza do tipo de morador que vive na cidade, propõe que senhor Cleuton está fora do padrão, sugerindo explicitamente, que mais do que a justifica dos Parques Lineares, readequar modos de viver é readequar moradores como o seu Cleuton.

Todo esse percurso pode ter esses encaminhamentos porque atualmente ele convive com o interesse pela região em que vive, interesse diferenciado, mas que concordam com a sua saída desde o Poder Público, a empresários da rede de imobiliárias, construtoras etc. Seu Cleuton também sabe que se a chamada revitalização é, por um lado, arma de pressão para saída, por outro, sua resistência também é feita por esse meio.

O Jornal, que participa dessa empreitada, constitui em seu repertório a fala de moradores, ressaltando a compreensão de terem que dialogar com esse processo, pelos diferentes caminhos pelo qual ele se faz, porém não foi apenas ouvir senhor Cleuton e destacar suas considerações sobre essa pauta da reportagem, formulou sua participação na reportagem compondo enquanto ponto de partida que sua retirada é necessária e inevitável e buscou o que ele tinha a dizer sobre isso.

Porém, a leitura da construção dessa prática social permite explorar as pontas que permanecem nessa formulação, pois o que as pessoas valoram e organizam enquanto modo de lutar e permanecer na cidade, foge ao cronograma de texto: “*Se eu acho que um dia tudo isso vai virar um espaço urbanizado e eu vou ficar espremido aqui? Não acho, não, tenho certeza*”. Diante a pressão senhor Cleuton traduz “*vou ficar espremido*”, mas não confirma a certeza do repórter de que irá sair dali.

A matéria, que evidencia o exótico da cidade, é mais perversa do que isso. Na sua construção coloca, como uma insistência individual, as práticas, tipificadas como rurais, do senhor Cleuton, indicando que todos os outros familiares e as referências ao urbano contradizem a permanência de “*seus*” hábitos: o portão eletrônico, a profissão da mulher e dos filhos etc.

Mas quem olha para o vivido procurando identificá-lo em alguma norma somos nós, não quem está vivendo. Independente do que se diga sobre o que vive na sua casa, no bairro Nosso Lar, para ele, o que prevalece é o desejo de manter um modo de viver que lhe faz sentido hoje e não dizer se isso é uma herança rural, se é uma integração rural/urbano, ou mesmo uma falta de urbanização.

As pessoas, dentro das necessidades, expectativas e pressões que vivem, direcionam suas vidas ao que reconhecem como valor a ser conquistado e/ou preservado. Morar no bairro Nosso Lar, para o senhor Cleuton, permite conjugar esses modos de lidar com valores e costumes e, mais, ambicionar fazer escolhas, conforme destaque no trecho da reportagem a seguir:

Quem vê o homem de fala articulada e consciência ecológica que mantém hábitos de roça imagina facilmente uma passagem anterior pelo ambiente urbano. “Durante 15 anos vivi em pontes aéreas visitando cidades onde vendia camisetas no atacado”, contou Pereira. Para ele, a interface entre o urbano e o rural se dá de forma tranqüila, mas viver na cidade grande não faz parte dos desejos dele.

“(...) Eram territórios fáceis para os negócios, ganhava muito dinheiro, mas não adiantava de nada porque não soube guardar para realizar o sonho de comprar uma chácara”, afirmou. Quando recebeu uma carta de crédito do Sistema Financeiro de Habitação para comprar uma casa em Uberlândia, encontrou o paraíso na rua Rio Paranaíba. “É o paraíso o Nosso Lar, são 6 mil metros bem cuidados e uma vida que dá gosto.”⁸⁰

Não é apenas romantizar um modo de viver. Nessa produção se desconsidera o direito das pessoas decidirem e imprimirem sua cultura nos lugares em que vivem. Não é o “sonho de comprar uma chácara”, como em outros momentos se impele ao “sonho da casa própria” que sintetiza e explica as práticas das pessoas. Na verdade é a sua experiência que traduz suas práticas e valores, não há incoerência nas expectativas de traduzir no vivido o que valora como modo de viver.

Mas, não posso me enganar, o bairro Nosso Lar só é o paraíso para o senhor Cleuton porque realiza nele suas expectativas e, com certeza, nessa entrevista, sabia o quão importante era falar daquele lugar como fundamental para sua vida, já disputando a sua permanência nele. Mas há 15 anos, sabe muito bem, quais foram as dificuldades que passou e que agora ainda enfrenta para conseguir conquistar e manter a realização de seus “sonhos”⁸¹.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Uma região em que além da distância que mantinha do centro comercial, do Hospital da Universidade Federal de Uberlândia e de grande parte das regiões de trabalho, colocava aqueles moradores à parte das relações que necessitavam em outros bairros da cidade, e em particular, com os seus próprios vizinhos do

Na mesma página do Jornal, já citada, a prática de evidenciação de modos de viver “ilegítimos” continua; segue apresentando um outro morador como distante da “*realidade urbana*” de Uberlândia. O senhor Jeová e sua família são, nessa matéria, um contraste, um “*problema ambiental*” a ser resolvido:

Vinte cachorros sem pedigree fazem a segurança da casa de Jeová da Silva no bairro Maravilha [região norte da cidade]. A área de 48 mil metros quadrados (um alqueire) não tem cerca elétrica nem alarmes de segurança. Ladrão nem chega perto, garante o morador (...)

Quanto mais a cidade chega perto da chácara da família de Jeová, mais incômodo os moradores têm. Passa um ônibus urbano, os cachorros latem. Passa uma moto, os cachorros latem. “É difícil a gente viver assim espremido pelo meio urbano”, disse o dono da propriedade.

Jeová da Silva sabe que não tem outra saída: vai ter que vender a chácara. São vários irmãos e irmãs, a maioria mora e trabalha no grande centro urbano. Mas ele continua vivendo como se estivesse na roça, entre cachorros, galinhas, porcos e vacas. “Cidade só tem ladrão e poluição. Não gosto nem de ir ao Centro”, afirmou.

A sobrinha de Jeová, Janaína França Silva, 25 anos, que cuida do avô, faz mais facilmente a passagem do rural para o urbano e vice-versa. Larissa, a filha dela, de 4 anos, estuda numa escola do bairro, diz que gosta da cidade, mas também adora andar a cavalo e jogar milho para as galinhas.

“Eu já morei na avenida Getúlio Vargas, aquele movimento, aquele barulhão, mas não desgosto não, agora meu tio Jeová e meu avô não dão conta, se tivermos que vender aqui eles certamente vão comprar uma chácara para continuar com as vacas, os porcos e as galinhas”, disse Janaína.⁸²

Partindo do suposto que é um grande incômodo essa quantidade de cachorros, e que talvez essa constatação ressoe conflitos com a vizinhança, a reportagem avança indicando uma noção de “*cisma*” para a manutenção desses hábitos, utilizando a fala de Janaína, sobrinha de seu Jeová, para apresentar que simplesmente essas pessoas “*não dão conta*” de viver a/na cidade. E, portanto, devem procurar outro rumo: “*se tivermos que vender aqui eles certamente vão comprar uma chácara para continuar com as vacas, os porcos e as galinhas*”.

bairro Luizote de Freitas, que insistiam em desvalorizar sua influência, diante o pequeno número de moradores que o bairro possuía até meados da década de 1980. O bairro Nosso Lar, região oeste da cidade, era visto (e às vezes ainda é) como a região brejeira, com muito matagal no em torno, denominada “*sapolândia*”, que, dificilmente, seria desejo de moradia. Era o bairro “do fim do Luizote” e nesse sentido é perceptível que mesmo na partilha de desigualdades, houve divisões nessa experiência. E, nesse caso, a partilha de lutas dos dois bairros (Luizote e Nosso Lar) foi inconstante, mas, em grande parte, necessária. Tanto os moradores do Nosso Lar quanto os do Luizote de Freitas, mesmo não querendo evidenciar, sabiam que partilhavam mais agruras do que as práticas de distinção queriam apontar. Hoje, com a reformulação do uso do córrego, com calçadas, grama, iluminação, muitos moradores vêm a possibilidade de reformular seu território e se colocarem em uma condição diferente nas relações que estabelecem: de sociabilidade, trabalho e moradia. A revitalização também tem dessas coisas, atender ao que muitos esperaram todos esses anos.

⁸² MENDES, Dolores. Segurança. Cachorros no lugar de alarmes e cercas elétricas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 abr. 2008. Caderno Cidade, p. B-1.

Ao destacar as fotos que acompanham a discussão sobre as chácaras em áreas urbanas – imagem XIII e imagem XIV – tenho o intuito não só de visualizar o enredo dessas reportagens, mas apontar o que foi sugerido, enquanto ênfase, com essas imagens: uma perspectiva do rural no urbano, focos separados, distintos e inconciliáveis, diante a perspectiva de cidade única, da Uberlândia homogênea e urbanizada.

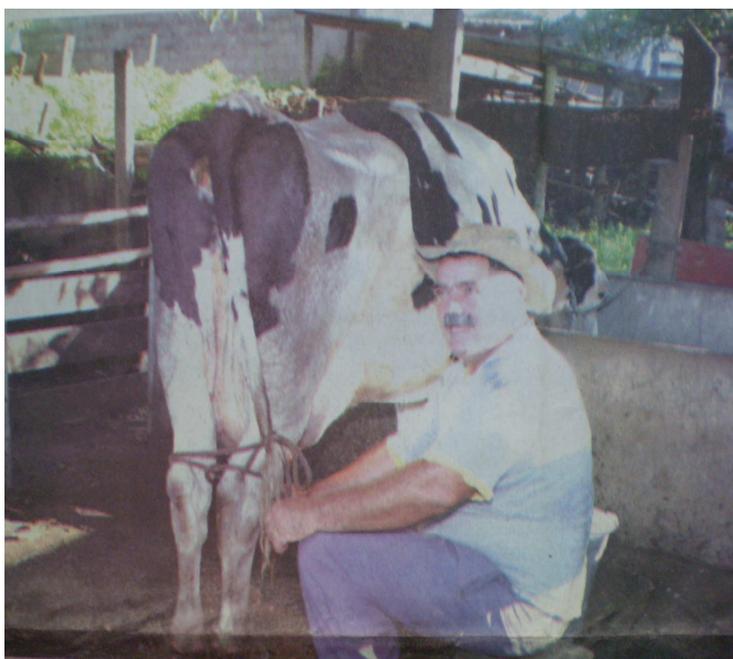


Imagem XIII – Senhor Cleuton

Fonte: MENDES, Dolores. Estilo. Vida rural na cidade está com os dias contados. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 abr. 2008. Cidade, p. B-1

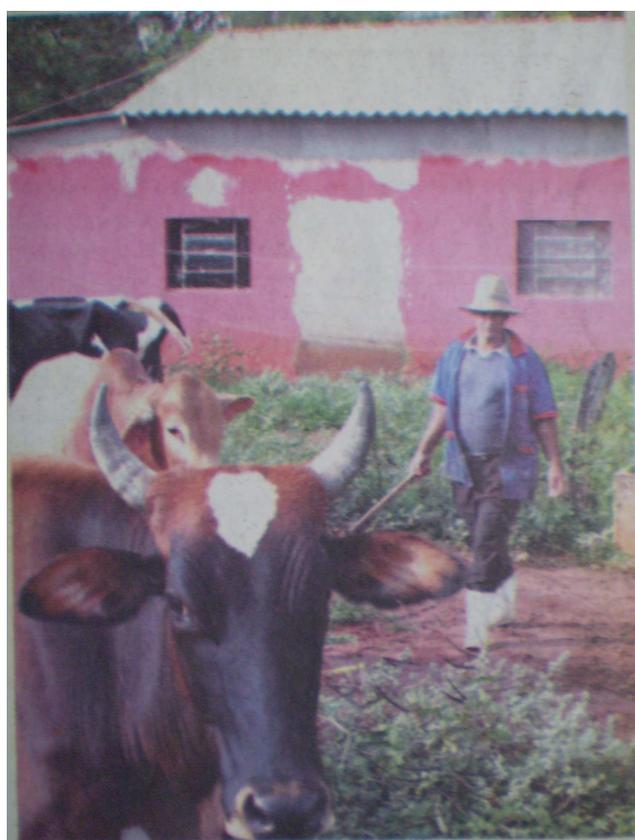


Imagem XIV - Senhor Jeová

Fonte: MENDES, Dolores. Segurança. Cachorros no lugar de alarmes e cercas elétricas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 abr. 2008. Cidade, p. B-1.

Quando analiso essas imagens e penso no texto que compõe a reportagem, observo que não combinam, em parte, com o que se quer propor: que a insistência nesses modos de viver é uma teimosia desnecessária. As pessoas trabalham aquela terra, criam animais para engorda, produzem queijo, têm leite, ovos, carne, itens da cesta básica contemplados. Estão vivendo de suas práticas e valores, nesse sentido, não há nada avesso às necessidades que os impele.

Posar para a foto ao tirar leite e apartar as vacas não é motivo de vergonha ou indicativo de se viver à margem do que é a cidade. É ver, nessa entrevista e na realização da foto, a chance de explicitar o quanto é importante esse modo de viver, o como lidam com o curral, o espaço para a horta, as prioridades que surgem e deixam a pintura inacabada da casa, elementos de uma vida feita a cada dia. Essas imagens explicitam quais são seus costumes diários, mesmo que para isso seja preciso enunciar uma indiferença pelo centro comercial da cidade, que chega para eles como o referencial urbano que os expulsa, por não se encaixarem no que foi enquadrado, pela reportagem, como o que define viver na cidade.

Seu Cleuton e seu Jeová não apresentam apenas “resquícios” do campo, trazem que essa delimitação do que é rural e do que é urbano na explica escolhas dos sujeitos, pode propor justificar pressões, mas não permite a tranquilidade do mudar de vida. Nas imagens a seguir estão no trabalho, não aparecem na casa, sentados para a entrevista. Se por um lado a referência a ser construída indicava deslegitimar seus hábitos na cidade, por outro trouxe o valor do trabalho colocando em movimento a composição de mau uso dos espaços de Uberlândia.

Se a tensão compõe as relações com o Poder Público, ou mesmo com a vizinhança, trarei no capítulo seguinte que essas tensões não são pelo que é “tipicamente urbano”, ou “ambientalmente correto”, mas permeia a convivência com culturas que expressam identificações diversas diante as desigualdades experimentadas na cidade. As fotografias não paralisam seus viveres, ao contrário trazem a continuidade, o movimento de suas práticas, em seus territórios. Para além do que a reportagem queria delimitar, a vida segue para o senhor Cleuton e o senhor Jeová.

Essa postura de pensar as desapropriações, sem falar delas, mas situando-as como pressões estruturais do viver urbano – necessidade de “*revitalização*”, de “*preservação ambiental*”, de “*desenvolvimento*” da cidade etc. – leva a olhar com mais cuidado para o pilar de sustentação desse espremer, empurrar, expulsar. Principalmente quando essas explicações querem desconsiderar os direitos, tanto legais, quanto

legítimos socialmente, que, consideravelmente, não se explicam como “*problemas ambientais*”, como já insistia o secretário Cláudio Guedes, na matéria jornalística de 2007, que se segue, quando é interpelado sobre as desapropriações das áreas de APPs:

O Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Cláudio Guedes, espera contar com a ajuda do Ministério Público (MP) para resolver um impasse que envolve 21 famílias que residem em uma área de preservação ambiental ocupada há mais de cinco anos, no bairro Tocantins, em Uberlândia. As casas foram construídas dentro da área úmida próxima às nascentes do córrego Cavalão.

*“Todos foram notificados pela Prefeitura. Mandamos estas notificações para o Ministério Público porque as residências estão na área de preservação permanente e este é um problema que entra na questão ambiental. Espero que o promotor de Meio Ambiente, Fábio Guedes, nos ajude para que a lei seja cumprida”, declarou o secretário Cláudio Guedes.*⁸³

Com a intenção de exaltar o problema ambiental, a desigualdade passa como algo rasteiro. Porém, toda a dificuldade que envolve as tais Áreas de Preservação Permanente (APPs) não é simplesmente a falta de educação ambiental, como mencionado em reportagens anteriores, ou ainda uma acomodação das pessoas para entrarem em programas de habitação. Isso é a diluição das questões de disputa pela sobrevivência, pelo pertencimento à cidade, pelos caminhos que são possíveis. Enquanto isso, notificar as pessoas é a relação que a Prefeitura predispõe a manter com os moradores em questão. Mas, se áreas públicas são patrimônios do município e foram juridicamente reconhecidas como moradia, por que o Poder Público não pode reconhecer o que já é legítimo? Talvez porque as distinções de classe permitem pressões e exclusões maiores.

Na continuidade da matéria, anteriormente apresentada, o assentamento realizado não será reconhecido e, mais uma vez, a referência de ações indevidas de gestões passadas – remetendo-se a um período do governo pmdebista na cidade (2001-2004), oposição da gestão atual – serão apresentadas, propondo, no presente, a adequação de ações ilegais, apontando que é um “*problema ambiental*”, independente do que está constituído desde então pelos moradores assentados enquanto moradia e direito social.

Em 2004, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, João Ecyr Mota Ferreira, deu ganho de causa aos moradores que foram acionados pela Prefeitura. Na ação movida pelo Município havia um pedido de reintegração de posse da área, indeferido pelo magistrado. Segundo o juiz, os lotes foram

⁸³ FERNANDES, Arthur. Impasse. Prefeitura quer retirar 21 casas de reserva ambiental. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 jul. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

adquiridos por meio de um programa de assentamento da própria Prefeitura promovido pela Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares (Emcop).

No entanto, o imbróglia agora está na esfera ambiental. “Não podemos chegar lá de uma hora para outra e retirar as famílias. Algumas construções são antigas, com energia. Envolve a parte social e humanitária. É um problema que exige cautela”, avaliou Cláudio Guedes.⁸⁴

Destacar a “*esfera ambiental*” depois do histórico de ganho de causa dos moradores, pois o assentamento foi promovido pela própria Prefeitura, é no mínimo querer retirar a luta social em que se fez essa relação, considerando que eles não participam do debate. A prática comum dos secretários e administradores públicos é acionar legalmente a pressão sobre esses moradores, mesmo que estes encontrem, à revelia do Poder Público, outros meios de estarem nessa disputa.

O caminho de construção dessas moradias, ainda questionado, foi produzido no enfrentamento de dificuldades que continuam sendo vividas num campo de tensão, alto custo de vida, desemprego, dificuldade de acesso aos projetos habitacionais etc. E, se é uma queda de braço desigual, pode ser em alguns momentos uma luta possível. A cautela apontada pelo secretário Cláudio Guedes não é apenas pela permuta ou indenização que deve ser paga, é porque diferentemente da “*tranqüila*” desapropriação que ostenta necessária para a preservação da reserva, terá que procurar reaver essa causa⁸⁵.

A autoridade dessas práticas tanto serve para ser ignorada – como o ganho de causa dos moradores – quanto para ser exaltada – o uso da notificação de irregularidade. A hierarquia do seu grau de importância vem conforme o interesse e as práticas que permeiam as lutas de classes. E, nessa relação contraditória de direito/dever, os moradores do assentamento do Tocantins, região oeste, procuram se legitimar, sabendo das pressões a que estão expostos:

Os moradores notificados têm noção da situação de irregularidade, mas argumentam não ter outra opção pela condição de pobreza. “Se a gente pudesse ir para um lugar melhor, eu ia na hora. A noite aqui é muito perigoso”, afirmou Maria da Silva.

“É uma moradia simples, mas pelo menos eu não pago aluguel. Tenho mulher, filho e neto morando aqui e não posso ser jogado na rua”, afirmou o motorista

⁸⁴ Idem, ibidem.

⁸⁵ A ênfase na luta jurídica, nesse caso, é relevante à medida que traz elementos de alianças e tensão por valores e interesses. A partir das relações sociais, contraditoriamente construídas, o recurso jurídico também compõe as estratégias de luta social. Procedimento importante sobre produção e usos das normas sociais, enquanto evidência de disputas desiguais nas relações, apresenta-se em:
- THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores*. A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

*Canuto Furtado, enquanto mostrava uma cópia da sentença proferida pelo juiz João Ecyr.*⁸⁶

A fala de dona Maria da Silva sugere que não é a condição de irregularidade indicada pelo Poder Público que a faz ter interesse em sair do local. Como anuncia, o lugar é perigoso e se tivesse condição não morava naquele lugar. Esse suposto de não ter perspectiva melhor garante a recusa de muitos moradores em sair, sabendo que, no mínimo, precisam dialogar com as pressões que se colocam, não para a saída, mas para a sua sobrevivência. Essa é a prioridade.

Com isso, não desconsidero que a questão das desapropriações, possa ser configurada, para alguns, como a possibilidade de negociar condições que julgam ser melhores, no momento mesmo em que denunciam condições de precariedade. Pois, as iniciativas de desapropriação tomadas por seus antagonistas os colocam na condição de propositores de um viver melhor, como se dissessem, “o que tem a nos oferecer?”. Propõem que podem até sair, caso as questões que apontam como melhorias, fossem alcançadas.

Nessa mesma disputa, seu Canuto expõe a cópia da sentença como modo de anunciar a compreensão e participação na tensão pelo que é seu por direito, enquanto uso e necessidade. O “*não posso ser jogado na rua*”, anunciado como enredo do vivido, ganha tom de direito à cidade, mesmo sobre ressalvas: “*moradia simples, mas pelo menos eu não pago aluguel. Tenho mulher, filho e neto morando aqui...*”. A experiência que ressalta traz o seu pertencimento e não um caminho à margem.

Os confrontos classistas, explícitos em momentos como esse, sugerem que o morador de um assentamento, que é pressionado com práticas de desapropriação do Poder Público, consegue ler, nas relações, o uso da lei a seu favor. Mostrar a sentença não é apenas indicar que sabe do que está falando e que tem como permanecer, mas é identificar nas tensões sua intervenção como possível de ser feita⁸⁷.

⁸⁶ FERNANDES, Arthur. Impasse. Prefeitura quer retirar 21 casas de reserva ambiental. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 jul. 2007.

⁸⁷ Essa discussão foi fortemente influenciada pelas proposições de Thompson sobre a noção de hegemonia, instigando-me a pensar que não está dado o campo do hegemônico. A hegemonia é um processo em disputa, que abarca relações de dominação em construção. Uma de suas formulações relevantes é formulada quando analisava as lutas e transformações sociais na Inglaterra do séc. XVIII e XIX, em que diz: “Sea lo que fuere esta hegemonía, no envolvía las vidas de los pobres y no les impedía defender sus propios modos de trabajo y descanso, formar sus propios ritos, sus propios satisfacciones y visión de la vida (...) Esta hegemonia pudo haber definido los limites externos de lo que era políticamente y socialmente practicable y, por ello, influir sobre las formas de lo praticado: ofrecía el armazón desnudo de uma estructura de relaciones de domínio y subordinación, pero dentro del trazado arquitectónico podían montarse muchas distintas escenas y desarrollarse dramas diversos”. Com essa

Portanto, não é uma questão de perseguir a irregularidade a ser resolvida – essa não é a minha questão. Meu interesse é perceber como as relações são construídas nesse enredo, enquanto expectativas de partilhar a cidade, mesmo em desigualdade. Ao finalizar o texto dessa matéria, de julho de 2007, fica a marca da incompreensão/rejeição desse pertencimento que irá permear as contínuas ações sugeridas como de preservação das APPs:

“É uma situação delicada. Estas pessoas poderão ser incluídas no programa habitacional do Município. Mas não podemos garantir que todos serão contemplados. Também há a possibilidade de se incentivar invasões para as pessoas depois entrarem no programa de habitação”, lembrou o secretário. Enquanto a solução para o problema ambiental parece estar longe de ser resolvida, vacas continuam pastando no brejo do córrego do Cavalo e as casas de alvenaria vão sendo ampliadas dentro da APP [bosque Guanandi].⁸⁸

Essa narrativa coloca a discussão onde é mais fácil situá-la, porém a ironia de ter vacas pastando no brejo do córrego do Cavalo e casas de alvenaria se ampliando na APP do bairro Tocantins, só aponta que o problema não é ambiental. O incômodo que se tem com o território produzido por esses moradores, traduzido nas reportagens, é porque, além de apresentar um viver diferente, expressa o viver em desigualdade em Uberlândia.

A foto que acompanha a matéria sobre o assentamento do bairro Tocantins, imagem XV, sugere esse indicativo, entremeado de problemas sociais, mesmo que a legenda da fotografia aponte outra direção para a reflexão *“Bairro Tocantins: vinte e uma famílias ocupam área de preservação ambiental”*. Se na legenda o referencial é a ocupação de uma área de preservação ambiental, a imagem produzida, em preto e branco, formula um espaço de ocupação da cidade em tonalidade destacada pelo Jornal, para problematizar esse pertencimento.

inspiração, acredito ser relevante destacar a potência dos sujeitos nas relações classistas, o campo de possibilidades de transformar e influir nos caminhos da organização social.

- THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Trad. De Eva Rodrigues. Barcelona: Editorial Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1979, p. 59

Ver também colocações de Williams sobre o termo hegemonia, propondo uma dinâmica a esse conceito. Essa formulação aponta que o campo do hegemônico se constitui e se reelabora diante as desigualdades e as forças sociais em questão, é um processo.

- WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 111-117.

⁸⁸ FERNANDES, Arthur. Impasse. Prefeitura quer retirar 21 casas de reserva ambiental. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 jul. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.



Imagem XV – Assentamento Bairro Tocantins

Fonte: FERNANDES, Arthur. Impasse. Prefeitura quer retirar 21 casas de reserva ambiental. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 21 jul. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

A foto da reportagem traz o inacabado, o improvisado na cerca, na ladeira, na parede sem reboco, nos caminhos tortuosos de poeira e de um dia vivido a cada vez. Esse é um território firmado no chão da desigualdade e em plena expansão na cidade. Desse modo, fica abalada a ênfase na indicação e prioridade do descuido com a natureza, se não indicar, a priori, um descuido com os sujeitos que vivem e produzem a cidade, que não se encerram nos processos de desapropriações.

Mas que emergem nas ruas mais desvalorizadas dos bairros, ou em muitos dos loteamentos ditos “populares”, encaminhados aos trabalhadores. Tudo isso motiva, muito mais do que impede, que esses moradores lutem e queiram o acesso a benfeitorias, à coleta de lixo, a regularização de suas moradias, o reconhecimento de suas práticas de pertencimento, até mesmo para terem como disputar nos mesmos meandros nos quais são cobrados.⁸⁹.

⁸⁹ Borges, em seu trabalho, traz a defesa das APPs, privando-se das contradições e interesses que permeiam as práticas de proteção ambiental. Ele salienta a necessidade de conscientização, calcula, minuciosamente, os resultados obtidos por um bom aproveitamento dessas áreas. Ainda, nesse estudo, o autor apresenta os usos que prejudicam a preservação das APPs e limitam a qualidade de vida. Contudo, vale ressaltar que as APPs não estão fora das relações, fazem parte de usos de espaços da cidade, fazem parte de problemas e expulsões historicamente construídas, em relações desiguais. Portanto, apontar o que ecologicamente é viável, deve apontar também como garantir condições de vida melhores aos moradores

Fica então a pergunta, se a grande motivação para transformar esses territórios é a preservação do patrimônio ambiental, por que outras regiões, também de APPs, estão abandonadas? Talvez porque não seja essa a grande motivação para as intervenções. A reportagem de capa do *Jornal Correio de Uberlândia*, de janeiro de 2008, que traz a denúncia de descaso com o Bosque Jacarandá, no bairro Guarani, propõe pensar um pouco mais sobre o lidar com essas áreas de preservação.

O Jornal traz a cidade nessas composições contraditórias de usos das áreas de preservação e bosques da cidade, ora apontando que pessoas estão ocupando esses lugares e o Poder Público irá reconstituí-lo como áreas de preservação, ora indicando que as legitimadas enquanto áreas de preservação não são efetivadas como tal e precisam ser aclamadas diante o descaso e não efetivação de tal espaço como Área de Preservação Ambiental.



BOSQUE ABANDONADO. Entulho, animais mortos, lixo e muito mato. Este é o cenário de uma área de 12 mil metros quadrados no bairro Guarani [região oeste da cidade] que deveria ser o Bosque do Jacarandá. No período de chuvas, o problema fica mais grave. Como as ruas do em torno não têm bocas-de-lobo, as enxurradas levam o lixo para a área. A criação do bosque, que deveria ser um espaço de lazer e esporte para a população, foi anunciada há mais de cinco anos e desde então o projeto está abandonado.

Imagem XVI – Bosque Jacarandá

Fonte: CORREIO de Uberlândia, Uberlândia, 31 jan. 2008. *Chamada da capa. Reportagem completa p. B-2.*

da cidade. Sem isso, não há, a meu ver, encaminhamento possível de ser compreendido enquanto proposta de melhoria na qualidade de vida.

- BORGES, David J. V. *As condições sócio-ambientais de áreas de preservação permanente na zona urbana de Uberlândia: aspectos paisagísticos e sociais.* 2005. 101f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais). Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

O que faz com que apareça essa colocação, apresentada na imagem XVI, denunciada por moradores do bairro Guarani, não é a parceria do Jornal com essa luta, mas é o recolocar essa prática, trazendo-a como denúncia de um projeto da administração anterior de oposição a atual, a pmdebista (gestão 2001-2004), colocando-a como uma ação que será privilegiada no interesse atual do Poder Público, o interesse pela preservação ambiental nos bairros.

Esses usos de projetos para a cidade, como nesse caso, propõe desvincular o que acontece, por exemplo, no bairro vizinho ao Guarani, o Tocantins, na área de bosque em que estão os assentamentos, particularizando aqui o descaso ambiental, colocando-o como uma luta “da sociedade” compartilhada, em grande pelos sujeitos que produzem o Jornal e pela administração pública da cidade.

A visibilidade do bairro Guarani, sobre essa questão, ganhou não só as páginas dos jornais, como também os telejornais, os programas televisivos de reivindicação social e os debates da Câmara Municipal. A imagem de um lugar que virou depósito de lixo, criadouro de animais e propulsor de doenças e inundações, conforme se observa na imagem acima, culminou, nesses espaços, com a prerrogativa de falta de educação ambiental e descaso, devido à promessa de efetivação da reserva.

Uma imagem que expõe o lixo, o mau uso dessa área. A matéria não coloca em uma mesma relação a precariedade do território de preservação e as condições de vida desses moradores, que convivem há muito com o mau cheiro, bichos etc. Essa paisagem não era o sonho de quem se mudou para o bairro Guarani, quando o loteamento foi entregue, a partir de 1991, não era esperado que uma das referências do bairro fosse essa⁹⁰.

⁹⁰ Couto em seus trabalhos acadêmicos (monografia, dissertação e tese) destacou as relações de trabalho que lidam com o lixo e recicláveis na cidade, indicando como é conflituosa e contraditória a convivência com o lixo e com esses trabalhadores. A autora aponta as justificativas e ações da vigilância sanitária, bem como os grupos que se articulam para trabalhar com o lixo e os que vão ao aterro sanitário procurar utensílios e tirar dali o sustento.

O conviver com a proximidade do aterro sanitário no bairro Guarani é um dos indicativos das limitações dos moradores em produzir identificações diferenciadas para o bairro, que não as vinculadas ao mau cheiro, lixo e doenças. O estudo de Ferrete, Lemos e Lima apontam as dificuldades em conviver no bairro Guarani diante a “*má disposição de resíduos sólidos*”, ocasionando doenças advindas do lixo e de animais que percorrem o aterro sanitário. Considerações importantes ver:

- COUTO, Ana Mágnia S. *Das sobras à indústria de reciclagem: a invenção do lixo na cidade*. (Uberlândia-MG, 1980-2002). 2006. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

- FERRETE, Jaqueline A.; LEMOS, Jureth C.; LIMA, Samuel do C. A má disposição dos resíduos sólidos e sua influência na saúde pública, Uberlândia (MG). 2003. V Encontro Nacional da ANPEGE. Florianópolis, Anais... 2003, p. 1473-1484. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/Lagem/anpege2003.pdf>>, Acesso em: jun. 2008.

A estratégia de reivindicar a efetivação do bosque, utilizada por alguns moradores do bairro Guarani, principalmente circunvizinhos à área do bosque, procura atender às expectativas construídas diante a possibilidade de melhoria do seu modo de viver, de recomposição do lugar que possuem na cidade – deixar de serem identificados como os vizinhos do aterro sanitário e da antiga Braspelco, para serem o bairro do bosque Jacarandá, do lazer, do futebol, como também uma região mais valorizada nas relações do mercado imobiliário⁹¹.

Por isso, insistir para a efetivação do bosque, enquanto proposta de preservação, é também anunciar, por esse viés, outros interesses, como os apresentados na reportagem sobre o bairro Guarani e o descaso com o bosque:

No bairro Guarani, entre a avenida Vaneirão e a rua do Repentista, uma área de aproximadamente 12 mil metros quadrados espera ser transformada em um espaço de lazer para os moradores. Há pouco mais de cinco anos foram montados, no local, palanques onde representantes do poder público fizeram promessas para revitalizar o local e transforma-lo em um lugar agradável e útil ao bairro. O terreno, batizado então de Bosque do Jacarandá, foi cercado e recebeu mudas de árvores frutíferas. Hoje, contudo, as cercas foram roubadas e o que se vê no local são alguns montes de entulhos de construções, ossos, animais mortos, garrafas plásticas, papelões, pedaços de madeira e muito mato. “A Prefeitura veio aqui na época e fez o maior auê. Os secretários disseram que seriam construídas uma ciclovia e calçadas para as pessoas fazerem caminhadas. Chegaram até a plantar algumas árvores frutíferas. Mas abandonaram a causa e o que temos hoje é isso”, lamentou o aposentado Jair dos Reis Souza.

(...) “É uma falta de respeito com a população. Não agüentamos mais tantas promessas dos governantes e nenhuma solução para o problema”, disse a doméstica Cezarina da Silva, que mora há mais de 15 anos na rua da Polca esquina com a avenida do Repentista, em frente ao que seria o bosque.

(...) “O pior é que já ligamos na Prefeitura, reclamamos, fizemos abaixo-assinados, mas tudo continua da mesma forma. Do jeito que está não pode ficar. Alguma coisa tem que ser feita”, reclamou a dona de casa Odete Rodrigues de Andrade.⁹²

Para os moradores, a mudança de gestão, como quer destacar a reportagem – referindo-se ao governo Zaire Rezende – PMDB, gestão 2001/2004, anterior ao governo

⁹¹ A Braspelco, empresa de beneficiamento de couro, que em 2007 foi interditada, era responsável, em grande parte, pelo mau cheiro que atingiu durante décadas os bairros circunvizinhos se propagando pela cidade. Essa questão é formulada como pauta de reivindicação há muitos anos pelos moradores. Porém, efetivamente, pouco se fez ao longo desses anos contra as ações irregulares das empresas, com relação a preservação ambiental e garantia de qualidade de vida aos moradores vizinhos, conforme denúncias e notificações do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Sobre a Braspelco, importante acompanhar não só as denúncias e debates na Câmara de vereadores no ano de 2007, como também as correspondências enviadas durante o ano de 1989 à Câmara, tanto denunciando, como propondo ações contra a empresa. O que efetivamente só se concretizou com a interdição e encerramento das atividades da empresa em 2007.

⁹² BARBOSA, Lucas. Descaso. Bosques viram depósito de lixo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 jan. 2008. Caderno Cidade, p. B-2.

Odelmo Leão – PP, gestão 2005/2008 – não explica o abandono da obra. O que os moradores apresentam como pauta e é articulada na reportagem do Jornal, é a efetivação do que já legitimaram e acreditam terem construído como direito.

Nesse sentido, não é apenas o descaso da administração atual que está em foco na fala dos moradores e isso o secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Cláudio Guedes compreende e usa a seu favor, “*embora a promessa da construção de uma área de lazer para a população naquele local tenha sido feita pela administração anterior...*”. Ele retira a cobrança e evoca a promoção das ações do atual governo, pois, o secretário sugere que essa melhoria será concedida, como integrante de outros projetos da cidade, quais sejam: os Parques Lineares.

Esta obra e a criação de outros bosques fazem parte do programa Uberlândia Vale Mais – de revitalização das áreas verdes, que já está em andamento – que também contempla a criação de 11 parques lineares à beira dos córregos que estão dentro do perímetro urbano.⁹³

A proposta do Jornal em corroborar para uma certa denúncia de pendências do governo pmdebista aponta uma dissociação das ausências sobre essa questão até praticamente o fim do mandato atual do PP. Indicando apenas que esse, mesmo não tendo “prometido” a efetivação do bosque, compromete-se em colocá-lo na agenda, valorizando o projeto que remete aos Parques Lineares.

Essas transformações, que se entremeiam, registram fragilidades das práticas de preservação na cidade, demarcam formas desiguais de lidar com o que permanece e se retira das áreas a serem preservadas, apontando noções de patrimônio e preservação em disputa, que escalam desigualmente onde e para quem serão as prioridades e dentro de quais articulações políticas.

Indignada diante da tranquilidade com que é apresentado o que deve, ou não, ser vivido, comecei a pensar em outras práticas que expressam as disputas pela cidade. Uma delas foi a fala do ex-prefeito Virgílio Galassi no documentário *A História de Uberlândia*, narrando a genealogia da obra do parque ecológico chamado Sabiá, na região leste da cidade. Espaço que teve, conforme suas palavras, “*uns contratemplos*”, mas nada que impedisse o que já estava “*predestinado*”:

...quando nós assumimos a Prefeitura me parece que foi, foi o primeiro mandato [1971-1972], o Parque do Sabiá tava invadido. Essa invasão que hoje você vê todo mundo fazendo. Então, nós procuramos os advogados da

⁹³ Idem, ibidem.

Prefeitura pra ver como é que se podia fazer, porque ali era um patrimônio da Prefeitura. Mas, recebemos orientação e tomamos providências jurídicas, mas naquele mandato nós ainda não conseguimos liberar a área do Parque do Sabiá. Porque o primeiro mandato foi só de dois anos, então não tive tempo. Mas quando voltamos no segundo mandato [1977-1982], inclusive com um mandato de seis anos, nós conseguimos desocupar o Parque do Sabiá, mas não tinha dinheiro pra fazer! O Cícero Diniz, doido para construir o Parque do Sabiá. Porque aquilo é coisa do Cícero Diniz, né? Tem que por uma estátua dele lá, se possível do tamanho do Parque (risos). Então pra ficar livre do Cícero um dia falei, “faz um orçamento...” (...) Deus abençoou aquilo que nunca mais nós paramos de fazer o Parque do Sabiá, com todas aquelas obras que estão lá dentro⁹⁴.

Ao apresentar a construção do Parque do Sabiá, Virgílio Galassi passa pela “invasão” que havia naquela região, procurando desqualificar a disputa que se travou pelo direito àquele lugar. Em sua fala, exalta a noção de que é um ato que todo mundo faz nos tempos de hoje, banalizando essa prática como se ela não dialogasse com o que é proposto enquanto pressão para o vivido em Uberlândia.

Ao colocar a negociação como um ato jurídico, como se estivesse acima dos interesses das partes, mais uma vez as práticas se expressam como direito à propriedade para garantir o direito à expulsão. Com isso, as marcas dessas desapropriações se esvaem na destruição dos barracos, na correria para retirar alguns pertences, na procura de abrigo com amigos e parentes, até uma nova solução.

Apagar os rastros desses sujeitos pode ser feito com a limpeza do terreno e construção de um novo território, nesse caso, um monumento ecológico, o Parque do Sabiá. E, para reforçar esses modos de traduzir o passado no presente, conta-se histórias do lugar, como a produção do documentário *A História de Uberlândia*, que em 2006, apresenta mais uma vez, a versão recorrente de explicação da feitura da cidade, repetindo e promovendo personagens, lugares e marcos.

Nesse roteiro informativo, menciona a “função” do Parque, definindo-o como “*um equipamento urbano de lazer*”, alheio a um processo tenso de desapropriação, que na narrativa, foi apenas um percalço momentâneo, nada que impedisse o que estava predestinado, que hoje sendo espaço de lazer, acaba por reforçar uma historicidade única, de um lugar para “todos”⁹⁵.

⁹⁴ Fala de Virgílio Galassi em: *A HISTÓRIA de Uberlândia - 1682 a 2006*. Direção: Maykon Oliveira. Imagens, Edição e Produção: Nilson de Oliveira. Supervisão: Nair Paula. Sonoplastia: Michelle de Paula. Locução: Alessandro Júnior. Uberlândia: Play Vídeo Produções, 2006, 1 DVD (70 min), son., color.

⁹⁵ Essas colocações remetem há uma prática acadêmica de explicar a cidade pelo seu funcionalismo, planejamento e gestão, colocando os espaços como organizadores das relações sociais. Esse encaminhamento pode ser observado em trabalhos como:

Mas, as pessoas continuam se movimentando pela cidade. E se até hoje “invasões” continuam sendo feitas, para desgosto do senhor Virgílio, é porque, efetivamente, o inventariar os territórios da cidade encontra recusas e reorganizações desses lugares, à revelia do que foi colocado como norma de classe.

Uma região, que para as pessoas viverem não merecia benfeitorias e serviços públicos, já que a Prefeitura “*não tinha dinheiro*” e era uma região inviável para investimentos. Entretanto, ganha impulsos coerentes quando a explicação histórica se legitima pela autoridade dada ao seu contador: “*Então, pra ficar livre do Cícero, um dia falei, ‘faz um orçamento...’ (...) Deus abençoou aquilo que nunca mais nós paramos de fazer o Parque do Sabiá, com todas aquelas obras que estão lá dentro*”. Ora, as reclamações e pedidos dos moradores eram ecos no vazio? E foi a “*insistência*” de um parceiro político que “*motivou*” a feitura do Parque, contando ainda com as bênçãos divinas?

Sabemos que essa forma de produzir histórias pode reduzir a experiência social ao ato onipotente de decisão de construir o Parque do Sabiá, deixando como custos do progresso a produção das relações que culminaram com a retirada daqueles sujeitos. Pois hoje há uma insistência em tornar inquestionável o status do parque, com a sua imagem em guias, postais, eventos esportivos. Como se antes, nada tivesse existido ali.

Atualmente, ao transitar pelas proximidades do Parque do Sabiá e ver os moradores do bairro Tibery sentados na calçada, no fim de tarde, vendo o movimento no interior do parque, penso sobre como foi permanecer diante essa transformação. Essa melhoria, mesmo que contraditória, indicou a legitimação da retirada daqueles moradores da ocupação. Como se essa prática também expressasse, ao final, melhoria para esses sujeitos, mesmo que em outro lugar. Mas essa possibilidade de mudar a condição de vida existe? Em que termos? Talvez, a posição dos que permaneceram moradores do Tibery permita legitimar essa mudança, que aponta, enfim, que mesmo nas desigualdades, as perdas podem ser mais divididas e mais violentas.

- MUNIZ, Thiago et al. Lazer e planejamento: um olhar sobre o Parque do Sabiá em Uberlândia-MG. II Simpósio Regional de Geografia. “*Perspectivas para o cerrado no século XXI*”. 2003. Uberlândia. *Anais... Uberlândia*: Instituto de Geografia, 2003.

Há ainda indicativos de recontar a história de bairros, como o Tibery, e por essas práticas garantir a positividade de certos projetos, retirando suas contradições, principalmente quando falar desse bairro, remete-se a construção do Parque do Sabiá, à retirada das ocupações e de reordenamento da região que circundam o Parque. Sobre essa questão destaco:

- TIAGO, Gislene. Muita sombra e avenidas largas. Bairro deixou de ser brejo e virou importante centro comercial da cidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia. Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2009/04/19/36744/muita_sombra_e_avenidas_largas.html>, Acesso em: abr. 2009.

A justificativa do Parque, como sendo um bem público, que garantia a proteção ambiental, tornando-se um Parque Ecológico, pressionou a retirada dos ocupantes. Não porque essa explicação resolveu, mas porque, dentro dessa explicação, outras foram produzidas. O processo constante de pertencer à cidade traz não só identificações, mas fortalece o entendimento de que o vivido fora da norma tem que ser ajustado. Um ajuste muitas vezes naturalizado como melhoria. O que prefiro entender como o experimentar a desigualdade em transformação.

Algumas fontes sugerem que melhorias realmente chegaram após a construção do parque: mais ônibus, pavimentação das ruas, novos loteamentos, construção de acesso a outros bairros, a canalização do córrego. Um novo vínculo para os moradores que ficaram: de vizinhos da “*invasão*” para vizinhos do Parque do Sabiá. Esse processo, partilhado com os moradores do bairro Tibery e os que passam a usar o parque como seu território, esfumaça, em grande parte, a desapropriação ocorrida. Uma mudança que se efetivou, mas que nessa contínua intenção de produzir uma síntese do que se tornou Uberlândia, os lugares e as obras aparecem como algo que sempre foi ou era para ser assim⁹⁶.

Essas questões me fazem pensar sobre como são realizadas as disputas pela cidade. Pois, além de práticas de convencimento, os moradores que permaneceram perceberam alterações em suas vidas – valorização imobiliária, outras possibilidades de trabalho, de lazer –, não foram ingenuamente convencidos da positividade do “*progresso*”⁹⁷.

No site e Showcase da fundação UC&VB a área do Parque do Sabiá é apresentada como o lazer, a sociabilidade, o ecológico sendo conjugado com o desenvolvimento urbano de Uberlândia, esses são os enfoques registrados e divulgados

⁹⁶ Vejo em muitas formulações a busca de explicação para as transformações sociais em projetos de décadas anteriores, em leis e códigos de postura – como acontece com a própria desapropriação de áreas brejeiras e de preservação ambiental. Porém, entendo que essas práticas podem ter sido formuladas, mas foram em outro tempo e em outra correlação de forças. O projeto de urbanização de 1954, encomendado pelo Poder Público, anunciava a construção de um parque ecológico, porém a construção do Parque do Sabiá, em finais da década de 1970, não trazia a confirmação de um planejamento, mas sim a disputa pelo modo de organizar a cidade que continuava. O processo de transformação histórica traz tensões e propostas, mas a história não está escrita a priori. Ela vai sendo produzida no momento em que é vivida. Com certeza, as negociações que tiveram que acontecer, os empasses e várias reelaborações não compunham aquele projeto de 1954, mas certamente já se percebia nele quem se autorizava e se autoneameava para transformar a cidade. Algo que, na prática, ocorre de outro modo. Os sujeitos sociais participam, ritmam e produzem a mudança disputando seus direcionamentos. Ver sobre essas questões o olhar de classe construído no projeto de urbanização de 1954:

- MINAS GERAIS. Departamento Geográfico. *Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte: Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, 1954, 25p.

⁹⁷ Cf. OFÍCIO. Transcol discute sobre novas linhas de ônibus. 29 jul. 1982. Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

que procurei destacar a seguir com as imagens XVII e XVIII. E, conforme divulgação do site da Prefeitura o Parque é apresentado como um “complexo” de atividades e usos:

O complexo [Parque do Sabiá](#), que começou a ser construído em 07/07/1977 e foi inaugurado em 07/11/1982, possui uma área de 1.850.000 m², que abrange um bosque de 350.000 m² de área verde, um conjunto hidrográfico composto por três nascentes que abastecem sete represas e originam um grande lago e sete outros menores; uma praia artificial com 300 metros de extensão; um zoológico com animais em cativeiro de dezenas de espécies; uma estação de piscicultura com vários tanques, que servem para estocagem de matrizes, reprodução de peixes, estocagem de pós-larvas e alevinagem; um pavilhão de 1.080 m² de área construída, que comporta 36 aquários e 36 espécies diferentes de peixes, com valor econômico e ornamental; uma pista de cooper de 5.100 metros de extensão; duas piscinas de água corrente; vários campos de futebol; cinco quadras poliesportivas; uma quadra de areia; um campo society de grama; um completo parque infantil, com mais de 100 brinquedos; conjuntos sanitários; vestiários esportivos; lanchonetes e vários recantos contemplativos, entre outras instalações. A proposta de sua criação teve como principal objetivo proporcionar ao cidadão menos favorecido um local para a prática desportiva e outras atividades de lazer.⁹⁸

Diante a composição de um espaço que conjuga natureza-lazer-qualidade de vida o Parque do Sabiá produz uma evidência de “espaço de todos” que se legitima pelo encanto e identificação construída junto aos moradores. O que incentiva e apóia o uso pelo marketing desse referencial na cidade. A apresentação do Estádio João Havelange, que compõe o Complexo do Sabiá, aparece como “reflexo” da grandiosidade e preparo da cidade para o crescimento. Ele compartilha com o Parque o olhar mais adiante que os administradores querem destacar para seus empreendimentos. Nesse caso o destaque vai para as áreas de sociabilidade na cidade⁹⁹.

Nesse sentido, a divulgação de regiões da cidade pelo empresariado, para além dos postais e presença em folders, palestras e documentários sobre Uberlândia, deixa explícito o interesse em fortalecer o vínculo já traduzido na proposição de construção desses espaços, isto é, servir de referencial para propagandas da cidade, investimentos comerciais, garantir recursos públicos e fomentar a leitura das transformações como

⁹⁸ Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria.php?id_cg=149&id=24>. Acesso em: jul. 2009.

⁹⁹ “O Estádio Municipal João Havelange é um estádio multiuso (...) atualmente mais usado para jogos de futebol (...) O estádio foi construído em 1982 e tem capacidade para 52.800 pessoas, aproximadamente, pelos padrões atuais da FIFA. Ele pertence à Prefeitura de Uberlândia. O estádio inicialmente recebeu o nome de Parque do Sabiá e em 1995 foi renomeado para Estádio Municipal João Havelange (...) o estádio ainda é normalmente chamado de Parque do Sabiá. É o segundo maior de Minas Gerais e recentemente foi “revitalizado” para se adequar ao EstatuTo do Torcedor.” Esse histórico do Estádio foi produzido e divulgado em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Municipal_Jo%C3%A3o_Havelange>. Acesso em: jul. 2009.

naturais, positivas e um anseio de toda a população, independente das ações dispostas para que se efetivem.



Imagem XVII
Lagoa do Parque do Sabiá

Fonte:
<www.uberlandiacvb.com.br>



Imagem XVIII
Estádio João Havelange

Fonte:
<www.uberlandiacvb.com.br>

A beleza e uso do Parque como espaço de sociabilidade não retira a condição de sua produção, mas traz questões sobre o presente, problematizando o caminho de feitura dos Parques Lineares. Estes ainda estão sendo produzidos, cabendo atentar ao que propõem enquanto territórios para a cidade e como esse processo se dá e de que modo podemos atuar nessa prática de mudança.

Adentrando na imagem que se divulga nos postais, vídeos e catálogos, como as aqui apresentadas, os territórios vividos ditam um pulsar que reorienta a proposição de contemplação, indicando a dinâmica que produz e transforma as relações que compõem esses lugares. Se a imagem da lagoa ao fim da tarde, ou mesmo a dimensão do estádio

serve para referendar a cidade, nem sempre apaziguam o horizonte de tensões que aproxima essas imagens, dando à realidade um zoom bem mais duro de ser visto e disputado¹⁰⁰.

As imagens do Parque formulam a apreensão da positividade de sua construção. Porém, não quero deixar de lado o que me levou a propor essa discussão, a noção de que esses novos territórios que se fazem pela partilha de relações e laços afetivos com esses lugares indicam que as pessoas conseguem refazer seus usos. Sem esquecer, é claro, que aqueles que perderam nesse processo, não só de produção do parque, mas de tantas outras desapropriações de modos de viver, também seguem.

Sobre essas perdas, que não conseguirei reconstituir, talvez porque acredito que perdi junto, mesmo que não na mesma dimensão, foram práticas que modificaram meu olhar para a vida, certamente um pouco tarde para acompanhar e intervir nesse processo, mas não para ignorá-lo.

Se as transformações sociais são expectativas de melhoria para determinados sujeitos, ao mesmo tempo, e nas mesmas relações, portam, em suas condições de desigualdade, práticas de exclusão a outros que também vivem a cidade. Em grande parte, esse movimento contraditório e concomitante não vem se apresentando como proposta de roteiro para a escrita da história da cidade.

No documentário *A História de Uberlândia*, fica evidente uma perspectiva de mudança, enquanto sinônimo de evolução. Supondo, desde o início, a trajetória vitoriosa de uma cidade que só deixa de ser sujeito de sua própria história quando enuncia seus administradores e aliados como personagens fundamentais desse progresso.

O processo histórico é negado e é acionado o passado para se chegar ao fato. O presente se faz, nessa proposta, como resultado e confirmação de que essa prática estava certa e anteviu o que era melhor para todos. Nesse sentido, a fala do ex-prefeito Virgílio Galassi sugere não só uma perspectiva de olhar para a cidade e para as relações sociais,

¹⁰⁰ Durante a construção do Estádio produziram-se várias críticas em relação à obra, expressas em cartas enviadas à Câmara, em notas do Jornal, etc. Essas contestações eram no sentido de que havia outras prioridades para a cidade, discutindo assim os gastos com o Estádio e o uso do mesmo. Isso não quer dizer que as pessoas não almejassem obras como essa para Uberlândia, mas a contradição chegava quando necessidades para determinados moradores não eram atendidas, como benfeitorias no bairro, escolas, casas. Um olhar mais atento a que interesses se vinculavam essa obra, permite perceber que a própria divulgação da cidade, anunciada em correspondências da ACIUB, aponta para o uso do Estádio para dar visibilidade à cidade e às empresas que aqui estavam. Conferir essas formulações em:
- ACIUB. [ofício]. Uberlândia, março 1982. Ofício sobre a cobertura da inauguração do Estádio e divulgação de empresas e da cidade. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas.

mas impõe, com o enredo construído, a composição da percepção de que ser administrador de Uberlândia foi, em uma escala evolutiva, um caminho de orgulho, dentro do único caminho possível.

Essa perspectiva indica que quando são ressaltados os entraves eles já estão, de antemão, localizados: são as invasões, os quebras, as greves. Práticas catalogadas como intervenções negativas no que foi proposto por determinados grupos, enquanto projeto futuro de cidade. Assim, o documentário de 2006, que traz a produção do Parque Sabiá, enquanto marca do progresso, destaca já no início de sua narrativa como será tratada, nos 70 minutos de filmagem, a História de Uberlândia. Apresenta a trajetória política dos gestores e seus parceiros. Aqueles que, nessa perspectiva, fizeram a cidade:

A partir de agora convido você a partilhar um pouco da história que você também construiu. De tempos que passaram que fazem grandes marcos em nosso presente e retrata o trabalho de pessoas que fizeram dessa terra fértil uma cidade independente, da qual todos nós temos orgulho. Parabéns Uberlândia! Parabéns uberlandense!¹⁰¹

Essa prática retira outros sujeitos dessa relação. Com o suposto da ambição e doação individual, o documentário ratifica essa disputa de sentidos do vivido. Ao apresentar o ex-prefeito Virgílio Galassi como aquele que identifica os marcos e personagens da história de Uberlândia (desde João Pereira da Rocha, indicado como o pioneiro da região), o vídeo assume um modo de dialogar com a realidade em que os fatos emergem enquanto expressão de épocas, conformados, em uma série de realizações administrativas e não como produção social dinâmica e tensa.

As transformações sociais e disputas por territórios não se resumem a apagar no espaço urbano as marcas de um projeto para construir um outro, mexer em vidas que na sua constituição “seguram as pontas” e vão seguindo, não como expectadoras desse avançar sobre seus costumes, mas produzindo pautas para essa transformação, reivindicando serem ouvidos e construindo também esse processo. Seja ficando até o último momento, seja dando visibilidade às suas frustrações e conquistas como podem, utilizando o que consideram ser mecanismos de força e pressão para disputarem seu pertencimento.

¹⁰¹ Fala do narrador na abertura do documentário, tendo o hino da cidade como fundo musical e imagens de políticos e lugares da cidade.

- A HISTÓRIA de Uberlândia - 1682 a 2006. Direção: Maykon Oliveira. Imagens, Edição e Produção: Nilson de Oliveira. Supervisão: Nair Paula. Sonoplastia: Michelle de Paula. Locução: Alessandro Júnior. Uberlândia: Play Vídeo Produções, 2006, 1 DVD (70 min), son., color.

Talvez fosse mais fácil mostrar uma foto da cidade de ontem e outra de hoje, pensando qual prédio foi construído, qual casa foi destruída, qual rua mudou o nome, quais tendências estéticas e de arquitetura influenciaram os imóveis e ratificaram a patrimonialização de determinada história. Nesse caminho, há sujeitos que seriam representativos para confirmar essa mudança, iriam contribuir para que as transformações fossem evoluções. Mas não aceito essa proposição. Existem outras histórias e tenho que evidenciá-las em relação¹⁰².

Pois, difícil seria não ter a imagem cotidiana que se segue por tantos anos acompanhando meus caminhos em Uberlândia: moradias sem infra-estrutura, ocupações de trabalhadores sem-teto, trabalhadores de rua disputando o comércio, sinaleiros repletos de sujeitos que, por diferentes motivos, acreditam que ali é uma boa fonte de renda. São moradores dessa cidade, que lembram, insistentemente, que vivemos não apenas de diferentes formas, mas que há desigualdades entremeadas nos nossos modos de viver.

Na verdade, os apontamentos que trago aqui abrem um flanco no processo de transformação social. Os territórios que se engendram, muitas vezes não passam no crivo da tal “história certa”, ficam entrincheirados pelos caminhos dos loteamentos, da discussão urbanística, dos dados de habitantes por metro quadrado¹⁰³.

¹⁰² Infelizmente muitos estudos insistem em refletir e problematizar a sociedade com modos de planificar a discussão por caminhos que não chegam nas relações, em suas tensões, na dinâmica de transformação. Permeiar as mudanças, não se sustenta em imagens justapostas. O enfrentamento das disputas por modos de viver precisa passar pelas contradições e tramas desse processo. Caso isso não ocorra, o papel do historiador fica envolto em um narrar observador de quadros de época, auto-explicativo e desconexo das desigualdades que compõem essas transformações e historicidades. Proponho pensar essas formulações nos trabalhos de:

- ALVES, Josefa A. *Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962)*. 2004. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

- CARRIJO, Gilson G. *Fotografia e a invenção do espaço urbano*. Considerações sobre a relação entre estética e política. 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

- REDUCINO, Marileusa de O. *Uma praça e seu em torno: plasticidades efêmeras do urbano*. Uberlândia – século XX. Uberlândia. 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

¹⁰³ Alguns trabalhos apontam a construção de uma cidade que é programada e segue o roteiro dessa programação, não há vínculos e relações entre os moradores há uma cidade-sujeito que se faz. Produção relevante para observar essa construção de benefícios possíveis de serem vislumbrados em cada setor da cidade é: UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. *Caderno Informativo*. 5 ed. Uberlândia: PMU, 2007. Outro ponto atual de reflexão é a busca por milhão de habitantes. Como se essa marca fosse sinônimo de que a cidade cumpre o seu papel, de acolhedora e desenvolvida. Nesse sentido ver as novas formulações sobre essa programação, para 1 milhão de habitantes em:

- CADERNO Especial Uberlândia 120 anos. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 31 ago. 2008.

A exclusão, a desigualdade no lidar com o pertencimento, ganha novas pautas de enfrentamento, não está mais limitada à percepção do espaço urbano, ganha também novas roupagens de disputa: zona especial de revitalização, mobilidade urbana, área de preservação ambiental, patrimônio histórico-cultural, patrimônio material e imaterial, espaços de sociabilidade, políticas de educação patrimonial, políticas de educação ambiental, descentralização das cidades médias, conscientização etc.

Práticas que me fazem indagar: onde estão os elementos que regem essas relações, que apontam pressões e conflitos a serem enfrentados? Essas noções existem fora das práticas sociais? Os territórios vão além dessas formulações? Acredito que eles ganham visibilidade e legitimidade não por se afirmarem pelos postais, ou por se repetirem na produção de memórias, mas por serem laços afetivos, de solidariedade, de partilha e disputa constante. E estão aí, para todos verem; na cidade que vivemos.

CAPÍTULO II

Os Nós de Culturas: Experiências de desigualdades

Na dinâmica do viver em Uberlândia nesse início do século XXI é perceptível como os valores ritmam lugares, unem e distanciam moradores e produzem distintos modos de lidar com o meio ambiente, com o espaço da moradia, com a constituição de laços de religiosidade, costumes, solidariedade e pertencimento à cidade. Nessa direção muito mais do que apreender as questões vinculadas as áreas de APPs na disputa por territórios pontuei também o lidar com o uso e visibilidade na cidade de modos de viver, marcados por experiências de desigualdades, nas diferenciações e disputas culturais que se embrenham. Essa prerrogativa aponta questionamentos sobre a natureza de interdições de certas práticas sociais, bem como explicita as tensões que marcam as relações sociais.

A pressão, tanto para se falar em culturas, quanto para que determinado viés norteie as relações sociais, não me deixa dúvidas: essa postura aponta para tensões. Tensões sobre os modos como se vive e se legitima viveres. Tensões entre o permanecer e o transformar. Não é um mero enfoque do cultural e do ambiental, distintamente catalogado, que está em questão no meu trabalho. Falar em culturas é olhar para o caminho contraditório em que se faz o viver a/na cidade.

Pensando assim, a tentativa aqui é problematizar noções que propõem um possível consenso na pluralidade cultural. Ao problematizar determinadas noções de cultura que esterilizam a dinâmica social, o processo de mudança de modos de viver vem à tona. Uberlândia estará em evidência a partir das práticas de certos moradores que experimentam essa cidade em desigualdade de condições.

Meu interesse é adentrar nessas lutas por valores, no processo de transformação social, onde a experiência desafia a visibilidade formatada que se quer consagrar com práticas de monumentalização do vivido. É por isso que importa dimensionar essas culturas. Retomo palavras de Khoury quando diz que não basta reconhecer e respeitar a diversidade cultural é preciso enfrentar as práticas que se pautam nesse enredo. A autora insiste nesse suposto em seus trabalhos e discussões a respeito do papel do historiador na produção do conhecimento histórico e na prática deste no tempo presente. Como menciona:

...o próprio fato de reconhecermos e respeitarmos a diversidade cultural, no sentido do direito de grupos e comunidades serem reconhecidos e respeitados a partir dos modos como se inserem na vida social, coloca-nos o problema de nos indagarmos de que forma temos questionado o mecanismo atual de relações sociais e de que maneira projetamos a organização social futura ao nos recusarmos a lidar com perspectivas paradigmáticas.¹⁰⁴

Ao tentar esmiuçar essa provocação, considerei o Caderno de Orientação, *Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana* – editado pela Prefeitura de Uberlândia em 2006, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Cultura – uma publicação pertinente para compor a problematização dos usos de culturas e do direito de viver a/na cidade¹⁰⁵.

Ao fazer isso insiro o Poder Público no debate sobre a aceitação da diferença, evidenciando contornos claros de práticas de controle e enquadramento de culturas, mesmo que enunciadas a partir do suposto do respeito à diferença e da afirmação de identidades culturais. Esse material teve como base os cadernos editados no estado de São Paulo e Rio Grande do Sul. Vejo essa integração de posturas como uma premissa compartilhada, não só em conteúdo, como também no modo de propor a organização social¹⁰⁶.

Esse caminho de orientar condutas me faz refletir sobre algumas possibilidades de adentrar nesse processo e ver como ele é experimentado pelos moradores, aqueles envolvidos nas pressões e limitações do direito à cidade. Esses encaminhamentos sugerem estratégias de transformar e manter modos de vida. Assim, questões que são legítimas socialmente se tornam repertório de adequações nas propostas de organização social.

¹⁰⁴ KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 26-27.

¹⁰⁵ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente/Secretaria Municipal de Cultura/COAFRO/Divisão de Memória e Patrimônio Histórico, 2006, p. 4. Caderno de Orientação.

¹⁰⁶ “Base de Elaboração:

- *A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Umbandistas. Cartilha de Orientação promovida pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.*

- *A Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana. Cartilha de Orientação organizada pelas Casas de Mãe Dango e Mãe Corajacy, Instituto Cultural Baba Toloji e ACADEC, de Campinas SP”.*

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 4.

A prática de projetar mudanças enquanto modos de educar continua disputando autoridade nas relações, partindo, quase sempre, e como destaque a seguir em trecho de apresentação do Caderno de Orientação, noções universalistas de conscientização e melhoria:

Este caderno de orientação visa informar, educar e sensibilizar a população sobre os procedimentos dos cultos afros, principalmente no que se refere à colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente. Pretende-se resgatar a conceituação sagrada da natureza na cosmovisão das culturas de matriz africana, em sua relação homem-natureza, reeducando mentes e práticas depredadoras do meio ambiente e integrando a população de afro-descendentes, adeptos dos cultos afros e a população em geral.

O conteúdo desta publicação dirige-se a toda a população, mas com especial ênfase aos terreiros e seus adeptos e notadamente aos educadores.

(...)

A educação ambiental é uma ferramenta importante no processo de sensibilização e mudanças de atitudes da população.¹⁰⁷

Esse trabalho foi distribuído na rede municipal de ensino, nas instituições de “práticas de religiões de matriz africana” e estão disponíveis nos órgãos vinculados às Secretarias Municipais: de Meio Ambiente, Educação e Cultura. A intenção de modificar hábitos multiplica, também, modos de compreender o lugar de cada prática na cidade. A educação – ambiental, cultural, patrimonial, sanitária – que perpassa essas práticas constrói um lugar para esses modos de viver e classifica a não realização da norma como falta de algum tipo de educação. Porém, que ações são essas?

É verdade que a distribuição desse material não impõe padrões a seguir, contudo não é possível dizer que ele é ignorado no seu conteúdo e na sua forma. O manual expressa uma religiosidade vista enquanto folclore, herança transcendente, algo que sobrevive separado de outras práticas que os sujeitos vivenciam. Essa proposta, ao manter o mito contraditório do quanto esse costume é diferente e marginal com relação a outros, expressa, também em outras práticas, a necessidade de atualizar esses valores, seja com a preservação ambiental, seja com o mote dos interesses sociais em questão.

Mesmo com todos os empenhos para a construção do consenso, a dureza das pressões e dos limites precisam ser vividos para que se estabeleçam enquanto dominação, portanto é necessário investigar outras fontes para compor com o Caderno de Orientação. Viver exige colocar no foco a vida. Por isso, só faz sentido destacar as culturas afro descendentes dialogando com o enredo com que elas são produzidas,

¹⁰⁷ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p.6-7.

afirmadas, negadas e questionadas. Ou seja, reconhecidas como práticas de disputa social.

Pesquisando o acervo de correspondências recebidas pela Rede Vitoriosa de Televisão, dirigidas aos programas Chumbo Grosso e Linha Dura, durante o segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008 – acervo que ainda não havia sido descartado pela emissora – considerei que a carta de dona Lielma, de junho de 2008, trazia elementos para meus incômodos. Ela propõe analisar suas relações na cidade e como certas identificações podem favorecer melhorias¹⁰⁸.

A carta de dona Lielma, que compõe esse acervo, contribui para que eu problematize a organização do Caderno de Orientação, mostrando que as explicações construídas pelas pessoas partem do que experimentam em sociedade, do campo de possibilidades e necessidades que imperam em suas relações. A moradora que produz essa carta fala de uma sociedade que se faz de muitos enfrentamentos, de dificuldades em melhorar a casa, manter o sustento e ter uma profissão, “*a vara para pescar*”.

Dona Lielma vê no programa televisivo, destinatário de sua correspondência, uma relação que oportuniza sua colocação enquanto parte da cidade, podendo expor sua trajetória, justificar suas expectativas e apontar essa realidade como campo de possibilidade de muitos trabalhadores. Sua experiência traduz uma intenção partilhada: ver suas dificuldades amenizadas e problematizar as referências que tentam explicar e enquadrar as pessoas:

*Uberlândia, 04 de junho de 2008
Queridíssimo Amarildo,*

Tenho 53 anos. Meu nome é Lielma (...). Sou sozinha, ou seja, não tenho ninguém para me ajudar. Amarildo, estou lhe escrevendo esta para pedir-lhe que você me ajude a conseguir uma bolsa para que eu possa fazer os cursos de: depilação, estética e massagem, ou pelo menos um deles.

Sabe Amarildo, eu não tenho nenhuma profissão e a saúde não está me ajudando a fazer certo tipo de trabalho como por exemplo: faxina, passar

¹⁰⁸ Os Programas diários Chumbo Grosso e Linha Dura, da rede Vitoriosa, afiliada da rede SBT, apresenta esses programas, às 8h e 12:30h respectivamente. De cunho jornalístico, a programação respalda-se em atender denúncias de moradores, casos policiais, campanhas sociais, auxílio às famílias etc. Tendo grande audiência e propondo-se como mediador das questões da população perante o Poder Público. Destaco que grande parte das correspondências, direcionadas aos apresentadores dos programas, pedem ajuda, presentes, materiais de construção, materiais escolares, festa de aniversário, móveis, remédios, consulta médica, emprego, curso profissionalizante, dentre outros. Para tais pedidos, grande parte dos moradores da cidade e da região (Araguari, Ituiutaba, Monte Alegre etc.) aponta a fidelidade ao programa, sua trajetória de dificuldades e privações, as desigualdades experimentadas na cidade, como respaldo para que sejam atendidos. O que interessa sobremaneira é como essa problematização do viver a cidade é produzida e conduzida nas relações de poder consideradas relevantes pelos moradores, sugeridas como capazes de propiciar melhorias.

roupas, etc. ultimamente estou vendendo cremosinho na rua dentro de um carrinho de feira, mas estou tendo problemas na saúde e também corro o risco de adquirir um câncer de pele.

Amarildo, além de ter que trabalhar para a despesa do dia a dia, também preciso de fazer o muro da minha casa, moro aqui a mais de 10 anos e até hoje não consegui, sofro com o quintal aberto, sou até humilhada pois os vizinhos jogam lixo no meu quintal. Por isso preciso muito conseguir uma profissão (a vara pra pescar) porque assim além do muro, conseguirei arrumar o telhado, pois também sofro muito no tempo da chuva (às vezes não tenho condições de ficar nos cômodos que molham).

Amarildo, peço a Deus que continue abençoando a todos que fazem parte dessa equipe, para que este programa fique por muito tempo no ar, porque tem muita gente precisando da ajuda de vocês.

(...) [coloca o telefone e endereço] São Jorge III.

Desde já agradeço pela atenção de todos.

Muito obrigada,

Lielma

Obs: não estou acostumada a pedir, estou acostumada a trabalhar, pois trabalho desde que me entendo por gente, só estou pedindo porque a minha situação está cada dia mais difícil, infelizmente estou entrando em depressão, ficou com muito medo de ficar doente pois não tenho ninguém para cuidar de mim.

Amarildo, às vezes me sinto discriminada pois não estou fazendo parte de classe nenhuma ou seja: não sou alcoólatra, não sou viciada em drogas, não sou fumante, não sou idosa (perante a lei), não sou menor, não sou negra, não sou deficiente física (graças a Deus). Daí a minha dificuldade de conseguir ajuda.

Mais uma vez,

Obrigada,

Lielma¹⁰⁹

As pessoas não separam o vivido, portanto evidenciam suas disputas, ora buscando reconhecimento em suas identificações, ora servindo-se delas para indicar que estar sozinho em suas lutas torna mais difícil lidar com as limitações de suas condições de vida. A leitura desse texto fez com que eu recuperasse a dinâmica de relações que quer propor como ordinária na cidade. Dona Lielma sugere que as pessoas produzem, rejeitam, mantêm identificações e dissidências segundo o trato com a sobrevivência, segundo relações de poder e valores a serem preservados.

De acordo com ela quando esse repertório é reconhecido como mecanismo de enfrentamento social, o que chamou de “classes” permite que encontre formas de

¹⁰⁹ LIELMA. [Carta]. Uberlândia, 04.06.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, relatando dificuldades e condições de vida, solicitando bolsa profissionalizante. Essa fonte foi gentilmente cedida pelo pesquisador Carlos Meneses de Sousa Santos. Esse material compõe seu Acervo Pessoal de Pesquisa.

traduzir solidariedades e direitos na cidade. A positividade que ela destina a essas identificações está na contraditória experimentação, das limitações e conquistas, que vincula a esse termo e à sua vivência.

Portanto, ver seu empenho em indicar que não “*não faz parte*” faz retomar o Caderno de Orientação e problematizar que mesmo aqueles, aparentemente inseridos, estão fora desse parâmetro de pertencimento. Essa identidade, politicamente correta, não tranqüiliza as relações sociais. Viver a cidade traduz se relacionar, conviver, colocar em movimento identificações e partilhas, conforme os modos de viver potencializem sua visibilidade, sua permanência, sua recorrência enquanto pertencimento social.

Assim, quando me deparo com o interesse em normatizar práticas, indicando diálogo, como no Caderno de Orientação, teimo em indagar: que outras relações na cidade estão envolvidas nessas possíveis padronizações? Esse movimentar em torno da “cultura do negro” garante o reconhecimento de um campo de visibilidade privilegiado nas lutas sociais? Dona Lielma, a escritora da carta, considera que sim.

Essa carta, de alguém que não informa sobre sua religiosidade e nem mesmo sobre suas práticas ambientais, diz muito sobre a forma como essa cidade é vivida. A prioridade na sua carta é falar dos seus receios, de como se vê e se relaciona em Uberlândia, que saídas encontra para continuar tocando sua vida. Para além das relações com vizinhos, amigos, parentes e o Poder Público, outras relações são anunciadas como possíveis para transformar seu modo de viver.

Nesse sentido, o diálogo com o apresentador do programa de TV, Amarildo Maciel, sugere que a moradora acredita que este consiga a ajuda que precisa, já que, nesse caso, as relações de classes em que se faz esse diálogo podem lhe favorecer. Principalmente pela grande audiência do programa, que retrata em sua grade diária as condições de vida na cidade como marketing de sua popularidade. Esse suposto fomenta expectativas em dona Lielma, que ao ver outros moradores serem atendidos diariamente pelo programa, considerou esse caminho como sua possibilidade também.

Dona Lielma traz na avaliação de sua vida a insegurança que permeia sua trajetória e seu planejamento futuro: “*Sou sozinha, ou seja, não tenho ninguém para me ajudar*”. Ao lidar com um Programa de TV sabe que o convencimento de sua situação de necessidade é parte relevante na conquista de seu pedido. Por isso, encontrei ao final de grande parte das correspondências, que compõem pedidos ao programa, o convite para que a produção visite suas casas e veja como é verdade o que narram. Um

argumento a mais para que os problemas sejam reconhecidos e suscitem alguma ação efetiva.

A proposta inicial de dona Lielma, de pedir uma bolsa profissionalizante para “*ter uma profissão*”, estende-se à falta de perspectivas, a uma vida que se prolonga na provisoriedade. Ela sugere que qualquer coisa que viesse a mais, para arrumar a casa e trabalho, seria bem vinda e necessária. Para dona Lielma, ela ainda não conseguiu mudar seu viver e precisa de ajuda para isso. Morar no São Jorge, região sul de Uberlândia, por mais de 10 anos, com a casa com problemas e dificuldades no uso do seu terreno sem muro, “*pois os vizinhos jogam lixo no meu quintal*”, informa onde e como consegue viver na cidade sem uma “*profissão*”. Tendo ainda que lidar com a doença e a falta de auxílio público.

Esse cotidiano, ela coloca em um diagnóstico que merece maiores questionamentos, diante do que constata como instabilidade na sobrevivência e na falta de novos horizontes, “*infelizmente estou entrando em depressão (...) às vezes me sinto discriminada*”. Em seu texto, dona Lielma problematiza alguns lugares sociais padronizados e aceitos, considerando que outros continuam como ilegítimos, sem uma causa para ser apoiada, quer participar da cidade, como tantos outros lutam, diariamente por essa prerrogativa: viver na cidade.

Ao fazer isso, procura um referencial para si e as identidades disponíveis não explicam e nem resolvem sua vida. O que sabe é que trabalha e, mesmo assim, sente-se discriminada, à parte dos benefícios e condições melhores de viver. Ser “*acostumada a trabalhar*” não lhe garantiu fugir da condição de “*pedir*”.

Insiste em dizer que pedir não lhe é comum, mas uma necessidade. Necessidade que a leva a certos “*tipos de trabalho*”, que, se pudesse, não queria realizar, seja por limites da doença, seja pela condição de classe que eles possam indicar. A faxina, passar roupa, vender cremosinho na rua, dá uma visibilidade às fragilidades do seu viver que não considera aceitável. Sabe que essas condições não se prendem à cor da pele, ancestralidade, idade etc. A sua condição social evidencia a desigualdade, pois as relações de classes não são ignoradas, pelo contrário, pesam e limitam suas escolhas.

Nesse sentido, ao conversar com uma de minhas entrevistadas, dona Marta, destacando sua vida em Uberlândia, essa questão novamente é explicitada. Durante a entrevista via sua apreensão sobre o que eu buscava e o que teria a me contar a partir de sua vida. O receio de modificar a imagem do que acredita que construiu para o que é hoje, pairava em nossa conversa. Sua relevância para essa discussão está nos sentidos

que construiu para o viver em Uberlândia todos esses anos, principalmente diante elementos que compõem sua condição atual: estabilidade no trabalho, casa própria, filhos criados.

Quando dona Marta me conta sobre suas primeiras experiências de trabalho, a condição de empregada doméstica é ressaltada, mesmo com muito receio dessa identificação. Trouxe essa experiência não só retratando sua trajetória, mas a de suas irmãs e vizinhas. Ela apresenta relações difíceis, que problematizam os “tipos de trabalho” que dona Lielma também não quer mais como campo de possibilidade, mas aponta que essas relações de trabalho permeiam as necessidades de determinados trabalhadores, muitas vezes não permitindo tantas escolhas.

Dona Marta, contrariando o possível benefício apontado por dona Lielma, não se identifica como “afro descendente”, não coloca essa condição como explicação para sua trajetória, destaca as relações que ritmam a vida de quem tem que trabalhar. Mesmo que a identificação afro faça parte de sua experiência, coloca essa “condição” para a irmã de criação e vizinhos, mas não para si. Aprendeu, por outros valores, que essa identificação pode diminuir suas conquistas, por isso se cala diante essa questão:

Quando você começou a trabalhar?

Dona Marta: Com 16 anos, na Francisco Sales. Fui trabalhar de doméstica.

(...)

Como foi começar a trabalhar, era tranqüilo? O que você lembra dessa época?

Dona Marta: Trabalhava de cedo até de tarde. Esse trabalho não gostei. Porque na época as mulheres patroa era muito ruim. Não dava as coisa pra gente. Na época a gente quase não tinha o que comer em casa. Por exemplo, um café reforçado, um pão. Era uma vida muito difícil [pausa] Na casa da patroa a gente via as coisa, mas não podia comer sem a ordem de pegar. Inclusive deixava a janta pronta. Carne recheada, lombo, aquele cheiro mais gostoso, mas nem oferecia pra gente. Depois eu não quis trabalhá mais de doméstica, achei muito humilhante, num suporrei muita coisa não. Aí eu preferi trabalhá no reflorestamento, eu trabalhava no plantio, no viveiro de eucalipto (...) Cê tem que trabalhá, aí eu fui. Assinô carteira e tudo e fui lá, láááá pra fazenda Tangará trabalhá (...)

Como você ia pra lá?

*Dona Marta: De caminhão de bóia-fria, eles passava, a gente pegava e ia. (...)*¹¹⁰

Enquanto me contava essa parte de sua história, nos idos da década de 1970, dona Marta destacava o trabalho na fazenda como um trabalho bem melhor do que o de doméstica, mesmo que ser bóia-fria exigisse mais esforço, tendo em vista a lida do plantio e colheita do eucalipto, assim como seus riscos, tanto na condição de trabalho,

¹¹⁰ Entrevista com dona Marta, realizada em 22 de fevereiro de 2007.

quanto no transporte (na carroceria de caminhão, carona ou a pé à beira da rodovia). Mesmo assim, insiste, “*foi muito bom ir pra lá*”.

Longe da cidade, “*láááá*” na fazenda, sem expor a condição de doméstica e nem os limites das “*escolhas*” de trabalho, dona Marta aponta a mesma dificuldade que dona Lielma também já evidenciou: as marcas que vão sendo construídas sobre alguns “*tipos de trabalhos*” incomodam. Noções de que esses trabalhos são para quem não tem profissão e precisa sobreviver de alguma forma. Ser doméstica, passadeira, lavadeira, vendedor de rua, servente, chapa, dentre outros, traz pressões que dificultam possíveis negociações de classe.

No trabalho de bóia-fria, dona Marta conta que terminada a tarefa do dia podia descansar ou ir embora, mesmo que para essa última opção tivesse que pegar carona ou ir a pé. Um processo que não é tão tranquilo como aparenta, pois havia outras rotinas que faziam parte desse trabalho: sair de madrugada, comer quando dava tempo, carregar peso, dividir tarefas com outros peões. Mas, em sua fala, essa prática diária ganha melhor condição do que o trabalho de doméstica, “*você sabia o que tinha que fazer e pronto*”: isso sugere que há intranqüilidades maiores do que o serviço pesado.

Ela afirma que tinha que trabalhar mesmo, então “*escolheu*” deixar de ser doméstica. Dona Marta olha pra esse enfrentamento como algo comum aos trabalhadores, a decisão a ser tomada é trabalhar “*para ajudar em casa*”. Mas quando vislumbra mudar suas relações de trabalho, produz alternativas para sair de condições consideradas insuportáveis por muito tempo. Ser bóia-fria, naquele momento, foi o que julgou como o melhor para sua vida, dentro da pressão de ter que trabalhar.

Hoje, ela acredita que ser funcionária pública deveu-se a esse caminho de buscar “*novas melhoras*”: bóia-fria, vendedora, serviços gerais, servidora pública. Federalizada na Universidade Federal de Uberlândia, dona Marta valorou esse ato como a possibilidade de segurança que almejava. Mesmo que à primeira vista o salário e as condições de vida pouco tenham mudado. Histórias que lhe trazem muitas relações desiguais, porém sempre tidas como provisórias até alcançar a estabilidade de servidora pública. Acreditou que poderia procurar outros caminhos, mesmo que ao longo desse percurso seus três filhos chegassem como uma preocupação a mais.

As amarras que a sobrevivência parece construir na vida de determinados trabalhadores nem sempre impedem que se arrisquem em traçar outras possibilidades dentro das pressões de classe. O que observo é que há outras formas de “*segurar as pontas e tocar a vida*”, mesmo que o preço para isso seja o lidar com novas pressões.

Para dona Marta, o apoio da família garantiu sua moradia no fundo da casa da mãe por muitos anos. E, mesmo com a chegada dos filhos, teve com quem deixá-los para trabalhar. Havia pessoas solidarizando-se com a sua sobrevivência – tanto a família e vizinhos, como os “irmãos da igreja” –, favorecendo para que expectativas e necessidades fossem respondidas a partir do que viu como buscar “*novas melhoras*”.

Laços de solidariedade que produzem diferenças no que irá determinar a vida de muitos trabalhadores, mesmo que seja latente a noção de que nada vem de graça. Há limites até mesmo nesse compartilhar, “*a família cobra, você tem que fingir que não vê muita coisa. Tudo vem com muito esforço, tirá da boca se for preciso, porque se não esforçá, não consegue*”.

O que dona Marta propõe em sua fala expressa relações tensas e nem sempre explícitas no que se finge não ver. Mas que estampam, em práticas costumeiras, relações difíceis de serem retomadas hoje, mesmo que em uma entrevista. A descrição de sua relação com a antiga patroa traz um tempo que lhe é problemático lembrar, tempo que olha hoje com dificuldade de conciliar com o que quer referendar no presente¹¹¹.

Relata que morou no bairro Tubalina, região oeste da cidade, desde que era bebê. A casa, “*metade adobro, metade tijolo*”, construída aos poucos pelo pai, era uma conquista para poucos, “*a gente era chique, quem tinha casa naquela época [1958] era um privilégio muito grande. Podia considerá pessoa rica*”. Ainda mais que o pai tinha emprego registrado no DNER, como destaca, “*era carpinteiro profissional*”.

Mas outras experiências relativizam essa condição privilegiada e apontam os valores forjados na vida de dona Marta: “*era cinco filhos [ela e quatro irmãos], teve muita coisa difícil na nossa vida, a gente ainda novo, só meu pai trabalhando, mal tinha as coisa*”. Morar em um bairro sem água, exigia uma cisterna, feita também pelo pai, “*era tão difícil tirar água no sol quente e por no tambor, a gente pequeno ainda...*”.

Já quando fala do que favorecia suas relações com a vizinhança destaca que era o “*pomar*” no fundo do quintal, “*com bastante plantaço*”, que garantia a fartura de frutas e algumas verduras, que também eram divididas com alguns vizinhos que

¹¹¹ Discussões importantes sobre a noção de tempo na entrevista são sugeridas por Portelli, em especial quando destaca que “datar um evento não é simplesmente colocá-lo na seqüência linear, mas também decidir a qual seqüência pertence” (p. 307), produzindo sentidos a partir da experiência que compõe. As pessoas refazem seu lugar durante a entrevista, recompõem valores e experiências. Ver, em especial: - PORTELLI, Alessandro (2004). “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Organizado por Déa R. Fenelon et al. São Paulo: Olho d’Água, p. 296-313.

“precisavam mais que a gente”. Um compromisso “*escondido do pai*”, mas que garantia solidariedades entre mães que cuidavam de seus filhos.

O almoço, tinha que levar para o pai, em uma caminhada de mais de meia hora, “*tudo era a pé, a gente era acostumado a andar a pé*”, um roteiro que hoje considera ter sido perigoso, por ser “*menina*” e ter que passar por trilhas e matagais, “*passava pela pinguela, seguia na estradinha, pra depois chegar no serviço do pai*”. Em nossa conversa procurou justificar esses “*riscos*” traduzindo esses trajetos como esforço pelo pai que “*cuidava de todos*”.

Uma moradia, um modo de viver determinado, a princípio por essa proximidade do trabalho, o “*perto longe*” que identificamos na entrevista, pois se continuassem morando no bairro Tibery, região leste da cidade, seria muito mais distante e mais difícil encaminhar os afazeres diários. A possibilidade de mudar trouxe riscos, mas nada que já não conhecessem onde moravam antes. O que indicava ser um outro momento era o trabalho do pai em uma empresa “*respeitada*”, DNER, permitindo que as limitações da casa sendo feita aos poucos, com uma renda apertada, fossem entendidas, no conjunto, como um caminho de melhora.

Mesmo com o barro marcando as paredes da casa por tantos anos, devido a terra no quintal e nas ruas, dona Marta via uma cidade que ainda “*estava por ser feita*”, por isso podiam ir se fazendo por onde fosse preciso e mais viável para as movimentações da família. Hoje, recompõe essas experiências como algo que fez parte da luta pela melhoria, “*mudamos de vida*”. Agora considera estar “*tranquila*”, ficando mais fácil dizer que a “*nossa cidade é linda!*”.

Certamente, muitas outras práticas fazem parte do sentido dado a esse processo de mudança social. Acredita que determinados confrontos e crenças valeram à pena na construção de suas expectativas nessa sociedade. Por isso, dizer, nesse momento, que “*Uberlândia é uma cidade pronta*”, é dizer também que se realizou nessa produção da cidade, que esse lugar aponta possibilidades a serem construídas e, no seu caso, muitas concretizadas.

Retomar sua trajetória, como no trecho a seguir, faz com que destaque transformações desse percurso. Sua marcação passa pelos anos de 1970, experiências que, às vezes, sugerem uma simbiose: melhorar a vida é melhorar a cidade, mesmo que essa seja uma insistência minha em provocar sua colocação:

***E o que você acha que aconteceu para que a cidade fosse modificando?
Quando que você começou a perceber que estava mudando?***

Dona Marta: Ah, mudou quando pois o asfalto. Quando a gente num via aquele barro nas parede da nossa casa. Os caminhão da Prefeitura passando pra pavimentar a cidade, pegavam cascalho lá na Cidade Jardim. Todo o transporte de cascalho passava na porta da minha casa. Várias empresas que fizeram, tinha os nome nos caminhão. Quando isso acabou, foi uma glória pra gente!

Quando isso aconteceu?

Dona Marta: Isso eu já tinha uns 15 ano. Algumas coisa já tinha melhorado. Quando o meu pai melhorô as condições, ele colocou bomba d'água, a gente não precisa esforçar mais. Foi fazendo outros bairros por ali. As pessoas veio chegando. Aí veio o quartel, minhas irmã trabalhava de doméstica no quartel. (...)

Aí, depois foi melhorando, quando veio a luz, o asfalto, a água, o ônibus, ficou bonito. (...) Olha como tá bonita a nossa cidade hoje!¹¹²

Nesse momento da entrevista, conversávamos sobre mudanças e como elas eram percebidas, desde o destaque aos caminhões que se movimentavam pela rua de sua casa até mesmo a claridade nas ruas que começou a compor novos horários de circulação e sociabilidade. Dona Marta indicou as muitas questões que se vincularam nesse processo do “*depois foi melhorando*”. Ela indicava o convívio com luz, asfalto, água, ônibus, traduzindo outras possibilidades de trabalho, lazer, uso da casa, do bairro, dos espaços da cidade.

Em nossa conversa, a relação com as patroas, sem nomes, sem grandes aproximações, não trouxe apenas uma relação de trabalho, mas uma condição de vida lembrada. Por isso, importa muito dizer que a patroa foi alguém que não compreendeu suas necessidades, que “*exigia da gente um trabalho corrido*”. Aponta a relação desigual entre as necessidades das patroas e as suas, o que sustenta o seu pesar em ter sido doméstica, “*as patroa não tem consideração pela gente, isso é muito ruim*”. Essa é a exploração que marca, mesmo depois de tantos anos.

A fala de dona Marta incomoda e faz com que eu pense nas diversas pressões que determinados trabalhadores da cidade enfrentaram e enfrentam cotidianamente. O modo como resolvem ou encaminham o tocar para frente. Disputas que se evidenciam, seja quando dona Lielma vê no Programa de TV uma possibilidade de problematizar sua condição, seja dona Marta avaliando que hoje, por ser funcionária pública da Universidade Federal de Uberlândia, a sua trajetória foi um caminho que concretizou expectativas que distanciam, em parte, a insegurança e as limitações de outros tempos, “*tenho hoje uma vida bem estruturada*”. E dá visibilidade a essa conclusão: tem sua

¹¹² Entrevista com dona Marta, realizada em 22 de fevereiro de 2007.

casa pronta, criou seus filhos e vai se aposentar em breve. Esses são os marcos de sua mudança na cidade.

No entanto, para dona Lielma, essa é uma avaliação que não é partilhada. Esta, ao olhar para sua trajetória, sugere no “*ser sozinha*” e trabalhar a vida inteira um caminho sem grandes realizações. Pois, ter a casa não resolveu suas necessidades, precisa do muro, de arrumar o telhado, ter o sustento do dia-a-dia. Ela não tem a estabilidade que dona Marta enfatiza que hoje faz toda a diferença em sua vida, desde o financiamento da nova casa até a possibilidade de se aposentar daqui a dois anos.

Ao colocar-se como trabalhadora, as expectativas de dona Lielma ainda são apelos reticentes, que expõem necessidades e o desejo de fazer escolhas. Aponta para uma noção de classe que não compõe uma percepção de luta homogênea. Ao contrário, indica que a condição de vida pode ser terreno comum, mas traz enfrentamentos e conquistas desiguais.

Ela destaca que não encontrou lastro na produção de identidades em voga: negro, idoso, deficiente físico, e nem mesmo na classificação de “problemas sociais”: viciada, fumante, alcoólatra, menor. Vê nesses grupos um campo de possibilidades de pertencimento social, um campo extremamente explorado e, por vezes sugerido como a possível solução para as questões do direito à cidade. Dona Lielma parece não necessitar de cartilhas e políticas culturais para entender isso, o viver a cidade lhe dá esse sentido contraditório de pertencimento/exclusão no uso dessas “classificações”.

Mas, questionando um pouco mais sua formulação, será que ser negro ou de alguma das “*classes*” que mencionou garante melhorias? Certamente esse processo de proposição de expectativas e realização de necessidades é mais duro do que apenas encontrar uma identidade para se aliar. Às vezes pode funcionar, mas não garante, para todos, mudanças efetivas em sua condição de classe.

Khoury sugere que a diversidade cultural deve ser debatida nas relações a que está vinculada. E inspirada no que a autora aponta, problematizo esse lugar da diversidade cultural nas relações sociais, pois foi o que dona Lielma também fez e o que proponho aqui perseguir. Há muitos modos de lidar com culturas, mas percebê-las no liame das tensões sociais traduz repensar como as desigualdades compõem as experiências de identificação e dissidência nas relações sociais, por isso essa postura que Khoury destaca enquanto “*lidar com a questão da diversidade cultural*” exige recolocar o debate:

Na situação que vivemos hoje, como então, propor lidar com a questão da diversidade cultural, sem correremos o risco da fragmentação e da despolitização, em meio a práticas que mitigam e ocultam o uso tão propalado da cultura na construção e realimentação de hegemonias no mundo capitalista cujo reverso é a acentuação das desigualdades e da exclusão social? E nós, historiadores, que cuidados temos tido para que nossa escrita da história não contribua para essa tendência, por um olhar pouco crítico e pouco articulado sobre os significados profundos das relações sociais que vivemos, inclusive na produção do conhecimento histórico?

*(...) Trazer para o debate a diversidade cultural requer um olhar político que distingue, como já dissemos, as múltiplas interpretações dessas noções e os interesses que as sustentam. Requer esse mesmo olhar sobre outras noções, como consenso, solidariedade, totalitarismos, individualismos, direitos culturais e, também sobre cultura e memória, como campos de disputas políticas.*¹¹³

Construir a reflexão que Khoury sugere exige sair das identidades para as identificações, vendo emergir estratégias de construção de lugares sociais, que não tranquilizam o que se experimenta socialmente, mas sim, apontam um movimento contínuo de criar formas de tocar a vida. O trabalho de Marra, produzido em 2004, publicado em 2005, traduz uma trajetória de pesquisa que vem compor essa discussão sobre afirmação cultural, sua relevância para meu trabalho advém dos problemas que suscita a partir da apresentação de certas famílias na cidade de Uberlândia¹¹⁴.

A trajetória de “*famílias afro-descendentes vivendo no século XX em Uberlândia*” é destacada no trabalho produzido por Marra, com o financiamento da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Esse álbum, que também é apresentado em formato de CD-ROM, foi mais um dos materiais a serem distribuídos na rede municipal de ensino como modo de ensinar sobre a diversidade cultural na cidade, uma prática recorrente se acompanharmos as publicações vinculadas a esse incentivo municipal, que apresentam a “história certa” da cidade, com a leitura de suas “variedades culturais, ambientais, históricas”.

A autora, para realizar esse estudo, elege 14 famílias. Ela considera que “*As análises de parentesco de algumas famílias congadeiras mostram de onde vêm estas famílias, como ocupam o espaço urbano, suas atividades profissionais, suas relações com outros ternos e outras manifestações*”. Seu objetivo era mapear e divulgar essas famílias e suas relações com o Congado, cumprindo assim o seu papel social¹¹⁵.

¹¹³ KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. *Op. cit.*, p. 26.

¹¹⁴ MARRA, Fabíola Benfica. *Álbum de Família*. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/ Secretaria Municipal de Cultura/ Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2v. e 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

¹¹⁵ MARRA, Fabíola Benfica. Apresentação. In: *Álbum de Família*. *Op. cit.*, v. 2, p.4.

Marra propõe um estudo de grupo, partindo da apresentação de trajetórias e composição de famílias. Por meio da catalogação de famílias, por entrevistas e fotografias, considera que cumpre seu objetivo de evidenciar as famílias afro descendentes e a “manifestação” do Congado. A meu ver, as relações sociais produzidas na cidade escapam dos enquadramentos previstos e permite problematizar o viver a/n cidade de Uberlândia. Por isso, sua produção tornou-se material importante na análise proposta em meu trabalho. Para iniciar o diálogo com sua produção, trago a experiência de dona Irene Rosa, matriarca de uma das famílias analisadas. Acredito que dona Irene provoca explicitar e reconhecer outros meandros do viver a cidade:

5 – Irene Rosa. Migra em direção à Uberlândia. Sua única filha “legítima”, Maria do Rosário, nasce próximo a Uberaba [1929]. “às margens do córrego Fortaleza”. Quando Maria do Rosário está com 10 anos, mudam-se para próximo à Sucupira, pois o padrasto trabalhava na Linha Mogiana que estava sendo construída. Permanecem neste local por 4 anos [1939-1942] e depois se mudam para Uberlândia. Irene Rosa fazia quitandas que vendia na “beira da Linha Mogiana”. Quando se muda para Uberlândia passa a desenvolver a mesma atividade do pai: proprietária de depósito de lenha, atividade desenvolvida com o auxílio dos filhos e netos. Com o tempo consegue comprar 3 lotes na rua Rafael Rinaldi, onde hoje se localiza a “tenda Coração de Jesus”, primeiro terreiro de Umbanda a abrir as portas na cidade. Além da filha, criou mais 18 filhos adotivos, cujos nomes não serão todos citados. Uma de suas filhas de criação, Maria Jaciara, era neta de seu último marido, Saturnino dos Santos. Irene Rosa lecionava para os filhos e para as crianças vizinhas. Dona Maria do Rosário relata que ela ensinava mais a ler do que escrever. Fabricavam giz com pedaços de mandioca para escrever na lousa. Em uma foto “histórica”, ela desfila com suas crianças, numa parada cívica, contrariando a vontade dos poderosos da cidade. Sua casa era também abrigo para muitas pessoas que vinham para a cidade em busca de tratamento médico ou em busca de trabalho. Irene Rosa era “a madrinha Irene”. Em sua casa surge o terno de Catupé do Martins. Diversos outros ternos contavam com sua benção. No dia 17 de setembro de 1974 falece Irene Rosa deixando a direção da Tenda para Pai Roque, marido de sua sobrinha, e para a neta Maria Irene.¹¹⁶

A autora traz dona Irene Rosa como o eixo de uma das “redes de parentesco” e, evidencia sua importância valorizando sua trajetória. A intensidade da vida de dona Irene, no entanto, sobressalta o mapeamento, que propõe e instiga outras questões. Considero que dona Irene é representativa não por ser “a madrinha Irene” dos ternos, mas, sim, por trazer também a complexidade das relações que produziu para que tivesse a condição de “madrinha Irene” legitimada pelos seus.

¹¹⁶ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Irene Rosa. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

Dona Irene é parte de uma família de trabalhadores que, como tantas, movimentando-se pelas cidades, construíram sua sobrevivência. Estabeleceram possibilidades de trabalho, formas de fazer a vida seguir, com encaminhamentos que distam da romantização do negro e da pobreza, ou de sua mera constatação. Práticas que trazem as marcas de um caminho que não acabou e nem foi exceção.

Percorrer as estradas procurando frentes de trabalho faz, nessas mesmas andanças, consolidar a família que segue adiante, com saudades dos que ficaram, mas também com novos membros nascendo e agregando-se a esse longo percurso. Novos laços de amizade são feitos, em paradas, festas, visitas, produzindo também novas expectativas. Uma dinâmica que cria, dentro das possibilidades, alternativas para seguir a vida.

Marra destaca na trajetória de dona Irene, de mãe e pai ex-escravos, uma vida nas fazendas que permeiam o tal marco da liberdade, mas que pouco se sustenta diante das disputas cotidianas que tinham. O final do século XIX e início do século XX indicou que as lutas de determinados trabalhadores, como de dona Irene e sua família, não haviam se encerrado. Ao contrário, exigiam experimentar andanças e desigualdades, em uma constância que me parece ter prosseguido. Por isso, construir o lugar social não se restringiu ao enfrentamento da discriminação e da afirmação de culturas, mas esbarrou constantemente nos limites e pressões da condição de vida¹¹⁷.

Assim, havia sempre mais um para seguir junto, a vida não permitia muitas dúvidas sobre novas andanças. Para quem foi o personagem principal desse processo, a explicação – do seguir adiante e com muitos compondo esse caminho – é produzida em partilhas e divisões. Sobrinhos, primos, netos, afilhados, enteados, conhecidos, pessoas que perderam a família, ou são deixados por elas, ou mesmo pelos que também estão “tentando a vida”. Os que são acolhidos vão compondo a família, em suas alegrias e dissabores, pois onde vive um, vivem dois, três... não dá pra abandonar quem é reconhecido como igual, ou mesmo quando se sabe que viver depende dessas alianças e solidariedades. Se era mais um para comer, era mais um para trabalhar, para ajudar no caminhar de todos.

Quando dona Irene chega à Uberlândia, no início da década de 1940, encontra uma cidade em que vislumbrou trabalho para a família. Ela seguia a estrada de ferro,

¹¹⁷ De acordo com Marra são respectivamente o número 1 e 2 do mapeamento da família de dona Irene Rosa. Segundo ela foram escravos e, posteriormente, continuaram trabalhando em fazendas na região em que viviam até que decidem trabalhar na construção da ferrovia em busca de novas oportunidades.

vendendo quitandas nas frentes de trabalho. A cidade de Uberlândia foi se constituindo um destino promissor.

Muitos outros moradores que chegavam, e ainda chegam, construíram essa expectativa – dentre eles a minha família, que ao final da década de 1970 parecia encontrar pousio. Na busca do “Eldorado de vagas de trabalho”, enunciado por outros familiares que já estavam aqui, vieram todos que faltavam. Meu pai, minha mãe e meu tio, encontraram trabalho, o primeiro, para todos eles, com carteira assinada. Minha família encontrava razões para permanecer em Uberlândia, mesmo que, ao somar o salário do mês, as privações continuassem a traduzir os limites dessa melhora. Condição partilhada com muitos outros que fizeram e fazem esse caminho.

Outros moradores, já partiram novamente, enquanto nós fomos construindo a vida por aqui. Esses novos moradores de Uberlândia foram, ao longo do século XX, experimentando modos de viver na cidade, utilizando-se de seus saberes, formulando práticas que elaboraram a partir do que entenderam enquanto “*precisão*”, sonho, alternativa. Foram para a construção civil, matadouros e fazendas. Mulheres tornaram-se cozinheiras, lavadeiras, domésticas, foram para as fábricas, assim que essas começaram a se instalar. Elas disputaram com os homens o trabalho nas lavouras e também nas linhas de produção.

Sujeitos que guardaram o que puderam de sua renda, propondo, com isso, determinar suas vidas, tendo o seu próprio negócio, produzindo suas referências de trabalho e pertencimento à cidade. Eles se fizeram sapateiros, marceneiros, serralheiros, cabeleireiras. Muitos se voltaram para o trabalho de rua e tantos outros modos de trabalhar e ganhar a vida. Construíam, desse modo, a permanência e uso da cidade.

Foram vivendo do que viam e vêem ter lastro na economia da cidade, construindo assim suas “profissões”. Se hoje dona Lielma vê o campo da estética como rentável, pedindo o curso, é porque acredita em uma farta clientela para esse “ramo”. Para dona Irene, ao longo da ferrovia, a venda de quitandas era um bom mercado, diante os que não tinham hora para parar de trabalhar. E, em 1942, quando se instala em Uberlândia, o depósito de lenha resolvia as dificuldades que tinha em se inserir em outros trabalhos, garantia a renda e ainda a permanência em casa com os filhos.

Os terrenos vazios e as fazendas e chácaras no entorno possibilitaram usos importantes nesse período. Uma cidade em que a lenha era fundamental nas casas e nas “fábricas” caseiras, portanto, a possibilidade de um mercado a ser explorado. Retomar uma prática do pai – ter um depósito de lenha – era uma prática renovada pelo que se

necessitava no presente, significava dispor dos saberes que possuía, conforme a sobrevivência exigia. Afinal, isso permitia permanecer com os filhos e netos, que não tinham onde ficar, e ao mesmo tempo, garantir o sustento com eles auxiliando.

Se muitos moradores se embrenhavam nas matas e áreas vizinhas para coletar e armazenar lenha em casa, tanto para consumo, quanto para venda, é porque essa prática tinha ressonância em necessidades comuns na cidade. Eles podiam, com isso, aumentar o orçamento ou, em épocas mais difíceis, tirar daí sua única renda. Uma busca constante que seu Balbino, um de meus entrevistados, sabe bem como viveu:

Seu Balbino: Eu sofri tanto pra criá esses filho, olhá eu trabalhava quase dia e noite (...) eu chegava a tirá lenha ali pra cima. Trabalhei no Posto 6 do finado Caparelli. Saía de lá do Posto 6 meia noite e vinha de lá pra cá.

O senhor trabalhava em 2 serviços?

Seu Balbino: Não. Naquela época, aquele ali do Caiapó [Frigorífico Caiapó] era só por safra.

Ah, era temporário.

Seu Balbino: Temporário. Cê tinha que se virá pra otros canto. Ir pra roça, servente, buscar lenha. Os meus primeiros gêmeos eu enchia saco desses de lin dessas latas de 20 litro de areia, cascalho... eu fico pensano o que eu ganhava... Deus dá de tudo. Diz o ditado: um pai trata de 12 filho, 12 filho num trata de um pai.(...)

Quanto tempo durava o trabalho na Caiapó?

Seu Balbino: Conforme a safra era 6 meis, 4 meis, poca coisa.

E depois vocês arrumavam outra coisa fácil ou não? Ou já deixava meio encaminhado?

Seu Balbino: Não, era meio custoso. Porque naquela época num existia indenização. Igual, nós trabalha 1 mês o cara tem que acertar férias e tudo mais. Antes, acabou e pronto, não tem nada pra recebê.

Mas depois o senhor ia trabalhar onde?

Seu Balbino: Eu ia trabalhá de pegar lenha, ia pra roça capiná pros fazendero. Até pro seu Caparelli eu ia.¹¹⁸

Esse morador trouxe, em nossa conversa, o caminho que teve que trilhar como “gente de fora” para conseguir “conhecimento” para arrumar trabalho. Seu Balbino procurou, desde 1958, morando no bairro Dona Zulmira – antiga Vila Caiapó –, localizada na região oeste da cidade, constituir ali o seu território. Fala, com orgulho, de sua referência no bairro, “*pode perguntar aí, pra todo mundo, que não tem quem não me conhece*”.

Considera que depois de tanto tempo constituiu um lugar na cidade, onde tem seus compadres e companheiros. Antes, para acompanhar nas caçadas e futebol da vila, hoje, para a prosa, o truco, a canastra e a pinguinha de fim de semana. O bairro foi uma escolha pelo trabalho. A proximidade com o curtume, com a charqueada, com as

¹¹⁸ Entrevista com seu Balbino, realizada em 21 de fevereiro de 2007.

fazendas, definia onde morar. Foi nesse ficar para trabalhar que construiu sua trajetória de luta: pelo sustento, pela família e pelo bairro.

Quando chegou do Rio Grande do Norte, em uma das viagens que o irmão caminhoneiro fazia para trazer trabalhadores para as fazendas das cidades da região (Capinópolis, Canápolis, Santa Helena, Uberlândia, dentre outras), seu Balbino reconhece que não foi fácil manter a “aventura” dos seus 20 anos: “*a vida foi uma vida custosa, quando eu cheguei pra qui, se eu almoçava eu num jantava [pausa], isso foi o maior sofrimento. Até a gente tomar conhecimento de uns trabalho melhor foi assim*”.

Mesmo depois de alguns anos de casado, seu Balbino ainda não tinha filhos. Conta-me que chegou a pensar que a mulher não poderia engravidar e quis “*pegar umas crianças pra criar*”. Mas, “*ela começou a engravidar de gêmeos*”. Uma família, que no começo avaliava como “*minguada*”, passou de dois para quatorze: a esposa, ele e doze filhos. O que fazer com essa condição? Ele me responde, anunciando o “*bate-pronto*” que a vida exige: “*Trabalhar mais. E graças a Deus, com muito esforço, criei ês tudo. (...) eu achava bonito ver aquela mesa cheia! A família tudo ali, mas que foi difícil, foi*”.

Hoje reconhece que não sabe como conseguiu ter força para trabalhar tanto. Um senhor de 69 anos, branco, com pouco mais de 1,50m de altura, desafiou a lógica da “função de preto” e se embrenhou nas charqueadas, curtumes, matadouros e pedreiras. Foi ser servente, pedreiro, peão em muitas obras da cidade (indústrias, abertura de loteamentos) e também na lida das fazendas. Pois, como ele me disse: “*fazê o quê? Tinha que fazê. Pros meus fio [pausa] é a precisão...*”. O trabalho não estava determinado a priori, o que definia era a “*precisão*”, a condição de vida¹¹⁹.

¹¹⁹ Produções que discutiram as “funções de preto” foram importantes para problematizar a dureza de determinadas relações de trabalho e de condições de vida na cidade de Uberlândia ao longo do século XX, e como, nesse período, o lugar do negro na sociedade era tensionado. Grande parte da produção acadêmica que privilegiou esses estudos foi influenciada por uma noção de segregação social que organiza a leitura da desigualdade nas cidades a partir de um suposto estruturalista e ortodoxo, que tira, em grande medida, a potência das práticas dos sujeitos em questão. Nesse sentido, a presença de negros em determinadas profissões, como também em determinados bairros, serviu como maneira de comprovar essa espacialização da desigualdade e do preconceito. Entretanto, proponho ampliar essa noção, recolocando o suposto de que a segregação determina os modos de viver e de quem vive, e defendo que são as disputas sociais que pressionam para que as condições de vida evidenciem os “tipos” de trabalho, o “como e onde” morar, assim como que conquistas e perdas culturais compõem esse processo. Vejo essas relações enquanto campo de forças, onde a vitimação racionalizadora da segregação não explica. Encontro aí tensões, que dimensionam um processo injusto, excludente, mas visível para além da segregação, entremeado na cidade, nas relações sociais e não limitado à expulsão. Essas pessoas não sofreram esse processo, participaram dele, intervíram nele e disputaram mudanças, mesmo que nem sempre do modo como gostariam de tê-lo vivido.

Ver, entre outros:

- ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico* [on-line], v. 1, n. 9, 2008, p. 20. Disponível em:

Em 2007, quando nos encontramos em sua casa morava em dois cômodos de fundo, no bairro Dona Zulmira. A casa da frente era onde um dos filhos e sua família moravam. Na lateral do terreno, uma outra casa foi construída e tinha moradores, os quais desconfieei serem também familiares. Lá no fundo estava seu Balbino, que agora aposentado diz que vai *“levando a vida”, “descansando”* de tudo que já passou.

Ele continua com a venda de laranjinha para os vizinhos, mas os porcos que criava e vendia *“não tem mais jeito, os homi tão de cima, o jeito é viver do tantin que o governo paga”*. Fala de alterações nos seus hábitos, as quais não têm mais como serem resolvidas pelo seu trabalho. Ainda que reconheça a aposentadoria como *“a garantia de todo mês”*, sabe que não é suficiente. Mas parece que mesmo assim é preciso anunciar que foi um ganho, pois há outras dificuldades possíveis que poderia encontrar sem ela, *“eu consegui aposentá, quantos aí não consegue, não é mesmo?”*.

Por isso ter uma casa, que diz ser *“apenas um cantinho pra encostar, dormir e ouvir o rádio”*, deixa antever que muitas expectativas se desfizeram e outras de que abriu mão pelas necessidades de seus familiares. Porém, não deixa de demarcar seu empenho e pesar por tudo isso, *“um pai cuida de doze fio, doze fio não cuida de um pai”*.

A pressão de tempos atrás, nos serviços temporários, não permitia nem mesmo questionar a ausência de direitos, que hoje reconhece que são legítimos e legalmente possíveis de colocarem em questão. Para ele, na maioria das relações de trabalho, *“hoje, a gente pode exigir”*. Em plena década de 1960 e 1970, a legislação trabalhista já compunha a disputa pelo controle do trabalhador, mas seu Balbino deixa claro que quem decidia de uma maneira deliberada, quando e como trabalhar, não era ele. Percebe uma mudança que talvez seja acentuada por sua condição atual de aposentado, o que em si sugeriu como uma conquista de alguns nesse processo.

Por isso, ter, ou não, uma legislação trabalhista, não serviu de marco para alterar suas condições de vida. Possivelmente a menção à lei tenha sido um modo de dizer à pesquisadora, na produção da entrevista, que a vida nem sempre se pauta em leis, sugerindo que não tê-las como condição nas relações também não resulta de ignorância.

Assim, manter um estoque de lenha em casa era muito importante, pois, enquanto arrumava outros trabalhos, essa era a fonte de renda. Era um modo de compor a renda familiar junto com a criação de animais e o plantio do quintal. Nesse sentido,

<www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf>, Acesso em: fev. 2009.

outras formas de ir “*se virá pra otros canto*” iam sendo construídas, à revelia do que se nomeava como direito do trabalhador. O que seu Balbino sabe é que seus valores – de cuidar da família e pagar as contas – tinham que ser mantidos.

A família crescia e mesmo assim ele considerava importante ajudar os vizinhos na “*precisão*”. Pretendia aí firmar uma cumplicidade que reconhecia como necessária, “*se a gente não se valer, quem vai olhar por nós?*”. Mas, nem sempre, ela é uma prática possível. Como tenho sugerido, o “*nós*” e o “*eles*”, compõem a mesma relação, tanto em disputas, quanto em alianças e não está fechado em blocos, são identificações construídas nas lutas diárias. Por mais que certas dificuldades sejam algo partilhado, não garantem o reconhecimento como iguais nas mesmas necessidades e práticas¹²⁰.

Os filhos, quando vão chegando, fazem com que novas pressões integrem a vida dos trabalhadores e explicitem, com mais constância, as relações de classes. A condição de pai não dilui a condição de classe, ao contrário, é a partir daí, que a vida segue e o peso da desigualdade é sentido com maior força. Seu Balbino repercute durante a entrevista o que denominou “*momentos de grande emoção*”, de alegrias e desconcertos, destacando que a “*vida para os filhos*” lhe trouxe aprendizados, como também limites a enfrentar, principalmente em momentos de doença:

Pois é, o senhor morava por aqui, já trabalhava por aqui, caçava por aqui. Quando que o senhor ia pro lado de lá? Lá pro centro?

Seu Balbino: Pra fazê compra. Os armazém, maior parte, era de lá. A gente ia pra Martins [Vila Martins] fazê as compra, tinha era lá. Pra lá. Eu me lembro também que adoeceu meus 3 menino. Eu trabalhava no quartel, fazendo uma obra lá. Eu num tinha dinheiro. Peguei 11 real emprestado pros menino doente. Chegemo ali na Vasconcelos Costa, naquele mercado ali, tinha uma farmácia. Tinha a farmácia do tal Jovino.

Tinha que sai daqui para ir lá, na farmácia de lá?

Seu Balbino: É, pra i na farmácia é lá, porque só tinha pra lá. Cheguei lá, a muié foi, falou assim “traz os menino pra tomá injeção”. Aí fui de charrete.

Isso mais ou menos em quando?

Seu Balbino: Foi 62, 63. Aí a muié falou: “Ó moço, o que eu pude fazê pro senhor eu faço, eu vô fazê. Meu marido num qué que faiz não, mais eu faço. Porque amanhã ou depois alguém pode fazê por meus filho”. E o marido dela chamava Jovino. Aí eu fui falei: “o que a senhora pudé fazê pra mim, nós tem Deus pra dá”. O que aconteceu? Ela pois 11 fórmula em cima do balcão. E naquela época o que marcava no livro e na carta era o nome que cê ia pagá. Tava marcado no livro que deu 17.380, era isso assim. Aí ela falou assim: “Sabe quanto cê vai pagá? 5 cruzero, 5 mil réis”. Aí ela foi lá na prateleira pego mais 1 vidrin de remédio que o fio dela tomava, foi na prateleira pego 1

¹²⁰ Como enunciado nas Considerações Iniciais proponho manter a perspectiva de que o sentido de “*nós*” e “*eles*” é produzido em relação. Esses termos se fazem nas identificações e dissidências produzidas nas relações de classes. Esse procedimento busca inspiração nas obras de Hoggart. Ver: - HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Op. cit.

caixa de 520 ml, eu sei que formou 14 fórmula de remédio. (...) Sabe quanto paguei? Só 5 mil réis. Ocê acredita menina que quando eu entrei na charrete a lágrima desceu [pausa] Por que que desceu? Porque aonde diz o ditado: “cê faz o bem, não olhe a quem”. Eu fiz o bem pra uma mulher aqui, ela me maltratou depois. Então aquela muié [da farmácia] falô assim: “eu só quero que você passe aqui e fala se o remédio foi bom ou não” (...) Aquilo pra mim, foi demais, eu peço até hoje se essa mulher for viva que Deus dá força pra ela. Porque como eu tava falano, eu tinha as coisa aqui, aí tinha uma tal de Valdemar que mora aqui, que quando é um dia lá, fomo jogá truço de sábado pra domingo. Levei arroz, açúcar, café, tudo nos pacotinho...

Por quê? Era pra ela?

Seu Balbino: Porque ela tava precisano muito. Não tinha nada. E peguei um vick e nós fomo jogá lá. Aí passei lá no domingo preocupano. Aí o menino falô: “Mamãe, Balbino tá preocupano se largô um vick aí”, cê sabe o que ela responde de lá? “Vai preocupá trem na bosta da égua”. Falou desse jeito! Agora, eu larguei essa daí pra trás. Aí quem vei fazê pra mim? Uma pessoa que eu nunca esperei na vida, compreendeu? Porque sempre pra quem você faz o bem, você também espera.¹²¹

O choro ao sair da farmácia, que em nossa conversa também o emocionou, aponta o que pensou que poderia acontecer com seus filhos sem aquela ajuda. Aceitar as fórmulas a mais e o pagamento a menos era difícil para alguém que lutava tanto para conseguir garantir suas necessidades sem ter que se submeter àquela ajuda. Uma ajuda que soava como condescendência de classe – *“Meu marido num qué que faiz, não, mas eu faço”* – a qual expunha suas limitações.

Prática que põe sob suspeita as solidariedades “espontâneas” de classes desiguais, mas que não são desprezadas na hora da precisão, *“o que a senhora pudé fazê pra mim, nós tem Deus pra dá (...) quem vei fazê pra mim? Uma pessoa que eu nunca esperei na vida, compreendeu?”*. Uma relação que expôs as condições de vida de seu Balbino em moedas que se misturam – real, cruzeiro, réis – mas que não perdem o valor do que permitiriam. Uma vida que parece sempre exigir mais do que se tem para viver, que não limita em valores o que é alcançado, ou perdido, nas intempéries cotidianas.

Nessa dinâmica, muitos morreram e morrem recém-nascidos, com pouca idade, ou passam a vida com a *“saúde fraca”*, seja por dificuldades de acesso ao atendimento médico e tratamentos mais precisos, seja por não terem condição de comprar remédios. Entendo que essas restrições apontam a precária condição de vida de muitos trabalhadores. Fragilidades que evidenciam a permanência da desigualdade social¹²².

¹²¹ Entrevista com seu Balbino, realizada em 21 de fevereiro de 2007.

¹²² O trabalho de Castro aponta a mortalidade infantil como indício das condições de vida em Uberabinha no início do século XX. Uma reflexão que considero pertinente de ser acompanhada para problematizar as dimensões das perdas quando se vive a desigualdade social. Essas perdas ultrapassam, infelizmente, as dificuldades de moradia, trabalho e sustento desse período e acompanham as lutas pela sobrevivência e

Essas experiências fazem com que a solidariedade inesperada, assim como a religiosidade e os saberes dos mais velhos sejam caminhos possíveis para alcançar a cura, ou mesmo remediar as limitações de classe. Porém, muitas vezes, essas estratégias não conseguem retirar da trajetória de muitos a perda de familiares. Ao longo do álbum produzido por Marra, fica explícita a presença de mortes de crianças, recém-nascido, grávidas nas famílias apresentadas pela autora. Essa visibilidade me incomodou, principalmente diante o que o seu Balbino reconheceu enquanto possibilidade, caso não encontrasse um modo de resolver o problema de saúde de seus filhos: “14. Wilson – faleceu aos dois anos de desidratação. (...) 28. João – morreu recém-nascido.”¹²³, “57. Jéferson – faleceu aos oito meses com problemas respiratórios. (...) 62. Carlos Henrique – faleceu aos cinco meses com problemas cardíacos.”¹²⁴, “79. Mônica – faleceu aos dois anos com meningite. (...) 92. Alessandra – morreu aos três anos com problemas de coração.”¹²⁵

Esses trechos, em meio a tantos outros, foram tirados dos mapeamentos das famílias analisadas por Marra. A falta de informações mais precisas, já que não era esse o interesse da autora na produção do Álbum, faz com que me indague sobre esses problemas. Mas encontrei poucos rastros dessa experiência social. Algumas pesquisas, sobre a falta de qualidade de vida e atendimento médico-hospitalar na cidade, no percurso do século XX, sugerem que as condições de vida pesaram para os óbitos e doenças que determinados moradores experimentaram. Infelizmente, detectar essa desigualdade não mudou a sua permanência no campo de possibilidades e vivência de determinados moradores de Uberlândia até hoje¹²⁶.

permanência na cidade de muitos trabalhadores empobrecidos que tem condições de vida problemáticas diante os paradigmas de qualidade de vida almejados e enunciados como metas para “toda” a cidade.

- CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930)*. 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

¹²³ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Celina. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹²⁴ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Moçambique Guardiões de São Benedito. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹²⁵ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Família Benfica. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM. Observação: essa análise é da família da autora do álbum.

¹²⁶ Grande parte da visibilidade da condição de vida enquanto fator preponderante na proliferação de doenças e óbitos, nos estudos da década de 1980, deveu-se às disputas de grupo políticos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, mais especificamente do partido do prefeito Zaire Rezende (PMDB) e do ex-prefeito Virgílio Galassi (PDS), onde esse último era apontado como o responsável por não assistir a população em paridade com o desenvolvimento proposto para a cidade e para o país nos anos de 1970. Na verdade, apontar que “A década de 70 mostra uma verdadeira retomada do crescimento de patologias cujo ‘risco social’ é elevado, particularmente nas faixas de idade iniciais de vida. Em que pese o desenvolvimento social, econômico e sanitário da cidade, esse fato parece demonstrar que os frutos deste crescimento não foram igualmente compartilhados por todas as camadas da população, à semelhança do

No álbum de Marra ficaram essas notas sobre as perdas dessas famílias. Talvez, o acerto de contas que propunha a partir da visibilidade das “manifestações” das famílias afro descendentes, que vivem em Uberlândia, tenha feito com que essas práticas lhe escapassem, enquanto experiência social, e ficassem, mais uma vez, “negligenciadas”. Como é possível perceber na introdução que a autora traz no álbum justificando sua questão aos leitores:

A história das famílias afro-descendentes que durante tanto tempo foi negligenciada, encontra neste trabalho mais uma possibilidade de visibilidade. Os movimentos de consciência negra conquistaram espaço na educação formal para que os cidadãos brasileiros tomem consciência da sua formação enquanto sujeitos históricos. Existem referências bibliográficas que documentam a história dos afro-descendentes em solo brasileiro até o século XIX, este trabalho busca dar uma contribuição no registro sobre o século XX, tendo como foco o “Sertão da Farinha Podre”. Os estudantes do ensino fundamental e médio deste século XXI contam com um pouco mais de informações sobre os sujeitos que construíram e constroem com suor a nossa cidade, o nosso país. No século XXI os museus e bibliotecas constituem-se também de acervos de imagens e acervos digitais. Os documentos materiais não são mais as únicas fontes de interesse para documentar uma região ou um período. Uberlândia é carente de fontes concisas que registrem as manifestações dos afro-descendentes. Nossa pretensão foi construir um acervo para “preservação, promoção e resgate da memória e do patrimônio histórico e cultural coletivo”. Grande parte da sociedade uberlandense e brasileira é composta por afro-descendentes, mas os museus e acervos públicos contêm pouca ou nenhuma informação ao seu respeito. Em alguns casos restringem-se apenas a afirmações sobre o uso da mão de obra escrava como se estes sujeitos não tivessem trazido consigo de África diversos conhecimentos e particularidades culturais igualmente importantes. Após muitos anos de luta o Congado e a Capoeira conquistaram o reconhecimento de parcela da sociedade e das autoridades enquanto práticas identitárias brasileiras. Mas as práticas afro-descendentes em geral ainda sofrem discriminações preconceituosas. A religiosidade é tida por demoníaca, suas crenças e conhecimentos populares como credulices e superstições. Preconceito só se acaba com conhecimento e consciência. É preciso despertar a sociedade para a realidade e beleza destas práticas, é preciso abrir os olhos para perceber que os negros foram e são

que ocorreu no restante do país em período correspondente, ou seja, o das conseqüências do ‘milagre’. Este fenômeno precisa ser acompanhado com atenção, pois, certamente, este aumento da incidência de doenças infecto-parasitárias, associado ao incremento dos acidentes, violências e traumatismos, é que constituem as prioridades de fato para o planejamento de atividades das Instituições prestadoras de serviços de saúde no Município, durante a década de 80 ou de pelo menos, a partir de agora”, efetivamente, pouco dessa proposta ganhou lastro nas práticas dos órgãos públicos, permanecendo muito mais como uma constatação da desigualdade. Ver, com mais detalhes, o levantamento proposto pela equipe médica da Secretaria Municipal de Saúde, da gestão Zaire Rezende (1983-1988):

- GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, Melicégenes R.; BORGES, Ricardo P. Mortalidade em Uberlândia- MG, nas décadas de 1960 e 1970. Uberlândia: Gráfica da UFU/Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1984, p. 18. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Acervo Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.

Conferir, ainda, outras interpretações produzidas a partir da década de 1990 pelo Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES)/UFU em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, principalmente as produzidas nos anos de 1996, 2001 e 2007.

*muito importantes no processo de construção deste país e que não se pode mais aceitar nenhuma forma de preconceito.*¹²⁷

Marra tendo como suposto a luta contra o preconceito e a intenção de garantir visibilidade às “*práticas identitárias*” traduz um olhar fechado para essas famílias, o que favorece defini-las dentro desse paradigma que elege como afirmação cultural. A autora privilegiando esse encaminhamento propõe com o Álbum ter avançado na pauta cultural que compõem a noção da cidade das diferenças. Entretanto, a meu ver, seu trabalho permite muito mais do que a preservação de uma história sobre esses moradores da cidade e sim, a dinâmica que esses constroem ao viver essa cidade, com suas culturas. Esses sujeitos apontam em suas trajetórias tensões, disputas, modos de demarcar a cidade por meio de valores, solidariedades, identificações, que não estão postas e determinadas. Ao contrário, são produzidas diariamente.

O esforço de “visibilidade” que destaca e anuncia como relevante para as escolas, a cidade e o país é legítimo. Essa prática compõe o campo de forças do direito à memória e de diversidade de valores. Expressam outras perspectivas sobre as relações sociais produzidas no processo histórico e que devem ser reconhecidas, porém considero que devem ultrapassar o respeito à diferença.

Não posso compartilhar com o aprisionamento desses enfrentamentos a uma noção de resgate do que determinados sujeitos viveram e vivem em sociedade. As práticas dos negros não respondem a uma cultura paralela a outras, mas fazem parte das disputas culturais cotidianas extremamente desiguais, vividas em relações que não os apartam em bloco, ao contrário, diluem essas divisões e apontam distinções e identificações difíceis de serem catalogadas como é proposto no enunciar “*cultura de famílias afro descendentes*”.

Mesmo no campo de estudo privilegiado pela autora, há outros sujeitos que estão nessa genealogia e encontraram sentidos em outras práticas, experimentando a contradição de seus valores, ou mesmo não produziram a continuidade de um feixe de cultura, há outros modos de viver: “33. *Mudou-se para São Paulo há muitos anos*”¹²⁸, “39. *Presbiteriano*”¹²⁹, “38. *Miquimba – foi dançador. Desapareceu*”¹³⁰, “86. *Beatriz –*

¹²⁷ MARRA, Fabíola Benfica. Introdução. In: *Álbum de Família*. Op. cit., v. 2, p. 01.

¹²⁸ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Irene Rosa. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹²⁹ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Celina. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹³⁰ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Catupé Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

*foi bandeira, deixou o terno pois virou crente*¹³¹, “33. Adriana – já dançou, mas deixou de dançar depois que casou”¹³². Esses moradores, dentre outros, polemizam a noção de que há uma cultura afro pura a ser preservada inquestionavelmente enquanto identidade. Os modos de viver são complexos e imbricados socialmente. São culturas sendo produzidas e disputadas com limites e contradições constantes e será nas decisões e rumos dados à vida que o peso do preservar e mudar serão formulados e não em sínteses culturais.

Se essas experiências são resumidas pela autora por não fazerem parte do congado, outras merecem a atenção de Marra e são descritas com maior afinco. Mas, mesmo essas, vão acumulando perdas ao longo da vida que não têm como ser apenas “informações de trajetórias”. Assim, quando destaca dona Maria do Rosário, filha de dona Irene, foi esse o incômodo que tive, há outros pormenores compondo a experiência: a doença, o trabalho, os costumes, o modo de lidar com as relações classistas.

*14. Maria do Rosário – única filha legítima de Irene Rosa, nascida no dia 6 de janeiro de 1929, é a principal fonte da pesquisa sobre Irene Rosa. Concede entrevista em 2001, 2002 e 2003, ano em que morre no dia 5 de outubro, domingo de festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Com a saúde debilitada em função de diabetes, locomovia-se numa cadeira de rodas, sempre assistida por uma das filhas, perdera a visão aos 53 anos, mas conservava uma memória e uma lucidez de causar inveja em muito jovem. Relata que aos 12 anos começou a trabalhar na casa de um médico da Mogiana, quando teve uma pneumonia. Os médicos lhe receitaram injeções de penicilina, mas o avô não permitiu que fizesse o tratamento, mandou parar de aplicar as injeções e disse que ele mesmo trataria dela. Elaborou um chá à base de assa-peixe branco e resina de jatobá que era socado até virar uma farinha fina. Alimentava-se exclusivamente com sopa de fubá ou macarrão com frango até que se curou da pneumonia. Sua saúde, contudo, sempre fora “fraca”. Casa-se, tem 4 filhos e adota 1. Suas filhas são as responsáveis pela continuidade da Tenda aberta por sua mãe.*¹³³

Deixar de andar, perder a visão, ter a “saúde debilitada em função de diabetes”, não cabe, a meu ver, como explicação de sua vida. Realimentar essa perspectiva dá uma dimensão muito ínfima ao que determinados sujeitos trazem na insegurança de lidar com suas doenças. Sei, em minha experiência nessa cidade, que o diagnóstico, mesmo

¹³¹ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Catupé Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹³² MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Congo Santa Efigênci. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹³³ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Irene Rosa. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

quando ele vem, não cura, e sim expõe nossas limitações diante da busca tanto por tratamento médico, como por alguma solução para nossas dores diárias.

Na desigualdade, temos mesmo “*propensão à dor*”, como me disse recentemente um médico da rede pública de saúde como solução do meu problema. Minha indignação se deve não só a seu diagnóstico de dois minutos de atendimento, mas no que ele traz junto para nosso cotidiano de privações e incertezas sobre a nossa saúde, sobre nossa vida. O descaso e limitações que enfrentamos ao lidar com o atendimento público.

No caso de dona Maria do Rosário, ter que se locomover com a cadeira de roda, sem visão desde os 53 anos, ter sempre alguém por perto para lhe assistir por causa da sua “*saúde debilitada*”, foi redimensionar o que dava para ser vivido à medida que o diabetes avançava. A “*saúde fraca*” e perdida ao longo da vida traz indícios de uma trajetória marcada por privações sociais.

Nem sempre a falta de atendimento médico era o que justificava buscar outros caminhos de cura, vez ou outra esse atendimento era feito no próprio trabalho. No caso trazido no *Álbum de Famílias*, dona Maria do Rosário trabalhava na casa de médico, então o tratamento era possível. Porém, o duvidar da eficácia e do como seria cobrado certos cuidados médicos fez o médico-patrão não ser reconhecido como alguém que inspirasse a credibilidade da família para que determinasse qual era o tratamento.

Na descrição apresentada por Marra, a ação do avô de Maria do Rosário sugere não reconhecer, para além da condição de classe que essa profissão apontava, a autoridade médica. Ao contrário, destaca que na sua trajetória teve que resolver, há muito tempo, como curar pneumonia e outras doenças sem o tal médico, cuidar da neta, sem dever aquele favor impagável em relações classistas.

Esse período, trazido por Marra, destaca um caminho longo nas disputas pela afirmação do controle social pelas práticas sanitaristas e médicas, que ainda encontram resistências pela insegurança e mau atendimento médico-hospitalar acumulado por todos esses anos: diagnósticos e tratamentos errados, falta de atendimento, dificuldade de realizar exames e comprar a medicação. Muitas dessas questões acabam fazendo com que diferentes tratamentos, produzidos culturalmente, sejam mais legítimos do que as recomendações do “doutor”.

Com isso, disputam a autoridade dessas práticas de cuidar, curar, autorizar tratamentos. Disputam modos de viver. Muito do que foi proposto para canalização de água, instalação de hidrômetros, diagnósticos médicos, medicações, vacinas, foram (e

para alguns ainda são) vistos com receio, já que não se sabia (e se sabe) ao certo, o que se almejava (e almeja) com determinadas práticas¹³⁴.

A vida das pessoas traz sonhos, valores e necessidades que lidam constantemente com a provisoriedade, na dimensão em que for necessária. Esse processo não tem como ser tranqüilo, sempre há muito a disputar e defender. Pensando nisso, e a partir do que Marra destaca sobre a vida e a família de dona Irene, vejo no somar possibilidades um caminho para lidar com as pressões do dia-a-dia, como é o caso da alfabetização em casa:

*Com o tempo consegue comprar 3 lotes na rua Rafael Rinaldi, onde hoje se localiza a “tenda Coração de Jesus”, primeiro terreiro de Umbanda a abrir as portas na cidade. Além da filha, criou mais 18 filhos adotivos, cujos nomes não serão todos citados. Uma de suas filhas de criação, Maria Jaciara, era neta de seu último marido, Saturnino dos Santos. Irene Rosa lecionava para os filhos e para as crianças vizinhas. Dona Maria do Rosário relata que ela ensinava mais a ler do que escrever. Fabricavam giz com pedaços de mandioca para escrever na lousa. Em uma foto “histórica”, ela desfila com suas crianças, numa parada cívica, contrariando a vontade dos poderosos da cidade. Sua casa era também abrigo para muitas pessoas que vinham para a cidade em busca de tratamento médico ou em busca de trabalho. Irene Rosa era “a madrinha Irene”.*¹³⁵

Quando Marra destaca o ensinar as crianças a ler e escrever como prática de dona Irene, acredito que esta resguarda o que tantas vezes também ouvi, como estímulo e pressão, “o que se aprende, ninguém tira da gente”. Se faltou o giz, não faltou a perspicácia de que ler e escrever faz diferença nas relações desiguais da sociedade.

¹³⁴ RELATÓRIO Vereador Alceu Santos sobre os bairros da cidade. *Ata da Câmara*. Sessão Ordinária do Primeiro Período da Sessão Legislativa de 1979/1980. n.108, p.12-24, fev./abr.1979.

Nesse relatório há um incômodo com a não aceitação dos moradores da instalação dos hidrômetros. As pessoas desconfiavam da instalação dos hidrômetros, desconfiavam da sua utilidade, como seria possível contestar sua marcação? Para muitos, era uma forma de determinar abusos de pagamentos do consumo de água, era preferível não instalá-los.

Já o trabalho do CEPES/UFU aponta os caminhos alternativos para o tratamento de doenças diante a desigualdade, destacando aí o uso de ervas medicinais. Logicamente, que o apelo aos dados e padrões por essa instituição, não permite ampliar, em grande medida, esse indicio. Mas certamente as evidências sobre os usos de remédios caseiros não permite acomodá-los como saberes sendo preservados, pois acredito ser esse um modo de lidar com as limitações do modo de viver de determinados moradores da cidade. Nas palavras técnicas da pesquisa do CEPES, fica a indicação, “*Devemos aqui levantar a hipótese de que exista uma forte relação do uso do remédio caseiro com o poder aquisitivo das famílias pesquisadas*”. Observar, nesses trabalhos, como explicam e demarcam as desigualdades na cidade, como algo a conviver e indicar como causa de determinadas práticas dos moradores, sem reformular a sua manutenção.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Pesquisa Econômico-Sociais. *Condições das Famílias na Periferia de Uberlândia*. Uberlândia, fev. 1996.

- _____. *Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia*. Uberlândia, nov. 2001.

- _____. *Painel de Informações Municipais 2007*. Uberlândia, ago. 2007.

¹³⁵ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Dona Irene Rosa. In: *Álbum de Família*. Op. cit. , CD-ROM.

Essa prática fez com que a noção de estudar fosse estendida para além de uma formação daqueles que conseguiam ir à escola por algum tempo. Quando dona Irene tem essa preocupação com os filhos e vizinhos, reconhece os enfrentamentos comuns que eles terão pela frente. Para além do senso dos “alfabetizados” do país, ela busca manter esse valor, mesmo com as pressões e limites que entremeiam a sociedade. Não é por serem pobres e negros que não terão essa condição de disputa. E, talvez, seja por isso, por saber o quanto foi imprescindível ampliar o campo de possibilidades dos seus que manteve essa prática.

O universo do aprendizado escolar, ainda hoje, faz parte das tensões de classe, pois se o acesso não é mais questão, devido à extensão da escola pública, cabe pensar sobre o que se quer fazer com o ensino de determinados sujeitos, que a rigor o possuem enquanto direito “legal”. O que está em questão não são as formas diferentes de aprender e ensinar, mas sim a desigual forma de disputar essa prática em sociedade. As limitações do vivido parecem continuar balizadas em exclusivismos de classe.

A cada investida na descrição de Marra sobre a família de dona Irene e de outros moradores, vejo diversas relações entremeadas: trabalho, moradia, religiosidade, convivência, dificuldades e realizações... Assim, a casa não tinha como ser mera moradia. E as trajetórias não tinham como ser meras histórias de vida. Era a composição de territórios de pertencimento que estavam em foco. Territórios de preservação de valores, de modos de viver.

Por isso, quando dona Irene conseguiu comprar três terrenos na rua Rafael Rinaldi, propiciou com isso o acolhimento “da família”: montar o depósito de lenha e o terreiro de Umbanda, receber e formar ternos de Congado, ser o local de ensinar as crianças, festejar e reunir a família. Acolhimento para amigos, moradia de conhecidos, segurança para aqueles que ainda não sabiam como se acomodar na cidade. Uma referência de solidariedade e força nas disputas sociais, sendo construída diariamente. Aqueles que legitimam esse espaço enquanto território o mantêm até hoje.

Essa rua se localiza em uma região que hoje é considerada central, conforme zoneamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia, no momento da compra, década de 1940, era tida como uma das vilas de trabalhadores de Uberlândia. Entretanto, ampliando essas informações de localização, é possível perceber que o que interessou naquele momento foi marcar a conquista de um lugar na cidade, expresso por viver sem pagar aluguel, um espaço em que poderiam organizar – conforme as necessidades e valores – o que queriam constituir como seu modo de vida.

Nem sempre é simples desqualificar, ou ignorar outras culturas, pois esses sujeitos podem estar ao lado, como vizinhos e não terem nenhuma disposição para irem embora. Mesmo que haja pressões para se destinarem aos novos conjuntos populares, ou a abandonarem suas práticas para permanecerem ali. Por isso, o limite do horário dos tambores e festas e a proibição dos trabalhos religiosos pelo bairro têm que ganhar respaldo em outras pressões. É aí que o “ambiental”, a “conscientização” e o valor do “bom convívio social” tentam ganhar lastro.

Manter esse território como referência na cidade para umbanda, congado, carnaval, grupos de dança, é a construção de legitimidades que teimam em disputar com a legalidade de suas práticas. Ao falar sobre Dona Maria Irene (neta de Irene Rosa, filha de dona Maria do Rosário) como mantenedora desse modo de viver, junto com outros membros da família, Marra sugere como esses valores vão permanecendo, justificados por diversas práticas em comum.

37. Maria Irene Arantes. Quando adolescente dançava no Catupé do Martins. Era uma das responsáveis pela “urna”, que recolhia donativos para a Igreja Católica. Atual zeladora da Tenda Coração de Jesus, desde 1993, quando Pai Roque abandona as atividades devido seu estado de saúde. Integrante da diretoria da Associação Umbandista do Triângulo. Participou diversas vezes como jurada dos desfiles das Escolas de Samba. Será a madrinha do terno Congo Prata, que sairá a primeira vez em 2004, tendo como um dos capitães seu sobrinho Jader.¹³⁶

47. Jader Roberto. Começou a dançar no Marinheiro de São Benedito. Dançou até o ano de 2003 no Catupé do Martins, tocando maracanã. No ano de 2004 sairá como um dos capitães do terno Congo Prata, cujo quartel será na Tenda Coração de Jesus, onde também é ogan. É um dos puxadores de samba da Escola Garotos do Samba.¹³⁷

Penso que as pessoas compõem com aqueles e com aquilo que ainda faz sentido juntar. Ser do terreiro não significa desacreditar de referências católicas, ou mesmo ignorar que é preciso lidar com a Igreja Católica na disputa pelo Congado. Dançar na escola de samba, não impede outras atividades e nem mesmo garante que, no próximo ano, o desfile seja com aquela escola, ou que a prioridade continue sendo o carnaval. Os grupos de dança, ou mesmo de pagode, podem ser outras escolhas.

As práticas vão se transformando, acumulando-se com outras, permanecendo, sendo deixadas para trás, ou ficando como possibilidades futuras, de acordo com o que a dinâmica das necessidades, conflitos e interesses incitem. Falar de famílias congadeiras

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Idem, *ibidem*.

para Marra foi ter que falar de uma noção de família mais ampla. Em sua percepção de que a vida é separada em “manifestações”, teve, em alguns momentos, de se debater com a vida integral:

Quando se fala em família afro-descendente, não dá para falar apenas em família genética, consangüínea. Ao delimitar seu território cada família genética cria uma rede de sociabilidade, semelhante à do parentesco. Mesmo não sendo de fato “parentes”, alguns sujeitos se consideram como “compadres”, “comadres”, “tios” (amigos dos pais) e “primos”, “irmãos” (sujeitos de mesma idade). São os que geralmente dizem “a gente se considera praticamente da família, porque a gente foi tudo criado junto”. Pais que criam os filhos de mesma idade juntos ocupando um mesmo espaço geográfico e criam laços de uma família territorial. Existem também os sujeitos que entram para a família através de uniões conjugais trazendo consigo parte dos parentes: filhos, genros, cunhados, tios, compadres e comadres, etc. são os parentes extensos ou os parentes dos parentes. Podem ser criados também laços dentro dos Centros, Terreiros, Tendias; algumas pessoas, amigas e participantes dos ternos podem até não ocupar o mesmo espaço geográfico, mas fazem parte das religiões dos soldados. Formam uma família de Terreiro, são filhos do mesmo pai de santo, participam dos mesmos rituais; aproximam-se do terno através dos trabalhos nos terreiros. Dessa forma podemos também falar em uma família de carnaval. As quadras de carnaval, os quartéis de congado, os terreiros são grandes comunidades familiares, pequenos quilombos urbanos que abrigam os manifestantes da cultura popular afro-descendente e criam uma teia de relações sociais ocupando o espaço urbano. Essas grandes famílias são geradas e nutridas sob a proteção das religiões afro-brasileiras e interagem com diversas outras formas de manifestações culturais como a capoeira, a dança de rua, o teatro, o pagode, o hip-hop e diversas expressões culturais.¹³⁸

Tentar definir como o espaço urbano é ocupado e ritmado por valores, foi algo difícil para a autora. Mas, na proposta de compreender os territórios das pessoas, sua análise ganhou fôlego e dimensionou, em grande medida, a intensidade da composição dessas relações. Propiciou uma leitura que desconstrói a sua divisão inicial, pois a pessoa não é do congado, ou da folia de reis, ou da capoeira, ela partilha e disputa práticas na cidade, ocupando e evidenciando sua presença e seus valores. Realizar novenas, leilões, seções nas Tendias, ou mesmo os ensaios musicais, não é sair da vida para experimentar uma manifestação cultural, essa é a vida construída junto com as pejeas das famílias.

Voltar, depois disto a olhar o Caderno de Orientação, *Educação Ambiental e a prática das religiões de matriz africana*, exige alguns cuidados com a noção de partilha homogênea, e ao mesmo tempo, setorizada que propõe. Falar de dentro, como se ao dizer “nossas casas”, “nossa religião”, “nossos costumes”, não fosse falar de fora, é

¹³⁸ MARRA, Fabíola Benfica. Apresentação. In: *Álbum de Família*. Op. cit., v. 2, p. 04.

amenizar por demais a contradição desse processo. Os manuais expressam relações de classes, produzidas para além do isolamento da religião, de uma festa, de um rito, ou de uma questão ambiental. Essas práticas estão presentes nas disputas diárias da cidade.

Nesse manual, o diálogo proposto com os dirigentes das casas sugere que na disputa social a mudança se faça hierarquizando relações, propondo que os dirigentes assumam a responsabilidade pelas alterações:

Material a ser usado

É de fundamental importância que os/as dirigentes de nossas Casas (Babalorixás, Yalorixás, Mameto de Inquice, Tata de Inquice, Madrinha e Padrinho de Umbanda) passem a orientar a confecção de suas oferendas, despachos, limpezas etc., com a utilização de material biodegradável, evitando assim o uso de plástico, vidros e outros elementos de difícil absorção pela natureza.¹³⁹

Uma mediação que propõe retirar a noção de controle e imputar uma necessidade de adequação ambiental, diluindo, em parte, os valores colocados como pressão, indicando-os como garantia do direito de todos à qualidade de vida. Estratégias desiguais para o termômetro de qualidade, pois as alterações devem ser nessas práticas e não em outras, que estão, na verdade, desautorizando sua permanência. E, nesse enredo, a necessidade de limitar hábitos vai ganhando interdições mais explícitas e bem menos condescendentes:

Locais interditados

Assim como existem locais propícios à entrega das oferendas e despachos, outros são inadequados, e até mesmo interditos, por não reunirem as qualidades necessárias do campo vibratório. Entre esses, podemos citar as ruas e calçadas, em especial as do perímetro urbano, templos, escolas, creches, estabelecimentos comerciais e industriais, repartições públicas, ou seja, todos os locais de grande afluência de público e, em especial, de crianças que, por sua curiosidade inata, venham a se colocar em contato com os trabalhos. Além disso, a presença desses materiais causa desconforto à população leiga e contribui para a poluição nas cidades, sobretudo a poluição visual.

Devemos buscar locais mais afastados, pouco movimentados, dando preferência à zona rural, o que propiciará a reversão à sua origem dos materiais utilizados nas oferendas.

As dificuldades da distância de tais locais é injustificada pelas facilidades de que hoje dispomos, como a utilização de veículos automotores, o que não ocorria no passado, quando as oferendas e trabalhos eram conduzidos manualmente. O sacrifício do transporte será sempre mais um fator de valorização em sua entrega e na aceitação por parte dos Orixás, Inquices, Voduns, guias e Protetores.

(...)

¹³⁹ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 9.

*Obedecidas essas regras gerais, estaremos colaborando com a preservação do meio ambiente, com a limpeza de nossas cidades e conquistando maior respeito de nossa religião.*¹⁴⁰

Essa construção ganha lastro quando insinua a discriminação como prática a ser combatida. Uma explicação que coloca a pressão da mudança como modo de afirmação cultural, propõe que o terreno comum da cidade está sendo disputado nas diferenças. Há a preocupação em apontar que todas essas regras são para conquistar “*maior respeito*” pela religião.

Compensações que fortalecem, muitas vezes, a possibilidade de essas mudanças serem reconhecidas enquanto luta de identidade, principalmente por ser uma publicação com a chancela da Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia - COAFRO¹⁴¹. Dizer que esse processo retira o estigma de macumbeiros, poluidores da cidade, ou, como Marra ressalta, a noção de “*uma religião demoníaca*”, pode acomodar uma leitura dessas relações enquanto práticas para harmonizar direitos. Porém, essa perspectiva, não resolve os dilemas da convivência na cidade. Mas a cidade é possibilidade de muitos? Em que termos?

Cabe pensar sobre o que mudou no enfoque do mesmo manual e dos mesmos sujeitos que a princípio se colocavam como defensores da identidade negra, mas vão evidenciando o peso do desconforto da “*população leiga*”, levando-os a indicar o que é costume como “*poluição visual*” e “*práticas depredadoras*”. Esse encaminhamento evidencia quem não tem o direito de usar a cidade fora do padrão, com hábitos que perturbam outros projetos de cidade.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 11-12.

¹⁴¹ COAFRO – Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Atende hoje à promoção de atividades afro-raciais (encontros, manifestações, debates) e projetos de formação (cartilhas, manuais e cursos para instituições, secretarias de outras cidades e professores da rede pública de ensino referente à atuação da COAFRO, estudos da História da África e também da Cultura Afro no Brasil). No site da Prefeitura Municipal de Uberlândia há destaque para os trabalhos da COAFRO na área da educação, sugerindo que esses “*visam ainda o aperfeiçoamento de docentes da educação profissional de forma prática, através de cursos de capacitação e apoio a programas voltados para os tratamentos de pacientes com suspeita de anemia falciforme. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a Coafro apóia pessoas negras com suspeitas ou que possuem traços de anemia falciforme, doença do sangue que se apresenta em maior frequência na população negra. A fim de colaborar com o tratamento da doença, a Coafro encaminha esses pacientes para a Associação dos Portadores de Anemia Falciforme de Uberlândia (ASPDFU). As iniciativas da Coafro na educação incluem o Curso de Capacitação Étnico-Racial, iniciado em abril passado. A ação visa à formação continuada, a fim de capacitar professores a interferirem de forma coerente em práticas preconceituosas realizadas em salas de aula. O programa, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, por meio das ações da Coafro, colocou o município de Uberlândia entre poucos no Brasil que conseguiram aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*”. (grifos meus)

- Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=26&print=1>>, Acesso em: jan. 2008.

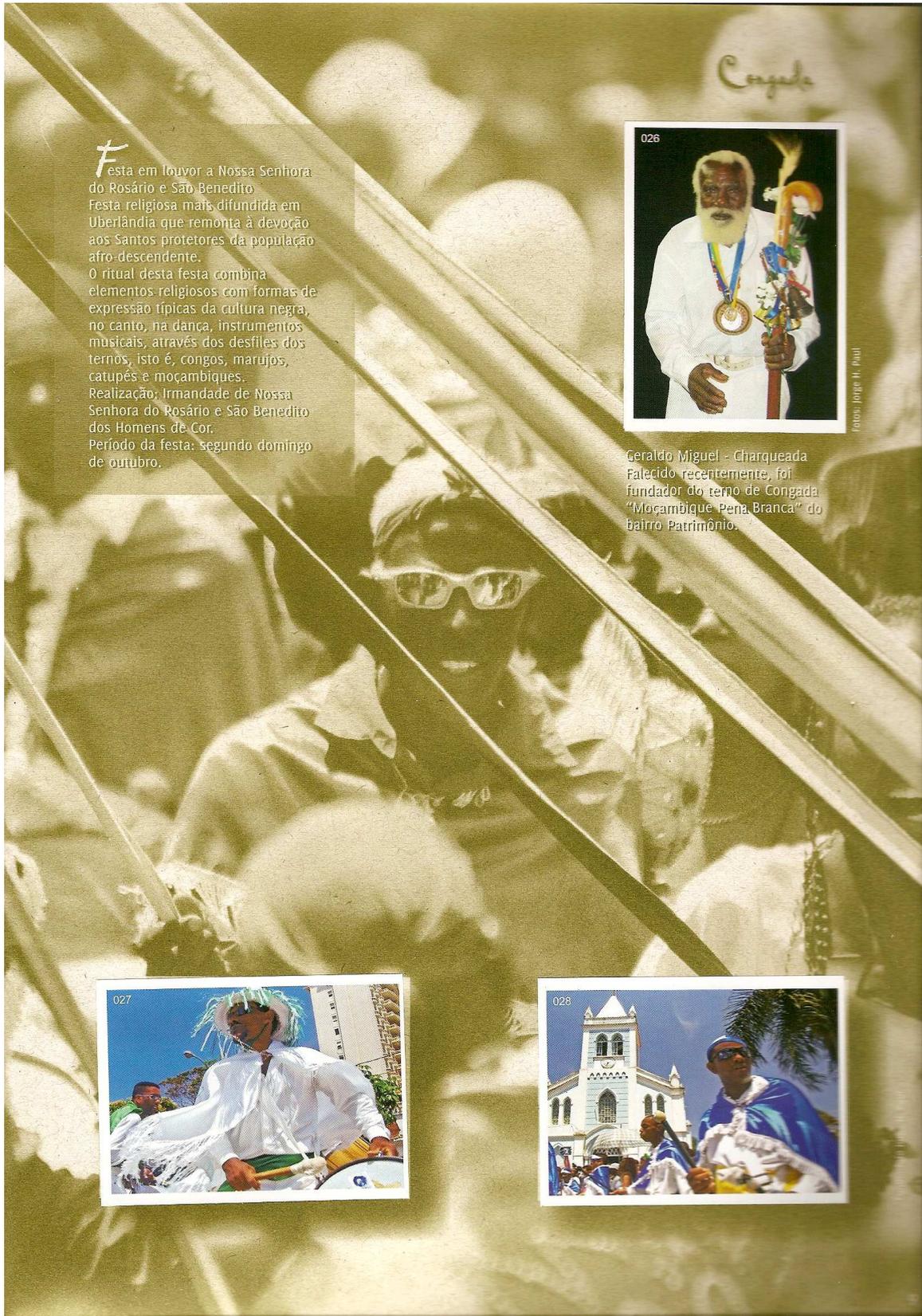
Os que se reúnem com sons que se espalham pelos arredores das casas e deixam oferendas em esquinas, calçadas, margens de rios, provam sua existência, marcam culturalmente a cidade. Não deixam nome, nem endereço, mas apontam outros modos de ritmar Uberlândia. Essa prática enuncia modos de viver que desorganizam a “população leiga” enquanto dominante. Por isso, o que está em foco não é se polui, ou não, mas o controle, a disputa pelas práticas na cidade.

Dar visibilidade aos trabalhos, canções e indumentárias dessas pessoas é expor os rastros de festividades, de rezas, crenças. Essas evidências deixam esses costumes muito próximos de outros modos de viver. Culturas que disputam a permanência, não só de terreiros e rituais, mas valores que não se encerram nas seções das casas. Práticas que se estendem nos laços de afetividade e na partilha da sobrevivência, como morar, trabalhar, estudar, circular por determinados espaços, ou seja, produzir seu lugar na cidade a partir do que compõe sua cultura.

A partir do Caderno de Orientação problematizo como as mudanças nos modos de viver tentam se justificar como naturais e necessárias. Como é possível aceitar que o “campo vibratório ideal” são os locais afastados, onde nada pode ser visto? Desconfio dessa proposta de apagar as marcas de uso da cidade por esses sujeitos. Como posso falar de conquistas culturais, quando a visibilidade de práticas não é permitida? Ou ainda, como então essa cultura deve se tornar visível? Páginas de álbum? Registros de uma cultura imaterial? A dinâmica da vida não pode ser negada. Mas, então, como esse viver é disputado?

Ao folhear o *Álbum de Figurinhas* de George Thomaz encontro possibilidades de interpretação desse processo, acomodadas em explicações de “manifestações da cidade”. Nessa composição já abordada no capítulo I, o autor traz 189 figurinhas procurando abarcar uma síntese de momentos, personagens e lugares que definam a cidade de Uberlândia. Como sendo mais um de seus projetos em que “retrata a cidade”. No álbum, a página destacada a seguir traz o espaço para a Congada, que tem certa visibilidade e um modo próprio de reconhecê-la. A tentativa de tornar estático o que ganha ruas, casas e sons prossegue. Entretanto, o que movimenta e motiva as buscas de muitos sujeitos no viver a cidade não cabe na folclorização de modos de vida.

No trabalho de Thomaz, distribuído nas escolas públicas da cidade, ele retrata “a história da cidade de Uberlândia”, garantindo aí um lugar para a diversidade cultural. O autor apresenta, na página destinada à Congada, retratada na Imagem XIX, o que considera ser característico da festa.



Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Festa religiosa mais difundida em Uberlândia que remonta à devoção aos Santos protetores da população afro-descendente. O ritual desta festa combina elementos religiosos com formas de expressão típicas da cultura negra, no canto, na dança, instrumentos musicais, através dos desfiles dos ternos, isto é, congos, marujos, catupés e moçambiques. Realização, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor. Período da festa: segundo domingo de outubro.

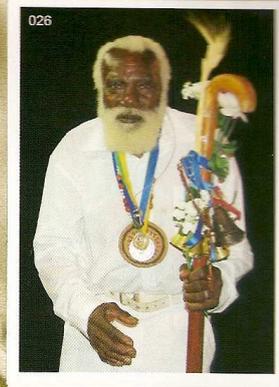


Foto: Jorge H. Paul

Geraldo Miguel - Charqueada. Falecido recentemente, foi fundador do terno de Congada "Moçambique Pena Branca" do bairro Patrimônio.



Imagem XIX – Congada

Fonte: THOMAZ, George. Congada. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p. 09.

Utilizando fotografias que caracterizam essa experiência nos limites da festa, o fotógrafo traz momentos da apresentação dos ternos na proximidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na região central da cidade, apresenta o evento, que perde historicidade e lutas que mantêm e mudam esse ritual e sua composição na vida dos sujeitos que se identificam com sua formulação. Porém vale à pena ir além dessa página e problematizar sua formulação, observando de qual enredo ela faz parte.

Estilizada como evento da cidade, a Congada é incorporada como manifestação cultural que “...*combina elementos religiosos com formas de expressão típicas da cultura negra...*”. Assim, o fotógrafo demarca um lugar e uma data para o ritual afro descendente, harmônico e culturalmente aceito. Como se fazer parte do calendário da cidade seja compor, sem distinções, a história do lugar.

Mas o que é essa legitimidade consentida? Esses sujeitos compõem a cidade, com ou sem essa chancela. Eles usam essas ruas o ano todo, e não apenas para os eventos do congado, pois trabalham, moram, estudam, relacionam-se aqui. Os ensaios, campanhas e seções, sonora e fisicamente, marcam os bairros de Uberlândia. O que está em questão é que a visibilidade aceita nas disputas de classes está ao alcance, em grande medida, a partir das verbas de incentivo à cultura e com a política nacional de valorização da cultura afro. O que, contraditoriamente, permitiu evidenciar e folclorizar modos de viver¹⁴².

Páginas de álbuns que congelam vidas que são muito mais do que expressão típica de uma cultura. Lindas vestes, construídas com muito esforço, que expõem disputas pela cidade. O dinheiro contado para reformar ou produzir as roupas, brigas para ajustes e inovações nos ternos, nos horários e trajetos. Com tudo isso, as fitas, que marcam como pano de fundo a página do Álbum, não trançam as práticas intranquias

¹⁴² Considero importante destacar elementos que balizaram as ações públicas, bem como de instituições, grupos e acadêmicos, que envoltos em debates e práticas em prol das diferenças, identidades e patrimonialização cultural e “popular” estiveram amparados em leis, decretos, secretarias e ministérios que partilham esse suposto e promovem incentivos (federais, estaduais e municipais) para a difusão desse modo de compreender e explicar culturas pelo prisma do respeito à diferença, tradição folclórica e identitária. Essas proposições são tidas como melhorias e avanços nos embates desiguais em prol do pertencimento social, revestindo-se de direito à diversidade. Porém cabem ressalvas diante os encaminhamentos advindos dessas formulações, que contraditoriamente expressam conquistas, perdas e manutenção de desigualdades.

- BRASIL. Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.

- _____. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

- Composição da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural em 2004, pelo Ministério da Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: jun. 2008.

da feitura dessa apresentação. Práticas que demandam muito empenho, disputas por pertencimento, as quais não têm como serem catalogadas.

No livro do Tombo pode estar registrada a origem, a família fundante do quartel, cores e fundamentos de cada grupo, porém o que motiva, a cada ano, o envolvimento, a produção, a mudança e a permanência dessas práticas está em um movimento que não aparece nesses registros. Esses valores escapam da construção da sociedade de consenso. Horas de dedicação a práticas que fazem sentido na luta diária, as quais pesam e tomam a forma de registros de tombamento patrimonial, como cultura imaterial, propondo enquadrar como “festa da cidade”, como um monumento à cultura afro descendente¹⁴³.

Na travessia pelas ruas da cidade, muitas vezes ritmada pelos tambores, produzidos e tocados em muitos ensaios, em muitos preparativos para que esse momento fosse possível, o percurso vai, passo a passo, e a cada melodia, trazendo à tona o campo de forças em que são produzidas essas relações. Moradores da cidade que constroem suas tradições todos os dias, lidando com as interdições de classe, com o tom das necessidades, expectativas e valores que motivam suas práticas.

Práticas em tensão. Pois, há aqueles, como Thomaz, que se autorizam a observar, selecionar e definir as marcas da cidade para trazer a diversidade cultural. Há outros, como Marra, que procuram se inserir nesse processo e olhar de dentro, como parte das famílias afro descendentes do século XX. Contudo, eles se aproximam porque limitam as relações na cidade, perseguindo o caminho da identidade de grupo. Identificações e tipificações que se enredam. Valores na diferença que prefiro localizar na desigual diferença. Contradições e tensões que a experiência social escancara.

Nosso envolvimento com a transformação social não pode ser negado. Por isso, destaco o trabalho desses autores para pensar como ao propondo trabalhos para a formação dos alunos da rede pública de ensino de Uberlândia, assim como utilizando recursos públicos para produzirem seus trabalhos, esquetejam a sociedade e o foco se fecha em personagens, ritos e monumentos, espetacularizando o social¹⁴⁴. Acredito ser

¹⁴³ No Showcase 2005/2007, a festa do Congado está no calendário de festas típicas da cidade, enredada em uma noção de sujeito coletivo e estampada como um evento da administração pública. O rito é valorizado e banalizado ao mesmo tempo, cumprindo uma visibilidade enquanto possível atração turística de Uberlândia. Essa fórmula propõe um conteúdo exótico a essa prática e retira a sua produção, os costumes e sentidos que permeiam a feitura e continuidade dessa experiência em transformação. Conferir: <www.uberlandiacvb.com.br>, Acesso em: jun. de 2008.

¹⁴⁴ Trabalho importante sobre essa problemática de construção do conhecimento histórico foi realizado em São Paulo, em aulas públicas, exposições e debates, propondo um diálogo com o que os moradores da cidade de São Paulo tinham a dizer do que é proposto como marco, monumento e sentido de nação. Todo

possível dar outro zoom à realidade que não seja este, partindo dos mesmos sujeitos que apresentam, mas com outras questões. Esse é o caso do seu Geraldo Miguel, seu Charqueada.

Seu Geraldo Miguel, apelidado pelas relações de trabalho na Charqueada, não é representativo para mim por compor uma manifestação cultural há tanto tempo, mas pelo campo de possibilidades comuns que aponta enquanto morador da cidade. Sua sabedoria é legitimada no terreno da experiência social, trazendo culturas que se evidenciam nas relações sociais e não em um dia de festa. Sua morte ainda marca a vida de tantos outros que se reconhecem no seu modo de viver. Não é apenas o *Álbum de Figurinhas* que retrata seu Geraldo Miguel, Marra também garante visibilidade a ele em seu *Álbum de Famílias*:

*13 – Geraldo Miguel – Seu Charqueada – Nasceu no primeiro dia do século XX, 01 de janeiro de 1901, em Cruzeiro da Fortaleza, saiu com três anos, foi criado em Ibiá, veio para Uberlândia. Trabalhou muitos anos para o sr. João Naves de Ávila, que era proprietário do frigorífico Ômega. Seu Charqueada era salgador e secador de carne de varal. Hoje, aos 104 anos de idade, gozando de plena lucidez e força física e dono de memória invejável, é o congadeiro vivo mais velho da cidade. Apesar da idade, continua trabalhando realizando bicos como jardineiro e capinando quintais.*¹⁴⁵

Considero que não era “*Apesar da idade*” que continuava trabalhando, mas por ter a trajetória que teve, com as desigualdades que experimentou, que apesar de tanto trabalho por toda a vida, ela ainda lhe exigia novos “*bicos*” aos 104 anos. Essa era, a meu ver, a sua maior lucidez: saber das necessidades que acompanhavam os seus e conseguir manter sua contribuição para o sustento da família.

Saber histórias e cantos de mais de um século, conhecer a cidade em que viveu todos esses anos como sua, confirma que construiu seus “*pedaços*” na cidade¹⁴⁶. Sua experiência consolidou sua importância para grupos, familiares, amigos e vizinhos,

esse processo mais que um desafio significou um esforço de pensar a escrita da história no diálogo com as questões do presente e nas disputas que estão inscritas. Sobre essa experiência ver:

- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Patrimônio Histórico. *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992. (Livro e VHS).

¹⁴⁵ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Seu Charqueada. In: *Álbum de Família*. Op. cit., CD-ROM.

¹⁴⁶ Essa menção se inspira na colocação de Silva que, ao analisar a sociedade do Rio de Janeiro, problematiza a disputa pela cidade e a composição de territórios por grupos sociais distintos e desiguais. Com esse suposto, os “pedaços” que ritmam a vida de determinados sujeitos, estão sob o olhar da autora, que percebe nesses lugares modos de viver, culturas em transformação, marcas de pertencimento e disputa social.

- SILVA, Lúcia H. P. da. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

tornando-se referência histórica, de luta e prática social. Na construção que o elege enquanto “*tipo popular*”, seu Charqueada foi visto como um trabalhador que virou figurinha, para referendar, não ele, mas a abstração da fundação do Congado na cidade.

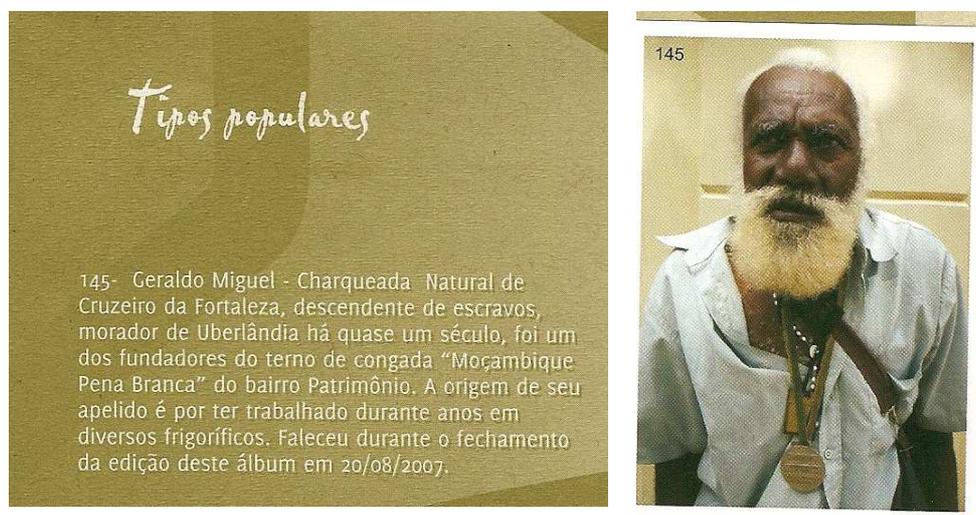


Imagem XX – Geraldo Miguel

Fonte: THOMAZ, George. Congada. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p. 32.

O uso da imagem de seu Geraldo Miguel, recortando uma vida pública a ser partilhada, não apaga a vida doméstica que deu condições para essa visibilidade. Não há essa separação. A experiência compõe essas relações. Os “populares” estão na história, seja produzindo-a em seus quintais, salas e calçadas, seja emergindo pelas ruas dos bairros da cidade com seu trabalho, cantorias, festas, leilões e rituais. Os costumes se forjam nessas práticas cotidianas e ganham força e pressões a partir do momento que ultrapassam a noção de “*manifestações*” e ganham a dimensão do vivido. Mas a divisão em “*manifestações*” ganha adeptos frequentemente, mesmo quando não se ignora a vida e traz contribuições importantes ao debate¹⁴⁷.

A dissertação de Kinn, defendida em 2006, no campo da Geografia, procura perceber a vivência do congado em Uberlândia, partindo do suposto de que o seu trabalho é relevante para evidenciar esses modos de viver e

¹⁴⁷ Considero que o trabalho de Kinn, no âmbito da Geografia, trouxe desafios a quem se envereda a sair da explicação pelo espaço físico e pelo planejamento, procurando enfrentar os modos de viver e as tensões que emergem daí, destacando os “*negros congadeiros e a cidade*”. Portanto, mesmo que eu não partilhe seus supostos de trabalho, que são as representações e manifestações desse vivido, avalio que trouxe algumas questões importantes para os debates e disputas do campo acadêmico da Geografia Social que retomo no campo da história.

- KINN, Marli G. *Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da congada de Uberlândia-MG*. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado em Ciência/Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

*... pelas necessidade de desenvolver reflexões investigativas em relação à condição sócio-espacial do negro, na cidade de Uberlândia, e que tal estudo possa nos habilitar a elaborar um entendimento dos fatores organizacionais dos congadeiros, relacionados pela mediação da cultura, do culto religioso e da comunidade, bem como do seu modo de vida.*¹⁴⁸

Essa autora, tendo um leque de fontes extremamente relevantes – entrevistas, fotografias, desenhos, composições, dentre outras – constrói a sua análise sobre os congadeiros trazendo a manifestação para além do rito da festa – problematizando os quartéis (casas dos capitães), o convívio com a vizinhança, novenas, leilões etc. Contudo, enfatiza relações polarizadas socialmente, ora entre congadeiros e não-congadeiros, ora entre os grupos de congadeiros e vizinhos, tendo o eixo espacial como elo dessas relações. Com isso, Kinn restringe sua leitura “*sócio-espacial*”, mas cumpre o seu propósito, “*desenvolver reflexões investigativas em relação à condição sócio-espacial do negro*”.

As imagens que escolheu para discutir e compor sua dissertação me instigaram a pensar que ali estavam expressas muitas das questões que propunha para a minha pesquisa, isto é, evidenciar como os costumes marcam a experiência social, ultrapassando o momento do rito. Trazendo ricas práticas de constituição e disputa de territórios na cidade. O intuito é, ao lidar com os seus interesses e modos de utilizar as fontes de pesquisa, construir minhas aproximações e distanciamentos:

*Nos trabalhos de observação das manifestações culturais, como as campanhas, as festas e os ritos religiosos, utilizamos o recurso da fotografia. Procuramos fotografar as imagens sacras, as pessoas, as atividades, habilidades e mostrá-las para as pessoas entrevistadas, mas tínhamos como meta obter falas, depoimentos, conversas, que nos permitissem ir mais profundamente nos entendimento dos conteúdos das suas manifestações culturais. Com as crianças pedíamos para que desenhassem as suas moradias, e aos poucos fomos obtendo desenhos riquíssimos em conteúdos e saborosas narrativas, a respeito da vida nos quartéis.*¹⁴⁹

Evidentemente que, em nossas investigações, encontramos aquilo que procuramos e estamos dispostos a encontrar. No caso de Kinn, suas respostas vieram da explicação pela origem (viver como nos quilombos, resguardar práticas advindas da África, marcas da escravidão, etc.), passando pela legitimação de que as manifestações congadeiras são manifestações de identidade.

¹⁴⁸ KINN, Marli G. Introdução. *Op. cit.*, p. 19.

¹⁴⁹ KINN, Marli G. Introdução, *Op. cit.*, p. 27

O que aponto é sair do interesse em explicar e sim, compreender e acompanhar esse processo, indagando sua feitura, suas contradições, vendo como essas práticas são produzidas a partir de expectativas e valores, indagando sobre o como modos de lidar com as pressões e limites sociais se fazem com alianças, dissidências e rearranjos. Nas imagens XXI e XXII, do trabalho de Kinn, o destaque da autora é para a constituição dos quartéis, vendo o morar em segundo plano, como uma recorrência da junção pelo congado.

No entanto, suas imagens sugerem o compartilhar dificuldades de morar na cidade, o que aos poucos vai integrando novos cômodos, novas famílias, como um caminho de solidarizar-se com dificuldades de parentes, amigos e companheiros de terno, terreiro, ou de outra identificação construída.

Nas imagens selecionadas, imagem XXI e XXII, o destaque sugere o que foi sendo produzido na moradia dessas pessoas que partilham o Congado. Elas apontam um percurso dinâmico e que se movimenta conforme as necessidades e interesses de seus moradores. Um ou outro que chega é mais uma casa que precisa ser levantada. O quartel não é só referência para a reunião, ensaios, tomada de decisões do grupo do Moçambique. Lá, é onde fica explícito quem é esse grupo e como ele vive, os laços de solidariedade que constrói e as disputas que realiza por um lugar na cidade.

As legendas produzidas por Kinn trazem a descrição das fotografias, apontando a individualização dos espaços da casa e ainda o quintal e corredor compartilhado por esses moradores. O quintal que a autora aponta como de “*diversos usos*”, permite ser esse espaço replanejado conforme as práticas cotidianas exijam – lavar roupa, brincadeira das crianças, festas, ensaios, guarda de materiais, ou ainda espaço para novos cômodos para a integração de novos moradores. O destaque que fiz, retoma o território de moradia, sociabilidade, orações, jantares etc., que compõem a referência do Moçambique Princesa Isabel, localizado no bairro Patrimônio, região sul da cidade, enquanto quartel do grupo.



Imagem XXI
Corredor de acesso do
Quartel do
Moçambique
Princesa Isabel

Fonte: KINN, Marli G.
Op. cit., p. 47.

Figura 02 – Quartel Moçambique Princesa Isabel, bairro Patrimônio. As residências ocupam todo o terreno. O corredor separa, individualiza e permite privacidade as moradias dos familiares.

Fonte: KINN, Marli Graniel, nov. 2004.



Imagem XXII
Quintal do Quartel do
Moçambique Princesa
Isabel

Fonte: KINN, Marli G.
Op. cit., p. 53.

Figura 03 – Os diversos usos do quintal do termo Moçambique Princesa Isabel, bairro Patrimônio. Os moradores transformaram o espaço em área de serviço.
Fonte: KINN, Marli Graniel, jan. 2005.

O corredor que leva ao fundo do terreno traz em suas paredes as marcas dos improvisos e das necessidades inesperadas, o reboco que se emenda na parede já marcada pelo tempo da antiga casa, construída até onde o dinheiro dá e é preciso para que se possa começar a morar. Os costumes não se fazem fora dessas relações, mas a partir delas. Nesse sentido, o quintal que é disputado com as roupas, plantas, com as crianças, também é utilizado para realizar o lazer, as reuniões, os eventos que com a presença das caixas de engradados aparentam ser comuns nas diversões possíveis e criadas – aniversários, casamentos, ensaios, jogos etc. Esses espaços fortalecem a noção de que a festa do Congado é mais do que um rito a ser preparado e cumprido, integra a vida desses moradores.

A preparação da festa é um percurso que faz parte da vida daqueles que acreditam sair da dureza do dia-a-dia, tornando-a mais tolerável a partir das “realizações” possíveis de se efetivar. Ser um bom tocador, a melhor rezadeira, a que toma conta da cozinha, o que conhece as ervas que curam, o que, com esmero, constrói os instrumentos, produz vestes, bastões etc. Esse processo traz uma legitimação do pertencimento a partir do que partilham e reconhecem como modo de vida.

Ao se reconhecerem nesses lugares e com essas práticas, constroem aí sonhos, expectativas e motivações para, a cada ano, prepararem um novo ritual, novas sociabilidades, mesmo diante restrições financeiras, de espaço, de diálogo com as exigências e pressões do Poder Público e da Igreja Católica, além das competições internas dos grupos que compõem o Congado em Uberlândia.

Por isso suas casas, não se limitam à residência, permitem novas formulações como as apresentadas nas imagens XXIII e XXIV, tornam-se referência para o encontro e andanças pelas ruas da cidade, nas campanhas para receber prendas, realizar leilões, novenas, ensaios, desafios entre ternos (disputa de cânticos). Agendas marcadas pela circulação nos bairros da cidade e compartilhadas com vizinhos, amigos e novos ingressantes que acompanham seus trajetos e sonoridade disseminada pelos lugares em que passam.



**Imagem XXIII
Ensaio do Quartel do
Terno Sainha**

Fonte: KINN, Marli G.
Op. cit., p. 57.

Figura 04 – Quartel do terno Sainha, bairro Saraiva. Os componentes reunidos em dia de preparativos para as campanhas. Afinam seus instrumentos e se preparam para fazer as cantorias em homenagem aos Santos da Congada.
Fonte: KINN, Marli Graniel, jun. 2005.



**Imagem XXIV
Campanha doTerno
Sainha**

Fonte: KINN, Marli G.
Op. cit., p. 82.

Figura 11 – Campanha e ensaio do terno Sainha nas ruas do Bairro Saraiva. Geralmente o uso das ruas próximas aos quartéis dos ternos de Congada se constitui em desafios, pois os veículos atrapalham as andanças e ensaios dos congadeiros.
Fonte: KINN, Marli Graniel, ago. de 2005.

Os ensaios e as campanhas, destacados nas imagens do terno Sainha, do bairro Saraiva, na região sul da cidade, aparentemente podem traduzir uma obrigação, de ter que construir a festa. Entretanto, essas práticas motivam encontros, rodas de samba, festas de aniversário, “jantas” que emendam com os ensaios, almoços, casamentos etc. Vão, assim, produzindo suas relações na cidade, envolvendo os vizinhos, amigos e parentes nos seus costumes. O terço que é rezado nas casas da vizinhança, o leilão que é realizado na calçada, as cantorias que embalam os usos de Uberlândia. Barulho e visibilidade que fazem parte do pertencimento social que querem dar notícia¹⁵⁰.

Quando passam pelas ruas e casas que compõem as campanhas não disputam apenas com os carros e motos, disputam o direito de publicizarem seus valores. Levam junto as referências de desigualdade social: suas condições de vida, as relações de trabalho de que fazem parte, as limitações e pressões diárias que enfrentam na cidade. Produzem resistências nas preces, nas benzições e passes dos terreiros, nos cânticos e desafios de ternos que produzem. Motivações difíceis de balizar fora de sua experimentação, pois estão lá, nos seus ritos, as perdas, dissidências e ganhos sociais de cada dia, tensionando o que se tenta institucionalizar sobre essas práticas.

Nesse sentido, certas produções da Prefeitura, como o *Seminário Viva o Patrimônio Vivo*, no diálogo com as políticas de preservação dos patrimônios imateriais, encampam palestras, cartilhas, cursos de formação e de divulgação de “*culturas da cidade*”, em especial que remetem à “cultura negra”, traduzindo a assimilação dessa diversidade em investimentos e captação de recursos, como também na propaganda de “*preservação cultural*”. Algo que se autodenomina atitude responsável e de distinção

¹⁵⁰ Inspiração para essa discussão veio do trato dado por Thompson às práticas do rough music, discutidas no livro *Costumes em Comum*. Em especial quando referencia que o barulho “suave ou selvagem” desse ritual dialoga com as disputas e valores dos sujeitos sociais. O autor sugere que a explicação folclórica dessas práticas é um equívoco, produz “uma cultura alienígena”, distante do vivido. Os rituais da rough music, para Thompson, imprimiam, ao ocupar as ruas com sons e práticas, a disputa pela sua legitimidade e sentidos, que são historicizados nas formas que permaneciam e/ou se transformavam, isto é, “o ritual era visto como um elemento que canalizava e controlava essa hostilidade”, ou melhor, as hostilidades das relações sociais emergiam nessas práticas. Práticas que traduziam contestações – pelas questões que traziam, os usos e modos como aconteciam - mas, ao mesmo tempo, erigiam controles – pressões que privilegiavam determinados valores nos rituais e limites às disputas expressas nos costumes da rough music. Essas considerações sobre o trabalho do autor me ajudam a pensar sobre o barulho das práticas na cidade. Vejo aí os costumes que estão em disputa. Há conquistas e legitimidades, mas, ainda assim, há pressões para limitar esses costumes a determinadas formas e explicações, ou mesmo a um calendário festivo. Porém, a prática diária, de encontros e identificações costumeiras, foge da referência estática do rito, e se espalha pelas casas que dividem, pelas ruas em que desfilam e rezam, no trabalho, na escola, na experiência social que produzem diariamente.

- THOMPSON, E. P. *Rough Music*. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 353-397.

que, a meu ver, apresenta senões ao direito à cidade, por retirar do conjunto das relações sociais a produção e materialidade dessas culturas.



Imagem XXV
Divulgação do Seminário Viva o Patrimônio Vivo
Palestras e Oficinas sobre o Patrimônio Imaterial

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.
<www3.uberlandia.mg.gov.br/cidade_patrimonio.php?id=608>
Acesso em: out. 2007.

Como destacado na imagem XXV, o site Prefeitura Municipal de Uberlândia traz as palestras, oficinas e cartilhas sobre o Patrimônio Imaterial. Esse encaminhamento tenta dar conta da dinâmica do vivido, formatando em um padrão de ritos, cores, gestos e origem identitária o que não está encerrado nessa catalogação de práticas. O que é apresentado como algo resolvido e aceito em sociedade continua em disputa e sendo transformado constantemente, seja pelos integrantes que mudam os sentidos de suas práticas, seja porque outros se interessam pelo controle e folclorização dessas culturas¹⁵¹.

Na disputa social ganha força o interesse pelos costumes “populares”, para a sua explicação e ordenamento. Por isso, a produção de cartilhas, encontros de formação, normas, livros, multiplicam-se enquanto forma de apontar ajustes de práticas, definindo o que são e onde estão, sugerindo determinar o como devem realizar e explicitar

¹⁵¹ Em trabalho de Corrêa a positividade da preservação dos patrimônios delimitados nas políticas de patrimônio imaterial, como os terreiros, aponta alguns problemas a serem destacados, como a inatividade desses espaços para que sejam realizadas visitas e conservação dos mesmos. A minha inquietação se faz diante a seguinte constatação: se esses espaços foram considerados patrimônios, pelo território que compunham, a vivência e experimentação do mesmo etc. Como esse espaço desde então inoperantes, ou monumentalizados, com explicações de fundação, passo a passo de ritos, conseguirá ter a mesma dimensão cultural que antes? Ou ainda, essa preservação não pressionou para que se desmobilizassem os valores e práticas que demarcavam esse lugar enquanto referência de modos de vida? Acredito que há necessidade de manter amplo debate e novas ponderações sobre a positividade dos tombamentos e o modo como devem dialogar com as culturas e territórios constituídos socialmente.

- CORRÊA, Alexandre F. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

costumes¹⁵². Esse também foi o mote para divulgação da Cartilha *Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana* no site da Prefeitura:

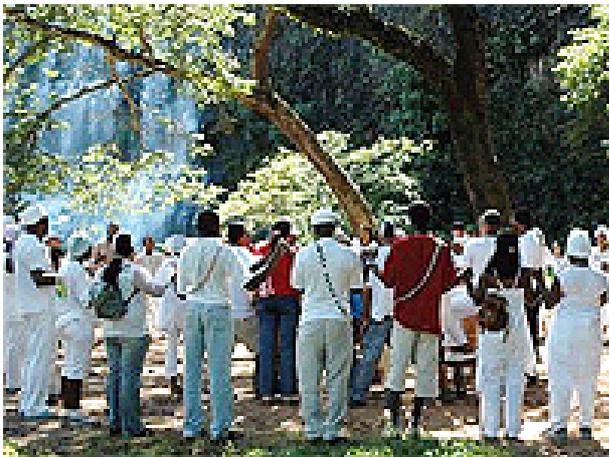


Imagem XXVI
Divulgação da Cartilha
Educação Ambiental e as Práticas Religiosas
de Matriz Africana

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.
<www3.uberlandia.mg.gov.br/cidade_patrimonio.php?id=608>
Acesso em: out. 2007.

A cartilha em questão na imagem XXVI acompanha o trabalho deste capítulo desde o início, remete-se ao Caderno de Orientação *Educação Ambiental e as Práticas Religiosas de Matriz Africana*. O campo de tensões está presente não só nela, mas nas relações de classes em que se insere. Até mesmo no que aparenta reconhecimento e legitimidade da diversidade cultural. O processo que marca o cuidado dos grupos dirigentes com essas práticas perpassa a noção da disputa hegemônica. É muito tênue o limite e o controle que querem ter sobre essas culturas. Ao mesmo tempo em que esses grupos evidenciam costumes, eles disputam os ritos, percebem os protestos e conflitos de classes que permeiam as relações na cidade.

É ingênuo considerar que essas práticas de orientação para as “culturas populares” são feitas com amorismo e limitadas a um apelo ambiental ou de manifestação cultural. Elas trazem no seu bojo formas de disputar explicações sobre o vivido, construídas enquanto consenso. No caso do trecho destacado a seguir do Caderno de Orientação, o destaque fica para o que vai buscar no convívio com a

¹⁵² Algumas publicações apontam, enquanto síntese, um modo de compreender – desde a origem – cada “gesto das congadas”, por exemplo. Observo nessa construção do lugar social dessas práticas a intenção de marcar a diferença, mas não a desigualdade. Elas sugerem um “pioneirismo”, por “dar o lugar e visibilidade” ao que compõe o modo de viver de determinados sujeitos. Com isso, limitam o processo de produção e disputa dessas práticas. Importante para problematizar os usos da cultura na promoção de determinado modo de compor explicações, historicidades e catalogações do vivido, conferir a proposição de sínteses de:

- ALCANTARA, Ana Paula (Org.). *Congos, Moçambiques e Marinheiros: olhares sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008
- BRASILEIRO, Jeremias. *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.
- GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séc. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

vizinhança, a valorização dos ritos afros nos antepassados, apontando um consentimento nas mudanças propostas, procurando aí identificações e legitimidades no processo de transformação da religiosidade, da visibilidade e horários permitidos.

Uso de bebidas

Ao colocarmos a bebida, devemos vertê-la ao redor da oferenda, guardando os vasilhames que serão retirados do local na nossa saída.

Com isso, preservamos a limpeza do local e obedecemos as regras estabelecidas por nossos antepassados quando diziam: “Orixá não come vidro” e menos ainda plástico, podemos acrescentar.¹⁵³

Instrumentos de percussão e horários

Os toques e sessões apresentam-se como uma das maiores fontes de queixas e reclamações da parte de vizinhos, especialmente se esses não são adeptos de nossa religião ou se as cerimônias se realizam em dias de semana e se prolongam além do horário (...)

*Nesses casos, devem ser feitas algumas avaliações sobre os tipos de sessões que são realizadas pelas casas religiosas, ou seja, as que usam e as que não usam instrumentos de percussão. As que não usam tambores podem tranquilamente realizar seus cultos sem problemas. As demais devem suspendê-los às 22 horas, procedendo-se ao encerramento sem os atabaques. **Os Orixás e Entidades deverão entender que tal procedimento é fruto da lei humana e que deve ser respeitada.***

Nos casos de festividades especiais, os tambores poderão tocar até mais tarde, devendo as Casas obterem a licença necessária junto à Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Uberlândia (...)

Desejando evitar constrangimentos decorrentes de queixas de vizinhos que não entendem nossa religião, poderão as casas promover um isolamento acústico de custo relativamente acessível. Uma opção definitiva para a tranquilidade dos trabalhos.¹⁵⁴ (grifos meus)

Essas orientações pressionam para a aceitação do controle sobre o vivido.. O “nós”, mencionado no Caderno de Orientação, contraditoriamente, traz a normatização do rito, horários e materiais. A “Lei Humana” é responsabilizada pelas mudanças, como se estivesse acima de interesses e valores, como se retirasse a tensão dessa norma. Mas quem a produz e a que ela serve? A tensão não está apenas na diferença, no recortar esse vivido, mas naquilo que a visibilidade e a sonoridade dessas práticas apontam enquanto disputa de valores e territórios.

Em ilustrações ao longo do Caderno de Orientação, apresentadas nas imagens XXVII, XXVIII e XXIX essas normas aparecem em tom de ensinamento, vindo de iguais, retira a participação do Poder Público, de Instituições vinculadas à administração, que pressionam para o cumprimento de tais regras e horários. A sugestão

¹⁵³ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 13.

¹⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 16-17.

que fica é de repetir o exemplo apontado, enquanto conscientização, não há espaços para contestações, como menciona o texto, a “*preservação da natureza*” e a “*Lei do silêncio*” devem ser mantidas.



Imagem XXVII
Ilustração do Caderno de
Orientação

Fonte: UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 14.



Imagem XXVIII
Ilustração do Caderno de
Orientação

Fonte: UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 15.



Imagem XXIX
Ilustração do Caderno de
Orientação

Fonte: UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 16.

Essas imagens, dentre outras, apontam que a cartilha, que foi distribuída nas escolas e instituições religiosas, traz um princípio já enunciado por Thomaz na produção do *Álbum de Figurinhas*: “*um jeito divertido*” de enunciar costumes e práticas na cidade. Entretanto esse caminho de sugerir interdições e normas rasura a “*afirmação cultural*” que quer explicar as fórmulas criadas para a divulgação da diversidade cultural em Uberlândia, pois o conteúdo que trazem traduz dissidências, mais do que identificações, no convívio social.

Pedir licença para funcionar aparece como a única alternativa possível de pertencimento. Caso contrário, esses sujeitos estarão sempre provocando constrangimentos aos vizinhos, tendo problemas com o Poder Público e causando pressões naqueles que se inserem nesse meio para “representá-los”, como a COAFRO.

Será que é por não entender esses costumes que as reclamações e normas deliberam sobre como determinados sujeitos devem viver? Considero que essas relações perpassam outros interesses e valores, muito mais do que a possível incompreensão da sua importância cultural. Ao analisar um evento narrado no Blog do Babá Washington T’songò, intriguei-me pelas outras nuances que compõem os embates de convivência com culturas que tanto se confluem, como, muitas vezes, conflituam-se, seja entre dilemas de vizinhança, seja com intervenções policiais, processos etc.

No último dia 30 de agosto, O culto religioso de matriz africano, sofreu mais uma vez perseguição. Desta vez o Templo vítima foi nada mais nada menos, que

o do Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (FUCTMAP), Jornalista e Bábálàwó Ifábumi Sòngódèlé. Havia no Templo do Bairro Santa Luzia, um Festival em Homenagem a Maria Padilha do Bábálòrisá Roberto de Òlogùnédé, no horário das 14hs, quando os convidados do Ilé Asé, entre eles Babá Abionan, Cicero de Omolokô, o Tàtá Ria Inkise Rogerio de Luango e a Mametú Mariza de Ogúnté, foram surpreendidos com a visita de uma guarnição policial, que foram chamada pela vizinha Queila Vieira Machado, atualmente policial Militar, segundo informes, a vizinha se incomoda diariamente com os toques e movimentação do povo de santo no Ilé de Babá Washington. Interessante, pois o Ilé existe há mais de 18 anos e nunca nenhum vizinho havia reclamado do toque, e ainda mais durante o dia, opção do Bábálàwó para segundo ele, não incomodar vizinhos durante a noite. Pelo visto o culto Africano começará a ser perseguido novamente e o que é pior pessoas que utiliza de seus supostos cargos, para intimidar a religiosidade. Fica o repúdio contra essa Intolerância Religiosa, Graças aos nossos ancestrais medidas já foram tomadas, O Ilé do Babá Washington estará processando a jovem policial por preconceito religioso e a Federação enviará uma Carta de repúdio ao Comando Geral da Policia Militar em Belo Horizonte. Fatos como estes estão se tornando rotinas em algumas cidades mineiras, segundo pai Washington, o Babá Abionan também passou por isso, mãe Irene de Nanã, chefe do Terreiro de Umbanda mais antigo de Uberlândia, Tenda Coração de Jesus, também esta com o mesmo problema com seus vizinhos. Na aproximação do congresso das tradições e festa de Yemojá, é hora de mobilização do povo de axê, contra essas pessoas que pensam que sua religião ou situação de vida seja melhor que a de outras. Que Xangô abençoe as casas de santos e isso possa ser apenas passageiro e possamos livremente praticar nosso culto ancestral.¹⁵⁵

Babá Washington, em seu blog, retoma o incidente com a vizinha Queila que chamou a polícia em razão de um evento no Templo, localizado no bairro Santa Luzia, região sul da cidade, em um sábado à tarde. Em seu texto, destaca algumas correlações de forças, que me sugerem pensar sobre as motivações das disputas sociais, colocando em foco valores e posições divididas.

O morador em questão coloca a vizinha em condições diferenciadas por ser policial militar, por essa condição ela pôde dispor de medidas de intimidação, conseguindo prejudicar o evento em seu Templo. Ele sugere que essa prática é uma perseguição e não um desagrado comum que tenha experimentado em algum desses anos em que o Templo realiza suas funções naquele local: “o Ilé existe há mais de 18 anos e nunca nenhum vizinho havia reclamado do toque”.

Os vizinhos partilham de um mesmo bairro, possivelmente de trajetórias próximas, mas isso não garantiu condescendência, ou solidariedade. O incômodo com as práticas dos vizinhos não se explica enquanto perseguição. Mas um modo de lidar

¹⁵⁵ Mensagem do blog do Babá Washington T'sòngó, postada em 02 set. 2008. Disponível em: <<http://ifabunmi.blogspot.com/2008/09/preceito-basta-disso-no-culto-afro.html>>, Acesso em: dez. 2008.

com o que a senhora Queila propunha para o entorno de sua casa, ser vizinha de um terreiro não foi algo que considerou um prestígio. As dificuldades com os encaminhamentos dos vizinhos necessitam de negociações, o que muitas vezes pressiona para o encerramento de atividades, interpelações, ou ainda o chamado da polícia.

Nessa situação, o senhor Washington tenta legitimar sua prática e utiliza dos muitos lugares sociais que poderiam autorizar seu modo de viver na cidade, ser Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé do Triângulo Mineiro, Pai de Santo, jornalista, formas possíveis de limitar as pressões e, ao mesmo tempo, encontrar, nessa disputa, alianças diversas. Caminhos que passam pela identificação e dissidência de condições e modos de viver nas cidades. Sujeitos que percebem as forças que podem limitá-los, mas nessas mesmas relações encontram alternativas que nem tinham o interesse, a priori, em defender seus costumes.

O tal processo por “*Intolerância Religiosa*” pode sintetizar esse conflito, porém o senhor Washington destaca que essa explicação não consegue dar conta do modo como a experiência social é construída, mas serve como pressão para o seu caso, no campo da legalidade. O que fica para lidar no dia-a-dia são outros enfrentamentos, continuar sendo vizinhos, tanto ela, quanto ele, problematizando noções de direito e de partilha social. Questões que sabem bem que não se limitam a rixas de vizinhos, evidenciando a tensão classista, “*pessoas que pensam que sua religião ou situação de vida seja melhor que a dos outros*”.

A religião não está à parte de nossa “*situação de vida*”, ela é mais um lugar em que essas tensões se promovem e se explicitam quando não se quer batuques, negros, rezas, terreiros do lado de sua casa. A vizinha, a senhora Queila, além de ter, a seu favor, a referência de um “mercado imobiliário” classista que desvaloriza o lugar dessas práticas, também tem que lidar com os que apontam a sua presença nesse universo de desigualdade, senão pela sua condição financeira, mas pelo bairro em que mora, pelos vizinhos que tem, pelo que significa ter que, contraditoriamente, disputar com o vizinho do lado o seu direito à cidade.

São relações que encaminham pesos e medidas desiguais para o que é, ou não, permitido na cidade. Condições que compõem as disputas acerca de valores, nos modos contraditórios e provisórios de lidar com as perdas sociais. Os conflitos de vizinhos trazem à tona as diferenciações e identificações produzidas nas tramas sociais.

Silveira, em 2003, com sua dissertação¹⁵⁶, também contribui para pensar as relações de vizinhança e os modos de disputar e partilhar valores. Ela propõe discutir a paisagem do bairro Patrimônio, região sul de Uberlândia, atentando para o modo como os sujeitos produzem esse lugar. Com os referenciais da Geografia, a autora problematiza esse espaço a partir das tensões do processo de transformação do que chamou de “*paisagem vivida*”. Ela aponta que determinados moradores do bairro Patrimônio – vinculados ao carnaval, folias de reis e moçambiques – procuraram negociar os usos do bairro.

Uma das sugestões foi o uso do espaço do Centro de Tecelagem, como possível espaço cultural para ensaios e apresentações. Essa proposta não foi aceita pelo Poder Público. Com isso, continuaram realizando seus ensaios e atividades em suas casas, agremiações, escolas e ruas, mesmo com as reclamações dos vizinhos. Essa discussão permite problematizar a convivência naquele bairro, que hoje é formado não só por diferentes loteamentos, mas por desiguais modos de viver e construir a cidade.

De acordo com a organização dos Bairros Integrados, promovida pela Prefeitura Municipal de Uberlândia¹⁵⁷, a composição atual do bairro Patrimônio “*integra*” parte dos loteamentos Copacabana, Chácara Recreio e Nossa Senhora da Abadia – esse último loteamento denomina o “antigo” Patrimônio. Essa formação foi e é extremamente tensa, haja vista que não só durante a formação desse zoneamento, como também atualmente, os moradores do Copacabana não aceitam ser parte do Patrimônio, pelo estigma, amplamente difundido, de que esse é um bairro de negros e pobres.

Muitos moradores do “antigo” Patrimônio não abrem mão do nome do bairro e da legitimidade de suas práticas, utilizando os referenciais em voga para se legitimar nessa briga, ser um bairro histórico e de referência cultural – “*nós somos o primeiro bairro de Uberlândia*”¹⁵⁸ – para que assim garantam a preservação de seus costumes e

¹⁵⁶ SILVEIRA, Rosana de A. de M. *Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia: um estudo da Paisagem Vivida*. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

¹⁵⁷ A planilha de bairros integrados e a justificativa para tal processo conforme a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aponta a tentativa de “*racionalizar a quantidade de bairros*”, bem como caracterizar os bairros integrados pela “*homogeneidade*” do setor. Disponível em:

- <www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/bairros_integrados_sul_.pdf>, Acesso em: jul. 2008.

¹⁵⁸ Menção de entrevistado sem identificação no trabalho de Silveira.

- SILVEIRA, Rosana de A. de M. *Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia: um estudo da Paisagem Vivida*. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

de sua presença nessa área da cidade, mesmo que o IPTU tenha aumento diante a “ascensão” no zoneamento.

Os interesses que perpassam as pressões sobre os modos de viver dos moradores do Patrimônio não são apenas para readequar seus hábitos a horários e lugares. Eles disputam o direito de permanecerem naquele convívio social, onde outros moradores os consideram como ilegítimos e possuidores de práticas que desvalorizam a região¹⁵⁹. Tais como o carnaval, os botequins, as festividades nas ruas, o movimento nos terreiros e nas folias de reis. A visibilidade de casas antigas apontam uma permanência que resistiu à chegada das mansões e novas avenidas que dão acesso a condomínios e a áreas consideradas do centro comercial da cidade.

Essa situação é retomada no trabalho de Andrade e Fonseca, onde as autoras propõem, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, pensar as transformações e usos dos espaços públicos da cidade, destacando os locais em que há a presença do negro e suas “*lutas sociais*” por esses espaços em Uberlândia. No artigo em questão, apresentam resultados de suas pesquisas até o ano de 2008 e trazem trechos de entrevistas que realizaram com sujeitos entendidos como representativos para a discussão, líderes do bairro e fundadores de atividades culturais, tendo como suposto a identidade negra, o preconceito e os espaços culturais negros sendo determinados pela segregação social¹⁶⁰.

A tentativa, ao retomar essa reflexão, é abrir o foco e pensar como os sujeitos, em determinadas relações, constroem suas referências e apontam as contradições e desigualdades para além da afirmação identitária, ou da segregação no processo social. Para tanto, trago a seguir parte de uma entrevista realizada pelas autoras, procurando problematizar os modos de viver e de compreender as relações na cidade quando a “sociedade da diversidade cultural” não dá conta de responder pelo que é vivido em tensão:

A cidade cresceu [...]. Hoje, é... Nós fazemo a festa ali na escola ali, a Escola Estadual. Então a cidade cresceu... É ali é... foi fazendo prédio e nós tamo encurralado aqui. Então quando nós começa a festejá, que reza terço né? E tem que soltá foguete... Então o pessoal ali... É... Reclama, chama a polícia

¹⁵⁹ Referência importante sobre essa discussão é apresentada, principalmente, nos capítulos 2 e 3, do trabalho de Silveira.

- SILVEIRA, Rosana de A. de M. *Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia: um estudo da Paisagem Viva*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

¹⁶⁰ ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico* [on-line], v. 1, n. 9, 2008, p. 20. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf>, Acesso em: fev. 2009.

[...]. *Pra você ver, a gente tá aqui... Nasceu aqui né... O primeiro bairro de Uberlândia, esse aqui, o Patrimônio. Então nós tamo... Numa situação crítica[...]. A burguesia não aceita isso... (rs) É festa... É... A primeira Escola de Samba, que eu sou fundador da escola... E começou tudo aqui, samba, é... O time mais velho de futebol, aqui de Uberlândia é o Guarany... é de 1939... É daqui do Patrimônio. A alegria concentra tudo aqui. Mas ao mesmo tempo, tão querendo... (rs)... jogar nós pra outros lugares.*

(...)

[...] *Adoro o Congado... É... Aqui tem três ternos de Congado... Eu participo... Particpei de um daqui, agora participo de outro. [...] do Congado não reclama porque a gente não faz muito pra quele lado dali né [...]. Até a Igreja... Lá eles já quiseram tirá até... O... A festa de lá da Igreja do Largo do Rosário... Teve um pessoal aí, eu não vou cita o nome... Que eles quiseram tirar a festa dali [...] Aí queria... Quiseram dar terreno pra todo lugar... Todos os lugares... Mas aí nós batemo o pé [...]. É... E todo ano nós faz uma festa lá, do Congado... Uma vez por ano só... Uma vez por ano! Olha aqui... Como nós sofremo aqui... Ali no Cajubá [clube] faz festa a noite inteira. O som aqui ninguém dorme. O Praia [clube]a mesma coisa. Então não sei, o som sai de lá, vem pra cá, fica a noite inteira assim [...]. É... Pra nossa Escola de Samba ensaiar aqui... Ah... É uma dificuldade danada. Proibiram nós de ensaio aqui na Rua 29 de Outubro... Agora nós ensaiamo ali ao lado da Tecelagem. E já tão querendo tirar de lá.¹⁶¹*

A falácia do consenso e da pluralidade se desmantela quando a desigual diferença ainda é caso de polícia. Parece que a “questão social” não consegue ser conduzida por manuais, palestras e encontros. As pessoas, como seu José Rodrigues, sabem de onde vêm as pressões, quem são os seus vizinhos, o que querem transformar, ou eliminar. Os clubes destacados por seu João Rodrigues são referenciados na cidade por sujeitos que compõem grupos economicamente significativos em Uberlândia, empresários, políticos, fazendeiros. A menção desses lugares enquanto alheios a muitas das pressões vivenciadas por moradores do bairro Patrimônio, com relação a barulho e horários, sugere a distinção classista que os formula enquanto territórios desiguais na cidade.

A historicidade de suas práticas permeia uma antiga queda de braços sobre o lugar dos trabalhadores na cidade. A luta de classes articula estratégias, alianças. Ela promove mudanças, permanências e perdas culturais. Mas, cada vez que se “bate o pé” contra o “jogar nós pra outros lugares”, ganham novas possibilidades de luta, novos elementos para sustentarem seus anseios. É claro que isso não retira o peso da cidade que cresce encurralando-os, essa pressão não só vigia hábitos, como também sufoca e manda-os embora, mas entre conseguir retirá-los há uma grande distância. A alegria de

¹⁶¹ Entrevista com João Rodrigues, Bolinho, em 26 de abril de 2008, realizada pelas autoras Livia e Maria de Lourdes. Disponível no texto:

- ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. *Op. cit.*, p. 20.

permanecer é reconhecida na força de laços de sociabilidade, solidariedade, de costumes partilhados mesmo diante as pressões.

Para Andrade e Fonseca, a fala de seu José Rodrigues confirma a segregação enquanto prática que determina o lugar dos sujeitos na cidade. Assim, mesmo quando querem encontrar as pessoas é para localizar o espaço que ocupam. Essa aceitação da racionalidade do espaço alimenta a explicação das autoras e constrói o planejamento urbano como a solução possível para esse “desajuste”. Independente da área de estudo – Geografia, Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, História – o suposto partilhado, na maioria das vezes, pauta-se em explicar a transformação social pela necessidade de reordenamento urbano, um encaminhamento que acredito não ser apenas interpretativo, mas distinção de postura política.

Um caminho que avalio ser muito próximo à posição do Poder Público, muitas vezes formulada por esses acadêmicos, que se utilizam da máquina administrativa atuando juntos para legitimarem o que querem na cidade, propondo racionalizar os espaços, procurando nas “*integrações*” impor um padrão pautado em quem se faz mais forte nesse uso desigual da cidade. Mesmo que a justificativa produzida pela Administração Pública venha pela homogeneidade e fronteiras “*naturais*”, o que percebo é uma pressão para a configuração homogênea, a partir de um viés de classe. Nesse sentido, vale a pena refletir um pouco mais sobre a justificativa dos Bairros Integrados:

O Projeto Bairros Integrados procura racionalizar a quantidade de "bairros" existentes na cidade, através de critérios como a homogeneidade de cada setor, os limites naturais, as características geográficas e de uso e ocupação do solo e o sistema viário.

Esse projeto visa criar condições para um estudo detalhado da atual malha urbana, isto é, propõe um sistema racionalizado de divisão do espaço, o qual facilita o trabalho dos órgãos públicos e das entidades privadas, bem como orientar a população no que tange a sua localização dentro da cidade.

A meta é contribuir com a estruturação da cidade que leve ao crescimento ordenado e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes.¹⁶²

A nota que antecede a lista dos bairros integrados, disponível no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, esquece de mencionar que há pessoas que já vivem e se orientam na cidade, para além dessa ordenação. Ao propor a melhor qualidade de vida não encontrei a melhora no modo de viver de determinados moradores que têm carências efetivas nas suas condições de vida. Pensar por setor a malha urbana deixa de

¹⁶² BAIRROS Integrados. Disponível em:

- <http://www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria.php?id=17&id_cg=1602>, Acesso em: jul. 2008.

lado o que as pessoas constroem como seu território, deslegitimando o lugar em que vivem.

Aparentemente, essa questão pouco importa, mas há muitos meandros nessas mudanças burocráticas que cerceiam realizações e novas buscas. Os impostos, por exemplo, são alterados dependendo do bairro com o qual o seu foi integrado, isso significa muito dentro do orçamento apertado de muitos trabalhadores da cidade, isso significa a possibilidade de mudança muito próxima. A pressão para mudar, vender, reconfigurar a cidade não vêm só com as imobiliárias querendo comprar as casas, ou vizinhos reclamando, mas com as dificuldades que desorganizam o pertencimento desses moradores.

Como pagar o IPTU? Como lidar com a abertura de avenidas mais largas que levam parte das calçadas, casas, como na construção da Avenida Francisco Galassi, que corta o bairro Patrimônio? Como ver a polícia rondando cada vez que soltam um foguete no terço, ou nos ensaios da escola de samba? Está claro como acontece a integração, pela disputa, pela limitação e tentativa de controle.

Afinal, será que a legalidade das práticas é o que motiva o cumprimento do planejamento urbano, ou mesmo das orientações de cartilhas, manuais, códigos de postura? A convivência com os vizinhos e o Poder Público traz mudanças, mas não a todo momento.

Percebo que na mesma medida em que se cede a algumas pressões, também se resiste, traduzindo essas práticas como valores a serem disputados, principalmente quando a mudança vai evidenciando condições de desigualdade. Na luta pelo direito à cidade, a “*integração*”, o consenso indicado em tantas práticas cotidianas, podem ser muito mais desiguais do que aparentam ser. Mesmo que como é expresso no Caderno de Orientação, essa “*união*” queira prevalecer enquanto “*tranquilidade*” e “*respeito*”:

Esse caderno de orientação não pretende esgotar o assunto e nem impor regras. Visa, sim, orientar nossas casas, evitando aborrecimentos e divergências com autoridades, vizinhos e a comunidade. A colaboração dos nossos dirigentes é primordial para o sucesso da iniciativa. Colaborando, irmãos e irmãs contribuirão para a tranquilidade e o respeito a que fazemos jus.¹⁶³

Talvez minha insistência no Caderno de Orientação possa parecer como se tivesse olhado para um “ponto de cultura” de exceção, ou uma luta de representações:

¹⁶³ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Educação ambiental e a prática das religiões de matriz africana*. Op. cit., p. 18.

preservação ambiental versus preservação cultural. Mas, ao contrário, ao aproximar meu olhar vejo a conjugação de práticas que limitam costumes em “ajustes assépticos”, possíveis até de serem ignorados a princípio, por se considerar que um manual ou um projeto não reordena o vivido. Porém, acredito que essas práticas trazem o modo como as relações sociais se fazem, em meio a uma avalanche de disputas pela composição de territórios na cidade, onde se destacam as questões de moradia, lazer, trabalho e como as relações devem ser organizadas.

O destaque para os possíveis “*aborrecimentos evitáveis*” ganham notoriedade nos diversos apelos do “*nós*”, “*irmãos e irmãs*”, construído no Caderno de Orientações. A indicação que tenho ao ler esse material, não é um diálogo fraterno entre o que é preciso em “*nossas casas*”, ou mesmo a produção do que denominam o “*respeito que fazemos jus*”. Existe um “*eles*”, distintamente enunciado enquanto “*autoridades*”, mas que se pulveriza diante outras dissidências possíveis nas explicações do manual, destacando “*vizinhos*” e “*comunidade*”, afastando as pressões da esfera classista.

É importante dar esse primeiro passo, a homogeneidade de classe não sobrevive às lutas sociais. Há rótulos que dificultam a visibilidade da dinâmica que motiva as alianças e dissidências que produzimos. São experiências de desigualdades, com divisões, tensões. O problema que vejo não é viver essas identificações, mas construir bandeiras imaculadas, como se a pauta desse Caderno se remetesse apenas a negros, afro descendentes, ou vinculados a “*religiões de matriz africana*”, pois inversamente a esse princípio, foi produzida privilegiando os que não compõem essas identificações, foi produzida para direcionar o lugar marginal desses modos de viver.

Nossa trajetória, marcadamente contraditória, não permite que a linearidade identitária anuncie profecias. Por isso, falar de “*nós*” é sempre dizer, ao mesmo tempo e nas mesmas relações, das disputas e do modo como “*eles*” fazem parte do que somos e vivemos. O poeta com quem dialogarei agora traz esses elementos, traz o seu percurso, o modo como se coloca nas relações:

Sonho através da janela

*No carrinho de concreto
transporto minha poesia
na janela de madeiras
vislumbro minha jornada,
Ao pôr do sol solitário,
descortino um manto de fé
e no Direito de Sonhar
vivo minha realidade.*

*Quando a pá dorme na areia
e a enxada fica parada
carrego tábua e varas
para construir os andaimes
e rebocar as paredes
chapiscadas de cimento.
E no Direito de Sonhar
vivo minha realidade.*

*Sonho através da janela
mesmo com tijolos caindo.
E na hora do triste almoço
os pingos de lágrimas que descem
banhando a árvore infrutífera
são as mesmas gotas de orvalho
que lavam minha esperança,
E no Direito de Sonhar
vivo minha realidade¹⁶⁴.*

O morador de Uberlândia que escreveu esse poema coloca em versos o que conheceu bem de perto em suas empreitadas de trabalho na construção civil. Ele traz os sonhos que também são construídos ao longo de suas jornadas diárias. Na descrição de um trabalho que não acaba, mesmo quando a pá e a enxada estão paradas, a rotina do trabalho na construção de paredes, carregar tábuas e varas, construir andaimes etc., entremeia-se a uma noção de direito a construir outras expectativas diante ao que reconhece como sua realidade.

Em outro poema reforça essa indicação: “*Trabalho em construção para não morrer de fome e escrevo livros de esperança somente para viver*”, era assim que, na contra-capa de um de seus livros, traduzia suas práticas na cidade, no início dos anos de 1980¹⁶⁵. O poeta destaca sua “*fé*”, sua “*esperança*”, enfatiza o continuar mesmo diante as pressões e limites do que vislumbra. Condições de vida que não o impedem de prosseguir e propor mudar seu horizonte.

Advindo de outra cidade foi correr atrás do que necessitava para sobreviver e do que almejava enquanto valor. A realidade de trabalhador se conflui com outros versos, outros valores, que vão, desde essa época, tornando-se prioridade em sua trajetória. Não traz apenas outras temáticas, mas muda o status do que quer falar, para quem e a partir do quê.

¹⁶⁴ BRASILEIRO, Jeremias. Sonho através da janela. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Poesias de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1984. Acervo Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁶⁵ Idem. *Direito de Sonhar*. Uberlândia, 1982. Acervo Biblioteca Municipal de Uberlândia.

Escolhas que, de certo modo, legitimariam questões colocadas por dona Lielma, quando diz não ser de “*classe*” nenhuma para tentar resolver sua vida. Caminhos que alguns trabalhadores encontram para ascender na vida, mesmo que, contraditoriamente, muitos a elaborem para que essas novas práticas sejam a sua identidade, sua força na disputa social.

Nesse caso, Jeremias se tornou o “... *autodidata, poeta e pesquisador (...) extrabalhador rural, servente de obras, vigilante, trocador de ônibus...*”. Hoje é comandante geral da Festa do Congado em Uberlândia, membro da Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia, palestrante, agente cultural, historiador, dentre outros. Continua construindo sua história.

Seu relacionamento com o Poder Público, com Instituições Culturais e da área educacional, trouxe-lhe um campo de diálogo mais amplo, propiciando conviver com conquistas para as “questões dos negros” e para si. Porém, o lugar de mediador dessas relações implicou compartilhar muitas limitações, o que recoloca, constantemente, o lugar de onde fala, como e para quem, nas disputas sociais de que faz parte. Por isso, considerei importante a matéria a seguir, que se remete ao trabalho da COAFRO e do poeta em questão:

A estrutura organizacional da Coordenadoria Afro-Racial (Coafro), órgão ligado à Secretaria de Cultura da Prefeitura de Uberlândia, é modelo para centenas de municípios brasileiros. O organograma institucional e as experiências da Coafro foram apresentados às 400 cidades que fazem parte da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Governo Federal, e estão servindo como referência para as que não possuem estrutura similar.

Nos dias 21 e 22 de maio, o assessor da Coafro, Jeremias Brasileiro, pesquisador da cultura afro e autor de "Congadas de Minas Gerais", foi convidado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Marília (SP), para proferir palestra sobre o tema “Memórias das Congadas de Minas Gerais”.

Paralelamente, o pesquisador foi convidado pela Secretaria Municipal de Cultura de Marília para socializar conhecimentos de como é possível criar órgãos institucionais que tenham o objetivo de combater o racismo e criar políticas públicas para que haja inclusão e igualdade racial, com respaldo das estruturas públicas.

Segundo Jeremias Brasileiro, que já realizou palestras sobre socialização institucional em mais de 20 cidades mineiras e no estado de São Paulo, a Coafro tem sido convidada a apresentar seu modelo em outras prefeituras, para que sejam criadas estruturas similares que auxiliem os movimentos negros a se articularem de forma organizada, para que consigam estabelecer parcerias com o poder público em diferentes esferas. “Nada se faz só por meio de teorias e cobranças infundadas. Devem ser criadas políticas públicas que observem leis como as de responsabilidade fiscal e de diretrizes orçamentárias”, explica Jeremias, ao citar como exemplo as instituições que

não conseguem recursos públicos por não estarem em dia com suas responsabilidades estatutárias.

Por outro lado, Jeremias Brasileiro revela que o poder público municipal tem apoiado movimentos culturais em Uberlândia, que, a partir das orientações da Coafro, se estruturaram e atualmente realizam trabalhos significativos em suas comunidades, com recursos públicos municipais e federais.

Um exemplo de parceria entre entidade social e poder público é o projeto sociocultural-educativo “Pró Mirim Estrela Guia do Amanhã”. Desenvolvido há 3 anos pelo Terno de Congado Estrela Guia, o programa atende atualmente 200 famílias, com cursos profissionalizantes e atividades culturais, como dança e música. Segundo a coordenadora geral do projeto, Iara Aparecida Ferreira, sob a orientação da Coafro e com apoio da Prefeitura Municipal, o grupo conseguiu, em 2006, aprovar seu primeiro projeto social, o “Projeto de Trabalho com a Juventude Afro e Adolescentes Carentes com Risco Social”.

A coordenadora revela ainda que, para 2007 e 2008, a entidade já conseguiu outras aprovações de projetos nas esferas municipal e federal. “Conseguimos aprovação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura para a expansão do ‘Pró Mirim Estrela Guia do Amanhã’ e ainda aprovação de R\$ 50 mil do Governo Federal para gravarmos o primeiro CD e DVD do projeto”, comemora Iara. A coordenadora adianta que o maior objetivo do movimento é a construção do Centro Cultural Estrela Guia do Amanhã. “Com o apoio da Prefeitura, pretendemos edificar o primeiro Centro Cultural de Uberlândia”, disse.

O sucesso na aprovação dos projetos da Estrela Guia do Amanhã está diretamente relacionado às orientações que o grupo recebeu da Coafro, a partir de 2005. “A Coafro teve participação importante ao nos orientar sobre a necessidade de providenciarmos a documentação da entidade, para que pudéssemos solicitar apoio do poder público”, afirma Iara Ferreira. Sobre a posição da atual administração municipal com relação aos movimentos negros e a cultura, Iara afirma que “nunca tivemos um prefeito que tivesse dado tanta atenção aos movimentos culturais, sobretudo priorizando os bairros da periferia da cidade. As portas da Prefeitura estão sempre abertas para os movimentos negros, basta sabermos os caminhos a seguir”, concluiu.¹⁶⁶

A importância de práticas como as do *Pró Mirim Estrela Guia do Amanhã* deve ser reconhecida. O que me faz repensar essa positividade é o que ela baliza enquanto orientação e justificativa. A aprovação do projeto que evidencia o trabalho da COAFRO e a inoperância de outros sujeitos que não partilhem dessa “orientação” é um dos incômodos. Além disso, o trabalho propõe atender adolescentes carentes com “risco social”, como se ao qualificar assim pudesse justificar a necessidade do projeto, mesmo que isso aponte a desigualdade que baliza essa “intervenção social”. São adolescentes que partilham uma condição de vida desigual na cidade, não foram eles que construíram os riscos, provavelmente já nasceram neles, eles que experimentam os riscos. Ou será que esse sentido remete-se a outros sujeitos, a outras relações? São riscos para quem?

Os projetos culturais que ganham uma dimensão de solução para os problemas sociais – como se pudessem ser separados na vida das pessoas – apontam novas

¹⁶⁶ COAFRO é referência para municípios brasileiros. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=26&print=1>>, Acesso em: jan. 2008.

estratégias, mas não recompõem as perdas desses moradores, porque não conseguem mudar as relações de classe que experimentam e que dividem essa ação, supostamente planejadora. Seja por ficarem na tutela do Poder Público e de seus investimentos, seja porque, seguindo as orientações, a desigualdade se dilui, enquanto conscientização e formação cultural, muito conhecida como o “levar cultura” às comunidades, bairros, escolas.

O que quero com essa colocação é chamar a atenção para o quanto esses encaminhamentos são partilhados nas cidades brasileiras. As proposições para organizar os modos como as pessoas resolvem suas questões é pauta recorrente. A visita à Prefeituras, no caso em destaque, a de Marília/SP, sugere a confirmação de que o “modelo COAFRO” funciona e atende, em grande medida, aos interesses do Poder Público, pois mantém diálogo com as políticas nacionais de promoção racial, bem como atende ao monitoramento dessa promoção, vide Cartilha de Orientação destacada nesse capítulo.

O socializar modos de criar órgãos para orientar as práticas sociais não é a mesma socialização para pensar modos de disputar nesses órgãos os interesses de determinados sujeitos que diz se identificar e “representar”. Provavelmente, seriam outros os interlocutores nessa conversa se a intenção dos encontros fosse essa última e não a promoção de um modelo que deu certo ao adequar Políticas Públicas a anseios da luta em defesa da diversidade cultural.

As questões sobre o modelo COAFRO e a experiência de Jeremias continuam. Mesmo reconhecendo o potencial de contribuição que têm para as disputas sociais, em grande medida sua atuação conforma tensões em acordos com a Administração Pública. Pensando nisso, ajustei o foco um pouco mais e fui problematizar como se deu a efetivação do Caderno de Orientação, uma programação da COAFRO em parceria com outras secretarias e departamentos municipais:

As secretarias municipais de Cultura, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Obras, Serviços Urbanos e Saúde, a Coordenadoria Afro-Racial (Coafro) e o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) estarão reunidos neste sábado, dia 4, a partir das 10h, em Uberlândia, para a ação de limpeza das cachoeiras de Sucupira e dos Namorados. A concentração dos participantes representantes das religiões afro-descendentes da cidade será às 8h, no pátio do Centro Administrativo. A saída para a Cachoeira de Sucupira está prevista para as 9h.

A expectativa é de que cerca de 200 praticantes das religiões afro-descendentes participem das atividades que têm como foco central informar, educar e sensibilizar a população sobre os procedimentos dos cultos afros,

principalmente no que se refere à colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente. Segundo Jeremias Brasileiro, coordenador da Coafro, é de fundamental importância que casas de umbanda e candomblé passem a orientar a confecção de suas oferendas, despachos, limpezas, entre outros. "A intenção é orientar os religiosos a utilizarem material biodegradável para evitar o uso de plásticos, vidros e elementos de difícil absorção pela natureza", ressaltou.

Haverá ainda o lançamento e a distribuição do caderno de orientação "A Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana" e também o trabalho de conscientização sobre o uso correto da água que será realizado pelo Dmae e pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. A Secretaria de Serviços Urbanos enviará uma equipe de garis para o local para auxiliar na limpeza das cachoeiras e do entorno. A Secretaria de Saúde, representada por uma equipe da Zoonoses, estará numa barraca de atendimento para tirar dúvidas e fornecer informações ao público sobre a dengue. A Secretaria de Obras dará apoio ao evento com dois caminhões, uma retro-escavadeira e uma equipe que fará a seleção de materiais reciclados. As federações representativas das religiões afro-descendentes de Uberlândia (FEUTMAP, FEUMG e FUCTMAP) fornecerão placas de conscientização quanto aos cuidados com o meio ambiente que serão afixadas no local. Além disso, haverá a distribuição de 100 mudas de pequeno e médio porte.

"A cachoeira é um lugar de cunho religioso, os símbolos das religiões de matriz africana estão fortemente ligados à natureza. Dia 2 de fevereiro é dia de Iemanjá, a deusa do elemento água. Por isso, realizaremos este evento nas cachoeiras de Sucupira e dos Namorados", comentou a secretária Municipal de Cultura, Mônica Debs.¹⁶⁷

O rito produzido para que fosse conjugada a norma e o respeito à diversidade cultural evidencia como as lutas sociais podem ser revestidas de consenso e partilha. Mesmo que ao abrir o Caderno de Orientação estejam presentes interdições muito mais refinadas do que os Códigos de Postura pudessem ambicionar, a “conscientização” proposta, desrespeita o direito que os sujeitos têm de experimentar a cidade, tentando restringir o que compõem suas culturas. E arrebanha muitos adeptos, não pela “conscientização” indicada, mas porque muitos acreditam que essa é uma forma de preservar suas práticas na cidade diante as disputas que enfrentam.

Em Uberlândia, o uso da Cachoeira de Sucupira (distante dos limites da região leste da cidade cerca de 5 Km em estrada de terra) é uma prática comum construída pelos moradores da cidade, seja os das proximidades dessas áreas, seja por aqueles que gostam de um banho de rio, um piquenique, ou acampamento com a família e amigos, ou mesmo uma visita, para tirar fotos do lugar.

¹⁶⁷ LIMPEZA das cachoeiras de Sucupira e dos Namorados reunirá cerca de 200 pessoas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 fev. 2006. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2006/02/03/15939/limpeza_das_cachoeiras_de_sucupira_e_dos_namorados_reunira_cerca_de_200_pessoas.html>. Acesso em: jan. 2008.

São também nessas águas que se entregam elementos de trabalhos e se fazem banhos, indicados pelas religiões de “*matriz africana*”. Por isso o interesse em visitar o lugar e fazer lá a entrega da cartilha e a “*conscientização ambiental*”. As margens de rios, córregos e cachoeiras traduzem relações de sociabilidade, de expectativas de lazer, de religiosidade, de moradia, de disputa. Territórios ritmados por práticas que compõem modos de se viver a/na cidade, onde os limites e pressões também chegam.

Destaco aqui as práticas vinculadas à Cachoeira de Sucupira, porque ela, em muitos momentos, figura como um território de excelência para o turismo e valorização da natureza e, caso não tenha nenhum resquício de “*trabalhos religiosos*”, continuará bem na foto de postais, catálogos e vídeos sobre a cidade. Presente em roteiros turísticos, discursos políticos e práticas de promoção da cidade. A Cachoeira faz parte dos lugares que são foco de reordenamento de usos, de “*revitalização*”.

No projeto de construção da cidade turística, espaços como o da Cachoeira de Sucupira são valorizados e anunciados para determinados usos e visitas, disputando com outras práticas já existentes, propondo um uso mais empreendedor, ecológico, isto é, mais restrito. O olhar empreendedor, lançado pelos empresários, administradores públicos e dono da fazenda, aponta a necessidade de “*reeducação do lugar*” para preservá-lo e considerá-lo turístico, necessitando de investimentos e recursos públicos para que assim seja um dos referenciais da cidade, conforme anunciado no site da UC&VB, destacado na imagem a seguir:

» **As Cachoeiras.**

A região é repleta de belas cachoeiras, sendo uma das mais famosas a Cachoeira de Sucupira. Suas águas são claras, sem poluição e em sua margem esquerda existe um rico bosque de mata natural, com inúmeras espécies de animais.

The area is abundant in beautiful waterfalls. One of the most famous is the Sucupira Waterfall. Its waters are clear, without pollution and on its left bank there is a rich forest of natural woodlands, with countless animal species.

La región está llena de bellas cascadas, una de las más famosas es la Cascada de Sucupira. Sus aguas son claras, sin contaminación y en su orilla izquierda existe un bosque rico en vegetación natural, con innumerables especies animales.

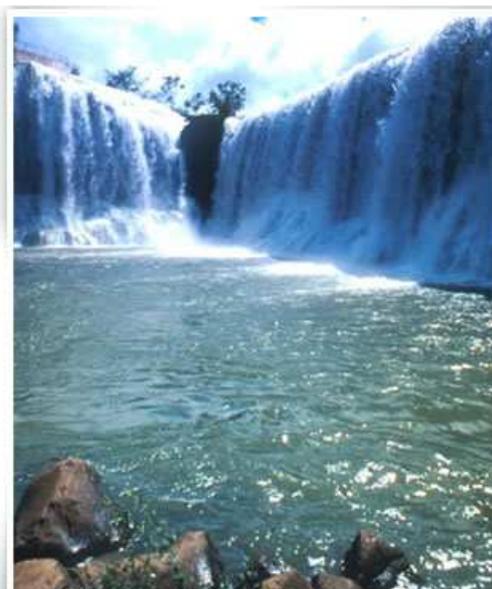


Imagem XXX

Link do site: **Belezas que fascinam – Cachoeiras (destaque Cachoeira de Sucupira)**

Fonte: <http://www.uberlandiacvb.com.br/index.php?arq=belezas_que_facinam&sub2=belezas3>

Por isso, o cartoon do *Álbum de Figurinhas* de George Tomaz é uma caricatura possível para apresentar o conteúdo do lugar que precisa ser readequado. Traz, diferentemente dos guias turísticos, uma apresentação “popular” da cidade. O que me gerou novos incômodos, pois o restante do álbum é composto por fotografias, transformadas em figurinhas, lidas enquanto imagens legítimas da cidade. Já a “Sucupira Beach”, que Thomaz trouxe no meio do álbum, não era figurinha. Era ilustração do álbum, sem legenda e sem comentário de sua historicidade. Trouxe ali a imagem de um olhar de classe.



Imagem XXXI – Cartoon Cachoeira de Sucupira

Fonte: VALTENIO. Sucupira Beach. In: THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas*. Op. cit., p. 20-21

O cartoon de Valtênio, cartunista também do *Jornal Correio de Uberlândia*, apresenta uma outra referência para o lazer na Cachoeira de Sucupira. Se por um lado reconhece a composição de um lugar que é respaldada pelo que as pessoas valoram em um encontro social, por outro traduz esse momento como sem regras, sem padrões, conjugando com o que o autor do *Álbum de Figurinhas* já havia denominado, em outras páginas, como “*tipos populares*”. A imagem XXXI propõe definir como é o lazer dos

atuais frequentadores da Cachoeira de Sucupira, universaliza a noção de bem viver diante a conjugação de “diversidade” de lazer na cidade, sugere uma acomodação consensual, em que este é o lugar desses moradores e de suas práticas.

Em parte, posso me confortar por essas páginas do álbum serem lidas e interpretadas sem as “notas de rodapé” das demais. Porém, a impressão que se quer postular sobre o “popular”, e só por isso ele aparece, não me deixa retirar o incômodo, pois é nessas horas que as discussões de “cultura popular” precisam de alguns enfrentamentos¹⁶⁸.

Que noções de preservação e encaminhamento de pluralidade e respeito às diferenças são produzidas ao publicar um álbum, onde se seleciona duas ou três de suas páginas para colocar “*tipos populares*”, distribuindo-o na rede pública de ensino? Será que é esse o lugar das práticas sociais desses alunos? É nele que o “popular” é referendado enquanto patrimônio cultural?

Essas relações, em seu conjunto, evidenciam a sociedade desigual que vivemos. Respondendo a perguntas perversas como, quem mesmo é que vai à Cachoeira de Sucupira? A negociação posta na explicação de que “ser diferente é normal”, só informa sobre o quanto se propõe como normal a condição de desigualdade com que se vive e se olha para alguns modos de viver, não é reconhecimento que se explicita nessas páginas, mas a exceção na sociedade que quer ser colocada para tais modos de viver.

O sentido e as práticas do popular que emergem das relações sociais estão expressos não em “negar que elas existem”, mas em tipologias dessa cultura, que se autorizam a apresentar e rotular essa experiência social, criando outras historicidades mais convenientes a determinados objetivos, como o de reorganização desse espaço e das relações que o compõem.

A menção ao samba, com o pandeiro na mão do negro, disputando com outras melodias tocadas no rádio, alia-se à fartura da cerveja, à mesa de jogo e à presença feminina. Uma composição trazida como marcas de um reduto “popular”, fazendo um

¹⁶⁸ Hall problematizando noções de popular e o vínculo dessas a certos sentidos de cultura indica como essas noções não antecedem as relações que compõem. O autor aponta que o termo popular pode ser importante para compreender as relações de poder, “*entrecruzadas*” na experiência social. Diante a postura de Hall, acredito que as relações classistas constituem um campo de forças de pressões, e ao mesmo tempo, de resistências sugerindo aí a formulação e a natureza de noções de popular e de cultura. Sentidos que se fazem nas tensões do vivido e são valorados nas identificações e dissidências desse processo. Ao me apoiar na postura do autor percebo que essas noções continuam sendo problemas e não definições, colocam em movimento os interesses e práticas articuladas em torno dos modos de vida.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Ed. UFMG/UNESCO, 2003, p. 247-264.

churrasquinho, tomando sol e utilizando câmaras de ar para brincar no rio. Um ambiente tumultuado, que, no zoom dado pelo seu autor, não poderia faltar algum trabalhador circulando em meio a tal movimento: como o vendedor de picolé. O porquê de essas pessoas estarem ali e o como essa prática faz parte de suas vidas, não são mencionados.

Nesse enredo, entendo que essas práticas contraditórias da disputa pelo direito à cidade, que não se fazem apenas hoje, foram e são construídas ao longo da feitura de Uberlândia. E ganham a dimensão que as condições desiguais, de visibilidade e enfrentamento, permitem expor.

Mesmo a Cachoeira sendo um local consideravelmente distante, o número de visitantes é alto. Pois, há muitas formas de resolver a distância. E, muitas delas, sei bem como são. Muitas vezes fui com vizinhos, amigos do trabalho do meu pai, ou mesmo revezando no passeio com parentes, dividindo espaço nos carros e motos. A Cachoeira sempre foi usufruída, principalmente pela gratuidade do acesso.

Entretanto, o que me chamou a atenção recentemente foi a interdição desse lugar. Notícia divulgada no site da Prefeitura e em meios de comunicação da cidade (telejornais, *Jornal Correio de Uberlândia* e sites). Só ali percebi o que muitos outros também perceberam, que a Cachoeira tinha dono e, com o apoio do Poder Público, estava sendo transformada em “*reserva ambiental*”, mas uma reserva particular. O que mais uma vez aponta para uma transformação social revestida de mudança ambiental:

UBERLÂNDIA - A partir da semana que vem a cachoeira de Sucupira em Uberlândia será fechada. O local vai se transformar em uma reserva ambiental. As primeiras árvores de eucalipto já foram cortadas e o bar às margens do rio Uberabinha removido. Segundo Olavo Vieira da Silva, coordenador do projeto, eles pretendem fechar na próxima segunda ou terça-feira porque no fim de semana seria informado à população, que tem o hábito de freqüentar. A Cachoeira dos Amores no córrego Estiva, afluente do Uberabinha, que também sofria degradação com rituais de candomblés, será fechada. Depois de três meses de planejamento as obras de construção do Parque da Cachoeira de Sucupira devem sair do papel. Quarenta e um hectares no entorno das duas quedas d'água serão transformados em uma Reserva Particular de Preservação Natural (RPPN). O projeto foi aprovado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e prevê várias ações. De acordo com outro coordenador do projeto, Eduardo Beviláqua, serão vistas a regeneração das margens e das raízes das árvores, a delimitação da construção dos equipamentos, das trilhas. A previsão é de que a área fique fechada inicialmente por, pelo menos, três meses. Tempo necessário para retirada dos eucaliptos, construção de sanitários e melhora do acesso até a água. A segunda etapa do projeto do Parque Cachoeira de Sucupira prevê a construção de restaurante, lanchonete, mirante e escadaria no paredão de pedra para facilitar o acesso. “A previsão é de que sejam investidos R\$1,3 milhão. Vamos

buscar parcerias porque o objetivo da RPPN é preservar a área e não fazer a exploração dos negócios”, conclui Eduardo Beviláqua¹⁶⁹.

Nesse momento, lembrei-me do guia turístico de 1990 que indicava a transformação daquela região, mesmo que ele não legitime, ou mesmo se confirme nessa prática atual. Questionei-me sobre como, nesse processo de produção da cidade, aquela proposta se tornou uma disputa, possível e rentável nos dias de hoje. A justificativa ambiental abre flancos para desapropriar territórios e angariar fundos.

E, nesse caso, para se questionar se o objetivo é mesmo “*preservar a área e não fazer a exploração dos negócios*”. Por que construir, agora, restaurante, lanchonete, mirante, trilhas, escadaria? Significaria exploração de negócios? Poderia realmente ser uma melhora para os frequentadores. Porém, o repertório e a composição do lugar mudam, porque pelo menos na intenção, o público muda ao tornar o projeto uma “*Reserva Particular*”.

É essa melhoria que não chega igualmente, que faz com que os projetos de cidade sejam lidos como práticas de disputa e de desterritorialização cultural. A explicação da necessidade de proteção é sustentada no mau uso do lugar: lixo dos visitantes, bebedeiras, pegadas, práticas religiosas que, conforme o Caderno de Orientação ambiental já apontou, precisam mudar. O lidar com a retirada das pessoas de seus territórios ganha visibilidade pela integração contraditória do transformar e preservar.

Na proposta enunciada em 1990, o projeto era bem mais amplo, indicando as ambições turísticas que marcaram a Administração Pública da década de 1990, procurando destacar Uberlândia no ranking nacional de empreendimentos turísticos e de visitação. Porém, não se distinguia no principal: a noção de que era preciso mudar os “*hábitos*” do lugar, o quanto antes.

O empreendimento ocupará uma área de aproximadamente 650 hectares de ambos os lados do Rio Uberabinha, entre a BR 050 e a Cachoeira de Sucupira. O Pólo Turístico de Uberlândia apresenta em sua constituição os seguintes elementos: Alameda Central, Terminal Rodoviário com capacidade para 200 carros e 20 ônibus. Recepção com estacionamento para 6 mil veículos, Praça dos Estados, Praça dos Países, Trenzinho Mineiro, o único veículo de transporte coletivo no pólo. Complexo Hoteleiro com 200 apartamentos, Centro

¹⁶⁹ CACHOEIRA de Sucupira é fechada em Uberlândia para implantação de projeto ambiental. Uberlândia. 13 set. 2008. Disponível em: <<http://megaminas.globo.com/noticias.asp?varcPassos=exibir&inteNoticialID=117237>>, Acesso em: set. 2008.

*de Convenções, Hotel Fazenda com 180 chalés, Cidade da Criança, Centro Ambiental, Parque Aquático, Exotiquário, Acantoamento, Camping Caiapó.*¹⁷⁰

Esse projeto de cidade, vez ou outra, redimensionado pelas pressões das relações sociais, expressa a correlação de forças em que se produz essas relações. A articulação de limitações, tanto pela condição financeira de uso, como pela determinação de quais práticas devem ser realizadas no lugar, anunciam interesses em condicionar quem e como poderá usar. Resta saber que pressões também virão, em contrapartida, para negociarem esse modo de planejar o viver em Uberlândia hoje.

Nessa direção, a matéria apresentada pelo jornal Correio de Uberlândia traz a conjugação de certos interesses e valores sobre o uso da Cachoeira de Sucupira, sugerindo a proposição de mudanças, alimentando expectativas voltadas para usos daquele lugar. A utilização da entrevista com dona Maxilene procura construir uma legitimidade para a pauta do periódico, determinando quem são os usuários que querem a mudança e se incomodam com o uso “*sem consciência*”.

A salgadeira Maxilene Oliveira Micloas freqüenta a Cachoeira de Sucupira, um dos cartões postais de Uberlândia, há 11 anos. Ela e o marido Waldecir Batista Cardoso levam as filhas Dara, de 10 anos, e Jade, de 4, para aproveitar os dias de sol. Nem os dois cães de estimação da família ficam fora do passeio. “Trazemos comes e bebes de casa e passamos algumas horas desfrutando da natureza”, relatou a salgadeira. No entanto, o ambiente, que é uma opção de lazer para dezenas de famílias de Uberlândia, não recebe o devido cuidado por parte de muitos dos próprios visitantes e não oferece segurança às pessoas que procuram por sossego em um local privilegiado pela natureza.

A família de Maxilene reconhece que o lugar é sujo e, em alguns horários, mal freqüentado. “Vamos embora antes do meio-dia, porque à tarde vira bagunça. Tem até racha de moto na estrada”, contou a salgadeira. Perto da mesa onde a família estava, ela teve que retirar vários pedaços de cacos de vidro espalhados pela terra. “Falta conscientização. Nós fazemos questão de levar todo o lixo que trazemos”, assegurou.

(...)

A um quilômetro da Cachoeira de Sucupira, outra queda d’água atrai freqüentadores. A beleza natural da chamada Cachoeira do Amor, porém, entra em contraste com os inúmeros objetos espalhados pela terra. Velas, garrafas de bebidas alcoólicas, penas de aves, restos de comida e pedaços de pano vermelho comprovam que o local é freqüentado por macumbeiros – pessoas que realizam rituais de invocação de espíritos.

A situação é crítica. O lixo tomou conta de vários pontos da área. Tem até uma placa de adoração aos orixás e à natureza. “Fomos lá duas vezes, para nunca mais voltar. É uma pena que as pessoas façam isso em um lugar tão bonito”, lamentou Maxilene Oliveira.¹⁷¹

¹⁷⁰ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. *Guia Oficial de Turismo de Uberlândia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, 1990.

¹⁷¹ GARCIA, Manuella. Sucupira é desrespeitada. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 mar. 2008, Caderno Cidade, p. A-7.

Nessa produção, a repórter utiliza a fala da entrevistada para compor o repertório de sua matéria, indicando que há um perfil familiar a ser atendido nas áreas de lazer e, mais, que há práticas que não cabem nesses lugares. Mesmo que essa reportagem do jornal, de março de 2008 não estivesse compondo a explicação para a interdição da área, que viria ser anunciada em setembro de 2008, trouxe fortes elementos para tal. Pois, traz o lixo, a bebedeira, as chamadas arruaças, os trabalhos de religiões de “*matriz africana*”, os namorados, os afogamentos. Muitas questões compondo um mesmo lugar.

Dona Maxilene sabia do interesse da reportagem pela sua questão e, nessa relação, compôs com a repórter um mesmo olhar para aquelas práticas, “*Falta conscientização*”, isentando-se, é claro, de culpas. Entretanto, o que fica demarcado é que em nenhum momento disse querer não mais usar aquele espaço. Pelo contrário, ressaltou o seu pertencimento, tanto que quer a sua preservação. Sua prática disputa e procura legitimar seu uso, ambientalmente correto e, portanto, com autoridade para indicar quais são os verdadeiros problemas do lazer na Cachoeira.

Com isso, é possível que dona Maxilene não esteja satisfeita com a interdição. Mais um lugar na cidade fica sob suspeita de restrição. Indicar a condição de “*mau uso*” e a necessidade de “*preservação*” nem sempre atende a quem pertence ao lugar, mas, quase sempre, a quem ganha com a sua “*preservação*”, ou melhor, quem ganha com a mudança desse lugar e de seus códigos de acesso.

O modo como vivemos é marcado por nossas experiências, que socialmente traduzem práticas de transformação e permanência de valores, modos de viver. Culturas vividas em tensão, que não se apartam do que dia-a-dia temos como pressões, limites e expectativas para constituir nossos territórios. A disputa social, efetivamente, passa por aqui, pelos modos de “*preservar*”, “*revitalizar*”, transformar relações. Modos que problematizam a legitimidade de territórios, que permeiam sociabilidades, moradias, modos de trabalhar, ou seja, os usos que marcam a cidade.

CAPÍTULO III

Revitalização de viveres: *Costumes em tensão transformando Uberlândia*

Ao propor problematizar o viver na cidade, tenho como ponto de partida onde e como vivo. Os lugares que construí como meus territórios de pertencimento, a trajetória da minha família, o como produzimos modos de viver e sonhar com “*mundos possíveis*”, nas relações sociais que experimentamos, ainda que provisoriamente. A cidade de Uberlândia, nesse sentido, não é o limite dessas discussões, mas o eixo para que o viver em relações de classes seja problematizado e enfrentado como um terreno comum contraditoriamente expresso em nossas necessidades, expectativas e pressões sociais.

Assim, trago para essa reflexão o que compõe a minha experiência social, o que reconheço estar em diálogo com minhas proposições e, ao mesmo tempo, pressionando-as para outras pautas. Esse é o enfrentamento que tenho ao propor olhar a cidade e ver que práticas sociais não constroem uma síntese social e apresentam tensões pela orientação de espaços, circulação e modo de viver a/na cidade.

O que encontro nessas relações são mosaicos que integram e distam costumes, construídos pelas disputas e sendo demarcados com as práticas cotidianas. Culturas que se embrenham com a força e tonalidade do que desigualmente é construído. Uma sintonia tênue que, em sua própria constituição, propõe alterações constantes, sendo forjadas na correlação de forças sociais. O que aqui espero é pensar as relações desiguais, que juntam, separam, mantêm e transformam os nossos modos de viver.

Pensando nisso, busco em dona Marta, uma de minhas entrevistadas, a inquietação para problematizar o lugar tranquilo das transformações na cidade, muitas vezes fechadas na naturalização da noção de progresso. Percebi, em nossa conversa, como as mudanças não são explicáveis na conjuntura de desenvolvimento e sim, são produzidas, sentidas e reformuladas pelos moradores. A cidade não é um “*concreto concretizado*”, ela se faz constantemente¹⁷².

¹⁷² Essa menção nos remete ao documentário *Senhores da Memória*, produzido para dar visibilidade à uma determinada versão da história de Uberlândia, que elege um olhar de classe sobre a preservação e transformação da cidade. Uma obra financiada pela Lei de Incentivo à Cultura, que teve uso didático nas escolas da rede pública de ensino da cidade, além de exibição nas salas de cinema e apresentação completa em telejornal local (MGTV, 1ª edição, Rede Integração, afiliada da Rede Globo de Televisão). Esse trabalho e sua repercussão, no aniversário da cidade em 31 de agosto de 2006, foram importantes como provocações e estímulo para certos encaminhamentos da minha pesquisa. Na verdade, realizei um diálogo implícito com as proposições eleitas no documentário – mudanças na cidade, preservação da

Mesmo que na conversa com dona Marta eu não tenha conseguido abandonar a busca por um marco que determinasse a mudança, ela polemizou esses marcos, indicando as inconstâncias desse mudar. O que ela me fez enfrentar foi que esses sentidos estão elaborados no que experimentamos socialmente. Por isso, ao longo da entrevista fomos refazendo escolhas e modos de dialogar com nossos supostos e intenções.

Portanto, saímos das definições teóricas e fomos encontrar caminhos para pensar o viver a cidade a partir de nossas andanças pelos bairros, na construção lenta e constante de nossas casas, nos postos de trabalho, no ônibus de cada dia, nas relações que firmamos ao longo de nosso pertencimento à cidade, com a família e amigos que levamos juntos nesse processo. Referências de transformações que terão sentido no hoje, anunciando pontos relevantes do passado para o que se quer evidenciar no presente. Como destacamos no diálogo a seguir:

Essa realidade do seu bairro [Tubalina]; sem água, sem luz, né? Sem asfalto, era comum em toda a cidade ou tinha lugares que tinha mais infraestrutura do que outro [final década de 1960] ?

Dona Marta – Não. Em todo começo dos bairro, aqui em Uberlândia, os mais velho, não tinha infraestrutura nenhuma, hoje é diferente, mas naquela época todo mundo passava por isso (...) até que a cidade foi expandindo, outros bairros, ficano bonito com asfalto, luz. Cresceno, né?

E aí a cidade cresceu?

Dona Marta: É. Cresceu. Cresceu porque na época passava na nossa porta muito mascate, né? Vendia as coisa na porta. Aí melhorô bastante, porque veio as lojas maiores, mais emprego (...)

E por que você acha que Uberlândia cresceu?

Dona Marta: Uberlândia cresceu porque as pessoa veio migrando mais. Depois que as grandes empresas foi implantando aqui, as lojas, deixou de ter os mascates (...) foi teno mais emprego para as pessoas (...) os bairros foi cresceno, ali no Patrimônio foi chegando mais gente, aí apareceu o Jaraguá [bairro], o quartel [bairro Jaraguá], o Osvaldo [bairro], mais gente né? (...) foi passando o asfalto, aí foi ficano bonito, era muita terra, mato, casinhas ruins, isso foi mudando (...)¹⁷³

Ao enunciar o crescimento das frentes de trabalho, dona Marta anuncia o chegar de mais gente como uma concorrência que não facilitou o acesso às novas vagas. Ela elege como um dos destaques do crescimento da cidade a chegada de “grandes

cultura, mudanças na vida das pessoas. Trouxe para o meu texto tanto as negativas, como o aprofundamento de temáticas e valores que considero estarem em disputa e não confinados a esta interpretação. Proponho colocar a obra em debate.

- SENHORES da Memória. Direção e roteiro: Waltuir Alves. Produção: Guilherme Lopes. Direção de Fotografia: Gilson Goulart. Locução e trilha sonora: Caju. Uberlândia: Prefeitura de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2006. 1 DVD (27 min.), son., color.

¹⁷³ Entrevista com dona Marta, realizada em 22 de fevereiro de 2007.

empresas”. Mas, ainda que essas façam parte desse processo – enquanto proposta de alteração nas relações e modos de encaminhar a vida em Uberlândia – o caminho dessas mudanças foi e é muito tenso, desorganiza referências de trabalho, moradia, acessos, ficando mais marcante, enquanto mudança, outras imagens da cidade, “*era muita terra, mato, casinhas ruins, isso foi mudando*”.

Quando dona Marta sugere os anos de 1970 e fundamentalmente a década de 1980 como o momento desse transformar, de chegar mais gente, o “*veio migrando*”, tenho elementos para ampliar esse movimento para fora desse marco. Ele já se fazia, há muito tempo, esse caminhar pelas cidades que apresentavam possibilidades de um viver melhor, seja pela busca do trabalho, pelos parentes e conhecidos que já estavam na região, seja pelas razões que vão sendo construídas ao longo da vida, como os problemas de saúde, casamentos, essas motivações compuseram, desde o início do século XX, a cidade de Uberlândia como uma possibilidade de morada¹⁷⁴

Parece-me que a visibilidade que dona Marta destaca, desses momentos de sua vida, devem-se ao que tinha como repertório de sua experiência social. A busca pelo trabalho, os vizinhos aumentando, o asfalto chegando à rua de sua casa, o quartel como referência de um grupo social que necessitava de trabalhadores, sejam domésticas, como suas irmãs e vizinhas, sejam soldados que viam esse serviço obrigatório como uma possibilidade de renda, alimentação e possivelmente uma carreira. O contato era constante com pessoas advindas de outras regiões. De outras cidades de Minas, Goiás, bem como mais distante daqui, como o seu pai, que veio da Paraíba. Esse convívio deu-lhe uma noção de como a cidade ia sendo construída.

Assim, a passagem dos mascates muitas vezes confirmou, para dona Marta, tanto um comércio limitado, quanto a presença desses outros moradores. O modo de falar, as atividades que exerciam para ganhar a vida, as relações que ela estabelecia com esses sujeitos – trabalho, vizinhança, convívio na igreja, na família – apontavam a “*gente de fora*” vivendo na cidade.

¹⁷⁴ Sobre esses indicativos de constante movimentação das pessoas em busca de melhores condições de vida, destaco as trajetórias descritas no trabalho de Marra e pesquisas realizadas pelo CEPES, apontando os períodos diferenciados de chegada dessas pessoas.

- MARRA, Fabíola Benfca. *Álbum de Família*. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/ Secretaria Municipal de Cultura/ Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2v. e 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Pesquisa Econômico-Sociais. *Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia*. Uberlândia, nov. 2001.

Muitos desses depois de vir buscavam ficar, criando também as suas frentes de trabalho, isto é, não há marcos para as pessoas produzirem suas práticas. Seus modos de viver são empreendimentos de necessidades e expectativas, que não são gerados e promovidos pelos grupos empresariais, ou mesmo pelo Poder Público. As pessoas lidam com as possibilidades que têm no que vivem diariamente. Buscar uma outra cidade é buscar sanar inseguranças, soluções para a sobrevivência, acreditar em novas conquistas. É a produção de novas expectativas.

As redes, réstias de alho, queijos, quitandas, panelas, enxovais, tapetes etc., sinalizam que a gente da cidade – que chegou depois ou já era daqui – procura formas de permanecer, avaliando o que pode render, nesse mercado de rua, como possibilidade de trabalho. Acredito que os vendedores de rua, destacados por dona Marta como uma marca provinciana encerrada, apresentam práticas que residualmente se mantêm como campo de possibilidade para muitos trabalhadores¹⁷⁵.

Esses vendedores são os que têm nas hortas a fonte de produtos para a venda. Há os que produzem pamonhas, salgadinhos, doces para comercializar de casa em casa, em bares e comércios da cidade. Tem aqueles que buscam, em outras cidades, mercadorias que ainda compõem o interesse de muitos moradores. Eles têm como grande maioria de seus compradores aqueles que não possuem crédito nas lojas, por não terem carteira assinada, ou os que vêm nos seus preços e no passar em casa uma forma mais acessível e cômoda para comprar. Uma dinâmica que se estende a outras motivações, pois valorizar esses trabalhadores, os seus produtos, suas necessidades, é creditar a essas relações razões para a sua permanência.

Eles ainda transitam pela cidade. Até hoje encontro com eles, batendo na porta de casa, passando pelas ruas de diferentes regiões. Oferecem mercadorias – parceladas por acordos registrados em fichas e recibos e mesmo com os preços à vista tentam ser mais flexíveis –, negociam com o peso da necessidade daquela venda. Retornam mensalmente com seus carrinhos repletos de mercadoria, bicicletas adaptadas com seus caixotes de produtos, peruas e carros com alto falante, ou ainda percorrendo a cidade a pé, com a mercadoria jogada sobre os ombros e até mesmo com uma banqueta em calçadas, canteiros e praças.

¹⁷⁵ Retomo aqui formulação de Williams, quando destaca a dinâmica que as práticas sociais podem compor, sendo residuais, emergentes, ou dominantes nas relações. O movimento dessa condição vai oscilar mediante as urgências, pressões e disputas, as quais colocam em foco a retomada e/ou mudança de modos de viver. Ver:
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Ao dialogar com essas questões, o trabalho de Medeiros propiciou um debate importante de ser destacado, traduzindo incômodos e tensões no viver em Uberlândia nos últimos 30 anos do século XX. O autor propõe evidenciar relações de trabalho que colocam em movimento o controle social e as alternativas encontradas por determinados moradores nas suas práticas por direito à cidade. Elege para esses enfrentamentos aqueles que lidam com as precariedades e disputas desiguais de pertencimento em suas relações na cidade, “ambulantes, camelôs, criadores de porcos”: estes são alguns dos sujeitos privilegiados em sua problematização.

Considerarei pertinente retomar algumas discussões do autor, seja pela relevância dessas relações, seja pelas possibilidades de diálogo que me permitem apontar. A seguir destaco um momento do texto em que traz um de seus entrevistados e percurso do mesmo na cidade, falando do seu trabalho, da moradia e das mudanças experimentadas:

“Vindia pipoca, vindia doce, vindia biscoito (...) um dia acertei a mão num ponto, perto do banco Comind (...) Uma moça perguntou – ‘o que você vende aí?’

- ‘é biscoito’.

- ‘hááá! É o ‘dor-na-nuca? Eu quero um’. Eu comecei ali com essas moça do banco, e aí eu fui ficando mais conhecido, fazendo amizade, fui aumentando a friguísia. (...) Eu ia no Banco Comind, depois ia na Icasu. O banco Comind quebrou e aí eu tive que procurar outro ponto. Ficava rodando, procurando ponto. Ali onde era a Riachuelo eu acertei o ponto [zona central, Av. Floriano Peixoto esquina com Rua Duque de Caxias], trabalhei vários anos ali (...) assim que começou a construir a loja eu tive que sair.” [instalação da Loja desde 1949 e construção do novo prédio de 1987 a 1989]. (Sr. Alcindo Batista Santos, entrevista do autor)

(...)

No caso do Sr. Alcindo, não há mais como esse trabalhador deslocar-se com o seu carrinho de doces e pipocas do Conjunto habitacional São Jorge [região sul], onde mora atualmente, até o centro como fazia quando residia no Bairro Tibery [região leste].

(...) Apesar da distância considerável, cerca de três a quatro quilômetros, ele aproveitava para vender durante esse trajeto e, segundo ele:

“era até gostoso, eu ia devargazinho, parava de veis em quando imbaixo de uma árvore. Porque naquele tempo tinha muita árvore daqui pra lá né?, vindia pouquim por ali, depois continuava. Sabe que era até gostoso? Era longe mais era bom. Agora fazê o quê né? Morando aqui nessa lonjura num tem jeito mesmo não”. (Sr. Alcindo Bastista Santos, entrevista do autor)

Atualmente, sua residência situa-se no Bairro São Jorge distante cerca de 15 quilômetros do centro, o que o impede de exercer sua atividade.

(...)

Mesmo para os trabalhadores que não têm sua atividade inviabilizada, transportar as mercadorias até o centro foi apontado por vários ambulantes/camelôs (com exceção dos vendedores de passe) como um dos problemas enfrentados no cotidiano. Segundo eles, é muito incômodo o

transporte das mercadorias nos ônibus, porque “é muita mercadoria, muita mala, mais a banca, esbarra em todo mundo e aí já viu, o pessoal fica olhando atravessado pra gente”. No caso do pipoqueiro, a impossibilidade é total, e, segundo o Sr. Alcindo, “vender no bairro não dá nada”. Veremos adiante que a cidade passa por um processo de periferação – excludente – pelo qual se tenta, via ações dos poderes públicos, uma “saneamento” por meio da expulsão das práticas dos trabalhadores do centro para a periferia.¹⁷⁶

Medeiros propõe no seu texto a dinâmica desses viveres, as pessoas construindo “os seus pontos” de trabalho, lidando com as pressões, “eu tive que sair”, realidade que acompanha muitos outros trabalhadores das ruas centrais ainda hoje – ação dos fiscais públicos, pressões de lojistas, competição entre trabalhadores, a interferência da mudança de moradia na cidade, as queixas nos ônibus, a provisoriade e indefinição desses caminhos.

Com isso, a historicidade dessas transformações vai formulando as conquistas e dificuldades dessas pessoas, deixando para trás marcos de urbanização e de origem pré-fixados, trazendo um caminho que não se explica como “reflexo social” e sim por meio de práticas estimuladas pelas tensões do que se vive, indicando as relações como referências para compor mudanças e permanências, como no caso do Sr. Alcindo: “um dia acertei a mão”, “eu tive que sair”, “nessa lonjura num tem jeito não”.

O Sr. Alcindo reconhece as pressões que passaram a compor o seu roteiro de trabalho e local de moradia. As mudanças experimentadas dialogaram com as limitações que teve para continuar morando em um bairro que mudava sua constituição, principalmente na região mais próxima do centro comercial. Morar no bairro Tibery, região leste, permitia “ir devargazinho” ao centro comercial, produzindo seu trajeto e pontos de comercialização, essa era a sua região de trabalho desde a década de 1980.

Além das pressões para não compor o cenário urbanístico planejado para a área central o Sr. Alcindo destaca que foi “rodando”, buscando outros modos de permanecer onde considerava importante trabalhar. Mas o mudar para o bairro São Jorge, região sul, dialogando com as condições de vida da família, indicou também a “lonjura” do que compunha suas relações por todos aqueles anos, estava diante um empecilho para o que

¹⁷⁶ MEDEIROS, E. A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade. Uberlândia – 1970/2001*. 2002. 186f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002. Em destaque páginas 40,42 e 43.

A entrevista citada foi feita com o sr. Alcindo Batista dos Santos, pelo pesquisador Medeiros que traz as seguintes informações sobre o sr. Alcindo: “71 anos, amasiado, pai de 5 filhos. Atualmente aposentado. Mora em Uberlândia há 23 anos. Mesmo aposentado continuou na atividade de vendedor ambulante e parou recentemente, no início de 2000, devido a problemas de saúde. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.” In: MEDEIROS, E. A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade. Uberlândia – 1970/2001*. Op. cit., p. 182.

costumeiramente fazia, indo de casa à região central realizando pequenas vendas no trajeto. Os 15 quilômetros de distância indicaram uma outra limitação em sua vida: era preciso repensar as práticas de trabalho possíveis a um aposentado e sua circulação na cidade.

Muitos estudos trazem a década de 1970, ou mais incisivamente a década de 1980, como o grande marco de definição de um processo de alterações na cidade de Uberlândia. Elegem esse tempo histórico como o de maior visibilidade de atividades nas ruas e logradouros públicos. O crescimento urbano nessa perspectiva é apresentado como motivação para que na década de 1990 seja marcante o desenvolvimento de projetos de zoneamento de lugares e atividades na cidade – desde a realização de novos loteamentos, até o direcionamento de atividades comerciais para os bairros. Esse caminho para organizar as relações ganha impulso enquanto proposta legítima para pressionar usos e restrições ao direito à cidade. Nessa direção, chega-se a promoção dos chamados “*subcentros urbanos*”, enquadrando Uberlândia em um padrão de “*cidade média*” que propõe “*descentralizar*” o eixo de relações comerciais e circulação dos moradores sugerindo uma “*democratização*” da cidade¹⁷⁷.

No entanto, o caminho de intervenção e disputas pela cidade não se dá pelo surgimento de espaços pré-definidos (com zonas e atividades a serem realizadas), conforme define o planejamento urbano – vide, particularmente, o Plano Diretor de 1994, zoneamento urbano e Plano Diretor de 2006. O que percebo é que essa dinâmica de transformação, inclusive a proposta de zoneamento, é promovida no ritmo dos conflitos pelos usos e pertencimento à cidade¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Algumas leituras insistem em apresentar e canonizar o suposto da lógica da racionalização urbana, advinda de um contexto global que traz como reflexo as alterações observadas em outras cidades. Esse encaminhamento produz uma explicação estrutural para as mudanças e espaços das cidades, afastando qualquer outra possibilidade de leitura do social que não passe pelo sentido de linearidade, em progresso, das relações e alterações espaciais no plano da Administração Pública. Ver, por exemplo, reflexões como: -BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e ambulantes. II Simpósio Regional de Geografia. Perspectivas para o Cerrado no século XXI. 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2003. -ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vítor. Reestruturação urbana das atividades de comércio e serviços em Uberlândia – MG. VIII Encontro Interno. XII Seminário de Iniciação Científica. Uberlândia. 2008. Disponível: <<http://www.ic-ufrb.org/anaisufu2008/PDF/IC2008-0058.PDF>>, Acesso em: maio 2008.

- SOUZA, Marcus Vinícius M. de. *Cidades Médias e Novas Centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais de Uberlândia (MG)*. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

¹⁷⁸ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Lei Complementar n.º. 078*, de 27 de abril de 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Uberlândia.

- _____. *Lei Complementar n.º. 245*, de 30 de novembro de 2000. Dispõe sobre o parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia.

Nos projetos em questão é pormenorizada propostas de reestruturação urbana, que em grande medida, ainda não se consolidaram enquanto prática na cidade. Eles expressam usos da cidade em disputa. Mas grande parte do que no momento atual se propõe enquanto “*requalificação*”, ou mesmo elogiosamente se apresenta como “*subcentros*” são novas tentativas da efetivação de interesses no controle e dirigismos da organização social, seja por vezes partilhados, seja pelo legalismo que traduzem enquanto prática de pressão e imposição.

A visibilidade das necessidades e expectativas desiguais dos moradores é que imprime distintas pautas para esses usos. Destaco que é ao longo do processo de experimentar a cidade que há a produção de uma cartografia social, marcada pelos costumes dos moradores, os quais entretecem outros planejamentos para os espaços, tornando-os seus territórios.

Medeiros pondera acerca da expulsão de certos lugares da cidade, propondo que essa prática é uma tentativa, ou melhor, a efetivação do reordenar usos desses espaços por trabalhadores. Ele aponta para o que chamou de “*saneamento*”. Acredito que mais do que um processo reunido enquanto “*periferização*”, essa dinâmica envolve disputas contínuas por territórios. Uma cartografia em construção que não é limitada aos conceitos supostamente definidores do viver a/na cidade, que são propalados em leis, códigos de postura, planos diretores e nem mesmo, nas construções de conjuntos habitacionais distantes do centro comercial. Os conflitos para que essa determinação de “*limpeza*” ocorra são constantes, assim como as alternativas criadas pelos que vivem essas pressões multiplicam-se.

São modos de viver produzidos a partir de determinadas noções de direito. Ao valorar esses caminhos, o cercear – a presença e as práticas – passa por desqualificação desses hábitos, reorientação espacial de práticas na cidade, produção de leis e projetos que balizam a expulsão, o uso da violência e, enfim, a legitimação da perseguição pelo descumprimento da lei.

Tudo isso aparece contraditoriamente, como imposição de valores e como organização natural da cidade. Porém a força das alianças de interesses, a evidência da disputa de classes, as diferentes estratégias que se tramam procurando transformar

- _____. *Lei Complementar n.º 432*, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar n.º 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências.

relações buscando manter uma certa dominação, ultrapassam os limites do planejamento urbano.

Na tensão que permeia a mudança, ou permanência de modos de viver, esse movimentar dos moradores pela cidade prossegue. Diante disso, destaco o crescente número de trabalhadores que se destinam às práticas de comércio nas ruas, enfrentando as mudanças propostas. Mas, essa constatação também indica que na correlação de forças desiguais para permanecer nessas relações de trabalho, outros elementos se associam à proposição de retirá-los, estendendo e legitimando o lastro de intervenção e interdição das ruas, praças dentre outros espaços.

A competição entre os trabalhadores – seja entre os vendedores de rua, seja entre os trabalhadores de lojas e “camelódromos” – e a partilha da noção de “saneamento”, enquanto algo necessário ao centro comercial, favorece essa proposta de mudança. Ela sugere que a Prefeitura simplesmente coloque em prática “o anseio comum da sociedade”, nesse caso expulsar esses trabalhadores da região do centro comercial¹⁷⁹.

Dona Marta acompanhou essas mudanças a partir de sua trajetória em Uberlândia. As lojas, em crescente expansão, significaram, para ela, ampliar o seu campo de possibilidades, efetivamente expresso no trabalho como vendedora que exerceu por um tempo. Esse é um status valorizado em sua fala, diante o que experimentou com o trabalho de doméstica e de bóia-fria. Mesmo que isso legitime em grande parte a ênfase dada a esse marco em nossa conversa, acredito que não foram apenas frentes de trabalho que eram abertas, havia outras questões sendo resolvidas por esses encaminhamentos.

Com essa expansão, de empresas e lojas, o que também estava sendo proposto era dinamizar novas práticas para responder a velhas disputas na cidade: definir quem vende, onde, como e com que ganhos. Com isso, a organização de grupos associativos

¹⁷⁹ Na lei 4230, de 05 de novembro de 1985 observei que não há dúvidas sobre o porquê muitas pessoas se dedicam ao comércio de rua. Nesse documento, é sugerida a “sobrevivência” e o “desemprego” como fatores importantes para essa “escolha”, indicando essa prática como o “último recurso” para a “classe trabalhadora”. Destacam a motivação que essa tem para que ocupe lugares de maior evidência como praças públicas e áreas comerciais. Mas, mesmo diante essa percepção da legitimidade desses modos de trabalhar não legalizam esse uso da cidade, é “vedada”, nessa lei, a ocupação desses espaços pelos trabalhadores. Os “camelódromos”, que datam da segunda metade da década de 1990 e seguem sua constituição na década seguinte, apontam uma outra tentativa de normatização desse comércio e conformação de muitos desses trabalhadores a um conjunto de box, ladeados e minúsculos, para que realizem nesse espaço a exposição e venda de produtos. Uma prática autoritária para arrecadação de impostos e para retirada desses sujeitos do espaço das ruas, calçadas e praças, propondo dinamizar a fiscalização, pressionando para o fim das práticas dos vendedores de rua.

- UBERLÂNDIA. Lei nº. 4230, de 05 de novembro de 1985. “Regula o Comércio Ambulante e Atividades Afins e dá outras providências”. p. 03.

para defender esses interesses desde muito cedo se fez presente nos encaminhamentos de propostas e inserções no dirigismo de mudanças em Uberlândia. Uma proposta de manutenção de status e poder classista. No caso, a ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia –, criada em 1933, atua na proposição e defesa dos interesses de classe que exerce, formulando a fixação de limites aos modos de viver dos trabalhadores na cidade.

Esse grupo, além de ser referendado em vários projetos e por certa historiografia, chama para si a responsabilidade, quando não a co-participação nas mudanças na cidade, apontando, em sua trajetória, fatores responsáveis pela “*transformação de São Pedro de Uberabinha em Uberlândia*”, principalmente com relação a estradas, energia, instalação de empresas, como também por tantos outros “*benefícios públicos*”¹⁸⁰.

Considero que o que deve ser destacado nesse percurso é como essa referência é construída e a que ela serve. Alguns indicativos, formulados ao longo desses 76 anos da ACIUB, dão pistas das alianças e do onde e como querem intervir na cidade.

Uberlândia, 22 de junho de 1981

Senhor Presidente,

ASSUNTO – FAZ SUGESTÕES

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UBERLÂNDIA, pela sua diretoria e em nome de seus associados, nesta memorável data em que visitam essa conceituada Casa, procuram integrar à ACIUB e seus pares, num trabalho de bem servirem a nossa UBERLÂNDIA e toda a região, é que tomam a liberdade de sugerir a V. Exa. e demais vereadores que honram essa Casa e que também se dignificam em receberem os membros da ACIUB, os quais, data vênua, trazem aos edis uberlandenses os seguintes itens:

- 1º) Total integração entre a ACIUB e V. Exas.;
- 2º) Permitir que a ACIUB, participe sempre que possível for, das discussões que envolvam projetos de interesse maior da classe comercial e industrial;
- 3º) União em torno da ACIUB, nas pretensões junto aos políticos, Ministérios, Secretarias e outros órgãos públicos, quando visarem reivindicações em benefício de Uberlândia e Região;
- 4º) Encaminharem à ACIUB, sempre que V. Exas. julgarem necessário, cópias dos ante-projetos, para conhecimento dos diretores da ACIUB.

¹⁸⁰ Conferir obras como:

- BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.
- DANTAS, Sandra M. *Veredas do Progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.
- SILVA, Antônio Pereira. *As Histórias de Uberlândia*. Uberlândia: Editoração Paulo Antônio. s/d, 3 v.

Agradecidos à consideração com que fomos distinguidos por V. Exa. e demais vereadores, valemo-nos do ensejo, para tributar-lhes os nossos protestos de alta estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UBERLÂNDIA
Milton Rezende Rodrigues *Adelso Ferreira Tavares*
Presidente *1º Secretário*¹⁸¹

Suas proposições, nesse ofício, do início da década de 1980, enviado ao Presidente da Câmara, apontam para o encaminhamento da “missão” sugerida por essa Instituição. Essas são práticas que procuram legitimar a força de determinados sujeitos no campo de lutas e intervenção social, reconhecendo, tanto nas práticas da Prefeitura de Uberlândia, quanto junto a outros órgãos públicos e lideranças políticas, os espaços privilegiados para manter – nas mudanças – o controle e privilégio social, deixando claro, com essas ações, uma posição de pressão e concessão. Uma parceria para compartilhar e construir, em conjunto, os rumos da cidade.

O interesse desenvolvimentista é sintetizado em um slogan repetido há vários anos, “*Promover o desenvolvimento da classe empresarial, fortalecendo a livre iniciativa com qualidade, inovação e responsabilidade social*”. Esse caminho evidencia por onde tramitam as alianças e dissidências. E, sem nenhum pudor, reivindica a interferência e consultoria sobre os “anteprojetos” para a cidade, isto é, consultoria anterior à proposição efetiva dessas ações, para que possam ser “ajustadas” às necessidades desse grupo. Além disso, propõe participar de discussões que elegem as prioridades para a cidade e região, como se assim garantissem uma “orientação correta” para o caminho de mudança e intervenção necessária¹⁸².

Essa proposta enfatiza a noção de “municipalidade”, “a cidade e toda região”, homogeneiza os moradores da cidade sobre a tutela de seus interesses, traz, a reboque, um sentido vanguardista de intervenção e melhoria de toda Uberlândia e das cidades vizinhas, a partir de um intercâmbio com grupos que se identificam regional e nacionalmente. Essa leitura das relações aponta como certo a paridade e reconhecimento

¹⁸¹ ACIUB. [ofício]. Uberlândia, 22.06.1981. Ofício nº 693/81, encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, enumerando sugestões para a participação dessa Instituição nas atividades da Câmara. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas.

¹⁸² Missão da ACIUB, anunciada em periódicos e no próprio site da Instituição, <www.aciub.com.br>.

de seus interesses, como um diálogo e pressão entre iguais – tanto com o poder municipal, como com o nacional.

Nesse encaminhamento, o viver a cidade é proposto como expressão das práticas produzidas por esses sujeitos – políticos, administradores, fazendeiros, advogados, empresários etc. Entretanto, há tensões compondo as decisões e caminhos em que se processam mudanças e permanências em Uberlândia. O que está em questão para além da elaboração de uma imagem única da cidade a ser planejada, a qual remete a seus projetos é a disputa pelo controle social, que passa pela organização dos usos da cidade.

Essa noção procura retirar desse processo as fissuras das práticas classistas em conflito. Mas, ainda assim, evidencia o modo como elas têm que ser reformuladas, constantemente, diante as pressões e modos de viver que disputam outras organizações, outras prioridades e outras movimentações pela cidade.

É evidente que esses projetos e por onde eles se encaminham não produzem uma síntese, um manual da história de Uberlândia, como é proposto, por exemplo, a cada pronunciamento, evento e publicação dessa instituição. Portanto, cabe aí ressaltar que há disputas também no campo de produção social de memórias e do seu papel para as práticas do presente e de transformação futura¹⁸³.

Esse grupo formula um determinado jeito de organizar as relações de trabalho e comércio em Uberlândia, inserindo-se em uma disputa que ao longo dos anos foi ganhando outras formas, mas não deixou de ser pauta de mudanças de práticas na cidade. Essas tensões permeiam uma legalidade que foi sendo construída enquanto sinônimo de melhoria e regulação, onde as atividades comerciais – de lojas e demais empresas – deveriam substituir “naturalmente” os vendedores de rua, intervindo diretamente no que é legítimo nos modos de viver de muitos uberlandenses.

¹⁸³ Importante destacar, nesse encaminhamento, que não só o empresariado da ACIUB propõe essas leituras, mas pesquisadores se colocam a serviço dessa produção de efemérides e genealogia histórica, trilhando um caminho – no mais velho estilo positivista de fazer história – em que a verdade pode ser encontrada, registrada e divulgada, sem mácula e questionamentos. Nesse sentido conferir principalmente:

- ACIUB em Revista. Uberlândia: Gráfica Sabe. Vários Números. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

- ACIUB. *Portifólio 65 anos*. Uberlândia: Gráfica Sabe, 1998.

- SILVA, Antônio Pereira da. *ACIUB. 50 anos trabalhando com amor*. Uberlândia: Gráfica Sabe, 1983. Edição Extra, ACIUB em Revista.

- <www.aciub.com.br>, destaque neste site para o link ACIUB em Revista e para os artigos avulsos disponibilizados, como o produzido em janeiro de 2009, que referencia a década de 1950/60 como o marco desenvolvimentista da ACIUB e da cidade, “Criando a estrutura para o progresso”, que chegaria nos anos posteriores. Além desse texto, outros trazem, em um crescente, as décadas seguintes, dando continuidade a esse sentido de progresso, a partir das práticas dos membros da ACIUB.

Para tanto, é preciso levar em conta as constantes e contraditórias práticas que são produzidas para lidar com as objeções e consentimentos desse processo de transformação social. Certas alianças e mediações são construídas não por expressarem cooptação, mas por avaliar que, na luta de classes, é necessário reconhecer os caminhos possíveis para se alcançar conquistas, mesmo que seja afirmando lugares de classe¹⁸⁴.

Nesse sentido, destaco não só o intercâmbio proposto com a ACIUB – na busca por acesso ao asfalto, energia, melhorias nos bairros –, mas, também, como as propagandas e ícones erigidos na cidade, enquanto sinônimos do progresso e dinamismo urbano, servem para pressionar a organização da cidade. Os moradores encaminham limites para a desigualdade social, a partir do que esses grupos políticos e empresariais propõem como melhoria e crescimento para toda a cidade, mesmo que saibamos que essas melhorias, a priori – e quase sempre a posteriori –, sejam desiguais. Não é que esse modo de propor mudanças não abarque interesses de trabalhadores, a questão é como os grupos que as propõem integram esses sujeitos nessas práticas.

Com isso, quero dizer do anseio de muitos moradores pela reformulação de alguns caminhos dessa integração. Além de acompanhar as mudanças, moradores, como o seu Marcos, querem partilhar melhorias e rumos dessa transformação. Nesse caso, destaco um abaixo assinado de 1981 em que a historicidade dessas relações de poder é apontada e problematizada diante as expectativas de moradores do bairro Pampulha, região sul da cidade, que estava em expansão.

Uberlândia, 16 de março de 1981.

ABAIXO ASSINADO

*Ilmo Sr.
Virgílio Galassi*

*Nós moradores do BAIRRO PAMPULHA [região sul da cidade],
atravéz deste abaixo assinado estamos solicitando as autoridades competentes
e muito especialmente ao senhor prefeito que tanto progresso tem dado ao
município, que dê um pouco de atenção aos moradores deste bairro que a*

¹⁸⁴ Em várias correspondências enviadas à Câmara Municipal de Uberlândia pela ACIUB, ela menciona e anexa uma primeira correspondência enviada à Instituição, em busca de apoio a reivindicações de bairros, associações, escolas etc. Desse modo, observo que a força de intervenção dessa Instituição junto ao Poder Público é reconhecida socialmente e por isso os moradores da cidade utilizam desse canal de favores de classe para também disputar o direito à cidade, propondo benfeitorias, acesso à saúde, transporte, iluminação, frentes de trabalho etc.

algum tempo necessita de luz e água fatores mínimos para que um ser humano possa ter um convívio um pouco melhor.

Com a construção do PARQUE DE EXPOSIÇÕES, que fica localizado no nosso bairro e não no bairro Lagoinha e a construção de dois conjuntos Habitacionais, Segismundo Pereira e Santa Luzia achamos por bem pedir pelo menos estes dois benefícios para que o bairro possa ter um crescimento mais acelerado.

Já fizemos dois documentos como este e não fomos atendidos, mas agora estamos com bases mais sólidas e achamos que não será difícil de sermos atendidos, pois sabemos da capacidade de cada um de vocês e não vão nos negar estes benefícios difíceis mas não impossível para autoridades competentes como vocês.

Ficamos no aguardo de algum pronunciamento urgente e ao mesmo tempo agradecemos a atenção dispensada.

Que redeguiu este texto e datilografou foi um dos moradores do Bairro Pampulha o qual aguarda algum pronunciamento urgente. Endereço para correspondência, Av. Cesário Alvim nº 811 (REAL EXPRESSO LTDA).

Marcos Domingos Bailone¹⁸⁵

Esse abaixo-assinado assim como tantos outros ofícios e cartas remetem a um modo de sistematizar reivindicações e relações de classes e propõe um diálogo sobre uma negociação desigual, mas que historicamente se tornou possível e relevante nas relações de moradores que disputam projetos na/para a cidade, hoje ampliadas pelo acesso aos programas televisivos (telejornais, programas de “reivindicação popular”), fichas de reclamação, setores de reclamação e sugestões (em hospitais e setores de serviço público), como também as denúncias encaminhadas ao Ministério Público.

O abaixo-assinado de Marcos destaca dificuldades e descasos, mas o interesse é criar também mecanismos de aproximações com as expectativas do Poder Público, para que dentro desse meandro, legitimem suas necessidades e interfiram nas prioridades de classe já conhecidas e sentidas por muitos na sociedade, enquanto exclusão.

O senhor Marcos, ao produzir esse texto, trouxe nas suas limitações de escrita as suas limitações na vida, que não impediram de propor um diálogo com o que denominou “*autoridades competentes*” e sim motivaram todo o seu empenho. Ele

¹⁸⁵ MARCOS DOMINGOS BAILONE. [abaixo assinado]. Uberlândia. 16.03.1981. Correspondência encaminhada ao prefeito Virgílio Galassi, solicitando a instalação da rede de água e energia elétrica no bairro Pampulha. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Essa proposição de texto não foi exceção nas produções de abaixo-assinados e reivindicações de bairro. A pesquisa que permeou as correspondências da década de 1970 a 1990 apontou para um caminho comum de diálogo. O lidar com os marcos e projetos de cidade, evidenciados pelo Poder Público, para garantir melhorias para outras regiões da cidade foi e ainda é uma prática ordinária, principalmente por moradores de bairros sem infra-estrutura e que são mais distantes da região em que se localiza o centro comercial. O bairro Pampulha, mesmo sendo antigo na cidade, perpassou mais de 20 anos em busca de melhorias básicas para seus moradores. Ele não foi exceção e, muitos outros bairros, infelizmente, permanecem por mais tempo nessas lutas.

elencou algumas noções importantes que pretendo evidenciar aqui. A princípio, propõe explicitar um diálogo difícil, haja vista essa ser a terceira tentativa desses moradores.

As relações identificadas entre o “*nós moradores do bairro Pampulha*” e “*autoridades competentes e muito especialmente ao senhor prefeito*”, sugere um terreno comum na cidade em discussão. Era preciso que ele fosse explicitado para que essa reivindicação fosse vista como algo partilhado no desenvolvimento da cidade.

Assim, a indicação do Parque de Exposições – referência para os fazendeiros e ditas “*autoridades*” da cidade – serve para enunciar que era necessário melhorar o em torno para o próprio benefício dos usuários do Parque. Desse modo, a disputa com o bairro Lagoinha torna-se relevante: procura justificar porque deviam ser a prioridade nesse melhorar o em torno, apesar dos moradores do bairro Lagoinha também necessitarem e ambicionarem as reivindicações feitas.

A cidade, referendada por “*tanto progresso*”, vai enunciando os seus senões e evidenciando as carências de muitos de seus moradores. Os novos loteamentos que iniciaram suas obras no final da década de 1970 e compunham novas áreas de moradia nos anos de 1980 sugeriram ao senhor Marcos, que acompanhou todo esse processo, que esses se abriam mais adiante do bairro Pampulha e estavam servindo para a construção de conjuntos habitacionais e dispunham, mesmo que de forma limitada, de estruturas que eles não possuíam e reivindicavam há tanto tempo. Esse empreendimento indicava, de certo modo, para onde a cidade estava se expandindo, deixando-os no meio do caminho.

Vejo, portanto, que “*a base mais sólida*”, enfatizada pelo senhor Marcos, não é apenas um referendo a certa noção de organização dos moradores do bairro, mas que os fatores de pressão – o Parque e os loteamentos – também compunham, naquele momento, enredo para uma correlação de forças mais consistente. Ao sugerir que os moradores querem “*o seu crescimento mais acelerado*”, legitimando que “*nós moradores do bairro Pampulha*”, ali há mais tempo, deviam receber essa atenção do Poder Público, aponta a legitimidade pelo que seriam de continuidade de desenvolvimento ao que se propunha mais adiante, nos conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia.

Os benefícios não são colocados em questão, não podem mais ser adiados, pois o senhor Marcos indica que é compreensível a dificuldade, mas que não aceitam que essa seja uma prática impossível de ser efetivada. Como ele mesmo destaca, luz e água são “*fatores mínimos para que um ser humano possa ter um convívio um pouco melhor*”.

Nesse sentido, fez do seu local de trabalho – Real Expresso – parte da luta pelo seu bairro. Pois, lá é mais fácil encontrá-lo, não haveria impossibilidades da correspondência não chegar até ele. Contraditoriamente, a empresa se torna referência e uso na luta desse trabalhador. O endereço para a resposta de tanta espera.

A urgência, ressaltada pelo morador, tenta dar o tom do abaixo-assinado, indicando que a forma como é divulgado, proposto e propagado certos projetos de cidade, privilegiando determinados moradores e instituições, não impede que reivindicações, mesmo desigualmente, sejam encaminhadas e resolvidas. O modo como alguns sujeitos disputam Uberlândia, seja pela ACIUB, CDL, Sindicato Rural, seja pela ação do Poder Público, dentre outros grupos em que se articulam, não permite que eles se mantenham displicentes a certas melhorias urgentes para muitos outros moradores. Porém, entendo que as conquistas alcançadas não significam que a desigualdade deixou de determinar a dosagem e as recusas dessas negociações.

A reportagem de Barbosa no *Jornal Correio de Uberlândia*, no ano de 2007, expõe traços da dinâmica dessa tensão social e como outros caminhos vão sendo produzidos para a manutenção de desigualdades durante as décadas seguintes a esse abaixo-assinado, delimitando não só aonde chegam benfeitorias, mas como “revitalizar” áreas pode pressionar desfazer usos e modos de viver a/na cidade. A repórter traz, em seu texto, práticas sendo autorizadas por determinados moradores, uma imagem da cidade que é apresentada, partilhada e promovida pelo Jornal, pela posição de classe que traduz:

Embora a Secretaria de Serviços Urbanos de Uberlândia afirme que aumentou a fiscalização sobre o comércio ambulante no hipercentro da cidade [região, considerada pelo zoneamento público, como central], o problema ainda persiste. Por toda parte, principalmente nas avenidas Floriano Peixoto, Afonso Pena, João Pessoa e na praça Tubal Vilela, é possível encontrar dezenas de vendedores de diversos produtos. Eles continuam invadindo e disputando com os pedestres os espaços públicos. A situação acontece há vários anos e nenhuma solução definitiva ou pelo menos mais eficaz e duradoura foi encontrada pela Prefeitura até hoje.

De acordo com o secretário de Serviços Urbanos, Adicionaldo dos Reis Cardoso, a fiscalização e apreensão de mercadorias são feitas todos os dias. No entanto, a maioria dos vendedores ambulantes não se intimida com o fato e retorna para as ruas no dia seguinte. “Muitas vezes fazemos o trabalho na parte da manhã e eles vão trabalhar à tarde ou vice-versa”, afirmou o secretário.

Na praça Tubal Vilela, o problema é mais evidente. No local é possível encontrar desde bancas de alimentos perecíveis como frutas, verduras e salgados até produtos como carteiras, cintos, meias, relógios, chaveiros,

bijuterias e bonés, além de outros mais vendidos pelos ambulantes, os CDs e DVDs piratas.

“Isso é um absurdo. Os cruzamentos da cidade estão cheios de carrinhos vendendo laranjas, castanhas de caju, goiabas, morangos, carambolas e pequis. A praça, por exemplo, mais parece um verdadeiro sacolão”, lamentou a vendedora de uma loja de eletrodomésticos Pâmela Assis.

Segundo um taxista que não quis se identificar, o problema é ainda maior no início do mês “eles preferem as épocas em que as pessoas recebem o salário, pois sabem que vendem mais. Isto aqui é a maior vergonha da cidade, tem dia que encontramos até 30 carrinhos na praça. O maior problema é que nessa caçada os caçadores fingem que caçam e as presas fingem que foge”, desabafou.

“Os fiscais realmente passam aqui todos os dias. Mas os ambulantes parecem até que sabem quando eles estão vindo e logo se escondem. Pode ser de manhã ou de tarde, eles sempre descobrem o horário que os fiscais passam e se escondem rapidamente no banheiro da praça, nas moitas de plantas ou no meio dos pedestres”, revelou um outro taxista que também não quis se identificar.¹⁸⁶

A transformação em questão é apresentada como reivindicação da sociedade. Porém, essa constatação de um “anseio geral” por mudança, merece ponderações. Em pleno aniversário da cidade, de 119 anos – 31/08/2007 –, a publicação dessa reportagem permite problematizar como se dá visibilidade à permanência dos vendedores de rua e para quem e para quem estão sendo pensados determinados espaços da cidade ainda hoje. A comemoração do aniversário de Uberlândia só faz sentido quando a cidade estiver em harmonia com determinado projeto?¹⁸⁷

Ou ainda, traduzindo as tensões que foram pauta dessa comemoração, por que não se pode ocupar a praça? Ela não é para que as pessoas a usem, relacionem-se? Qual o problema quando o cenário proposto não encontra ângulos para expressar o vivido, após tantas ações para que esse empreendimento se efetive? Esse desejo do lugar tranquilo, vazio é para quem? O “revitalizar” o centro corresponde ao anseio de comemorar de quem?

¹⁸⁶ BARBOSA, Lucas. Hipercentro. Informais continuam nas ruas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 ago. 2007, Caderno Cidade, p. B-4.

Em Uberlândia a região denominada pelo Poder Público como “hipercentro” corresponde ao setor central. Esse “centro expandido” inclui os seguintes bairros: Centro, Brasil, Bom Jesus, Cazeca, Daniel Fonseca, Fundinho, Lídice, Martins, Nossa Senhora Aparecida, Osvaldo e Tabajaras.

¹⁸⁷ Heloísa Cruz ao problematizar o lugar da imprensa nas comemorações e produção de memórias, em especial discutindo as comemorações publicizadas sobre o Bicentenário da Imprensa no Brasil, destaca como historiadores participam desse processo, muitas vezes reafirmando efemérides diante a dificuldade de “lidar com um passado revivido” que não pode servir de “ocultamento do presente”. Ao indicar seus questionamentos, a autora destaca a potencialidade desses momentos de comemoração para a produção e recorrência do evidenciar certos sentidos às comemorações e promover determinados “marcos de memória”. Nessa direção Cruz tensiona o papel da imprensa, bem como o status de verdade deliberado para sua participação e produção nos processos comemorativos, inclusive no seu bicentenário. Sobre essas questões conferir:

- CRUZ, Heloísa F. Imprensa Popular, Memória e Comemoração. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo, ANPUH-SP, 2008, 11p.

A praça, anunciada como um verdadeiro sacolão, é onde os trabalhadores atalham para chegar ao trabalho e ao ponto de ônibus. O local onde lancham, almoçam, compram mercadorias corriqueiras para levarem para casa – uma mistura para o jantar, uma fruta da estação, um brinco, um guarda-chuva. Tudo feito enquanto se espera alguém para um encontro, aguarda-se o início da aula, espera-se o término do horário de almoço, ou ainda, na correria para o ponto de ônibus e para o trabalho.

Um lugar para uso de seus moradores. Um território dinâmico, pulsando com as práticas das pessoas. Mas, no apelo para uma cidade civilizada, que não seja “*uma vergonha*”, é exigido uma solução definitiva para esse “caos”. E como resolver o caos que será provocado na vida daqueles que dependem desse uso, como modo de trabalhar?

Os fiscais – ainda na prerrogativa do controle social – já sabem das limitações da eficácia de sua ação. A organização da cidade é disputada e muitas vezes amortizada por acordos e entre vendedores e fiscais. E, mesmo não sendo esse o propósito da matéria, ela traz como os vendedores de rua articulam sua permanência, propondo modos de trabalhar, priorizando os períodos de recebimento de salários dos trabalhadores, reformulando suas vendas por terem que andar com menos mercadorias. No entanto, continuam se arriscando diante as pressões e limites da fiscalização e da polícia.

A perplexidade anunciada pelo repórter, de que “*No entanto, a maioria dos vendedores ambulantes não se intimida com o fato e retorna para as ruas no dia seguinte*”, indica que mais do que não se intimidar, esses trabalhadores sabem que precisam seguir a vida. A violência do controle não consegue barrar esse enfrentamento. Abrir mão dos modos que determinados moradores encontram para viver não é apenas começar de outro jeito, ou seguir as normas, é arriscar-se em novas precariedades, muitas vezes sem ter um grande campo de possibilidades a percorrer.

Há redes de solidariedades, por mais que se queira negá-las, quando é apontada a ação de outros trabalhadores do em torno da praça. O dono do estacionamento guarda a mercadoria, enquanto os fiscais passam, o vendedor de rua da Avenida João Pessoa liga para o celular do vendedor da Avenida Afonso Pena, avisando que os fiscais estão chegando. Outros abrem brechas no café do trabalho para que esses vendedores apresentem suas mercadorias, agendem pedidos e marquem novas visitas. São determinados sujeitos da cidade reconhecendo, nesses enfrentamentos, lutas

compartilhadas para o pertencimento à cidade. Mesmo que sejam alianças perenes e contraditórias, que podem ser desfeitas em prol de novas disputas¹⁸⁸.

O Jornal, com essas práticas, corrobora com a intenção de retirar os vendedores de rua do chamado “hipercentro”. Procura deslegitimar o modo como muitos trabalham e usam os espaços enquanto seus territórios. Ao fazer isso, legitima o Poder Público como o regulador dessas práticas e pressiona para que se efetive essa ordenação. Para tanto, denuncia: “*Eles continuam invadindo e disputando com os pedestres os espaços públicos. A situação acontece há vários anos e nenhuma solução definitiva ou pelo menos mais eficaz e duradoura foi encontrada pela Prefeitura até hoje*”.

A urgência de uma mudança “mais eficaz” merece indagações. O julgar que “*invadem o espaço*” é desconsiderar que as pessoas marcam a cidade à medida que pertencem a ela. Nesse caso, a matéria vai muito além, sugere que esses trabalhadores não compõem o “cenário desejado”, por este não ser para eles e nem para o que fazem.

Mas quem discute e tenta implantar essas mudanças? Algumas outras reportagens e projetos trazem indícios de práticas que perpassam essa questão, permitindo que essas disputas de territórios – permeadas por determinadas noções de “*preservação*” e “*revitalização*” – tomem a dimensão e seriedade que exigem. Não há novidade sendo inaugurada com os projetos de “*requalificação do hipercentro*”, ou mesmo na proposição de valorização do “*patrimônio histórico-cultural*” do bairro Fundinho – bairro integrado à região central.

Em correspondência de 1977 ao Presidente da Câmara de Vereadores é possível perceber o dirigismo de reformulações nessa mesma região, destacando a agenda de incômodo, isto é, a presença e uso desse espaço por trabalhadores “*ambulantes*”. A tentativa de determinar a visibilidade, movimentação e pertencimento a esse lugar se mantêm na feitura da cidade e nas disputas que são mantidas no seu fazer em diferentes temporalidades.

CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE UBERLÂNDIA
Uberlândia, MG, 31 de maio de 1977

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

¹⁸⁸ Considero importante a reflexão produzida por Peres em relação ao trabalho nas ruas do centro comercial de Uberlândia, apontando como as alianças e conflitos são vividos pelos trabalhadores. Essa discussão é apresentada em sua dissertação:

- PERES, Maria Gisele. Para além das fronteiras: culturas e experiências de trabalhadores latino-americanos: Uberlândia, 1990/2007. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

Assunto: Comércio de Ambulantes em Uberlândia

O Clube de Diretores Lojistas de Uberlândia, tem recebido inúmeras e constantes reclamações a respeito do comércio de ambulantes que se espalham gradativamente pelas ruas da cidade, prejudicando inegavelmente comerciantes legalmente estabelecidos, e de mesmo ramo. Para tanto levamos a reivindicação de nossos companheiros para que o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Uberlândia, possa tomar a medida cabível ao assunto.

Sem outro particular, antecipamos agradecimentos e reiteramos ao ensejo, as nossas,

Saudações Lojistas.

*Olegário Pinto Guimarães
Diretor Presidente*

*Valdir Carlos de Oliveira
Diretor Secretário¹⁸⁹*

Mesmo que reconheçam que há uma concorrência entre comerciantes do “mesmo ramo”, a pressão para que os “legalmente estabelecidos” prevaleça é grande e constante, considerando que aí está a diferenciação e a desigualdade dos mesmos. Uma reivindicação que está amparada em práticas produzidas para e por esse próprio grupo, expressas na lei.

A sugestão do diretor da CDL, Olegário Pinto Guimarães é para que o Presidente da Câmara, junto com os demais vereadores, tome “a medida cabível”. A sugestão deixa perceber o interesse em conter o avanço desses trabalhadores que se “espalham” pela cidade, do modo que for necessário. Mas se essa era uma tensão comum na década de 1970, em que a expansão dos lojistas era expressiva, sei também que as ações encaminhadas por esse grupo, em suas variadas frentes, não conseguiram impedir que esses trabalhadores encontrassem formas de permanecer, como observo até os dias de hoje. As “saudações lojistas” propõem uma aliança, uma fala entre iguais, ou supostamente entre aqueles que têm parte no dirigismo de Uberlândia e que, no mínimo, esperam a partilha dessa reprenda.

Nesse sentido, o uso de correspondências para a Câmara, mesmo que não iniba e encerre as interpelações pessoais que constantemente eram feitas – conforme

¹⁸⁹ CDL. [carta]. Uberlândia, 31.05.1977. Correspondência encaminhada ao Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, solicitando intervenção dessa casa em favor dos comerciantes legalizados, associados ao CDL. Reivindica providências com relação ao comércio ambulante. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas.

mencionado em atas dessas instituições – elas garantem insistir com um repertório de ações para o Poder Público, para que, via administração, suas intenções se legitimem. Cabe lembrar que esse encaminhamento não foi privilégio desses grupos, mesmo que a efetivação dos pedidos não tenha sido, na mesma proporção, direcionado para os distintos e desiguais segmentos que a solicitavam.

Essa rede de formulações de mudanças na cidade vai se entretecendo e produzindo Uberlândia a partir do que as disputas recolocam como possível. Retomando publicações do *Jornal Correio de Uberlândia*, em 2007, encontro outras proposições explicativas para os projetos de cidade. Especialistas enfrentam a pauta feita sobre o “hipercentro”. Um enredo que expõe sobre qual pano de fundo se propõe pensar a “revitalização” do centro comercial. Mais uma vez a tensão entre valores, usos e sentidos de pertencimento à cidade estão em foco, a partir de um padrão classista de mudança:

Para o arquiteto e urbanista José Antônio Assis de Godoy, os ônibus passando pelo Centro são importantes instrumentos na atração de consumidores para o comércio. Por outro lado, ele defende que parte dos estacionamentos para veículos particulares seja desviada para avenidas próximas e que sejam criados “bolsões” de vagas, visando deixar mais espaços livres para uso dos pedestres.

Já a professora de urbanismo Maria de Lourdes Pereira Fonseca, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), afirma que o processo de popularização do Centro – com um comércio mais voltado para a população de baixa renda, com paradas de ônibus, entre características populares – trouxe prejuízos para a região.

“Qualquer especialização é maléfica para a cidade, seja de atividade ou de classe social” (...)

Maria de Lourdes também aponta como prejuízo a não utilização da área à noite, segundo ela, devido à característica basicamente comercial, com poucas residências e, além disso, sem serviços, como das universidades, que trariam movimento noturno. Na avaliação da professora, sem mudanças na forma de ocupação do Centro, a requalificação torna-se “uma maquiagem” dos problemas e dentro de 10 a 15 anos estará ultrapassada.¹⁹⁰

Por meio de especialistas, alterações são propostas e aparentemente incontestáveis, mostrando a inviabilidade – mesmo que em tom de dissidência – das práticas atuais no centro comercial. O caráter múltiplo de sugestões que a matéria quer indicar traz uma linha de raciocínio que propõe que se desconsidere o essencial: as intenções das práticas de “requalificação”.

¹⁹⁰ TRANSPORTE COLETIVO. Tráfego de ônibus é polêmico. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01 jul. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

Nessa mesma página, outras faces dessa pauta ganham visibilidade e esclarecem essas intenções: o lançamento de propostas de reestruturação – com áreas de lazer noturno e residências, a insistência em noções de incômodo e antagonismo em relação a presença de carroceiros e vendedores de rua, a falta de estacionamento e segurança, o exemplo de outras cidades em que a reestruturação já foi realizada, como São Paulo, Belo Horizonte e Campina Grande, o que viabilizou e confirmou a condição de “metrópole” a essas cidades.

Todas essas questões compreendem práticas integradas em um mesmo projeto de mudança social, apontam para uma mesma proposta de organização de cidades. Ao ampliar o foco, o aparentemente corriqueiro título da matéria, “*Transporte Coletivo. Tráfego de ônibus é polêmico*”, propõe reorientar a dimensão das disputas em questão.

O que é valorizado nesse conflito social é a autoridade de determinadas práticas para definir o que fazer, como, onde e quem tem esse direito. A referência de outras cidades aparece como legitimadora dessa mudança, como se o modo de viver a cidade tivesse um padrão a seguir, explicado ainda por uma aspiração desenvolvimentista, onde o planejamento – universalizante e, aparentemente, dissociado da disputa de classes - ganha status de mudança inquestionável onde já teria sido provado em outras cidades que deu certo. Infelizmente, o que instiga a partilha do modelo dessas cidades, não é o dar certo para a grande maioria dos moradores, mas, sim, o modo como lidou com a desigualdade nas relações cotidianas das urbs¹⁹¹.

¹⁹¹ Em 2008 estive pela terceira vez em Belo Horizonte e pude, infelizmente, confirmar grande parte desse planejamento urbano, que propõe esterilizar certas regiões da cidade da desigualdade que salta aos olhos na calçada da rodoviária, nos moradores de rua fazendo das praças sua moradia, nos trabalhadores de rua que se multiplicam pelas calçadas, próximos aos pontos de ônibus e áreas de maior fluxo de pessoas. Ao prosseguir nas avenidas largas e de fluxo rápido, avistam-se as passarelas de insegurança que chegam aos morros e bairros circunvizinhos às pistas. É lá que se propõe confinar a desigualdade que passa das frestas dos edifícios e, diferentemente das cidades que não têm morros, não há como esconder a visibilidade dos modos de viver díspares e afrontantes, os quais parecem legitimar práticas de ajustamento de classes explícitas em modelos de desenvolvimento e urbanização. Projetos de preservação são produzidos nesse processo, de expulsão e mudança, avaliando costumes e hábitos, propondo-os para determinados lugares das cidades. Assim como soluções são tecnicamente sugeridas para os problemas produzidos nas relações sociais, como a mobilidade, o uso de áreas de preservação ambiental, a canonização de patrimônios da cidade, produção de espaços de sociabilidade etc. Uberlândia experimenta esse processo, com as limitações de efetivação dessa varredura da desigualdade. Muitos especialistas estão enredados nessas práticas, propagando também, nos estudos de seus alunos, esse modo de planejar e disputar a cidade:

- AUGUSTO, Paulo S. *Fotografia e História: leituras e releituras do espaço urbano/Uberlândia – 1940-2008*. 2009. 148f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

- CASTRO, Kellen C. M. *Cinema: mudança de hábito e sociabilidade no espaço urbano de Uberlândia*. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

Apresentar, sem nenhum constrangimento, que a questão passa pela linha de ônibus permanecer, ou não, para benefício do comércio, é colocar o debate em outro lugar, onde não parece tratar da vida das pessoas. Indicar que esse debate não coloca no centro das discussões os que usam e circulam no centro comercial, mas aqueles que têm empreendimentos a propor para ele – donos de bares, imóveis e lojas – é eleger, na disputa, quem está autorizado a transformar e intervir nesse processo, o que vem sendo proposto há muito tempo.

Mesmo quando a professora Maria de Lourdes indica que “*qualquer especialização é maléfica para a cidade, seja de atividade ou de classe social*”, o que propõe como encaminhamento? Também não sugere “*reestruturar*” por uma prática especializada, balizada em determinados interesses?

O tom de consenso, de pensar o espaço por ele mesmo, não tem a explicação racional, supostamente sugerida. A disputa travestida de uma “*lógica de mudança*”, em razão da insatisfação social e do caos urbano, vai sendo construída a partir de determinada noção de planejamento urbano e de representatividade coletiva que interessa e responde à formulação de um dado projeto de cidade:

O que precisa melhorar?

“Deveria-se melhorar o conjunto todo. Encontrar vagas para estacionar, por exemplo, é complicado. Os camelôs nas calçadas também atrapalham a circulação e investimentos em segurança são essenciais.” Lana Márcia de Paula Oliveira – Bancária.

“Deveria-se tirar as linhas de ônibus da região central e acabar com os estacionamentos públicos das vias transversais, que são estreitas, o que melhoraria o fluxo de veículos, hoje lento em alguns horários.” Modesto Freitas – Advogado.¹⁹²

- GOULART, Maurício G. *Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG)*. 2006. 309f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

- MOREIRA, Renata C. et al. A atuação do planejamento ambiental nos loteamentos da cidade de Uberlândia-MG. II Simpósio Regional de Geografia. “*Perspectivas para o cerrado no século XXI*”. 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

- VILANOVA, Tereza Cristina F. et al. Mobilidade na área central de Uberlândia. 16º Congresso de Transporte e Trânsito. 2007. Maceió. *Anais...* Maceió: Associação Nacional de Transportes Públicos, 2007.

¹⁹² TRANSPORTE COLETIVO. Tráfego de ônibus é polêmico. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 01 jul. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

Raquel Rolnik em 1980 já problematizava, em seus estudos, esse modo de produzir as cidades. Destaca, em São Paulo, como esse processo produz leis e proposições excludentes para limitar os usos da cidade e pressionar mudanças para certas regiões. A autora, mesmo pertencendo ao campo do urbanismo, propõe abrir para a reflexão determinados projetos e como as relações de classe são encaminhadas construindo esses modos de organizar a cidade. Rolnik, propondo pensar o urbano, retira o lugar tranquilo do planejar e sugere pensar, junto a isso, como as pessoas encaminham suas necessidades e expectativas ao construir a cidade enquanto seu pertencimento social. Nesse sentido, a noção de cartografia social que eleger remete aos territórios dos moradores nesses espaços, e que esse uso não pode ser negado ou

No prosseguir da matéria, ela traz opiniões de usuários do “hipercentro”, elencando as mudanças também propostas por esse jornal. A avaliação de que os ônibus não são necessários na região central, na avaliação de alguém que não utiliza o ônibus é extremamente coerente, principalmente quando a sua pauta é que deve ser prioridade: mais estacionamentos, melhorar o fluxo de veículos, desobstruir o uso das calçadas, investir em segurança etc. Esses são interesses de quem tem outros modos de viver a cidade e não reconhecem os vendedores de rua, os usuários de ônibus, determinados trabalhadores como parte das relações que querem manter¹⁹³.

Para quem trabalha nessas ruas, e que nesses encaminhamentos são percebidos como os que atrapalham os outros moradores da cidade, há o projeto de continuar a usar as ruas e praças da cidade para trabalhar, divertir, ler a revista, o jornal, acompanhar o movimento, conhecer novas pessoas etc. Suas prioridades passam pelas condições desiguais que enfrentam nessa cidade. Não são eles os entrevistados pelo repórter do jornal, que já tem pauta definida: discutir se há vaga para estacionar, ou não. Algo colocado como prioritário na “*requalificação*”.

Desse modo, as práticas de difusão que trazem, como suposto, “*o mudando para melhor*”, tanto em propagandas, reportagens e pronunciamentos, quanto sendo a expectativa de muitos, leva-me a pensar que o aspirar por essas mudanças muitas vezes advém do compartilhar expectativas e imagens da cidade que se articulam a partir de um referencial que se quer inconteste, no qual se referenda a noção de que é impossível não mudar.

excluído, como é, fundamentalmente no planejamento das cidades. Vejo as proposições da autora como um diálogo importante para as questões que me propus a enfrentar nesse trabalho. Sobre estas questões refletir sobre:

- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

¹⁹³ No atual debate sobre o “projeto de requalificação do centro da cidade”, grande parte dos entraves colocados pelos representantes do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), perpassam a questão do que deve ser prioridade nessa mudança, os estacionamentos, a circulação de veículos, o investimento nas atividades comerciais etc. No anteprojeto apresentado para discussão com membros dessas instituições não se conseguiu manter a primeira proposta. Conforme anuncia o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Dílson Dalpiaz, presidente da Comissão Municipal do Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho, as prioridades serão “*o pedestre, o ciclista, o transporte coletivo e os veículos particulares, nesta ordem*”. Nada que inviabilize ao longo das negociações a conjugação dos interesses que não são tão díspares, quanto aparentemente indicam, visto que o secretário Dílson Dalpiaz já foi diretor da ACIUB e continua associado a esses grupos. Essas discussões foram acompanhadas nos sites dos órgãos enunciados, no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia e em matérias divulgadas no *Jornal Correio de Uberlândia*. Uma discussão importante para esse processo está em:

- MOTA, Núbia. Trânsito está no centro do debate. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 mar. 2009.

Porém, de modo contraditório, as proposições para organizar o vivido vão explicitando recusas e alianças. Assim, a matéria produzida em 2008 e apresentada a seguir aponta a autonomia dos bairros em relação ao centro comercial, justificando, em grande parte, porque o centro comercial deve produzir outras referências, destinar-se a outro público, valorizando, com isso, os propagados “*subcentros*”. Noções de cidade que vão sendo construídas ao passo que proposições de mudança vão ganhando forma, lugar e público alvo:

Enfrentar congestionamentos nas avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena, ter dificuldade para estacionar no entorno da praça Tubal Vilela ou batalhar por espaço para andar em calçadas movimentadas de ruas como a Tenente Virmondes e Machado de Assis fazem parte do cotidiano de milhares de uberlandenses. Para outros, entretanto, essas atividades são uma realidade distante. Distante cerca de 10 quilômetros ou mais do Centro de Uberlândia.

A expansão urbana provoca um fenômeno que transforma bairros, como o São Jorge e o Luizote, por exemplo, em espécies de cidades-satélites do hipercentro uberlandense. Essa autonomia relativa pode ser explicada de várias maneiras: seja pelas amplas opções comerciais existentes nestes bairros, seja pela pobreza que afasta os mais humildes das áreas nobres e centrais ou mesmo pela miscelânea do rural com o urbano que ainda persiste na rotina de quem vive na divisa do asfalto com o campo.

O fato é que muitos moradores de Uberlândia têm uma relação longínqua com o Centro. Tanto no aspecto físico – do afastamento quilométrico – quanto no comportamental – da independência para cumprir obrigações do dia-a-dia sem precisar se deslocar até o “coração” da cidade.

Com corredores comerciais pujantes, dezenas de bairros periféricos de Uberlândia proporcionam aos seus moradores praticamente tudo o que precisam.¹⁹⁴

Essa matéria apresenta relações desiguais na cidade propondo conformar espaços em territórios particularizados, enquanto consenso social dos moradores de Uberlândia. As pressões e exclusões construídas nesse convívio, mais uma vez, não aparecem. O que fica claro é que a “*autonomia*” dos ditos “*bairros periféricos*” diz

¹⁹⁴ FERNANDES, Arthur. Comportamento. Bairros autônomos tornam idas ao Centro dispensáveis. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 de fev. 2008. Caderno Cidade, p. B-3.

Conforme estruturação da Prefeitura Municipal de Uberlândia, os subcentros atualmente em voga são: bairro Luizote de Freitas na região oeste, bairro Planalto na região oeste, bairro Presidente Roosevelt na região norte, bairro Santa Mônica na região leste e bairro São Jorge na região sul. Outros bairros que foram indicados, mas não conseguiram se manter no projeto da Prefeitura foram os bairros Tocantins, região oeste e Morumbi, região leste. Conforme justificativa do Poder Público, essas regiões são contempladas com a proximidade de outros subcentros, respectivamente Luizote de Freitas e Santa Mônica. Certamente, há outros indícios para essas e outras desistências que merecem maior explanação. A prioridade afinal não é a produção, ou potencialização dos subcentros nos bairros para atender à população, mas justificar uma mudança no uso do centro comercial, portanto serão destacados com empreendimentos públicos apenas alguns bairros. Esta intenção exige reconhecer e se utilizar da referência já vivida em alguns bairros, mas não em todos. A indicação de bairro pólo pressiona comprometer de melhoria que o Poder Público não está disposto a firmar caso não haja benefícios e recursos envolvidos para outras atividades.

muito mais sobre outros espaços, no “*coração da cidade*”, que seriam dispensados pelos moradores em questão. A explicação, revestida de escolha, traz à tona práticas de transformação e diferenciação social a partir de desigualdades de acesso e uso.

As chamadas “*ciudades-satélites*” são colocadas pela reportagem como equivalentes ao “*hipercentro*”, portanto não apontam nenhuma exclusão, mas sim comodidade e uma cidade que atende a todos. Entretanto, mesmo que essa condição de melhoria nos bairros seja importante para determinadas necessidades e expectativas dos moradores é necessário apontar que elas não foram disponibilizadas a priori, foram produzidas nas lutas desses sujeitos, no empenho cotidiano de evidenciar os direitos à cidade.

A relação longínqua que é apresentada não desmerece o “*dado econômico*” que favorece essa distância do centro comercial. Contudo, essa condição de vida, apontada como um índice econômico aparece como uma condição menor diante da auto-eficiência colocada em primeiro plano: “*corredores comerciais pujantes em dezenas de bairros periféricos de Uberlândia*”. É muito bom morar fora do “*coração da cidade*”, mas pra quem?¹⁹⁵

O que importa na prática enunciada pelo *Jornal Correio de Uberlândia*, não é a autonomia dos bairros, mas insistir na noção de que ela responde a um “*fenômeno*” em que mais nada falta aos moradores dessas regiões, mesmo aos considerados sem condições de ir ao centro comercial. A lógica sugerida é que se você não têm o que procura no seu bairro, com certeza em um mais próximo, sem ser no tal “*hipercentro*”, encontrará. O interesse é controlar e restringir o uso da cidade há um pretense lugar

¹⁹⁵ Essa é uma questão que me incomodou diante as urgências que permeiam o início do século XXI e que perpassam a proposição de “*requalificação*” dos centros comerciais e históricos de várias cidades, há algum tempo está em pauta e em obras permanentes – vide Salvador, Recife, Belo Horizonte, dentre outras. Pensando nisso, não considerei tranqüila a historicidade de determinados convívios e visibilidades daqueles que permanecem nessas regiões – mesmo não condizendo com o padrão de referência que se quer para áreas tidas como centrais. Os moradores de casebres e colônias, vendedores de rua e pedintes expressam condições desiguais de vida, partilhadas nesses espaços. A meu ver, o “*requalificar*” tem nessa nova prática muito de uma velha pressão para expulsá-los. Prática catalogada como planejamento urbano, racionalmente denominado agora como “*revitalização*”. Ou seja, práticas classistas de disputar modos de viver. Mesmo não desconsiderando a relevância e expectativa de melhorias na cidade, o que sei é que quando essas são propostas se efetivam elas não dimensionam melhorias a todos. Elas chegam para muitos moradores quando esses deixam de morar, trabalhar, usar esses lugares. Ora porque efetivamente as pressões evidenciam o que não foi planejado para eles, ora porque alguns não conseguem resistir ao que lhes expulsam e excluem, considerando a possibilidade de criar alternativas de trabalho e circulação em outros territórios para assim prosseguir seus viveres. As pressões e limites em que são feitas as relações sociais exigem, mais incisivamente dos trabalhadores, revitalizarem valores para resistir, reformularem práticas diante as necessidade e, muitas vezes, reconstruírem seus territórios, seus modos de viver.

pensado para determinados sujeitos, dentro de uma dinâmica social em que os usos dessa cidade proponham conformação e não evidenciem as disputas.

Na mesma página, insistindo na satisfação com que cada um vive o seu lugar na cidade, uma coluna forma par com a reportagem anterior, produzida pelo mesmo repórter. O destaque da pluralidade de viveres em Uberlândia mais uma vez pulveriza desigualdades das relações sociais, colocando-as enquanto gosto “criativo” por um viver diferente e, a propósito, distante do centro comercial:

Se as facilidades nos bairros periféricos afastam muitos moradores do Centro, as dificuldades (financeiras) também distanciam muitas famílias. Não é preciso andar muito para achar dezenas de crianças que nunca foram, por exemplo, ao principal shopping center uberlandense. Garotos e garotas que nunca puseram a mão em um controle de videogame, não sabem o que é internet ou qualquer outra diversão eletrônica. Por ironia, essas crianças são facilmente encontradas no bairro Shopping Park [região sul da cidade].

É o caso dos irmãos Diego e Diogo da Silva, 11 e 6 anos, respectivamente. Filhos do lavrador Reginaldo da Silva, os dois nunca foram ao shopping. Brinquedos caros e outras modernidades também estão fora do contexto dessa turma. No entanto, a maneira empolgada e ativa de brincar em um barranco de terra é uma coisa que só se encontra nestas áreas periféricas. “Eles estão acostumados com isso. Só querem brincar na terra”, contou o pai.¹⁹⁶

Uma fórmula fácil de ser enunciada, mas que não combina com as tensões e a violência vivida em processos de transformação social. Por que seria uma ironia encontrar essas crianças no bairro Shopping Park? Parece-me que contradição seria se fossem moradores dos condomínios de luxo, próximos a esse bairro. Ao mostrar o seu estranhamento de classe por encontrar pessoas que nunca foram ao shopping, ou nunca brincaram de vídeo-game, como se essa fosse uma opção, o repórter simplesmente ignora as condições de vida desiguais expressas nessas ausências. Brincar na terra necessita mesmo de muita criatividade, não por ser “psicologicamente” uma interação necessária para a formação das crianças, mas porque o que é possível é o que compõem as práticas dos sujeitos. São as necessidades e interesses que limitam e impulsionam o modo como se vive, mas não impedem que sejam construídas formas de tocar a vida.

A foto, que compõem essa reportagem, traz crianças no monte de terra. Descalças, sorrindo e sem camiseta. Estão lá, posando para o fotógrafo da reportagem, sugerindo um contentamento que pode até mesmo existir, mas não impede seus sonhos e expectativas de outras possibilidades. Ao lidar com as limitações e dificuldades de outros moradores, o repórter não tem compromisso com o que dá visibilidade, pois essa

¹⁹⁶ FERNANDES, Arthur. Diferenças. Pobreza dificulta proximidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 fev. 2008. Cidade, p. B-3.

é uma explicitação ancorada na promoção intencional de modos diferentes de viver, indicando que todos vivem na cidade, mesmo que de diferentes formas. O problema é que esse limite interpretativo ameniza as pressões desiguais que muitos enfrentam¹⁹⁷.

Seu Reginaldo, pai das crianças, não precisaria dizer que é pelas condições de vida que têm que vivem dessa e, não de outra maneira. O peso dessa correlação de forças o pressionava a anunciar, por um outro caminho, o que sabe de cor, “*Eles estão acostumados com isso. Só querem brincar na terra*”. O costume aponta as práticas e condições de vida de quem pertence desigualmente a essa cidade e estar acostumado não é conformar-se, mas lidar com as possibilidades que se tem.

Bairros como o Shopping Park, região sul da cidade, apresentam uma ocupação fora da racionalidade pretendida por determinados “gestores urbanos”. O bairro se faz das necessidades e potencialidades que apresenta para muitos que vão para lá. Ficou estigmatizado como sendo a possibilidade de trabalhadores empobrecidos, seja pelas ocupações e loteamentos promovidos, seja pela distância que manteve (e ainda mantém) das benfeitorias públicas e do acesso ao centro comercial. Nesse percurso, foi compondo o território de muitos que vislumbraram viver em Uberlândia, mesmo com limitações em suas condições de vida.

O direito à cidade, mesclado de dificuldades de encaminhar a vida, propicia que chácaras, hortas, autoconstruções, assentamentos, façam parte do que constitua o bairro, do que compõe a cidade. Mesmo que esse seja um contragosto dos que avizinham o bairro, em grandes condomínios e construções de luxo. O bairro Shopping Park foi um

¹⁹⁷ O trabalho de Barbosa propiciou uma reflexão importante sobre o uso de imagens de pobreza como referência de um lugar, de um modo de viver. Ela chama a atenção para as relações que produzem e mantêm essas imagens. A autora apresenta no seu texto o incômodo com essas imagens que “projetavam os lugares da seca como o depósito da desgraça, da tragédia” (p. 13). Essa insatisfação foi um primeiro passo para que Barbosa se embrenhasse na problematização da produção social dessa memória e as intencionalidades dessa prática, trazendo assim, os modos de viver em desigualdade no Ceará e o uso por determinados sujeitos na construção de um estigma de pobreza. Sua proposta era desconstruir a noção de que as pessoas são personagens do cenário da seca. A investigação sobre a experiência social da seca trouxe-lhe enfrentamentos que evidenciaram as tensões sociais e os usos das imagens para que as histórias possíveis não compusessem a história proposta sobre as práticas cotidianas dos cearenses, principalmente a partir de um conjunto de fotografias, renovadas e repetidas a cada nova intenção de naturalizar os modos de viver a partir da imprensa. Avalio, após a leitura de seu trabalho, que não lidamos apenas com constatações e fixação de espectros de pobreza. Ao problematizar a visibilidade das desigualdades na sociedade em que vivemos, questionamos o como e por que a realidade se forja na fome, na doença, nos lugares, na moradia etc. Pois, sugerir para a realidade a normalidade ou espetacularização enquanto resposta, não pode resolver as questões do historiador, mas, sim, apontar problemas e disputas no lidar com o que é vivido. Com isso quero dizer que a diferença que tipifica e, contraditoriamente, homogeneiza, não pode substituir o que é experimentado enquanto desigualdade. Ver as discussões da autora em:

- BARBOSA, Marta E. J. *Os famintos do Ceará*. Imprensa e fotografia, entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

foco que não conseguiu ser abafado pelas negativas de bem viver que perduram por tantos anos (irregularidade do ônibus, falta de asfalto e esgoto, ausência de creches e atendimento médico, dentre outras). Hoje, eles têm escola, um PSF (Posto de Saúde da Família) e um projeto de asfaltamento e de rede pluvial em andamento. Lutas que permanecem frente à expectativa de não conviver com as inundações, poeira, falta de segurança etc. Mas ainda há muitas ausências, sentidas ao olhar um pouco adiante dos terrenos vazios e das limitações do rio Uberabinha e do Anel Viário – conforme é possível observar no mapa V.

Essa conjugação de carências aponta a gritante desigualdade experimentada na cidade, mais evidente pela presença de condomínios, como Gávea Paradiso (2007), Gávea I e II (2001), dentre outros. Com a chegada desses condomínios de luxo e os centros universitários, os moradores avistaram não só a ocupação da região, mas também o que potencializa as suas ausências. Vendo aí uma possibilidade de partilhar melhoras, mesmo que na dissidência de valores.

Para além das conquistas almeçadas com esses novos vizinhos dos moradores do Shopping Park, há riscos eminentes. Essa região pode ser pressionada para que deixe de ser um “bolsão” de isolamento de trabalhadores empobrecidos para atender à expansão dos condomínios. Retomo aqui a noção do “*ficar espremido*”, do “*readequar*” empurrando não para a partilha de melhorias, mas para novas andanças para distâncias maiores na cidade. O vazio urbano que compôs todos esses anos o em torno do bairro Shopping Park parece ter “destino certo”. Porém, essas são disputas que estão sendo construídas, apesar dos pesos na correlação de forças apontarem mais perdas do que ganhos para trabalhadores envolvidos nessas desiguais ocupações da cidade.

O trabalho de Caldeira destaca tensões na produção da cidade de São Paulo, em especial com a proliferação do que denominou “*enclaves fortificados*”, condomínios que são propostos para reorganizar relações e convívios na cidade entre desiguais. Nesse sentido, a “solução” classista encontrada para problemas sociais vem marcada por interesses que “podem pagar” por exclusivismos de bem viver. Entretanto desigualdades que compõem a cidade não permitem a efetivação desse isolamento, a vizinhança “*indesejada*” traz os limites do dirigismo da ocupação da cidade¹⁹⁸.

¹⁹⁸ CALDEIRA, Tereza P. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000. Sua análise, no campo da Antropologia, propõe como incômodo a tendência em valorar áreas distantes do centro comercial, destinando-as para produção de condomínios, privilegiando aí um seletor público de classe média-alta para a composição de moradores. A partir do suposto da segregação a autora problematiza o planejamento urbano, apontando a exclusão social.

O mapa anterior traz, em destaque, a região sul da cidade de Uberlândia com o bairro Shopping Park e os bairros que se localizam nas proximidades. A tentativa é dimensionar essa “distância” que formula pressões para se viver na cidade. Mesmo que os condomínios tenham sido construídos em período posterior à existência do bairro Shopping Park, no mapa eles se localizam em uma região anterior à deste bairro, o que não se limita a uma questão espacial. Esse modo de viver de trabalhadores também fica um pouco mais atrás nas decisões de benfeitorias e nos usos da cidade.

Muitas ausências desautorizam os interesses dos trabalhadores, indicando desigualdades como parâmetro da mudança, não para favorecê-los, mas para deixá-los fora do que é esperado enquanto melhoria. Por isso, a efetivação de direitos, de políticas públicas, traça caminhos de transformação que nem sempre contemplam as necessidades e expectativas presentes no conjunto das relações sociais.

Determinada produção da cidade, como a jornalística, perpetua uma lógica que impele indagações sobre aqueles que experienciam outras nuances dessas transformações sociais, a perplexidade do repórter ao lidar com as crianças que nunca tiveram um vídeo-game, ou foram ao Shopping destaca a cômoda “criatividade” como explicação desse modo de viver. Alterar, ou manter, o como as pessoas vivem é sempre um caminho que precisa construir legitimidades, caso contrário, o uso da força pode provocar conflitos. A historicidade desse processo de confrontação classista em Uberlândia com desapropriações, aumento de taxas públicas, ausência de benfeitoria e uso da polícia apresenta longos embates pelo dirigismo e organização da cidade, resultando exclusão e pertencimento em medidas inconstantes.

Ainda assim nas relações classistas, muitas vezes, os interesses desiguais podem combinar expectativas comuns, mesmo que certos modos de viver tenham prioridade para o Poder Público, como no caso dos empreendimentos vinculados aos bairros de luxo e condomínios da região sul. Em diferentes proporções, mas como algo extremamente significativo, atende a interesses de moradores do bairro Shopping Park, porque esses têm maior visibilidade na luta pelo ônibus, rede pluvial, asfalto, policiamento etc¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Quando o Poder Público define as áreas da cidade que serão destinadas à construção de “moradias populares”, acaba definindo inicialmente quais regiões não serão destinadas para tal fim. Uma proposição que anuncia, ao menos aparentemente, uma preocupação com o direito à moradia, ao final indica modos de exclusão e de pressionar o movimentar dos moradores para determinados espaços da cidade. Mesmo que o governo Lula, gestão 2003-2006/2007-2010, proponha inovações nessa política de planejamento das cidades, as pressões que o Estatuto da Cidade promoveu para a produção dos Planos Diretores ocorreu em correlação de forças desiguais, em que poucas ações efetivas foram transformadas. As

Esses condomínios, por remeterem a determinados projetos de cidade, modos de viver privilegiados, tornam-se referência para adjetivar esses lugares e a cidade, onde a imprensa, as imobiliárias e Poder Público procuram isolar as demais regiões e promover essas áreas de “bem viver”. Em vários sites de imobiliárias e de construtoras é possível observar a promoção desses condomínios enquanto garantia de acesso à natureza, esporte, lazer, segurança etc.

Em divulgações do condomínio Gávea esses “atrativos” são enunciados e promovidos com imagens do lugar:



Imagem XXXII
Condomínio Horizontal Gávea Paradiso
Av. Paulino Gracindo, Bairro Gávea
Uberlândia – Minas Gerais

Fonte: <<http://gaveaparadiso.com.br>>

cartilhas e livros da campanha do Ministério das Cidades em 2006, “Plano Diretor Participativo, Cidade de Todos” e que o Instituto Polis publicou como “Kit das Cidades”, anunciam que as tais Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS – são uma conquista e garantem a “moradia popular” e o planejamento participativo da cidade. Mas, infelizmente tenho dúvidas sobre a eficiência dessa prática enquanto promotora da “justiça social”, ainda que reconheça os investimentos federais, intervindo com políticas públicas de combate à desigualdade, seja com a aquisição da casa própria, seja com as melhorias de saneamento, educação etc. Não vejo que a disponibilização de áreas da cidade para empreendimentos sociais seja algo tranquilo, bem como a garantia da qualidade dos serviços públicos nesses projetos. Desse modo, tal proposta de mudar as cidades brasileiras avança alguns passos, mas a disputa permanece, forçando, muitas vezes, a recuar. O que fica mais perceptível quando não há intervenções federais na prática das Prefeituras, Construtoras, Imobiliárias etc., que disputam os espaços da cidade num campo de forças em que a classe trabalhadora inibe, mas não impede desigualdades. Sobre essas questões, interessante apontar as produções abaixo que, didaticamente, pretendem compor um cenário de mudanças para práticas que ainda estão em disputa, isto é, para serem resolvidas.

- BOCCHINI, Maria Otília et al. *Vamos mudar nossas cidades? Sim!* São Paulo: Polis. 2002. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.

- CARDOSO, Patrícia; SANTORO, Paula; CYMBALISTA, Renato. *Plano Diretor, participar é um direito!* São Paulo: Pólis. 2005. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.

- SANTORO, Paula; VAZ, José Carlos. *Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano!* São Paulo: Polis. 2005. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.

A imagem XXXII apresenta a estrutura planejada para o condomínio Gávea Paradiso, apresentando a portaria e seu interior, potencializando essa visibilidade pelo atrativo das construções de alto padrão, áreas verdes e de lazer. Esses empreendimentos não relacionam o externo ao condomínio visto que poderiam ser considerados empecilhos ao projeto. A sugestão é colocar como possível o isolamento, prometendo “qualidade” pela constituição de um território exclusivo para quem pode pagar por ele e excludente para os que não partilham tal proposição.

A “corrida aos condomínios” aponta que as tensões sociais passam a ser reformuladas por alguns moradores da cidade, indicando a proposição de redutos particulares que possam estar alheios às relações desiguais que permeiam a sociedade e os pressionam para restringir e ou mudar certas práticas. O que respondem sugerindo outros projetos para a cidade: com vias de acesso rápido, shoppings diferenciados e áreas de sociabilidade e comércio privilegiadas. Entretanto, as contradições desse processo apontam limitações para esses projetos, ora colocadas pelo convívio que mantém fora dos condomínios, ora pelo compartilhar dessas áreas de lazer, estudo, comércio, moradia que não estão sob controle de suas “preferências”, a vizinhança também usufrui, dentro de suas condições, dos espaços disponibilizados nas proximidades. Desse modo os conflitos pelo direito à cidade continuam enquanto pauta das relações.

Os estudos acadêmicos, procurando compreender “*esse fenômeno urbano*” também vêm direcionando suas pesquisas para mais uma construção explicativa dos espaços diversificados da cidade, considerando que os outros bairros passam a compor a região do “*entorno da nova periferia*”. Nesse sentido, esses trabalhos em muitos casos, tornam-se promotores desses condomínios.

O trabalho de Moura²⁰⁰, retratando a gênese e desenvolvimento da “*nova modalidade de construção*” – condomínios horizontais – na cidade de Uberlândia, destaca a região sul como um dos setores mais promissores na cidade para esse empreendimento, assim como a região leste. Considera que esses condomínios “*revalorizam*” os bairros já existentes no em torno, no caso específico que destaco, os bairros Shopping Park e Nova Uberlândia.

²⁰⁰ MOURA, Gerusa Gonçalves. *Condomínios Horizontais/Loteamentos Fechados e a Vizinhança (In)desejada*. Um estudo em Uberlândia/MG. 2008. 270f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

Para Moura, essa “*nova forma de moradia urbana*” agrega valores à periferia, tornando-a “*plural*”, uma “*nova periferia*”, já que possibilita crescente acesso a serviços públicos e novas benfeitorias: maior segurança, vias de acesso rápido, centros universitários, centros comerciais, hospitais, além de infra-estrutura básica como água, esgoto, asfalto, rede pluvial etc.

A autora, alicerçada no âmbito da análise geográfica, não abandona as noções centro-periferia, mesmo com evidências para tal. Insere nessa percepção uma “*nova lógica segregacionista*”, como se os limites permanecessem e cada espaço pudesse ser definido com um tipo homogêneo, e dentro dele, fosse subdividido em “*periferia tradicional*” e “*nova periferia*”.

Ao longo do trabalho, traz um incômodo com a vizinhança, embora não a coloque como parte das relações que permeiam sua análise, colocou-a sim como sendo parte daquele espaço do em torno, fazendo um reconhecimento dos limites físicos de convivência e da diferença de ocupação da cidade. As disputas, para ela, não são classistas, mas na organização do espaço urbano, uma espécie de busca pela expectativa de alcançar “*status*” ao morar em um condomínio, caminho positivo de ocupação da cidade.

Para a autora, o ponto de partida para olhar a cidade é o dos condomínios. Portanto, mesmo quando dialoga com outros sujeitos, moradores do bairro Shopping Park por exemplo, o que está em questão é a condição dos moradores dos condomínios terem, ou não, “*a vizinhança desejada*”. Moura traz a estruturação pormenorizada desses condomínios: a “*diversificação*” dos mesmos, as campanhas imobiliárias para as vendas, os equipamentos de lazer que oferecem, estrutura física etc. Contudo, as tensões e valores que perpassam essa produção social desigual não são o seu foco, acaba avaliando a moradia, ou não, nos condomínios como modos de lidar com os espaços da cidade e com o “*ato de morar*” em uma “*cidade média*” em busca de “*status*” social.

Esse processo é resolvido em sua reflexão, avaliando que houve em Uberlândia, seguindo um processo já evidenciado nas “*metrópoles*”, de “*fragmentação do território*”, “*reflexo das modificações da organização urbana*”. Considero que os modos de viver não advêm de “*uma paisagem modificada de acordo com a dinâmica do processo de urbanização*”, longe disso, os modos de viver disputam o processo de constituição da paisagem urbana, formulando aí seus territórios, procurando legitimá-los com suas práticas.

A indicativa de Moura de que “*bairros populares*” acabam sendo “*revalorizados*” a partir da chegada dos condomínios deve ser colocada em questionamento. Não é a “ascensão” dos moradores do Shopping Park que está em questão. Os empreendimentos imobiliários vinculados a condomínios de luxo fortalecem a distância de classe, ainda que a distância espacial não dê visibilidade a esse dimensão de exclusão social.

Por isso, mesmo que o zoneamento da cidade proponha resolver as dissidências de classe, anunciando que priorizou a “*homogeneidade dos espaços*”, é inegável que faz parte de mais uma prática de evidenciação de certos grupos em detrimento de outros, além de uma pressão contundente para o movimentar de moradores que não consigam pagar pela sua permanência diante o encarecimento do IPTU, e dos constrangimentos que venha a vivenciar nesse convívio. Nesse sentido, a organização dos “*subcentros*” que aponta o aparente reconhecimento do potencial dos bairros, reforça a finalidade de garantir as ausências desses moradores no uso e circulação pela área central. Já a produção de condomínios denominados “populares” encaminha uma dinâmica muito semelhante, sugerindo a inclusão de todos nos projetos de cidade, elencados como modelos, vide condomínio de alto padrão. Como se a cidade acomodasse a todos nos seus devidos lugares.

O importante nessa proposta de “*subcentros*” e “*requalificação*” da cidade é observar a construção de uma lógica de acesso e satisfação garantida a milhares de moradores dos bairros adjacentes às áreas em destaque, como se essa organização dos bairros fosse algo planejado e efetivado pelo Poder Público e não resultado de uma feita promovida pelas intenções dos moradores. Estes se viram impelidos pelas necessidades e expectativas de morar em Uberlândia a construir e lutarem por alternativas ao ônibus, ao asfalto, à escola, ao atendimento médico, à segurança pública, ao abastecimento de alimentos, vestuário e ao lazer.

No entanto, além de desconsiderar a feita desse lugar pelos moradores, aponta aí o descaso em relação a outros eixos produzidos pelas necessidades de muitos outros moradores. Outras carências também ficam desautorizadas frente a essa positivação do “*ter tudo*” nos “*subcentros*”, pois mesmo neles faltam vagas nas escolas, atendimento médico-hospitalar eficiente, maior fluxo de ônibus, policiamento etc.

Esses bairros diferem entre si e cumprem papéis desiguais na classificação realizada pela Prefeitura de Uberlândia. Muitos sentidos se invertem com essa prática. A proximidade com o centro, por exemplo, que traz uma valorização extremamente

ressaltada no mercado de imóveis, cede lugar, nesse caso, à ineficiência urbana da região central da cidade (trânsito caótico, barulho, violência). Com isso, tenta-se efetivar outra dinâmica, a de que a distância não é um empecilho, ao contrário, desobriga as pessoas de conviverem com o tumultuo e gastos com deslocamentos para o centro.

O repórter Arthur Fernandes, mencionado há algumas páginas atrás, encerrando sua discussão sobre o “hipercentro” e os bairros “*ciudades satélites*”, reforça essa possível inversão de valores. Trouxe o senhor Oséias reunindo todas as outras proposições dos textos jornalísticos que produziu, para compor a página de reportagens do *Jornal Correio de Uberlândia* do dia 03 de fevereiro de 2008.

Acompanhando o percurso dessa produção, vejo que tinha um mesmo eixo perpassando desde a “*autonomia dos bairros periféricos*”, o “hipercentro” como uma “não referência” dos moradores da “*periferia*”, até chegar à explicação de que a satisfação das pessoas com o modo de viver que têm afastam-nas do centro comercial, seja por auto-suficiência do lugar, seja pela tranquilidade exótica que garante.

Tudo isso, para dizer que mesmo que as condições financeiras possam pesar nesses encaminhamentos, o shopping center, as atividades do centro, o vídeo-game, não fazem falta a determinados moradores da cidade, simplesmente porque têm outra vida. Não indica que essa outra vida leva-o a lidar com a poeira, o mato, a distância de serviços públicos etc. A resposta fácil do repórter é possível para quem não tem que experimentar todos os dias essa condição.

Já seu Oséias, que diz do seu trabalho, dos seus valores, não justifica a indicação desse conformismo. Não é sua a preocupação dizer que viver de tal modo signifique estar, ou não, na cidade. Quem propõe retirá-lo dessas relações, com a prática do enquadramento de classe é o repórter, que rotula seu viver como “*vida rural*” e, assim, justifica porque seu Oséias vive distante do “urbano” e não precisa de benfeitorias “urbanas”, naquela região, próxima ao Shopping Park. Essas proposições estão na seguinte matéria:

Entre o rural e o urbano

Montado na égua Chalana, o vaqueiro Oséias José Ferreira também mantém distância do pandemônio visto em avenidas como a João Pinheiro e Floriano, por causa do trânsito congestionado. Ele divide a vida entre a casa da família no Santa Mônica e o pedaço de chão na região Sul de Uberlândia. Na chacrinha às margens do Anel Viário Sul (nas intermediações do Shopping Park), tranqüilamente, ele toca o gado que pasta ao lado do asfalto da estrada ainda sem movimento. “Tem dia que nem vou lá. Só troco essa vida se for para

mudar para uma cidade menor”, afirmou. Ele diz que não mexe com banco e só vai ao Centro para pagar algum carnê. “A gente sempre compra alguma coisinha ou outra. Se não fosse isso ficava aqui 24 horas por dia”, explicou²⁰¹.

É assim que o repórter apresenta essas diferenciações, seja para manter esses sujeitos distantes na cidade, seja para transformar esse modo de viver em um exotismo: “*Montado na égua Chalana, o vaqueiro Oséias José Ferreira também mantém distância do pandemônio visto em avenidas como a João Pinheiro e Floriano, por causa do trânsito congestionado*”. Como se a cidade de Uberlândia não estivesse também ali onde trabalha e tantos outros também moram.

O meio urbano do “*hipercentro*” novamente ganha suas adjetivações de correria, trânsito ruim, com ruas movimentadas e inseguras. Um lugar desnecessário para quem vive a “*quilômetros*” dali, na calma e tranquilidade, ou na autonomia dos bairros. Mas, para quem então é a proposta de “*revitalização*” do centro? Quais os interesses imbuídos nesse ocupar a cidade - centro, bairros, condomínios - que, a meu ver, compõem uma mesma disputa?

A propagação de que “*dezenas de bairros periféricos*” são “*idades-satélites*” autônomas, de que há um crescente número de condomínios de luxo sendo construídos afastados do centro comercial, da urgente necessidade de “*requalificação*” do centro comercial, trazem um suposto que legitima essas práticas de mudança/permanência. Certamente esse encaminhamento de exaltação é o mesmo que apaga o processo em que é produzida algumas autonomias nos bairros, é o mesmo que pormenoriza as limitações e pressões para que esses não usem e circulem pelo centro comercial. Ou mesmo o que quer manter “*fora do urbano*”, sem produção de benfeitorias, como a região destacada como “*rural*” no bairro Shopping Park.

O que está em questão não é se o centro é desnecessário. Essas pessoas precisam de encaminhamentos que respondam à urgência de seus usos da cidade. Portanto, a identificação que se quer construir com a formulação de bairros como “*subcentros*” não cabe na vida das pessoas enquanto contentamento. Evidente que é importante ressaltar o que construíram no bairro, nas disputas ordinárias do viver em sociedade, mas o direito à cidade não se encerra aí.

Assim, novas expectativas e antigos anseios estão sendo recolocados e vividos constantemente, não cabendo nos quadros que tratam da porcentagem de atividade

²⁰¹ FERNANDES, Arthur. Diferenças. Pobreza dificulta proximidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 fev. 2008. Caderno Cidade, p. B-3.

comercial, equipamentos públicos e número de habitantes. Dimensionar o que falta, ou o que se resolveu no desigual pertencimento social não põe fim aos senões da vida que segue. Ignorar esse percurso para viver do presentismo da urbanização de certos bairros é abandonar as lutas que produziram esse presente e que sustentam expectativas futuras para muitos outros.

Em relação aos centros comerciais de bairros é importante destacar que há uma tensão sobre o lugar dado ao comércio. Nos conjuntos habitacionais – como o Luizote de Freitas – áreas foram propostas para concentrarem a atividade comercial, mas foram rejeitadas pelos moradores, onde muitas, até hoje, não se inseriram na dinâmica dos bairros. A vida não fica presa a ter casa e ao modo como ela foi alcançada. Era preciso produzir, naquele espaço, o território deles, não sem conflitos, mas esperavam que o lugar onde foram viver respondesse às necessidades e expectativas de morar e pertencer à cidade²⁰².

Esses sujeitos produzem constantemente referências para legitimar os lugares de comércio no bairro, seja onde se concentra a princípio o maior número de moradores, ruas em que se realiza a feira livre, percurso do ônibus, local de instalação de escolas, seja onde instalaram o atendimento médico-hospitalar. Essas marcas de uso compõem a motivação para o comércio do bairro, que constantemente exige novas leituras das relações que se estabelecem nesses lugares, segundo as necessidades e expectativas dos moradores vão sendo formuladas e novas identificações vão sendo construídas.

O *Jornal Correio de Uberlândia*, mantendo-se participante dessas disputas, publicou algumas matérias reafirmando – por meio da produção de histórias de bairros da cidade – a proposta dos “*subcentros*”. Como destacado anteriormente, esse periódico já havia indicado o papel do bairro São Jorge e Luizote de Freitas enquanto “*ciudades-satélites*”²⁰³.

²⁰² Sobre a experiência dos moradores nos bairros de Uberlândia e como transformam esse espaço em seu território de valores e lutas, conferir abordagem de Reis em sua dissertação. O trabalho de Souza é relevante pelo destaque à luta por moradia em São Paulo, em sua reflexão o autor amplia a noção do morar e a insere nas outras decisões e práticas dos trabalhadores, indicando a produção do lugar de moradia. Souza dá visibilidade às condições de vida dos moradores e como valoram seus empreendimentos de luta e seu pertencimento social segundo as relações que compõem. Conferir:

- SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC/Hipótese, 1995.

- REIS, Maúcia V. dos. *Entre viver e morar: experiências de moradores de conjuntos habitacionais*. (Uberlândia – anos 1980/1990). 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

²⁰³ FERNANDES, Arthur. Comportamento. Bairros autônomos tornam idas ao Centro dispensáveis. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 de fev. 2008. Cidade, p. B-3.

Nesse mesmo caminho, também historicizou o bairro Planalto com um percurso de dificuldades enfrentadas pelos moradores, mas que confirmou vitórias, conquistas e consagração. Como se “*em progresso*” o bairro tivesse se tornado um dos “*subcentros*” da cidade. Um bairro autônomo. Esse é o ponto em que se quer chegar, legitimar que as escolhas para organizar a cidade não estão em dissenso, mas sim, que seguem um ritmo natural de atender a todos, até mesmo nos bairros mais distantes do “*hipercentro*”²⁰⁴.

Histórias são contadas por esse veículo de comunicação como se significassem o fim das dificuldades, como se agora restasse apenas olhar para trás e ver, “*com saudade*”, essas lembranças. Esse tom deixa de lado as marcas que retratam a persistência de alguns moradores em construir seu lugar na cidade:

*“Quando pensou em vender a casa financiada no bairro Luizote de Freitas para construir no lote recentemente adquirido no bairro Planalto [1986], ambos na região Oeste de Uberlândia, Sebastião Pedro da Silva, 54 anos, se agarrou no único ponto positivo que havia na troca. Vendê-la significava quitar várias prestações atrasadas entre outras dívidas que se acumulavam”*²⁰⁵.

A reportagem evidencia um processo em que as desigualdades são traduzidas como “*desafios*” pelos quais as pessoas passam e “*superam*”, quando estes são “*determinados*”. Deixa de lado que são esses enfrentamentos que confirmam a potência de moradores da cidade, nas disputas que se colocam para ocupar e produzir seus territórios. Abrir mão de uma casa já adquirida, porque poderá perdê-la pela dificuldade do pagamento das prestações faz com que sujeitos, como o senhor Sebastião, vejam na compra de um terreno, em um “*descampado*”, a possibilidade de ir construindo novas alternativas; pagar contas e prosseguir a vida, mesmo que saiba que não há muitos pontos positivos nessa mudança.

São esses sujeitos que abrem caminhos, produzem o bairro Planalto, como retrata a esposa do senhor Sebastião: “*Ainda não tinham passado as máquinas para abrir as ruas quando nós mudamos pra cá, as trilhas eram abertas por nós com as nossas andanças a pé ou de bicicleta, disse Solange Aparecida*”. Para sair do convívio com o que “*não tinha nada*”, tiveram que enfrentar o medo do cemitério – o “*único vizinho*”, as andanças a pé – pela falta de ônibus –, as longas distâncias para comprar

²⁰⁴ THIAGO, Gislene. Bairro parece ter uma cidade em seu interior. Infraestrutura atrai comércio e rede de serviços onde antes havia um descampado. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 14 de mar. 2009. Especial Jornal Correio: Um pouco da história do Bairro Planalto – Uberlândia.

Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2009/03/15/35797/bairro_parece_ter_uma_cidade_em_seu_html>, Acesso em: março de 2009.

²⁰⁵ Idem, ibidem.

algo, levar os filhos às escolas etc. Um percurso inacabado que encontra hoje algumas conquistas e valores contemplados, destacados na reportagem, a partir também da trajetória de seu Candido:

... o aposentado Candido Divino Ferreira, 81 anos, viu na aquisição de um lote no recém- iniciado loteamento uma oportunidade de sair do aluguel. Os 12 filhos do casal já estavam criados e eles poderiam assumir a despesa do financiamento e, aos poucos, construir a casa própria. Sem água, energia elétrica ou rede de esgotos, se mudou para um casebre improvisado com tábuas no fundo do lote. Aos poucos, foi erguendo nos fins de semana em regime de mutirão com os companheiros de trabalho, a casa de tijolo que ainda hoje reside²⁰⁶.

A experiência desse morador aponta que o acesso à moradia sempre foi uma dificuldade partilhada por determinados trabalhadores de Uberlândia. Mesmo quando avalia conseguir “*assumir a despesa do financiamento*”, não está incluso conseguir erguer a casa e ter os benefícios públicos básicos. O “*casebre improvisado*” não ficou no passado, como a reportagem sugere, isolando outras relações e homogeneizando o bairro Planalto. Muitos ainda moram assim, considerando que a provisoriamente das condições de vida passem e, como o senhor Candido, “*aos poucos*” construam melhoras nas solidariedades de classe possíveis, nas lutas pelo direito à cidade. Afinal, seu Candido “*ainda hoje reside*” no que conseguiu, enquanto expectativa e necessidade para viver.

Mas, no seguir da matéria, vem a conclusão dessa trajetória de transformações no bairro:

Moradores não precisam ir ao centro da cidade

O que antes era um deserto afastado da cidade hoje tem a cidade no seu interior. Assim define o aposentado Geraldo Moraes Barbosa de 65 anos. De acordo com ele antes, para se conseguir qualquer coisa era necessário caminhar muito.

“Hoje, o Planalto é uma cidade, aqui se tem de um a tudo, passo meses sem precisar sair do bairro pra nada.”

Geraldo Moraes ainda se recorda do valor pago à vista pelo lote no meio do que ele denominava cerradão. “Foram 180 cruzeiros. Era uma quantia considerável para se dar num lote no meio do nada. Era um cerradão isso aqui”, disse.

Na época, ele estava desempregado, por isso demorou para conseguir levantar os primeiros cômodos da casa que ainda hoje reside com a mulher.

O loteamento que deu início ao bairro Planalto, no setor Oeste de Uberlândia, nasceu da unificação de terras dos setores campestre e granjas e da Fazenda Tubalina em maio de 1982.

Ao todo foram destinados para o bairro 837.167,00 m² de área distribuídas em 64 quadras que totalizavam 2.068 lotes. Parte foi destinada para o sistema viário e para praças, além de 384.859,00 m² para uso institucional.

²⁰⁶ Idem, ibidem.

O nome Planalto foi uma referência à presença do antigo Banco Planalto e da Granja Planalto instalados naquela região da cidade. A comercialização dos lotes foi feita pela Imobiliária Tubal Vilela.

Vizinhança dita o ritmo dos negócios

De trás do balcão da drogaria onde trabalha há seis anos, Vilvoney Meneses Neto, 32 anos, estende o braço e acena em retribuição ao cumprimento prestado da calçada pela dona de casa Ilza Maria da Costa, 49 anos. O gesto não o atrapalha a continuar o atendimento que fazia.

Ao concluir a venda, diz que a experiência lhe mostrou a importância de estabelecer uma relação de proximidade com o cliente. “Sou balconista há 17 anos e sou especialista em trabalhar em bairros, não tenho vontade de trabalhar em comércio central, onde as relações são frias”, afirmou.

Residente no bairro há 25 anos, Ilza Maria viu as trilhas abertas em meio ao matagal se transformarem em ruas. Os extensos quarteirões aos poucos se tornaram pequenos devido aos amontoados de cômodos comerciais.

“Passo é tempo sem descer no Centro da cidade, porque fora banco, aqui tem tudo”, disse.

De material de construção a mercadinho que atende às necessidades de última hora que surgem no dia-a-dia da população, tem de tudo no bairro Planalto. Os moradores se sentem contemplados com a diversidade de produtos e serviços que estão disponíveis. É na rua Da Secretária que está o centro comercial do bairro. Na via que corta o bairro de uma extremidade à outra há farmácias, sacolões, lojas de utensílios domésticos e uma diversidade de estabelecimentos.

Renata Cotrim dos Santos, 37 anos, tem uma loja de lingerie na via há 10 anos. Ela conta que quando decidiu abrir um estabelecimento percorreu vários bairros e se sentiu atraída pelo Planalto por causa do intenso movimento.

“As pessoas que moram aqui preferem consumir o que precisam aqui, além disso, os moradores dos bairros próximos preferem vir ao Planalto do que ir ao Centro da cidade”, disse.

Entre os lojistas da via, a unanimidade é prestar um atendimento cordial e estabelecer uma relação de proximidade. “Não dá, por exemplo, para não abrir ficha, permitir que o cliente tenha crediário ao modo antigo conosco”, afirmou o lojista Luizmar da Silva Leite, 51 anos.

É interessante começar pelo fim da citação, quando o lojista afirma que “*Não dá*” pra não adequar suas relações comerciais para manter a clientela, conhecer pelo nome, saber de suas preferências. Manter “*uma relação de proximidade*” exige algumas solidariedades, que os tais “*clientes*” sabem bem como explorar. Essas relações apresentam o que esses moradores trazem enquanto valores, estratégias e limites para suas compras.

O “*abrir ficha*” permite que as pessoas consigam encaminhar suas necessidades, sem o dinheiro na hora, mas, sim, quando conseguirem ter – no fim do mês, no acumulado da quinzena, por troca de serviços, ou tocando a conta pra frente. Por um lado, a diversidade do comércio permite que essa pressão, muitas vezes, funcione e seja mais viável garantir o crediário.

Por outro, o “*passar meses sem ir ao centro*” sugere, em grande parte, outras possibilidades de negociação e de economia, por “*não precisar sair do bairro*”. Entretanto, isso não deslegitima ter o centro comercial como horizonte de uso dos

moradores, por mais que essa seja a intenção da reportagem, pois o possível local de trabalho, as contas no banco, uma promoção nas lojas, sempre estimulam também um “passeio” pelo centro.

Os projetos de cidade que perpassam essas práticas têm um eixo e uma história já conhecida. O interesse não é pensar e nem evidenciar como os moradores se integram à cidade nas suas disputas cotidianas, estar desempregado na época da compra do terreno é apenas um dado, ter que lidar com o pagamento de um terreno e organizar modos de viver mesmo assim, passa rasteiramente pela genealogia proposta na reportagem. Ela encaixa esses sujeitos como testemunhas da melhoria e da autonomia que encontram morando no bairro Planalto e não como protagonistas do processo de tensões sociais experimentadas.

Nessa direção, a reportagem tenta determinar os convívios a que farão parte na cidade, reforçando o mito da “periferia popular” que deu certo. A explicação de como “*nasceu*” o bairro Planalto aponta como a rede de beneficiamento das áreas da cidade é pauta comum de transformação desses espaços em Uberlândia. As fazendas que se destinam aos bairros populares, loteadas e financiadas pelo mesmo dono em sua imobiliária, indicam interesses de classe, que produzem constantemente novas práticas de exploração e exclusão social.

As desigualdades que compõem a experiência social não passam despercebidas, as pessoas sabem que pagam caro para terem suas conquistas, sabem mais que ninguém o que tiveram e têm a enfrentar para disputar a cidade. O que percebo é que ao longo dos anos essas tensões se prolongam, disputando transformar a cidade. Porém, reconhecer, após o processo mais duro que “*O que antes era um deserto afastado da cidade hoje tem a cidade no seu interior*”, não ameniza o que foi vivido e nem o que ainda enfrentam nessas regiões, apenas favorece um olhar de classe que se quer autorizado para planejar o modo de viver a/na cidade.

Em entrevista que realizei com Dona Ana Maria, ela destaca sua compreensão sobre esse referencial de produção da cidade a partir do bairro em que mora e dos lugares em que circula desde sua infância. Para ela, mudou não só a dimensão de quem está no centro, mas o seu uso. O centro expandido hoje incorpora sua casa e seu bairro, o bairro Brasil. Portanto, considera que seu lugar na cidade também mudou:

Dona Ana Maria: O centro mesmo [década de 1960/70] era ali no Edifício Tubal Vilela, né?

E como que a senhora identifica esse lugar, por que ele é o centro?

Dona Ana Maria: O centro é assim, porque tinha as loja, os banco. E hoje tem banco em tudo quanto é lugar. Hoje não, hoje o bairro Brasil é considerado centro. Antigamente não, isso aqui era vila. Nem bairro num era, era vila Brasil, vila Operária, era assim.

(...)

Mas está todo mundo aqui até hoje?

Dona Ana Maria: Nada. Muita gente foi mudando, até a gente, quando comprô, foi saindo de onde tava. Eu já tô bem mais longe da Antônio Crescêncio do que meu pai, não é? [17 quadras acima]. Mas os daqui também mudaram, venderam, ganhô um dinheiro com a melhora daqui. Hoje o IPTU é caro e o bairro não é mais vila, é de classe média, centro²⁰⁷.

Desse modo, as mudanças da cidade vão se tornando pauta de seus moradores porque fizeram, ou fazem parte de sua experiência e construíram aí os seus sentidos. Nessa composição, o “encantamento” atual de dona Ana Maria por morar no que “é considerado centro” traz também o que ficou no meio do caminho, os vizinhos que se foram, as dificuldades que marcam a demora para se chegar a essas mudanças, “*ih demorô demais da conta, meus menino já tava grande*”. Um processo inacabado e incerto. Em grande medida, mudar pode significar melhora para alguns, mas como ela se processa? O que se mantêm e muda com ela?

Esse processo contraditório de mudança sustenta e recusa certos modos de viver nessas regiões e traz nessa dinâmica de altos impostos, pressões sobre hábitos e costumes, constrangimentos com a imagem de desigualdade, coloca em questão a permanência que traduz limitações, propõe mudanças enquanto melhora para quem fica e alguma melhora para quem vendeu e “*ganhô um dinheiro com a melhora daqui*”. Para dona Ana Maria o que define as melhorias é deixar de ser uma vila de “*gente pobre*” e ser parte do centro. Uma distinção classista que encontra para balizar a ocupação e direito à cidade.

As condições de vida ficam ameaçadas e os programas habitacionais, assim como a “*revitalização*” do centro comercial tornam-se investimentos de disputas perversas que alteram os valores imobiliários e as possibilidades de determinados moradores da cidade. Essas tensões, expressas em práticas de “*requalificação*” urbana, (também chamadas de “*descentralização*”), sugerem ações que pretendem definir a cidade a partir de um dado projeto que aponta quais costumes e sujeitos devem marcar os lugares, marcar a produção da cidade.

O trabalho de Fabíola Benfica Marra, parte dele analisado no capítulo anterior, contribui para essa reflexão por suscitar outras questões sobre o movimentar das pessoas

²⁰⁷ Entrevista com dona Ana Maria, realizada em 10 de agosto de 2006.

pela cidade. Seu *Álbum de Famílias* indica que não há, sem rasuras, um repertório traçado e definido para o que a vida propõe enquanto estratégia de pertencimento social. A segurança de moradia e trabalho pode ser redimensionada conforme imprevistos e pressões de “reestruturação”. A necessidade de pagamento de contas e novos investimentos tornam o recomeçar prestações da casa própria, o morar de alugar e de favor uma alternativa de renda em momentos difíceis.

1 – Manoel Angelino Nascimento – segundo seu neto Denir, veio da África, comprado pelos Pereiras [família de Uberlândia]. Trabalhava nos Morenos, Olhos D’Água [fazendas]. Comprou com trabalho dos Pereiras o território onde hoje vive o seu Denir. Antigamente a propriedade, que era de mata virgem, abrangia a área onde é hoje a Educação Física até a Cesário Alvim e da rua Jataí até a rua Prata [hoje área central], mas a família foi perdendo a terra por causa de vencimento de títulos avalizados. A casa de seu Manuel era onde hoje é a esquina da rua Prata com a Benjamim Magalhães.

2 – Elias Nascimento [filho de seu Manoel]– (...) Era músico e sapateiro. Teve uma grande sapataria que empregava 15 funcionários. Ele avalizou muitas pessoas que deixaram vencer os títulos e ele foi perdendo a terra herdada do pai.

7 – Denir Nascimento [neto de seu Manoel]– nasceu no dia 5/8/1936 em Uberlândia. É sapateiro como o pai [Elias] e tocava percussão na banda Municipal (...)²⁰⁸

52 – Valdir Carlos Raimundo – Nasceu em 1945 na cidade de Delta [próxima a Uberaba-MG]. Seus pais eram da cidade de São Gotardo [MG] e eram primos. Veio para Uberlândia “novinho” porque toda a sua família morava aqui no bairro Taboca (hoje Bom Jesus). Morou também na Vila Operária (hoje região da praça Sérgio Pacheco) [hoje área central] e no bairro Patrimônio. Atualmente reside com a família no bairro Santa Rosa (...)²⁰⁹

A proposta da autora ao falar dos vínculos desses sujeitos com a congada e sua função nessa prática, acaba necessitando de formulações sobre a trajetória que construíram. Com isso, Marra teve que esbarrar na noção de que essas práticas se fazem juntas e não à parte do que essas pessoas vivem. Portanto, quando apresenta a família do seu Denir, seu entrevistado, considera importante compor o que se perdeu e se preservou dessa família e de suas práticas, mesmo que superficialmente.

Ao apresentar o avô de seu Denir não evidencia as condições de vida que custearam a compra da propriedade, de “mata virgem”, em região que ainda não compunha “a cidade”. Para seu Manoel essa aquisição significou resguardar a família, era o início de possíveis mudanças.

²⁰⁸ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Irmandade do Rosário. In: *Álbum de Família*. Op. cit. CD-ROM.

²⁰⁹ MARRA, Fabíola Benfica. Análises de Parentescos. Moçambique Guardiões de São Benedito. In: *Álbum de Família*. Op. cit. CD-ROM.

Uma segurança que foi partilhada também na aprendizagem comum de profissões, na casa que, com muito custo, conseguiu ser mantida após tantos contratempos. A experiência no Congado – como músicos – garantiu uma outra frente de trabalho, além de convívio e laços de solidariedade e sociabilidade na cidade. Modos de fortalecer a segurança que o seu Manoel encaminhou com o seu trabalho e compra da terra da família, assim como com o valor musical que sustentou.

Um caminho em que a produção da vida se fez por caminhos inesperados e que produziu algumas solidariedades por vezes arriscadas, mas difíceis de serem deslegitimadas. Há dificuldades e aspirações que motivam essas alianças, mesmo que essas possam mudar muitos rumos, aparentemente estáveis, como foi o caso da família de seu Manoel. Porém, não há, ao final, a quem recorrer, ou culpar, o jeito é reformular as expectativas e modos de viver. Pois os títulos avalizados - que podiam indicar status e alianças – venceram e as contas tiveram que ser pagas.

Para Marra não interessava pormenorizar os “comos” e os “porquês” seus entrevistados produziram tais escolhas e não outras. A noção de “*catalogação*” e de “*mapeamento*” prevaleceu sobre a dinâmica das relações experimentadas por esses sujeitos. A família de seu Valdir, alguns de cidades mais próximas – como os seus pais, outros da região de São Gotardo/MG e Formiga/MG, acompanham o trajeto de parentes e amigos que encontraram algumas possibilidades de pertencimento em Uberlândia, desde as primeiras décadas do século XX.

O percurso de seu Valdir pelos bairros, tidos como “populares”, apresenta como esses espaços são repletos de disputas que, no caso, levaram-no a novas andanças. O Tabocas, considerado, por muitos, reduto de pobreza, foi sendo inserido na aspiração de “*estruturação da área central*” que tinha outros projetos para aquela região. Uma motivação que consagrou tensões pela retirada de modos de viver e reconfiguração do bairro.

No entanto, mesmo seu Valdir sendo um dos que buscou novas moradas, o atual bairro Bom Jesus mantém, em suas entranhas, a presença de muitos trabalhadores que formaram aquele lugar e não cederam no recolocar do bairro enquanto centro. Ao contrário, eles viram nessa mudança a possibilidade de garantir o compartilhar do que almejavam no bairro e, às avessas, incluíram-se em um interesse que apontava para a exclusão. Permanecendo, agora moram no centro²¹⁰.

²¹⁰ A dissertação de Silva Júnior procura recompor a região do antigo bairro Tabocas e as tensões para transformar esse território, até mesmo modificando o nome do bairro, passando a ser Bom Jesus.

Associando essas reflexões à fala de Dona Marta, ela coloca, em nossa conversa, algumas questões sobre esse processo de produção da cidade e as inconstâncias desse pertencer e excluir. E, contraditoriamente, apresenta explicações e angústias que a desigualdade experimentada trouxe-lhe para pensar “a nossa cidade”:

Onde que você acha que era o lugar mais longe?...

*Dona Marta: Mais longe pra nós seria ali pra baixo do Vau [atual bairro Dona Zulmira] (...) era ali, tinha umas casinha bem pobrezinha, era muito feio pra lá (...) o Roosevelt [bairro] também, muuuuito longe, não conhecia nada disso pra lá. E o restante da cidade foi crescendo, lugar que era fazenda foi povoando, o Patrimônio [bairro] era um pouquiiiiinho, assim, longe. Mais dava pra gente ir a pé, a gente andava tudo a pé (...) porque inclusive não tinha açougue no nosso bairro, supermercado, tinha que comprar carne lá no Patrimônio...
(...)*

Se alguém hoje virasse pra você e falasse que ia vir pra Uberlândia, o que você falava pra ela? Assim, falava pra ela vir, não vir, que dado você ia passar?

Dona Marta: Há alguns tempos atrás eu fiquei meio... um pouco chateada porque não era aquela Uberlândia bonitinha que a gente viu crescê, da terra até a pavimentação. Hoje tá bem organizada, bem estruturada... é da migração, aquilo pra mim era um bicho de 7 cabeça, porque aquele povo vim lá do nordeste tomá o nosso lugar?! Os empregos (...) eu pensava “que qui esse povo vem fazê aqui? Tanta gente de fora tomando o nosso lugar!...”. Achava que ia tomá tudo de nós, sabe? (...) tirá nossa liberdade. Inclusive, tira mesmo, foi ocupando tudo quanto é canto da cidade.

Hoje, já acho que não. Hoje eu tô sentido que tô próxima de aposentá. Claro, minha vida tá, assim, bem estruturada, hoje eu penso se vier pra cá, pode tê um pouquiiiiinho assim de dificuldade [gesto da quantidade], mas vai ser bem mais fácil do que era.

Dificuldade em que sentido? De quê?

Dona Marta: de arruma um emprego, né? (...) quem vem hoje vai ser muito mais fácil porque hoje pega uma cidade pronta, pronta para morar, tem casa de aluguel pra todo lado, num tem bairro sem pavimentação, todos de infraestrutura, que a prefeitura hoje não pode vender nenhum sem infraestrutura.

Mas, as imobiliárias não vendem?

Dona Marta: É, realmente. Mas é muita sacanagem. Inclusive quando comprei o meu terreno lá no bairro [bairro Santo Inácio, integrado hoje ao bairro Jardim das Palmeiras, região oeste da cidade] tive que esperar um tempo (...) a gente pagava caro por um terreno (...) aí depois é que eu construí. Nunca consegui um financiamento, porque até naquela época meu salário nunca dava. (...) Consegui fazê meu barraco no fundo, de placa, dois cômodo e o banheiro e fui morá com meus fio, foi a maior dificuldade. (...) Foi um outro dilema, quando a gente mudô. Quando a Prefeitura entregava o loteamento para imobiliária vendê, eles não tinha esse compromisso de água, luz e asfalto (...) aí

Relações importantes e modos de viver que constituem esse lugar são destaques nas considerações do autor sobre as práticas de mudança e permanência construídas por esses moradores. Ver mais detalhes em:

- SILVA JÚNIOR, Renato J. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus. Uberlândia-MG, 1960-2000.* 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

tinha que fazê os abaixo-assinado e nós fizemos e conseguiu tê as coisa, mais difícil né?

(...)

Então você tá satisfeita com Uberlândia?

Dona Marta: Tô. Tô tentando ficar mais ainda. Quando eu tiver mais tempo de saí, passear, vê tudo de novo, porque as vezes tem hora que dá vontade de saí. Tem lugar que eu não conheço aqui em Uberlândia, de tão grande que é Uberlândia hoje. (...)

Mas então, o fato, por exemplo, do seu menino tá fora daqui e tudo [trabalhando em Londres], você acha que é porque a cidade não oferece muitas possibilidades, ou é porque a pessoa quer outra coisa, se tem uma chance, tem que ir atrás?

Dona Marta: Justamente, [pausa] é o desemprego que fez ele ir embora. Foi o desemprego. Era recém casado, com filho pra criá, desempregado, aí ele ficô apavorado. Como é que ele ia fazê pra pagá terreno – inclusive perto de onde eu moro – muito caro. Os terreno lá, são caríssimos. Ali no São Lucas, R\$150,00. Todo ano sobe mais. São oito anos o prazo de pagá, muito tempo. Esses planos prolongado não sei se isso é bom, se é ruim, porque num faiz mais nada a não ser pagar terreno! Então, ele teve que ir embora.²¹¹

Dona Marta, ao mesmo tempo em que localiza as mudanças a partir de sua casa, seu trabalho, seu bairro e suas expectativas, traz a explicação naturalizada de que a conformação do centro comercial, a urbanização, a migração, os novos loteamentos planejados e a ação dos políticos é que determinam o crescimento e as transformações na cidade rumo a uma “cidade pronta”.

Tudo isso, porém, torna-se um marco a ser referendado porque explica algumas precariedades que hoje não quer identificar como marca das suas condições de vida, colocando como algo comum na cidade que vai sendo transformado deixando “*as casinha bem pobrezinha*” para uma cidade “*bem organizada, bem estruturada*”. Esse conjunto de explicações para o vivido compõe a experiência de dona Marta em Uberlândia e me faz pensar sobre como lidar com determinadas noções de pertencimento à cidade indicam limites no recompor o passado.

Ela se sente contemplada com as benesses que adjetivam a sua cidade, que a tornam um patrimônio a ser preservado e merecedor de benfeitorias. Tem como valor essa “melhoria da cidade”, mesmo que, constantemente, essa expectativa de partilha, de uma cidade melhor, esbarre em questões que permeiam as pressões e limites do seu viver e de outros moradores, inclusive de seu filho.

Se a “*gente de fora*” incomoda dona Marta, encontro na resposta sobre seu filho a resposta para o movimentar de tanta gente. A busca por uma vida melhor, o olhar ao redor e achar que suas possibilidades estão estagnadas. Tudo isso encaminha uma nova

²¹¹ Entrevista com dona Marta, realizada em 22 de fevereiro de 2007.

tentativa, o seguir adiante, que se faz tendo como motivação necessidades e expectativas que expressam as disputas cotidianas dos trabalhadores que convivem com o desemprego, com prestações de casas, terrenos, com o sustento da família.

O ficar “*apavorado*” é não reconhecer o que ela mesma anunciou, “*hoje vai ser muito mais fácil*”. A “*cidade pronta*” que destaca, não garante que todos vão conseguir desfrutar dos ícones de bem viver produzidos. Garantir o trabalho, conseguir a casa, sobreviver, talvez ainda seja tão difícil quanto antes para determinados moradores da cidade. Então, onde encontrar a melhora partilhada?

A desconstrução dessa referência pausadamente se faz no que ela me define como “*sacanagem*”. Nessa disputa desigual que se faz para pertencer à cidade. Os loteamentos irregulares talvez simplifiquem a ação de ex-donos das áreas, da prática recorrente de imobiliárias e do Poder Público, traduzida muitas vezes em expressões como “*os donos da cidade*”²¹².

Ainda assim acaba destoando do lugar de onde falar e se reconhecer. Uma condição que não se confirma quando o que vivencia com o seu filho traz uma condição de classe determinada pela desigualdade nessa cidade, “*ele teve que ir embora*”, ainda que hoje já tenha retornado e conseguido resolver, por enquanto, algumas questões de trabalho, moradia e sustento da família, com o dinheiro que guardou trabalhando no exterior.

²¹² Essa matéria foi destaque de discussões do *Jornal Correio de Uberlândia* no ano de 2001, apontando a recorrência dessa atuação em diferentes frentes para beneficiar rumos de loteamentos, recursos e licitações. Uma posição intrigante do Jornal haja vista que constantemente apoiou esses empreendedores, mas que diante as pressões e dificuldade em lidar com os problemas advindos dessa rede de benefícios, não teve como silenciar essa agenda. A problemática que destaca se estende a outras matérias desse mesmo caderno, trazendo as irregularidades de vários loteamentos, a constante reserva de espaços da cidade para valorização, as negociações que privilegiam parentes etc. O Jornal discute a conjugação de certos empresários sendo, ao mesmo tempo, donos de áreas urbanizadas, empresários do ramo imobiliário e muitas vezes ocupando a condição de administradores públicos, viabilizando assim as aprovações e direcionamentos necessários para que as obras públicas atendessem a seus interesses (conjuntos habitacionais, loteamentos, valorização imobiliária, privilégio de construtoras e captação de investimentos). Essa análise produz uma polêmica sobre esse gerenciamento da ocupação de áreas da cidade, apontando o privilegiamento classista, exploração desigual dos espaços e a fragilidade do direito à moradia na cidade de Uberlândia. Sobre essa questão destaco:

-GUARANYNS, Ana. Ramo Imobiliário. Quem são os donos da cidade? *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-2.

- Idem. Luizote é exemplo de especulação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-2.

- Idem. Roosevelt foi aprovado nos anos 40. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-2.

- Idem. Loteamentos. História mostrada em mapas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-2.

- PLANEJAMENTO URBANO. Para Secretário, especulação trouxe prejuízos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-3.

A ocupação de Uberlândia, os bairros que vão se formando, as negociações que se fazem para se ter um terreno, uma casa, sugerem o campo de tensões que permeiam a produção da cidade. As formas perversas com que se promovem os loteamentos não indicam apenas os percalços na vida de determinados sujeitos, enquanto limites e pressões exclusivos, mas um processo constante de reorganização de viveres e valores.

O loteamento do bairro Morumbi, inicialmente anunciado como Santa Mônica II, remetendo-se ao bairro Santa Mônica, propondo uma continuidade do “perfil” deste último, o que não aconteceu. Ambos localizados na região leste da cidade, na saída para Uberaba/MG. Esse loteamento foi alvo de grandes polêmicas em relação a ausências de benfeitorias necessárias à região e ainda as facilidades obtidas pelas imobiliárias em manterem a venda dos terrenos mesmo com irregularidades no loteamento. A denúncia consistia em apontar privilegiamentos também ao Poder Público nessa empreitada. Porém, nenhuma punição efetiva aconteceu e a venda das áreas foi realizada e até hoje os moradores do bairro Morumbi enfrentam privações e dificuldades devido a esses modos de propor a organização da cidade sem compromisso com os loteamentos destinados a certos trabalhadores.²¹³

Não houve apenas a expansão de loteamentos sobre as fazendas e chácaras que margeavam o que era tido oficialmente como cidade. Foi, e é uma prática de classe lucrativa, que se utiliza das necessidades de muitos trabalhadores para seu próprio benefício. Assim, muitas vezes o que é direito, ao longo de muitas práticas, apresenta-se como concessão, doação²¹⁴.

²¹³ Ver sobre essa questão:

- RELATÓRIO Final da Comissão que apurou irregularidades no loteamento do Morumbi. Câmara Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br/conteudo.php?mid=0&url=lercpi&id=5>>, Acesso em: maio 2008.

²¹⁴ A pesquisa do Projeto Depoimentos - realizado pelo Arquivo Público de Uberlândia, na década de 1990 - permitiu-me encontrar indícios sobre as relações construídas para garantir o acesso à moradia a determinados moradores ao longo desse processo de produção da cidade, tendo como referência o diálogo proposto pelos pesquisadores, vinculados a esse órgão, que destacaram essa prática como benevolente de certos administradores e empresários, apontando essas questões nas entrevistas. Um dos destaques mais recorrentes foi a prática do ex-prefeito Tubal Vilela, exaltada como uma “ajuda aos pobres da cidade”. Desde a sua particular compreensão da dificuldade de acesso à moradia, loteando parte de suas fazendas, até mesmo a aceitação de outros bens para quitar a dívida, “facilitando” pagamentos. Porém, é preciso deixar claro que não há suspensão de dívidas, há modos de realizar pagamentos. O senhor Tubal Vilela não teve perdas e concessões com essa flexibilização de pagamentos e proposição de loteamentos. Além de ser o dono de grande parte das áreas encaminhadas para loteamentos populares, era dono de imobiliária (ainda hoje existente) que promoveu a venda desses terrenos desde 1930. A participação na ACIUB e Sindicato Rural culminou com o cargo de chefe do executivo de Uberlândia, no período de 1952 a 1955, o que facilitou esses encaminhamentos de parcelamento do solo, loteamentos e vendas. Um acúmulo de funções e benefícios, que outros também experimentaram para valorizar suas terras e orientar seus usos na cidade, como Virgílio Galassi, também ex-prefeito de Uberlândia.

Com esse encaminhamento, os liames entre o legítimo e legal vão se forjando e grande parte dos moradores constrói suas melhorias procurando negociar o uso da cidade, com ocupações, autoconstruções, parcelando terrenos, ou indo embora de Uberlândia. As disputas não deixam de acontecer ainda que em condições desiguais de luta, exigindo alguma contrapartida, mesmo que as retaliações sejam mais evidentes do que as conquistas.

Na dinâmica dessas relações, elas vão apontando mudanças, permanências e estratégias, procurando conciliar desejos e necessidades enquanto valores expressos enquanto direitos. Como analisar uma reportagem que chega a determinados locais da cidade e apresenta a desigualdade como peculiaridade de um modo de viver?

Em 2007 Fernandes descreve a regularização de alguns assentados no bairro Morumbi, pois além das limitações vividas pelos moradores que entraram no loteamento Santa Mônica II, o em torno dessa região tornou-se possibilidade de moradia para muitos, compondo assentamentos e novas formulações para o bairro. Dificuldades na cidade que são amenizadas diante a espetacularização da assinatura dos contratos de regularização destacadas na reportagem:

De assentada a proprietária. Ontem foi um dia especial na vida da auxiliar administrativa Marizete Henrique do Nascimento e de mais 125 famílias do assentamento “Casa Fácil”, no bairro Morumbi, em Uberlândia. Eles assinaram o contrato de compra dos imóveis construídos há mais de cinco anos em uma área institucional da Prefeitura invadida. A regularização dos imóveis é fundamental para o começo das obras de ampliação da captação da rede pluvial (...)

“Esperava isso há muito tempo. Hoje (ontem) está sendo um dia de realização. Sofremos demais. Lá em casa ainda é fossa porque a gente não tinha como fazer a ligação do esgoto pela falta de documentação do imóvel. Quando chove enche de água. Teve vez dessa água invadir a nossa casa”, contou a auxiliar administrativa. “São mais de cinco anos de sofrimentos. Agora adquiri o meu terreno. Conquistei a minha casa própria”, alegrou-se o marceneiro Walter de Souza, o primeiro morador a assinar o contrato para a regularização dos imóveis.

A partir deste mês [agosto 2007], ele e outros beneficiados pagarão 120 parcelas de R\$33 para concluírem a aquisição dos terrenos, avaliados em R\$4 mil, cada. O dinheiro arrecadado com as prestações será destinado ao Fundo

- <www.itvimoveis.com.br>, site da Imobiliária Tubal Vilela.

- ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. *Projeto Depoimentos*. Uberlândia, 1990-1992, Acervo Arquivo Público de Uberlândia, Biblioteca de Apoio, Livros n. 156 e 157.

Em matérias do *Jornal Correio de Uberlândia* há debates importantes sobre essas questões e o modo como se propõe explicar tais usos da cidade e dos interesses dos moradores:

- GUARANY, Ana. Quem são os donos da cidade? *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Caderno Política, p. A-2.

- PARA SECRETARIO, ESPECULAÇÃO TROUXE PREJUÍZOS. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 ago. 2001, Política, p. A-3.

Municipal de Habitação Popular. “Elas estão recebendo um título de cidadania. Recebendo um endereço”, discursou o prefeito Odelmo Leão, durante a solenidade que antecedeu a assinatura dos contratos de compra dos imóveis.²¹⁵

As ocupações de áreas na cidade, que formam os assentamentos, são legitimadas pelas práticas desses sujeitos, constituindo territórios, dinâmicos, repletos de solidariedade e partilhas. Experimentando tensões que formulam o porvir. Esses moradores são tidos, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, como inexistentes na área urbana. Os bairros com irregularidades de registros – o que a própria Prefeitura define – não constam nas pesquisas e programas de investimentos públicos. Esses sujeitos são privados de benfeitorias públicas como esgoto, água, asfalto, escola, posto de saúde etc. Um modo de pressionar para um novo movimentar desses pela cidade ou para fora dela.

A partir da prática jornalística apresentada, bem como de debates na Câmara Municipal, ou mesmo em pronunciamentos do Prefeito, a questão envolvendo esse modo de viver a/na cidade não ganha a urgência necessária, compõem pauta de transformações, sendo vistos como “*problemas urbanos*” a serem resolvidos, seja pela retirada desses moradores, seja pela legalização de seus assentamentos, quando o chamado “momento político” parece conveniente.

Esses moradores pressionaram incessantemente sua legalidade, não porque isso os faça existir, mas lhes dão outras formas de lutar e assegurar o que reconhecem enquanto direitos. O caminho da formação dos assentamentos tem sua historicidade de luta e de possibilidade de pertencimento social²¹⁶.

O destaque anunciado na matéria sobre a assinatura da regularização dos imóveis anuncia que determinadas visibilidades interessam quando respondem a um

²¹⁵ FERNANDES, Arthur. Cidadania. Assentados conquistam direito à moradia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 ago. 2007, Caderno Cidade, p. B-1.

²¹⁶ Além das regularizações anunciadas na reportagem, outras aconteceram no primeiro semestre de 2008, nessa mesma região do bairro Morumbi. Ao analisar o nome dos assentamentos regularizados – Casa Fácil, Uberlândia Viva, Zaire Rezende – considero sugestivo o que encaminham enquanto denúncia da exclusão dos programas e práticas do Poder Público, construindo um novo sentido para essas práticas com a formação dos assentamentos. O primeiro aponta para moradores excluídos do Programa Habitacional da Prefeitura chamado Casa Fácil, esses moradores produziram em outras condições uma outra versão desse programa, o assentamento que lhes deram o acesso à moradia já que não possuíam os requisitos necessários para esse acesso viesse via Prefeitura. Já a referência ao ex-prefeito, Zaire Rezende (gestão 2001-2004), encaminha um diálogo tenso, durante esse governo, em que o direito à moradia também foi problematizado por aqueles que ficaram fora do perfil para cadastramentos e benefício em projetos habitacionais. Em relação ao programa Uberlândia Viva, pode ser definido como um evento público realizado nos bairros, com disponibilização de serviços e lazer por parte da Prefeitura. Essa ação teve grande apelo publicitário na época em que era promovido (gestão Virgílio Galassi, 1997-2000), remetendo-se hoje a um assentamento em que “Uberlândia se faz nos bairros”, mas sem as benfeitorias promovidas pelo Poder Público, a partir da visibilidade e pressão produzida por um assentamento.

apelo de inclusão social. Mas quais as motivações para que esse fosse o momento dessa regularização? O que sugiro é que além da proximidade das eleições de 2008, a região leste da cidade, que compreende o bairro Morumbi, possui um grande número de moradores já instalados e não provisoriamente ocupando aquele lugar. Como lá seria palco de novas obras com financiamentos federais, era preciso conter os conflitos de longa data²¹⁷.

A transitoriedade que é proposta ao tratar as ocupações na cidade trouxe a necessidade de novos modos de lidar com elas. Ainda que a retirada e pressão policial sejam ações constantemente utilizadas, não impedem a contínua proliferação de ocupações. As pessoas vivem e já legitimaram entre si a permanência na cidade, mesmo que a custos que só a desigualdade consegue propor²¹⁸.

A fala do Prefeito Odelmo Leão sobre as famílias do assentamento Casa Fácil traduz o interesse do presente em questão, tirando o enredo que essa prática se fez: *“Elas estão recebendo um título de cidadania. Recebendo um endereço”*. Ele quer apontar que esses moradores passaram a existir enquanto cidadãos naquele momento e graças a sua intervenção. Ser cidadão, nesse caso, é estar regularizado, reconhecido pelo Poder Público como merecedor de alguns benefícios e, até mesmo, de um endereço, até então não tinha nada a ver com o que viviam e enfrentavam cotidianamente, eram um caso de *“invasão”*. Uma noção de poder e dirigismo social que não mostra fissuras, mas que a própria condição de reconhecer um assentamento, que não conseguiu ser destruído, abala os pilares desse suposto “consentimento social”.

²¹⁷ Obras de drenagem pluvial e pavimentação de ruas promovidas nesse mesmo ano, 2007, a partir de verba federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A conclusão das obras está programada para 2010. Esse projeto compõe uma proposta do governo federal em dinamizar as cidades brasileiras em relação a atendimentos básicos, de saneamento, saúde, educação, moradia etc. Mesmo com esses investimentos, as disparidades sociais enfrentadas ainda estão longe de uma solução para a desigualdade social, porém é extremamente importante destacar a contribuição dessas práticas para pressionar e direcionar mudanças por onde, efetivamente, elas devem passar. Informações importantes sobre os projetos do Governo Lula podem ser encontradas nos sites e programas do governo federal: <www.brasil.gov.br>, <www.e.gov.br>, <www.casabrasil.gov.br>, <www.cidades.gov.br>, dentre outros.

²¹⁸ O trabalho de Freitas sugere discutir a formação e construção de certos assentamentos da região leste. No âmbito da Geografia, a autora propõe mapear o que nomeia enquanto “irregularidades no espaço urbano de Uberlândia” e depois particulariza uma análise sobre a vivência sócio-espacial nos dois bairros da região leste, bairro Joana D’Arc e São Francisco. Freitas traz muitas tensões e conflitos desse processo, no entanto limita-se, em grande medida, ao eixo inclusão/exclusão, regular/irregular, identificando aí os moradores e sua trajetória.

- FREITAS, Cláudia Maria de. *Regularização da ocupação urbana em Uberlândia: loteamento São Francisco/Joana D’Arc – uma contribuição*. 2005. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

O “*Sofremos demais*”, que fica perdido na produção da reportagem como sendo algo do passado é uma memória produzida hoje que não interessa evidenciar. A prospecção sem marcas de dissenso, pormenoriza as questões sociais, as quais ganham páginas do Jornal porque servem a interesses de promoção da Administração Pública. A potência da luta pelo direito à cidade desses moradores não é destacada, pois ela não pode ser motivação para novas ocupações, não deve ser propagada. Intenção que foge ao controle social almejado pelo Poder Público, haja vista que motivações para transformar as relações sociais e condições de vida é o que não faltam para a grande maioria da sociedade uberlandense.

Ao lidar racionalmente com esses “*problemas urbanos*”, produz-se uma noção de cidadania que também é avaliada pelo custo do terreno, o custo de benfeitorias, o lugar na cidade que irão ocupar. O preço avaliado em 2007 de R\$4 mil reais para cada terreno, parcelado em 10 anos de pagamento, aponta outros contrastes que balizam a valorização/desvalorização imobiliária na cidade. Lugares destinados à regularização de assentamentos, com falta de infra-estrutura e que possuem como moradores trabalhadores empobrecidos e em condições de vida instáveis têm desvalorizados os terrenos que o compõem.

Práticas que formulam algumas questões: o que garante o valor do direito à moradia? Como definir os “eleitos” para viver em determinadas regiões da cidade? É nessa “*cidadania*” excludente que se constrói a noção de “popular”? Certamente que esse conjunto de questões leva a debates mais amplos e mais complexos. Principalmente quando percebo que essa proposta de um lugar para cada um, não limita o uso da cidade, mesmo que cause constrangimentos com a desigualdade que explicita.

Ainda que na região leste da cidade, onde está localizado o bairro Morumbi e os assentamentos que o integram não se encontre nenhum condomínio, ou bairro nobre “em risco” com essa convivência, a intenção é manter os tais “*problemas urbanos*” o mais distante possível, nesse caso, do outro lado da BR-050.

Contudo, deparo-me pela manhã com a descida pela Avenida Segismundo Pereira, no bairro Santa Mônica, de muitas bicicletas, motos e carros, por ser essa uma das avenidas de acesso ao bairro Morumbi e deste a outros pontos da cidade. Ônibus lotados em diversos horários e dias – para passeio, trabalho, estudo, resolver a vida – evidenciam o uso da cidade pelos moradores da região do bairro Morumbi.

Vejo que não é a distância e nem mesmo a dificuldade de acesso o que determina onde estarão e como usarão a cidade, eles enfrentam o controle proposto. A

noção de direito à cidade que possuem faz com que problematizem os limites e pressões de seus viveres, assim como o modo como utilizam das necessidades e limitações daqueles que os impelem à disputa de classes: necessitando de seu trabalho, regularizando assentamentos, como também não podendo impedir que usem os espaços da cidade como seus.

Mas a tentativa de formular o típico de cada lugar permanece nessa correlação de forças. O intuito é não deixar de fora a pluralidade de Uberlândia e trazer para o foco que os moradores se “*contentam*” com o que têm. Uma acomodação das disputas sociais. No entanto, a perplexidade notória da repórter ao lidar com os costumes desses moradores, escancara a dificuldade de se propalar a desigualdade enquanto normalidade, mera diferença social.

A reportagem que trago a seguir prossegue com esse suposto, trazendo notícias sobre o “*natal da periferia*” em 2007. Uma leitura avessa às expectativas das pessoas, mas que estas fizeram questão de recolocar e trazer como tensão social:

No bairro Prosperidade, a dona de casa Joana Severino da Silva, 38 anos, brinca com as crianças vizinhas no dia de Natal. Ela está feliz, porque comeu arroz e feijão “novinhos” na ceia da noite natalina, em seu barraco feito de lona e madeirite. Perto dali, no bairro Joana D’Arc, a diarista Elenice Rosa Lemos recebe as amigas em sua casa em um churrasco animado com cerveja e música alta. Para ela, o Natal desse ano foi bom, se comparado com o tempo em que morava em um barraco e a rua não tinha rede de esgoto.

Enquanto muitos se lamentam por não ter um banquete farto, os moradores da periferia de Uberlândia se contentam em ter algum alimento para matar a fome. “Carne a gente não pode comer, porque não tem condições de comprar, mas mesmo assim está tudo bem”, afirmou Joana Severino, moradora do bairro Prosperidade há cinco anos.

Na verdade, o que essas pessoas gostariam de ter recebido de presente do Papai Noel era uma condição digna de moradia. “Tudo que eu queria eram dois cômodos para eu morar, para acabar com meus problemas quando vem a chuva. Não me importo de comer só arroz e feijão, não”, garantiu a dona de casa, que mora com o marido e o filho.²¹⁹

Nessa prática, não está em questão o porquê ocuparam essa região, como conseguiram mudanças (comprar o terreno, ter acesso a água, luz etc.), ou o modo como resolvem suas necessidades. Na reportagem o que é apresentado é uma realidade marcada pelo tom de “*invasão*”, em que “*moradores da periferia*”, num todo, agem assim, vivem dessa forma, sem ambições, limitados por suas próprias condições. Uma produção que retira o fazer desse território, o caminho de legitimação de suas práticas,

²¹⁹ GARCIA, Manuela. Periferia. Moradores querem arroz, feijão e vida mais digna. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 dez. 2007, Caderno Cidade, p. A-5.

os conflitos para que essa fosse uma alternativa. Propõe retirar a potência desses moradores na disputa pela organização da cidade.

O destaque dado à questão da moradia faz sentido dentro de uma prática de resumir a vida das pessoas a esse apelo. Mas na mesma reportagem, as entrevistadas conseguem inserir suas questões no roteiro de entrevista da repórter, mesmo que isso não garanta a transformação de suas condições de vida e sejam enquadradas no Jornal como descrição da realidade em suas “múltiplas faces”. Porém, é o momento em que formulam como é viver em Uberlândia.

A falta do ônibus, do atendimento médico, o asfalto, a rede pluvial, não são “outras prioridades” na vida desses moradores, fazem parte desse seu modo de viver. Falta o que poderia melhorar suas vidas. A luta ordinária aponta que sempre há algo ainda a conquistar, desconstruindo o contentamento proposto.

Apesar de já poder desfrutar de energia elétrica e rede de esgoto, Elenice Rosa, que mora no bairro Joana D’Arc há 12 anos, sonha em ver sua rua asfaltada. Ela reclama, também, das más condições do posto de saúde mais próximo. “A pessoa só é atendida quando está quase morrendo. É assim: entra vivo e sai morto”, avaliou.

(...)

O adolescente de 11 anos Maicou Douglas Pereira dos Santos, filho de Joana Severino, tem problemas pulmonares que a mãe denominou de água nos pulmões.

Quando Maicou passa mal, Joana tem de andar a pé até o posto de saúde do bairro Dom Almir e pedir que a ambulância vá buscá-lo. O motivo é a escassez de linhas de ônibus no bairro. “Nosso meio de transporte são nossas próprias pernas mesmo”, lamenta.²²⁰

Se o subtítulo da matéria aponta “*Moradia é o sonho número 1 de quem vive no bairro Prosperidade*”, lembro que morar é bem mais do que ter casa, é produzir seu lugar social e suas identificações na cidade, é onde propõem seus valores, multiplicam suas relações e encaminham a solução de suas necessidades. Entretanto, pertencer à cidade, com seus direitos garantidos, é algo difícil e provisório. Essas pessoas sabem disso, porque, ao experimentar a cidade, as desigualdades das relações mantiveram-se como suposto, tanto para negociarem usos e permanências, quanto para seguir em busca de melhores condições de vida.

Dona Elenice há 12 anos constrói modos de resolver o que considera importante para a sua vida e de sua família no bairro Joana D’Arc. Traz em sua fala como é difícil ter acesso ao atendimento médico, indicando também outras carências: a falta de ônibus,

²²⁰ Idem, ibidem.

de ambulância, de um posto médico em melhores condições, a poeira que piora a condição do filho, o abandono e limitações de quem vive em uma área não regularizada pelo Poder Público e que aparece na promessa de regularização do assentamento traduzir cidadania. E o Jornal que trouxe as “reclamações” dos moradores ameniza esse confronto apontando o que essas pessoas “já podem desfrutar”.

Compondo o olhar da repórter Manuella Garcia, esta trouxe na mesma página desse jornal uma coluna em que a trajetória de dona Gisele, moradora do Assentamento Zaire Rezende, também na região leste, serve de parâmetro para uma abordagem fora das relações, enquanto história de vida, conquistas individuais. Mas, dona Gisele traz em seu relato o universo de convívios que manteve e mantém para alcançar suas expectativas e resolver suas necessidades.

A vida da empregada doméstica Gisele dos Santos Tavares, 30 anos, não é nada fácil. Com seis filhos para criar, sendo que a mais velha tem 15 anos e o mais novo 4, ela sobrevive do seu salário e de ajudas da Igreja que frequenta, já que o marido está desempregado. Ainda assim, Gisele exibe com orgulho a casa de oito cômodos que, com muito esforço, conseguiu construir e onde recebeu os amigos para o almoço de Natal. “Não podemos é perder as esperanças”, disse.

O pedido que ela faria para 2008 são melhorias na estrutura do assentamento onde mora, o Zaire Rezende, de onde ela nem pensa em sair. “Graças a Deus, meus filhos estão todos na escola, mas falta o asfalto, rede de esgoto e transporte mais acessível, para facilitar nossa vida”, enumerou Gisele.

A empregada doméstica nasceu em Paracatu e, há 5 anos, mudou-se para Uberlândia à procura de condições melhores. E não se arrependeu. Ela afirma que depois da invasão, conseguiu “comprar” o terreno onde mora por R\$700. “Primeiro morávamos em um barraco de lona e em um ano e meio eu consegui erguer minha casinha, construindo um cômodo de cada vez. Estou feliz, porque aos poucos eu estou conquistando minhas coisas”, concluiu Gisele.²²¹

É claro que o efeito de contentamento sugerido não é proposto apenas pela repórter, até porque o que está em questão não é se dona Gisele tem consciência do que vive, mas sim que não poderia deslegitimar seu caminho de pertencimento. Mudar de Paracatu/MG para Uberlândia, ir para um assentamento, morar debaixo de lona, construir uma casa cômodo a cômodo, aguardando asfalto, esgoto, água. Essas são escolhas que não poderiam, na reportagem, apontar seus riscos, suas frustrações, sugerir que foi uma aposta errada. Ao contrário, era uma disputa que exigia dizer que a luta fez e faz sentido e que ainda não acabou: “Estou feliz, porque aos poucos eu estou conquistando minhas coisas”.

²²¹ GARCIA, Manuella. Zaire Rezende. Empregada doméstica quer melhorias no assentamento. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 dez. 2007, Caderno Cidade, p. A-5.

Entretanto, o não “*perder as esperanças*” que poderia ser lido como resistência e luta cotidiana acaba passando por uma romantização na produção da matéria. Mas, quando a ocupação é lembrada, essa esperança retoma um valor de luta. O marido desempregado, seis filhos para criar e mesmo assim se lançar na busca de melhorias, traz um caminho sem tranqüilidades, com muitas privações e muito a ser feito. Ao erguer cada cômodo, construiu realizações e novas expectativas, que não se limitam a esperanças de melhoria, mas apontam para a construção dessas.

E se a repórter coloca sob suspeita o “*comprar*” o terreno, é porque desconsidera o mercado da sobrevivência e as solidariedades que determinados trabalhadores produzem e onde se inserem para conquistar “*suas coisas*”. Por isso, o orgulho de dona Gisele em ter a sua casa apesar das limitações do salário de doméstica. É nesse fazer de sua história é que a produção de territórios é explicitada. Quando as pessoas valoram e reconhecem lugares da cidade como constituintes de sua experiência, a cartografia social explicita mais que uma disputa por espaços, são disputas por modos de viver.

Não é a falta de escritura que impedirá esse referendo, pois ele se faz por outras relações, que evidenciam o modo como as pessoas produzem a cidade, e “*revitalizam*” o que para muitos aparece como precário. Por isso, a dificuldade da repórter em compreender que comemorar o Natal não é contentamento e sim uma prática que explicita o descontentamento com as limitações de seus modos de viver, que pressionam para a não comemoração.

Não são adequações de celebrações, transformando a reunião de famílias e amigos no “*natal da periferia*” é ter como motivação não o enquadramento na escassez, mas a busca da fartura – a busca da fartura de possibilidades, para viver o que valora como importante. O “*revitalizar*” viveres permite comemorar, produzir seus territórios de alegrias, diversão, orgulho e contentamento, mesmo não abrindo mão de continuar a sonhar com novas conquistas.

Desse modo, problematizar o vivido pelo que, na teoria, media um consenso de classes não tem lastro, pois o suposto de planejar a cidade enquanto pertencimento na prática é um anseio partilhado e em construção, embora pouco efetivo. Por mais que se reconheça avanços na legislação, na publicização de direitos e participação social as relações sociais não se legitimam a partir desse enfoque legal ou especializado advindo da gestão urbana. O que se efetiva na cidade é produzido ao vivê-la, em casa, no trabalho, na escola, na circulação e uso dos espaços.

Dona Ana Maria, permite adentrar um pouco mais nessas questões. Durante a entrevista que produzimos, ela apresenta o que foi mudar de onde já era vila para algo mais distante e mais difícil, se num primeiro momento indicou um retrocesso, sua permanência até os dias atuais apontou para a conquista de um lugar privilegiado na cidade. Uma reformulação que confirma mudanças no seu lugar nessa cidade.

Em nossa conversa, esse foi o marco de Uberlândia transformada que fez sentido para ela. A cidade “*progređino*” foi também a cidade que ocupou a região em que morava, oferecendo em troca, novos loteamentos em regiões de fazenda, com terrenos menores e mais acessíveis financeiramente. Mas, que, ao final, traria uma renda extra para a família, novas possibilidades de planejar a vida:

Mas como que a senhora começou a perceber que a cidade começou a crescer? Assim, deixar de ser esse “miolim” esse “trem piquininin” que a senhora tava dizendo, e começou a aparecer outras coisas, aumentar os bairros. Como que a senhora viu, quando foi mais ou menos que a senhora começou a perceber isso?

Dona Ana Maria: Eu comecei a percebê depois que apareceu aquela entrevista na revista, né? Que trouxe muita gente pra Uberlândia [menção à Revista Veja 1987].

Antes disso, vivendo aqui, não dava pra ver?

Dona Ana Maria: Não. Crescia muito pouco. Inclusive nós vendemo a nossa casa na Antônio Crescêncio [antiga Vila Operária, bairro Aparecida] e compramo aqui no bairro Brasil, que os meus pais moram até hoje, né? Ali na Avenida Maranhão. Até então, ali era fossa, quando nós compramo a nossa casa aqui.

Quando vocês mudaram pra lá?

Dona Ana Maria: Era fossa... isso tem 31 ano [+/- 1974], depois de uns 10 ano é que pois, que ês puseram esgoto...

10 anos?

Dona Ana Maria: É. E depois de muuuuito tempo é que pois asfalto. Aí Uberlândia começou a expandi né, por aqui.

(...)

Começou a tê terreno pra vendê. Até inclusive, aqui ó [apontando para a região em que mora desde que casou, em 1976, também localizada no bairro Brasil], aqui era nada (...) aqui era fazenda, fala, consta no documento [escritura], isso aqui era fazenda (...)

(...)

Pois é, mas aí, se a gente for pensá que aqui não tinha nada, quem começou a vir pra cá? Foram pessoas que moravam aqui ao redor? Ou comerciantes...

Dona Ana Maria: Inclusive eu vou te falar a verdade, se tivé gravano aí. Uberlândia aqui é chei de terreno que não tem dono. Porque isso aqui era bairro de gente pobre morá. Inclusive nós viemo morá aqui, nós fomo os primero residente daqui do bairro Brasil. Saimo da Antônio Crescêncio, que já era muito assim... os outro falava assim: “vilenada, fubazada”, era assim que a gente era, morava em lugar de pobre (...) A gente era discriminado, o pessoal era discriminado porque morava em vila (...)

Vila era os lugares mais...

Dona Ana Maria: Que era é... hoje aqui é um bairro de gente de classe média, né?

Naquela época...

Dona Ana Maria: Era de gente pobre. Então, até meus primo (...) falava que nós éramos uma fubazada [risos], porque morava em vila né?

E eles moravam onde?

Dona Ana Maria: na Coronel Antônio Alves, ali no centro.

Ah! Então ele não era...

Dona Ana Maria: Ele não era. Ele morava bem ali, perto do, já entrano no Saraiva [antiga vila Saraiva], na baixada do córrego, eu ia pra lá, quando eu era criança, mocinha, pra brincar nos bananal, onde é ali a Rondon [Avenida Rondon Pacheco], pra nadar, caçá rã, comer pexin...

Comer peixe?

Dona Ana Maria: É, comê os pexin pra aprender a nadá. [risos]²²²

A resposta enquadrada em um marco que possivelmente dialogaria com a impressão que tinha sobre mim sugeriu que apontasse o marco da publicação sobre a cidade de Uberlândia na Revista Veja de 1987, propondo atender às minhas expectativas. Por certo, pensou que era isso o que eu estava procurando e a revista trazia esse “assunto”²²³.

Porém, a minha insistência desnorteou essa compreensão, porque eu queria saber o que ela tinha vivido e percebido como mudança, queria a sua experiência na cidade. Então, a revista, o possível marco da migração, do crescimento, da cidade modelo, foi abandonado e as mudanças enfim vieram.

A região da Antônio Crescêncio, antiga Vila Operária – atual bairro Aparecida, região central – era próxima do centro, mesmo sendo vila significava um “quase centro” em suas ambições de moradora. Mas, seu pai teve “a loucura” de mudar, ficando mais distante e reafirmando a referência do lugar da vila, “de gente pobre morã”. Na sua avaliação, não precisavam ter mudado, pois essa decisão modificou não só o lugar de moradia, mas o acesso aos serviços públicos, o trabalho da família, os hábitos que possuíam.

Na verdade, quando os moradores se propõem a percorrer a cidade, procurando resolver questões de sobrevivência e expectativas de mudança – ter casa, quitar dívidas,

²²² Entrevista com dona Ana Maria, realizada em 10 de agosto de 2006.

²²³ SPARTACUS, I.; GOMES, M. E. Especial. Crise à distância. *Veja*, São Paulo, n. 1002, p. 66-72, 18 de nov. 1987. Reportagem da Capa. Essa matéria foi amplamente divulgada e discutida na cidade e até hoje serve de referência para debates sobre a promoção da cidade e explicações dos problemas sociais vinculados a noção de migração. O destaque a Uberlândia no final da década de 1980 fica marcante pela indicação de uma cidade próspera e sem problemas (ausência de mendicância, mercado de trabalho crescente, com expansão empresarial, urbana etc.). A recorrência da explicação que aponta a divulgação da Revista como motivo de problemas na cidade posterior a essa publicação foi destaque na fala de políticos, em campanhas eleitorais, ações de desfavelamento, encaminhamento de migrantes para suas cidades origens, como também partilhada por dona Ana Maria em nossa conversa.

fazer novas aquisições, produzir tranqüilidades e segurança no pertencimento à cidade, colocam-se na condição de projetar caminhos, mesmo que as adversidades sejam sentidas com maior avidez, nesses encaminhamentos. A meu ver, o pai de dona Ana Maria lidou com a dureza de algumas insistências, como a manutenção da fábrica de geléia. Considerou que olhar para trás não resolve, pois ainda há muito a buscar, o jeito foi seguir adiante, propondo que a vida se alterasse de alguma forma, pelo trabalho, pela persistência de valores, pela luta cotidiana.

Portanto, a cidade de Uberlândia segue a dinâmica dos desiguais viveres que disputam projetos, disputam valores. Certos grupos sociais, como também muitos acadêmicos referendam uma predestinação da cidade, uma imagem de visionarismo, colocando Uberlândia “à frente de seu tempo”. Eles reafirmam uma noção de urbanização dimensionada pelos arranhacéus, comércio, visibilidade nacional e localização estratégica. Explicações construídas e reproduzidas como justificativa para práticas de mudança nos modos de viver e de produção da cidade que privilegiam interesses classistas, não só nas propagandas, como também na prática – loteamentos, lucros de empresas, controle da organização social, desapropriações, isto é, usos da cidade.

Dona Ana Maria, no entanto, problematiza esses marcos e sugere uma cidade que era permeada por outras práticas, que marcam não só a década de 1950/60, mas anunciam que retirar o que era comum e significativo aos moradores não foi algo tranqüilo e naturalmente “urbanizado”, as mudanças empreendidas por sua família não foram experimentadas enquanto melhoria, mas dificuldades que demoraram a passar.

Essa experiência é feita também com pressões de desigualdades, que mesmo na família, enunciava os limites das relações e identificações sociais. Hoje, tenta apagar essa “discriminação”, entendida não só por um lugar de morar, mas porque o pai era “trabalhador”, sinônimo de uma condição comum de muitos da cidade, daqueles que precisam, com o trabalho, sobreviver, sustentar a família, encaminhar e se solidarizar com o futuro dos seus.

Vamos voltá lá, naquela parte que a cidade tava crescendo, você estava falando dos terrenos daqui que eram fazenda e as pessoas foram vindo. Como é que vocês vieram pra cá? Vocês compraram... o que aconteceu pra vocês mudarem?

Dona Ana Maria: Meu pai fez um negócio meio loco. Vendeu nossa casa da Antônio Crescêncio, sem pricisão nenhuma (...) Aqui na Maranhão [doze quadras acima da rua Antônio Crescêncio], aqui não tinha nada. Enquanto lá

na Antônio Crescêncio, tinha tudo né? Os armazém de esquina, o movimento (...) aqui tinha que saí loooonge pra comprá.

O nada aqui e assim, tanto de asfalto, de comércio, de ônibus...

Dona Ana Maria: Poeira demais... tudo!

Não tinha?

Dona Ana Maria: Não. O meu pai vendeu lá, comprô aqui. Ah! Ele construiu uma casa ali, lá na Alagoas [15 quadras acima da rua Antônio Crescêncio], perto daquela Churrascaria Porto Alegre e num teve como terminá. Aí vendeu essa casa lá, da Alagoas, e comprô essa daqui [rua Maranhão, 3 quadras abaixo da rua Alagoas].

(...)

A fábrica de geléia que o seu pai tinha no fundo de casa, vocês tiveram até quando?

Dona Ana Maria: Até 1975.

Por quê?

Dona Ana Maria: Porque minha irmã morreu. Porque o terreno era muito grande lá na Antônio Crescêncio, né? E parô por isso. Porque não tinha espaço.

Aí mudô o terreno? Lá era maior e o daqui menor?

Dona Ana Maria: Era. Lá a casa que eu morei na Antônio Crescêncio tinha quinze metro e meio por quarenta. E esse aqui é 10 por 25.

Então quer dizer, que aqui já é então uma outra visão de cidade, né? Aquela era a que tinha mais espaço, que podia criar galinha, fazer a horta...

Dona Ana Maria: E minha mãe criava mesmo galinha, tinha a fábrica do lado, que era muito grande. Se um dia ocê quiser ir, a sogra da minha irmã mora nessa casa. Eu te levo lá, tá tudo igualzinho.

(...)

A senhora acha que Uberlândia ainda tá crescendo?

Dona Ana Maria: Noooossa! Desordenadamente! Aonde cê vê, tá crescendo.

Mas o que mostra pra senhora que tá crescendo?

Dona Ana Maria: Por exemplo, ali no Jardim América, cinco anos atrás ali era mato. (...) Ali hoje é maravilhoso!. Quando começô ali era R\$ 6 mil. (...) Ali não tinha nada, hoje vai lá pra você vê (...)

Minha inquietação com uma dada noção de especulação imobiliária fez com que eu insistisse em pensar essas mudanças na cidade. Dona Ana Maria trouxe elementos para que essa condição estrutural fosse recolocada. Quando me contou sobre a vida na casa da Antônio Crescêncio destacou o espaço do terreno, as brincadeiras com os irmãos, o cuidado com as criações e o envolvimento da família na produção de geléia para venda na cidade.

Mas, quando sua irmã falece no parto, além da perda familiar, perde-se uma pessoa importante nesse trabalho. O que, em parte, irá favorecer a mudança da família, já que o trabalho na produção de geléia seria interrompido. A venda da casa possibilitou a compra de um terreno mais barato, permitindo ao pai ir construindo outra casa e ter uma renda para custear gastos da família. Mas, essa alternativa, mereceu uma nova mudança, haja vista que a primeira casa, ainda sem terminar, teve que ser vendida, para

comprar um terreno mais acima, mais distante da referência da rua Antônio Crescêncio e, portanto, mais barato.

Essa produção de um lugar na cidade significou recolocar hábitos em um espaço menor, em uma região desprovida de itens relevantes como: água, luz, esgoto, asfalto, comércio, ônibus. O que havia em grande proporção, era o mato e a poeira. A distância do centro exigia andanças e produzir ali modos de resolver necessidades e expectativas.

Além de pressionar o Poder Público, os moradores abriram vendas, formaram hortas caseiras, criaram vínculos etc. São por esses meios que a auto-suficiência destacada hoje é construída. Não são os loteamentos que colocam as pessoas ali e determinam seus limites, mas são esses moradores que por pressões variadas vêm, nessa desigual proposição, caminhos possíveis de, mesmo sem grandes recursos, intervir e propor que essa mudança seja revertida a seu favor.

Ao considerar as agruras desse processo destaco a força de reversão das pressões para exclusão que motivam certos moradores a enfrentarem ocupações, assentamentos, novos loteamentos etc. Ao fazerem isso, movimentam a certeza de um controle social que paira em uma dada noção de planejar a cidade. Mesmo os trabalhadores, divididos em possibilidades, constroem a cidade como lhes é possível, ambicionando transformar relações e pautar conquistas, enfrentando um terreno comum que as desigualdades apresentam-lhes.

Seu Balbino, mesmo que tenha permanecido no bairro Dona Zulmira desde quando chegou a Uberlândia, em 1958, experimentou mudanças e permanências que abalaram valores e fortaleceram algumas certezas sobre o modo como a correlação de forças se processa. As ausências e sacrifícios são difíceis de serem explicados fora da luta de classes, da cultura de certos moradores, pois esses valores marcam as práticas sociais, imprimem fissuras na cidade. Assim, ícones de desenvolvimento, muitas vezes eleitos para propagandear a cidade, são vistos como entraves ao que compõem o território dos moradores.

Tinha muito morador aqui seu Balbino?

Seu Balbino: Não, aqui na parte de cima tinha três casa. Essas casas até foi desmanchada. O que tinha mais casa era na parte debaixo...

Parte debaixo que o senhor fala...

Seu Balbino: É que o dona Zulmira ele é duas partes: parte debaixo e parte de cima do asfalto. Mas depois que ali feiz o viaduto, aí fechô. Aí virô um curral. Ali inclusive tem o Zé Coco, que tem ali pertim da Igreja, da padaria, ele é meu cumpadre, falava assim pra mim: “Cumpadre vem pra cidade” (...) Porque aqui [onde ele mora até hoje] era só mato.

O que que tinha lá de melhor do que aqui?

Seu Balbino: Tinha as casa, o movimento entendeu? O povo que trabalhava no Caiapó, 99% morava ali. E aqui não tinha, aqui era mata. Era aquele matão (...) Inclusive quando feiz o viaduto aí falei pro cumpadre: “cumpadre hoje vim aqui fazê um convite pra você, pagá aquele que cê feiz pra mim. Se ocê qué mudá pra cidade, cê muda lá pra nossa, porque quem gosta de curral é gado”. [risos] Porque lá ficou um curral, né? Ficô aquele trem fechado. Inclusive uma casa que tivé gastado qualquer preço, cê nunca tira do dinheiro de volta. É verdade. Não recupera.

(...)

Por exemplo, pelo crescimento que a cidade teve da época que o senhor veio pra hoje, o senhor acha que o lugar que o senhor mora acompanhou essa mudança no mesmo ritmo, como o senhor disse de outros bairros?

Seu Balbino: Não! Inclusive nossa vila aqui, nossa vila é a mais desprezada, vô te falá. Eu moro aqui desde 58 taí um lado que um escola nunca teve. Quantas crianças morreu, quanto nós já batemo a respeito da escola e nunca nós tivemo. Vô te falá que já fui de associação [de moradores] seis vez. As lágrimas desceu dentro daquela prefeitura a respeito de escola e desastre com as nossas criança (...) nossa vila aqui é a vila mais perto do centro, e é a vila mais desprezada.

Mas por que o senhor acha que isso acontece?

Seu Balbino: Sabe por quê? Eu vou te contar o motivo. Os prefeito num puxa pra qui (...) Naquela reunião da Maçon [reunião do Orçamento Participativo no salão da Maçonaria] nós ganhamo de 82 por 40 a escola pr’aqui. O que que aconteceu? És levou pra ôtro canto, foi ou não foi?

Nilsa: No Orçamento Participativo ganhou a escola pra cá, mas o Orçamento não garante que vai dar tudo certo, porque ele vota aqui...

Mas quem resolve é eles lá.

Nilsa: É, os vereador. (...) Na época eles alegaram que tinha o bairro Joana D’Arc que estava começando e precisava mais do que aqui. (...)

Seu Balbino: Agora aqui eu te pergunto: aqui foi aberto em 55 [1955], igual eu cabei de te falá, não tinha nada invorta. Então, por quê? Nós não somo discriminado?²²⁴

A brincadeira dos “cumpadres” aponta como a valorização dos lugares na cidade vai sendo construída pelos moradores. O lugar de “movimento”, onde estava mais perto do asfalto, do trabalho, onde tinha mais casas, mais gente, era como, na “vila”, iam sendo produzidos os melhores lugares de se viver. O bairro dona Zulmira é cortado pela BR 365, saída para Ituiutaba/MG, e nessa região urbana recebe o nome de Avenida Juscelino Kubitschek. Na década de 1990 essa passagem teve um viaduto como projeto de “adequação” e “reestruturação” da ligação de bairros e rodovia. Essa construção aparece como uma mudança que fechou o bairro, retirou casas, mudou os trajetos, desvalorizou as moradias e não trouxe uma passarela de acesso aos dois lados do bairro. Um projeto, que na disputa da cidade, prejudicou as relações do bairro e priorizou o acesso à rodovia.

²²⁴ Entrevista com seu Balbino, realizada em 21 de fevereiro de 2007.

Pensando nesse processo de constituição do bairro, seu Balbino sugere uma trajetória instável com descompassos na produção da cidade. Quando aponta o Orçamento Participativo como prática de disputa, traz como as vitórias não significam efetivação do que é eleito como direito. A exemplo da luta pela escola no bairro, ele sugere que para além do marketing de intervenção dessa prática, ao final, a decisão vem de fora e ainda coloca como se fosse um embate de prioridades estruturais, propondo que a disputa não está em quem decide no Orçamento, mas sobre a posição dos Vereadores, que vê maior visibilidade na obra direcionando-a para o bairro Joana D'arc.

Seu Balbino destaca que desde 1955 estão lá, lutando por melhorias. A historicidade dessa luta não permite que aceite a explicação do Poder Público e muito menos tenha condescendência em relação à desigualdade experimentada por outros moradores da cidade. Nesse momento a divisão é maior do que a solidariedade. Para ele, indicar que o bairro Joana D'Arc, região leste da cidade, necessita de uma escola não retira a necessidade do bairro dona Zulmira, na região oeste, que também precisa de uma, ou duas como bem lembra. Como tantos outros moradores, ele reconhece a perversidade dessa explicação para a exclusão e indica as peripécias possíveis quando quem decide não partilha das mesmas necessidades e expectativas, "*nóis ganhamo (...) Ês levo pra ôtro canto*".

Hoje a escola municipal está em construção, mas, não no bairro dona Zulmira e sim no bairro vizinho, Jardim Patrícia. Fico pensando o quanto a fala de seu Balbino hoje reafirmaria o "*Nós não somos discriminado?*" Mesmo que a escola seja justificada porque atende a toda região, a pergunta fica: por que não foi construída no bairro dona Zulmira? A resposta pode ser produzida ao longo de nossa experiência na cidade, pensando como a pauta dos trabalhadores, mesmo quando é avistada como pressão, sofre, muitas vezes, "adequações de classe", difíceis de não provocarem a multiplicação de indagações, como as de seu Balbino.

Por isso, quando seu Balbino anuncia em certo trecho da entrevista que "*Uberlândia é hoje 100% (...) uma capital*", ele fala de uma experiência que acumula a progressão contraditória dessa porcentagem. Seja pelo trabalho, pela luta na associação de bairro, seja pelo que tem como melhoria na sua vida: ter casa, ser aposentado, não estar doente etc. Entretanto, trouxe também práticas que abreviam esse "100%", pelo que permaneceu enquanto desigualdade:

Seu Balbino: Trabalhei no curtume que chamava Tamoios, a gente foi teno conhecimento com o povo e trabalhei pra cidade de servente. Aquele pavilhão das indústrias, em 63 [1963] eu comecei a trabalhá ali. Então, assim, trabalhei até termina aquilo ali (...) cê acredita que tinha homi lá pelos canto que não güentava trabalhá! Não agüentava, ia embora. Mas tinha dia, que tinha gosto de sangue na boca, de tanto fazer força. Lá enchia esses latão de 20 litro de cascalho que ocê despejava. E eu, baixin, ficava sofrendo [risos e pausa] Mas, fazer o quê? Tinha que fazê, tinha os fio, a precisão faiz a gente agüentá. Então eu fui o último a saí de lá. Aí um dia o Zé, da Reimassa [empresa de produção de macarrão], me chamô se eu queria trabalhá na Reimassa e me levo de lá. Eu trabalhei só um pouco lá. Porque eu trabalhava na galeria, tinha dia 50 grau de calor, você trabalhava tirano macarrão. Você tirava da galeria e botava lá num carrinho, baixiiiiin. Aquilo ali cê ficava molhadin de suor igual cê tivesse saído do chuveiro. Trabalhei quais dois ano e saí, porque não tinha condição continuá. Lá pro cê podê almoçá era dez minuto, era garrado, era igual escravo. Foi difícil minha vida, vô te fala a verdade. Hoje tá mais fácil de adquiri o pão de cada dia. (...) Mais nós vale o que nós temo, se é um tostão, é um tostão.²²⁵

Seu Balbino me impressionou com essa fala, além da dureza do trabalho, “garrado, igual escravo”, o modo de lidar com algumas transformações da cidade me indicaram outras leituras possíveis para a construção de Uberlândia e os modos de viver de sua gente. A busca pelas experiências que marcam a cidade permitiu ver que os pavilhões do Distrito Industrial deixaram suor, cansaço, sangue na boca de trabalhadores. Mais do que frentes de trabalho, crescimento industrial, números e padrões de desenvolvimento, sua feitura faz parte de histórias dos trabalhadores, trouxe o quanto é difícil a vida para quem tem que “adquiri o pão de cada dia”.

O “conhecimento” com outros trabalhadores, após cinco anos na cidade, apontou a abertura de novas solidariedades, que abriram o seu campo de possibilidades de trabalho. Não foi um mercado planejado pela classe dirigente que lhe permitiu resolver sua “precisão”. Foi na lida diária que encontrou brechas para determinar o que era possível agüentar e por quanto tempo.

Tanto no curtume, quanto na Reimassas – fábrica de produção de macarrão e massas em geral –, as disputas de classes eram dimensionadas pelas suas necessidades. As décadas de 1960 e 1970 lhe aparecem como esse percurso de decidir pela sobrevivência construindo pertencimento. Na continuidade desse viver a cidade lhe trouxe algumas certezas, dentre elas a de que seus sacrifícios foram recompensados com uma segurança para terminar a vida, mas sabe que o terreno comum que partilhou ainda lhe acompanha, “nóis vale o que nós temo”. A desigualdade ainda pressiona e limita

²²⁵ Entrevista com seu Balbino, realizada em 21 de fevereiro de 2007.

sua vida e de tantos outros trabalhadores. O “*revitalizar*” o seu lugar na cidade exigiu e ainda exige confrontos de valores e necessidades.

É com esses marcos que proponho que essa reflexão prossiga, colocando em movimento e em disputa o que marca a cidade em seu fazer. Talvez ainda restem muitas ponderações. Porém, deixo o caminho aberto, trilhá-lo é tarefa de todos nós, todos os dias e, com certeza, com muito ainda para lutar e transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objecções e Proposições do Fazer Histórico

Encerro esse trabalho pensando nas caixas de documentação que ficaram, relembrando o que tive que abrir mão e as dificuldades que passei para ter cada um daqueles materiais que valorei enquanto fontes. Considero que essas caixas expressam parte das questões que viver a cidade me permitiram pensar, propor, problematizar e “correr atrás”. Porém, os limites de um texto não permitem, na mesma medida, resolver questões de toda uma vida. Os momentos de enfermidade me ensinaram a abreviar parte dessas buscas.

Na escolha de uma fonte, de uma questão, sempre ficava a incerteza se seria por aquele caminho, ou se era mais pertinente o diálogo com outra fonte. Nesse fazer e desfazer escolhas, as decisões chegaram pelo que, ao final, quis defender como meu jeito de olhar, interpretar e sugerir questões sobre a sociedade. Uberlândia é minha casa, desde quando tinha um ano de idade. Um lugar que talvez não garanta a continuidade de minhas escolhas por muito tempo e por isso, precisava encaminhar algumas ponderações sobre todos esses anos aqui.

Tudo isso estava em xeque quando falava das transformações, do movimentar dos moradores, das pressões para levar a vida adiante. Convivi com certos campos de possibilidades restritos que me fizeram ver, também em minha trajetória, a dureza de modos de trabalhar, morar, viver e sonhar com realizações. Quando nasci, minha mãe “aprendia” a ser doméstica. Hoje, 31 anos depois, ela vive do que sabe como doméstica. Um aprendizado que assegurou, por muito tempo, nosso direito à Uberlândia.

Portanto, os caminhos de mudança e permanência de minha experiência social não poderiam ser abandonados na escrita do meu trabalho. Até porque queria também que escutassem o que tenho a dizer sobre a minha cidade, sobre as histórias que partilhei, os muitos bairros em que fiz morada e conheci intensamente, seja pelas pressões do aluguel, pelas amizades, passeios, seja pelas dificuldades familiares, que traduziam a necessidade de todos morarem juntos, quando cada um não conseguia cuidar de sua própria vida. Territórios que fui compondo para moradia, trabalho, estudo e sociabilidade.

Não consegui tranquilidade ao conviver, com a leitura de manuais da história da cidade, propagandas, imagens da cidade, que para mim indicavam as contradições de

uma tal “cidade para todos”. O indício de uma pressão para um certo modo de ensinar nas escolas me desconfortava. Como Sarlo sugere, “*nem tudo pode passar sob o rótulo de nivelamento democrático*”. Com essa formulação, a autora pontua as recusas dessa assertiva ao experimentar na Argentina as tensões sociais e a produção de memórias sobre as relações pós ditadura em seu país. Eu indico que além de ponderações sobre esse rótulo, de que hoje os tempos são de respeito e democracia é necessário apontar que os modos de viver estão em disputa, imprimindo contradições no pertencimento social, indicando que não há marcos que resolvam as desigualdades e sim práticas possíveis para enfrentar tais desigualdades. O que é experiência não confirma a serenidade proposta enquanto partilha democrática²²⁶.

Ao propor abafar a desigualdade em disputas propostas como consenso, ela também ressoa inquietações. Foram nesses momentos que vi a multiplicação de práticas sendo difundidas em cartilhas, manuais, livros, projetos e vídeos. Projetos de cidade que propunham “*ensinar*” e “*conscientizar*” como preservar/transformar a cidade, tensionando determinados modos de viver que me remetiam às experiências de desigualdades.

Ainda que tenha priorizado projetos públicos para minhas discussões, pretendia evidenciar as disputas sociais em que estavam inseridos, sendo que me perguntava: o que fazer diante disso? O que toma lastro nos governos, nas escolas, nos centros culturais retira o tom da disputa? O que aparece como conquista, afirmação cultural, defesa do que é ambientalmente correto propõe com essa prática quais modos de preservar/transformar a sociedade? Para quem? Para quê? Será esse o espaço da formulação dos projetos de cidade e modos de vivê-la? Como nos colocarmos nesses usos e abusos de culturas e experiências? A “*requalificação*” da cidade é a resposta?

Lendo a entrevista do rapper MV Bill à revista Democracia Viva, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), de novembro de 2000, sensibilizei-me com questões que ampliam o leque de provocações sobre o transformar modos de vida. A produção da revista tinha a preocupação de discutir o viver nas cidades e ao trazer a entrevista com MV Bill interessava problematizar o viver em favela no Rio de Janeiro, como espaço democrático e de reconhecimento desse território como parte das cidades.

²²⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo Presente*. Notas sobre a mudança de uma cultura. São Paulo: José Olympio, 2005.

Nessa relação, o rapper se propôs a polemizar a identidade da favela, enunciando as contradições de se reconhecer as identificações forjadas ali e, ao mesmo tempo, o não querer aquela vida para sempre:

*O Favela-Bairro é um projeto para melhorar a favela. Mas não acho que a favela tenha que ser melhorada. Tem que ser extinta. Tem que ser dada uma condição digna de moradia para o povo. O discurso é: “você mora em um barraco ruim e vou deixar você morar em um barraco mais ou menos”. O povo não tem que morar em barraco mais ou menos, tem que morar em uma casa.*²²⁷

A divisão que MV Bill aponta também senti em alguns momentos no meu texto, nas falas com meus entrevistados, nas indicações diferenciadas de práticas e relações classistas, na força desses interesses – partidos e contraditórios – que compõem e desfazem territórios na cidade, que latejam socialmente. “*Requalificar a favela*”, como sugerido no projeto “*Favela-Bairro*”, com saneamento, melhoria nas construções etc., não resolve a condição de vida desses moradores. Mas, morar em uma casa resolve?

O que sugiro é que esse apontamento traga ações futuras que levem em conta a confluência de ritmos do lidar com as condições de vida, com os sonhos e projetos de determinados moradores da cidade. Esses sujeitos conseguem, em suas abreviações de possibilidades, produzir brechas, ainda que divididas, para lutar e buscar o que almejam.

Se há a defesa dos territórios produzidos, há também nessa prática uma noção de que as relações sociais não permitem aventuras que coloquem em risco o que, de certo modo, é construído nas identificações partilhadas em determinados espaços da cidade. Estar em movimento pela cidade aponta inseguranças pressionando para um gostar do que se vive muito mais do que realmente signifique satisfação com o que se tem. O espectro de novas perdas pressiona as decisões de mudanças e permanências, portanto motiva também a territorialização na cidade, marcando os lugares e valores a evidenciar. Nesse sentido, não há como ignorar as tensões compondo as disputas e decisões dos sujeitos sociais.

Todas essas formulações irão me acompanhar, ora porque as transformações diárias exigem a continuidade de interrogações sobre o vivido, ora porque há muito a ser feito sobre a vida que segue. Acompanhando um debate de 1991, em que Paoli problematiza a produção social de memórias e o direito ao passado enquanto cidadania, senti-me instigada a acrescentar ao meu suposto suas sugestões, de que há uma urgência em problematizar os usos do passado, as políticas de preservação e transformação

²²⁷ ENTREVISTA MV Bill. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.9, p. 24, nov. 2000/fev.2001.

social. Suas colocações me provocaram a produzir as reflexões indicadas nesse trabalho, apontando que esse uso é permeado de disputas do presente²²⁸.

Em 2008, partindo de um mesmo referencial de intervenção política, Maciel recoloca esse debate, discutindo o direito ao passado e a necessidade de enfrentarmos as utilizações da memória e da história na transformação social²²⁹. Ao pensar nesses indicativos que permanecem enquanto questões a encaminhar, busquei em Fenelon a motivação para que essas preocupações norteiem os conflitos e mudanças sociais no momento atual, indicando que a agenda não pode mesmo ser outra. Falar em culturas exige problematizar a tal história “*certa*” e perseguir questões que evidenciem as práticas e disputas desiguais, experimentadas cotidianamente, fomentando com isso, projetos de um futuro melhor²³⁰.

As proposições discutidas são sugeridas nos trabalhos das autoras, bem como em um debate que permanece enquanto disputa política. Essa permanência é em razão tanto de uma luta que não está encerrada, como pela banalização dos sentidos de cultura, preservação e cidade. Não compreender esse repertório, é desconsiderar que o foco ainda é o mesmo, isto é, problematizar o como e o porquê são produzidas transformações e tensões sociais. Essa pauta não indica que houve um “*giro conceitual*”, ou outro modismo, fugindo do que era marco de luta social.

Os confrontos permanecem e, infelizmente, evidenciando desigualdades e pressões que tentam amortizar lutas e valores, modos de viver. Maciel indagou acerca do posicionamento político que vinculamos às práticas de preservação de acervos e patrimônios. A autora enfatizou a necessidade desse compromisso e de sair do alargamento de tipologias culturais a serem preservadas e evidenciar a historicidade que marca a cultura dos sujeitos sociais, abandonando a perspectiva de história “*certa*” e histórias em paralelo, para evidenciar na sociedade conflituosa e contraditória o modo como se preserva o vivido nas relações sociais²³¹.

Ao longo do texto problematizei os modos de resolver as disputas sociais, mas não trouxe respostas para aqueles que estão nas margens do rio, córregos e

²²⁸ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina (Org.) *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. Cunha. São Paulo: DPH, 1992, p.27.

²²⁹ MACIEL, Laura A. *O direito ao passado: memória e cidadania*. Mesa Redonda da IX Cidade Revelada – Encontro sobre Patrimônio Cultural/I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, Itajaí/SC, 2008.

²³⁰ FENELON, Déa R. *Construindo Políticas Públicas: cultura e patrimônio cultural*. Palestra proferida na Conferência Municipal de Cultura, Fortaleza/CE, 2005. Não publicado.

²³¹ MACIEL, Laura A. *O direito ao passado: memória e cidadania*. Op. cit.

assentamentos, para aqueles que têm esses modos de vida como possibilidade de pertencimento social. Não pude garantir aos vendedores de rua os usos de praças e ruas, nem mesmo extirpar a explicação identitária para as desigualdades e “nós” de culturas. Essas e outras formulações continuarão a perturbar e polemizar nosso pertencimento às cidades.

Acredito que olhar para essas relações em tensão fez com que projetos de futuro possíveis ganhassem relevância. O direito à cidade exige – à revelia das cartas produzidas pelas reuniões das instituições de direitos humanos, estatuto da cidade, dentre outros – que tomemos parte nessas disputas, com nossas práticas, com nossas lutas²³².

A “feitura” da cidade de Uberlândia, das histórias que a produzem e dos viveres que a ritmam não cabem na explicação anunciada em propostas de que “*a vida é mesmo assim*”²³³. O documentário que busca autoridade desde o título, *Senhores da Memória*, estrutura a história da cidade em muitas cidades possíveis de serem apresentadas de modo harmonicamente paralelas. A “cidade-sujeito” confirma expectativas e deixa a “*cidade-arquivo*” guardada para ser lembrada. Pois na “*cidade-concreto-concretizado*” que anuncia, não há mais nada a ser feito, ela “*está pronta*”.

Penso que meu texto contestou essa indicação. A cidade não está pronta, sua produção ainda está sendo feita, portanto, temos como construir nesse caminho novas possibilidades. Esse é um fazer que exige esforços, perdas, disputas, muito mais do que arquitetos e gestores estão dispostos a colocar em suas pranchetas e projetos.

Essa minha intriga percorreu o trabalho e confesso que essas “*muitas cidades*” do documentário não cabem em minhas formulações. As pessoas lidam com todas essas disputas ao mesmo tempo, trazendo em suas experiências as evidências de desigualdades, mas a convicção de que podem e merecem aspirar melhorias na cidade, em suas diferentes dimensões.

²³² FONTANA., Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998. Destaco que a leitura do autor insinua problematizar a sociedade capitalista e o papel da história, propondo que nos situemos no debate político, disputando as leituras que se têm das práticas sociais. Além disso, polemiza as disputas classistas e insiste na necessidade de lutar pela elaboração de outras possibilidades para o futuro, “Temos que reinventar um futuro, redefinindo os objetivos a alcançar”.

²³³ Música que é trilha sonora do documentário “*Senhores da Memória*”.
- SENHORES da Memória. Direção e roteiro: Waltuir Alves. Produção: Guilherme Lopes. Direção de Fotografia: Gilson Goulart. Locução e trilha sonora: Caju. Uberlândia: Prefeitura de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2006. 1 DVD (27 min.), son., color.

As lutas diárias realmente pressionam para que “*a vida seja mesmo assim*”, uma reprodução estática e que enquadra vidas. Porém, são essas mesmas lutas que fazem os que vivem “*em tempo não redimido*” buscarem outros caminhos, realizações e marcas que lhe assegurem direito à cidade. A conformidade não tem lastro, os sonhos são sempre possíveis para quem, costumeiramente, planeja, transforma e luta por eles.

Ao problematizar as relações sociais em Uberlândia, destaquei a dificuldade de valorar essas disputas. Refletir sobre o processo de transformação da cidade, voltando-me para o modo como é experimentada essa dinâmica, exigiu recolocar, constantemente, explicações e práticas canonizadas sobre uma certa história da cidade. Porque a vida não é! Ela está sendo feita, produzindo histórias, marcas no tempo, nas culturas, nos territórios sociais.

A escrita desse trabalho indica que fazer “*o caminho de volta*”, retornando nas questões desse texto não é só retomar o que produzi e o que vivi, mas, em grande medida, perceber o que ficou no meio do caminho, as inflexões que construí por não conseguir enfrentar, ou mesmo perceber enquanto questões, relações pertinentes ao viver em Uberlândia.

Portanto, reconheço o esforço e desafio que me coloquei e vejo a provisoriedade das formulações que fiz. Reconheço o incansável desejo de voltar aos capítulos, às fontes, para escrever de uma outra forma, aprofundar um pouco mais. As objeções e proposições em que esbarrei, de um modo ou de outro, não trazem conforto e contemplação. Elas alimentam a continuidade de questões, indicando um caminho longo a percorrer na problematização do vivido. Um caminho de incômodos que não acabou.

O desafio de dialogar com os sujeitos, propondo colocar em movimento o que nós experimentamos em sociedade, traz enfrentamentos e reticências ao pragmatismo acadêmico. Talvez porque a questão perpassa não só a produção da tese, enquanto prática do historiador, mas, fundamentalmente, porque essa proposta explicita os limites de minhas convicções e encaminhamentos sobre a realidade. Essa prática traz o indicativo de que as contradições não estão dissipadas na abstrata formulação “*das relações dos sujeitos sociais na cidade*”, mas estão também em mim, porque sou parte dessas relações.

O meu fazer histórico está inserido na dinâmica da sociedade e trouxe interrogativas para a escrita histórica, propondo que em sua provisoriedade instigue outros posicionamentos, na urgência exigida às práticas do tempo presente. Escutar

essas urgências é algo difícil e provocativo, mas propus adentrar nelas, problematizando as transformações sociais que apontavam. A experiência social permitiu evidenciar que mesmo com conquistas e possibilidades desiguais somos parte da feitura do processo histórico. Portanto, não há como sairmos ilesos de nossas incursões na história.

FONTES

FONTES

CARTILHAS/ÁLBUNS/FOLDERS/INVENTÁRIOS/FICHAS/DOCUMENTOS

- AÇÃO da Prefeitura para desapropriação. Uberlândia, 23 nov. 1988. Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Acervo CDDH.
- BOCCHINI, Maria Otília et al. *Vamos mudar nossas cidades? Sim!* São Paulo: Polis. 2002. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.
- CARDOSO, Patrícia; SANTORO, Paula; CYMBALISTA, Renato. *Plano Diretor, participar é um direito!* São Paulo: Pólis. 2005. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.
- FICHAS CADASTRAIS. Favela da Lobeira. Uberlândia, 1989. Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Acervo CDDH.
- MARRA, Fabíola Benfica. *Álbum de Família*. Famílias Afro-descendentes no século XX em Uberlândia – MG. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/ Secretaria Municipal de Cultura/ Programa Municipal de Incentivo à Cultura. 2005. 2v. e 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.
- SANTORO, Paula; VAZ, José Carlos. *Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano!* São Paulo: Polis. 2005. Cartilha. Disponível: <www.polis.org.br>, Acesso em: abril 2007.
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. *Política Cultural*. Uberlândia, 1987. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. *100 anos da comarca de Uberlândia (1892-1992)*. Uberlândia, 1992. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, Folhetos.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. *Arquivo Público Municipal*. Uberlândia, 1998, Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos.
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Secretaria Municipal de Cultura. Secretaria Municipal de Educação. *Saudade tem história*. 1818-1910. Uberlândia: PMU/SMSU/SMC/SME, 1999. Cartilha.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Fundinho*: permanente relato do passado. Uberlândia: PMU/Arquivo Público de Uberlândia, 2008. Folder.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *ARPU*. Arquivo Público de Uberlândia. Uberlândia: PMU/Arquivo Público de Uberlândia, 2008. Folder.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. *Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana*. Uberlândia: COAFRO/DMPH/SEA, 2006. Caderno de Orientação.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. *Patrimônio Cultural: que bicho é esse?!* Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, jan. 2007, p. 08. Cartilha.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Uberlândia: s/n., s/d.
- TEDESCHI, Sebastián et al. (Org.) *Direito à Cidade*. Para conhecer e fazer cumprir. São Paulo: Polis. 2008. Cartilha.

- THOMAZ, George. *Álbum de Figurinhas – Uberlândia*. n. 01 Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo a Cultura/Instituto Alair Martins, 2007. Formato 30 X 21 cm, composto por 189 figurinhas.

CORRESPONDÊNCIAS

- LIVROS de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia. (1970-1990)
- LIVROS de Correspondências da Câmara/Correspondências Expedidas. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia. (1970-1990)
- CORRESPONDÊNCIAS Rede Vitoriosa, Programas Chumbo Grosso e Linha Dura. (2º sem. 2007 e 1º sem. 2008). Acervo Pesquisador Carlos Meneses de Sousa Santos.

DOCUMENTÁRIOS

- A HISTÓRIA de Uberlândia - 1682 a 2006. Direção: Maykon Oliveira. Imagens, Edição e Produção: Nilson de Oliveira. Supervisão: Nair Paula. Sonoplastia: Michelle de Paula. Locução: Alessandro Júnior. Uberlândia: Play Vídeo Produções, 2006, 1 DVD (70 min), son., color.
- SENHORES da Memória. Direção e roteiro: Waltuir Alves. Produção: Guilherme Lopes. Direção de Fotografia: Gilson Goulart. Locução e trilha sonora: Caju. Uberlândia: Prefeitura de Uberlândia/Secretaria Municipal de Cultura/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2006. 1 DVD (27 min.), son., color.

DADOS ESTATÍSTICOS

- GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, Melicégenes R.; BORGES, Ricardo P. *Mortalidade em Uberlândia-MG, nas décadas de 1960 e 1970*. Uberlândia: Gráfica da UFU/Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1984. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História, Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Pesquisas Econômico-Sociais. *Condições das Famílias na Periferia de Uberlândia*. Uberlândia, fev.1996. CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.
- _____. Instituto de Economia. Centro de Pesquisas Econômico-Sociais. *Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia*. Uberlândia, nov. 2001. CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.
- _____. Instituto de Economia. Centro de Pesquisas Econômico-Sociais. *Uberlândia: Painel de Informações Municipais - 2007*. Uberlândia, out. 2007. CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

ENTREVISTAS

A – Entrevistas selecionadas para uso no texto, realizadas por indicação de amigos. Os entrevistados vivem em Uberlândia há mais de 50 anos. Considerei pertinente a conversa com esses sujeitos propondo refletir como interpretam no presente esse caminho de produção da experiência social.

- 1- Entrevista realizada com dona Ana Maria, em 10 de agosto de 2006. Compõe meu acervo de pesquisa.
- 2- Entrevista realizada com o senhor Balbino, em 21 de fevereiro de 2007. Compõe meu acervo de pesquisa.
- 3- Entrevista realizada com dona Marta, em 22 de fevereiro de 2007. Compõe meu acervo de pesquisa.

B – Entrevistas realizadas por outros pesquisadores que considerei importante para o trabalho. Nessa escolha, procurei respeitar o enredo da produção da entrevista, o que não me impediu de formular outras questões. Nesse uso de entrevistas é fundamental destacar que a diferença de interesses – o de quem realizou e o meu – não desqualifica seu conteúdo, ao contrário aponta as possibilidades de problematizar as relações sociais que expressam a experiência partilhada socialmente não apenas pelos que produziram a entrevista, mas pelos que vivem a cidade.

1- José Moreira da Cunha em entrevista realizada pela pesquisadora Ana Mágnã Silva Couto, em 29 de junho de 1997. Na época da entrevista, o senhor José residia no bairro Lagoinha, era catador de papel e tinha 49 anos. Utilizei o trecho da entrevista mencionado no trabalho de:

- MORAIS, Sérgio Paulo. Modo de vida e trabalho com carroças. Pequeno ensaio sobre o termo “informalidade”. *Boletim do CDHIS*, Uberlândia, ano 12, n. 24, 1º sem. 1999, p. 12.

2. João Rodrigues, Bolinho, em entrevista realizada pelas pesquisadoras Livia M. de Andrade e Maria de Lourdes Fonseca, em 26 de abril de 2008. Utilizei os trechos mencionados no trabalho de:

- ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. *Op. cit.*, p. 20.

3. Alcindo Batista dos Santos, em entrevista realizada pelo pesquisador E. A. Medeiros no 1º semestre de 2001. Utilizei os trechos mencionados no trabalho de:

- MEDEIROS, E. A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade. Uberlândia – 1970/2001*. *Op. cit.*, p. 40, 42 e 43.

GUIAS TURÍSTICOS/POSTAIS/CATÁLOGOS/MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO

- CALENDÁRIO Comemorativo 40 anos da Rede Integração. Uberlândia: Rede Integração, 2005.

- CIRCUITO TURÍSTICO DO TRIÂNGULO MINEIRO. Uberlândia: s/n. 2008. Folder.

- FOTOS 100 anos Uberlândia. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, folhetos.

- GUIA TURÍSTICO. Uberlândia: Uberlândia Convention & Visitors Bureau/Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2008.
- RIZZOTTO, Caroline (Prod.). *Uberlândia em postais: resgatando a memória e o patrimônio cultural*. Uberlândia, Mediações Culturais. 2006. 10 postais. Projeto realizado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura. Fotografias do Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Acervo João Quituba e do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia 92*. Uberlândia, 1980. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta Uberlândia, Folhetos.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. *Guia Oficial de Turismo de Uberlândia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, 1990.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Uberlândia. *Guia Turístico*. Uberlândia Portal do Cerrado. Uberlândia: Divisão de Turismo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo/ABC Propaganda, 1995.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Parque do Sabiá*. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/FUTEL, s/d. Folder.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Uberlândia: o centro de progresso brasileiro*. Uberlândia, [199?]. Folder. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, Folhetos.
- _____. O novo pólo de negócios e turismo do Brasil. Uberlândia: Uberlândia Convention & Visitors Bureau/Prefeitura Municipal de Uberlândia-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2005/2007, p. 04. Showcase. Disponível também em: <www.uberlandiacvb.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2008.
- UBERLÂNDIA: Portal do Cerrado. Uberlândia, 2000. Guia on-line. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/comland/udia/udiapt.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

JORNAIS/BOLETINS

- *Jornal A Notícia* (1980-1990). Acervo Arquivo Público de Uberlândia.
- *Boletim do CDHIS/Cadernos de Pesquisa CDHIS* – 1993 a 2002.
- *Informativo Uberlândia Acontece* (Publicação Prefeitura Municipal de Uberlândia) - 2002 a 2004.
- *Jornal Correio de Uberlândia* (1940-2008). Acervo Arquivo Público de Uberlândia.
- *Caderno Especial de 70 anos Jornal Correio de Uberlândia*. 2008.
- *Jornal Fundinho Cultural* (2002-2005). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Fundinho.
- *Jornal da Gente* (Publicação Prefeitura Municipal de Uberlândia – distribuição para os servidores). 2007-2008.
- *Jornal Participação*. (Publicação Prefeitura Municipal de Uberlândia. Gestão Zaire Rezende. Mensal). 1984-1987. Acervo Arquivo Público de Uberlândia.
- *Jornal Primeira Hora* (1982-1988). Acervo Arquivo Público de Uberlândia.

LEGISLAÇÃO

- BRASIL. Lei n. 10.257. Brasília, DF, 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Publicado no Diário Oficial.
- _____. Decreto n. 3.551. Brasília, DF, 04 de agosto de 2000. “registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e regulamenta o “programa nacional do patrimônio imaterial”. Disponível: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: mai. 2008.
- _____. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- _____. Resolução CONAMA 302/02. “Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno”.
- _____. Resolução CONAMA 303/02. “Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente”.
- UBERLÂNDIA. Lei n. 1460, de 27 de fevereiro de 1967. Código de Postura de Uberlândia. Acervo Arquivo Público de Uberlândia.
- _____. Lei nº. 4230, de 05 de novembro de 1985. “Regula o Comércio Ambulante e Atividades Afins e dá outras providências”.
- _____. Lei n. 4744, de 05 de julho de 1988. Código de Postura de Uberlândia. Bem como todas as alterações posteriores. Acervo Arquivo Público de Uberlândia.
- _____. Lei Complementar nº. 245, de 30 de novembro de 2000. Dispõe sobre o parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia. Bem como todas as alterações posteriores.
- _____. Lei Complementar n. 342, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do Município, estabelece os princípios básicos e diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar n. 078, de 27 de abril de 1994 e dá outras providências, publicada no Diário Oficial do Município, n. 2541, de 23 out. 2006. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2007.
- _____. Lei n. 9.274, de 19 de julho de 2006. Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo a Cultura e revoga a lei nº 8332, de 11 de junho de 2003. Diário Oficial do Município, Uberlândia-MG, 21 jul. 2006, p. 2-3. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2007.
- _____. Lei Complementar nº. 432, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar nº 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências.

MAPAS

- Mapa I Uberlândia - Bairros Integrados
- Mapa II Localização de Uberlândia
- Mapa III Perímetro Urbano de Uberlândia com toponímia hidrográfica
- Mapa IV Projeto Parque Linear - Córrego Lagoinha
- Mapa V Uberlândia - Região Sul - Bairro Shopping Park

Mapa I, III, IV e V:

Base de Dados: Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente 2008

Atualização de Dados: julho 2009

Pesquisa e Layout: Glauber Soares de Freitas

Mapa II:

Disponibilizado no site <www.uberlandiacvb.com.br>

Sem informações complementares (base de dados e escala)

PESQUISA ELETRÔNICA

<http://ifabunmi.blogspot.com/2008/09/preceito-basta-disso-no-culto-afro.html>

<http://gaveaparadiso.com.br>

<http://megaminas.globo.com>

www.aciub.com.br

www.algar.com.br

www.assis.unesp.br

www.brasil.gov.br

www.camarauberlandia.mg.gov.br

www.casabrasil.gov.br

www.cidades.gov.br

www.circuitodotriangulo.com.br

www.cocacolauberlandia.com.br

www.correiodeuberlandia.com.br

www.cultura.gov.br

www.e.gov.br

www.funceb.org.br

www.futel.gov.br

www.iamar.org.br

www.iepha.mg.gov.br

www.ipac.iepha.mg.gov.br

www.iphan.gov.br

www.memoriaviva.com.br/cruzeiro

www.minc.gov.br

www.museudapessoa.com.br

www.pt.wikipedia.org

www.polis.org.br

www.tvbrasil.com.br

www.uberlandia.mg.gov.br

www.uberlandiacvb.com.br

PROJETOS

- HISTÓRIA, Memória e Identidades. Coord. Newton Dângelo. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de História/Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som/Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos

Estudantis, 2006. 1 CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

- PROJETO CTBC – 50 anos. *Depoimento de Virgílio Galassi e Alexandrino Garcia Neto*. Acervo Virtual do Museu da Pessoa.

Disponível em: <www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente>. Acesso em: 29 jan. 2007. O Museu da Pessoa foi fundado em São Paulo em 1991, forma um rede internacional de histórias e projetos com diferentes finalidades, mas que trazem mudanças sociais e histórias de vida no intuito de garantir a preservação dessas. Possui um acervo virtual e também disponibiliza materiais em CD-ROMs, boletins, etc. Informações retiradas do site: www.museudapessoa.com.br, acesso em: 04/09/2006.

- PROJETO DEPOIMENTOS. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Livros n. 156 e 157. Biblioteca de Apoio. Esse projeto foi realizado pelo Arquivo Público Municipal com o intuito de registrar depoimentos de determinados *perfis* de moradores da cidade de Uberlândia que se recordam de hábitos e acontecimentos que se deram ao longo da história da cidade. Realizado no início da década de 1990, esse projeto compõem hoje um conjunto de 10 entrevistas e está disponível para pesquisa e conforme informações de funcionários há a intenção de realizar uma segunda etapa do projeto.

- PROJETO Memória do Congado. Uberlândia: Bloco Axé/Petrobrás. 2003. (Produção de Catálogo, CD, VHS e Livro).

- PROJETO “Número Especial da Revista Cadernos de História”. Coord. Leandro J. Nunes e Silma do C. Nunes. Uberlândia: UFU. 1992. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História, LEAH.

- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais. *Oficina Correio Educação*. Uberlândia: PMU/SME/CEMEPE/ALGAR, 2005. Cartilhas.

RELATÓRIOS/PLANOS/AÇÕES/ATAS (Prefeitura e Câmara de Vereadores)

- ATAS da Câmara Municipal de Uberlândia. Acervo Arquivo Público de Uberlândia (1970-1990)

- CADERNO de propostas. Campanha MDU. s/data. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, folhetos.

- MINAS GERAIS. Departamento Geográfico. *Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte: Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, 1954, 25p.

- NASCIMENTO, Dorivaldo A. *O drama da favela e do favelado*. Uberlândia, 1982, mimeo. Trabalho apresentado e discutido na Câmara Municipal de Uberlândia. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU.

- PLANO Diretor de Uberlândia 1994. Acervo Arquivo Público de Uberlândia.

- PLANO Diretor de Uberlândia. 1999-2006. Disponível em:

<www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

- PRONUNCIAMENTO Virgílio Galassi. 1987 (sobre desapropriações de terras). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, folhetos.

- RELATÓRIO ICASU. Levantamento de favelas e condições de vida. Uberlândia, jun 1980. Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.
- RELATÓRIO Final da Comissão que apurou irregularidades no loteamento do Morumbi. Câmara Municipal de Uberlândia. Disponível em:
<<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br/conteudo.php?mid=0&url=lercpi&id=5>>,
Acesso em: maio 2008.
- RESUMO das Sessões da Câmara Municipal de Uberlândia. 2007-2008. Disponível em: <www.camarauberlandia.mg.gov.br>.
- REZENDE, Zaire. *Proposta para a ação do governo municipal*. Uberlândia, 1982. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Zaire Rezende.
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Administração Zaire Rezende*. Uberlândia: PMU, 1985. Cartilha. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Aberta UDI, folhetos.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Planilha de Loteamentos*. Banco de Dados Integrados da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.
- _____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Relatório de Atividades*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. 1997-1999.

REVISTAS

- ACIUB em Revista. (exemplares avulsos – década de 1970/80). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- DYSTAK'S (1986-1996). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- ELITE Magazine (1957-1959). Acervo Arquivo Público de Uberlândia
- FLASH (1987-1989). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas e no Acervo do Arquivo Público de Uberlândia, Biblioteca de Apoio.
- O CRUZEIRO. (1954-1975). Acervo Arquivo Público de Uberlândia e acervo disponível no site: <www.memoriaviva.com.br/cruzeiro>. Acesso em: mai. 2007.
- PORTIFÓLIO 65 anos. (Publicação especial ACIUB 1998). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- REVISTA Meio Ambiente. Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fev.1992. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- SILVA, Antônio P. *ACIUB em Revista*. Uberlândia: ACIUB. 1983. Edição Extra. 50 anos trabalhando com amor. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- SPARTACUS, I.; GOMES, M. E. Especial. Crise à distância. *Veja*, São Paulo, n. 1002, p. 66-72, 18 de nov.1987. Reportagem da Capa.
- TELECO. Revista Mensal do Grupo ABC (1986-1987). Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- UBERLÂNDIA Documento. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Interglobo, 1992. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Coleção Uberlândia, Revistas.
- UBERLÂNDIA Ilustrada (1958). Acervo Arquivo Público de Uberlândia.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, Mônica C.; MACHADO, Maria Clara T. *Caleidoscópio de saberes e práticas populares*. Catálogo da produção cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- ALCÂNTARA, Ana Paula (Org.). *Congos, Moçambiques e Marinheiros: olhares sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008.
- ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A.; MACIEL, Laura A. (Org.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Organizado por Heloísa Helena P. Cardoso e Maria Clara T. Machado. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-38.
- ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. Reestruturação urbana das atividades de comércio e serviços em Uberlândia – MG. VIII Encontro Interno. XII Seminário de Iniciação Científica. Uberlândia. 2008. Disponível: <<http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008/PDF/IC2008-0058.PDF>>, Acesso em: maio 2008.
- ALVES, Josefa A. *Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962)*. 2004. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.
- ANDRADE, Livia M. de; FONSECA, Maria de Lourdes. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. In: *Revista Horizonte Científico* [on-line], v. 1, n. 9, 2008, p. 20. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1251&article=400&mode=pdf>, Acesso em: fev. 2009.
- ANDRADE JÚNIOR, Guimar C. de. *Cidade e Patrimônio: o direito à memória e à cidadania cultural*. Araguari/MG – 2001. 2007. 70f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.
- ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (Obra Póstuma).
- ARANTES NETO, Antônio A. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial, 2000.
- _____. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Da Cultura*, ano IV, n. 7, p. 9-14. Disponível em: <www.funceb.org.br/revista7/04.pdf>. Acesso em: mai.2008.

- AUGUSTO, Paulo S. *Fotografia e História: leituras e releituras do espaço urbano/Uberlândia – 1940-2008*. 2009. 148f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- BARBOSA, Marta E. J. *Os famintos do Ceará*. Imprensa e fotografia, entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.
- BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e ambulantes. II Simpósio Regional de Geografia. Perspectivas para o Cerrado no século XXI. 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2003.
- BESSA, Kelly C. F. O. *A fragmentação do espaço urbano e o processo de favelização em Uberlândia*. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.
- BESSA, Kelly C. F. O.; SOARES, Beatriz R. Assentamentos Urbanos em Uberlândia: o significado de um novo espaço. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 18/19, p. 93-129, jan./dez. 1998.
- BORGES, David J. V. *As condições sócio-ambientais de áreas de preservação permanente na zona urbana de Uberlândia: aspectos paisagísticos e sociais*. 2005. 101f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais). Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.
- BOSI, Antônio de P. Conflitos sociais na constituição do espaço: São Pedro de Uberabinha na década de 1890. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 18/19, jan./dez. 1998, p. 53-72.
- BRASILEIRO, Jeremias. *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001
- _____. *Sonho através da janela*. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Poesias de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1984. Acervo Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.
- _____. *Direito de Sonhar*. Uberlândia, 1982. Acervo Biblioteca Municipal de Uberlândia.
- BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C.(Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 237-258.
- BRITO, Diogo de S.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU/Programa Municipal de Incentivo à Cultura, 2008.
- CADERNOS DE HISTÓRIA. Uberlândia, 4(4), jan. 1993. Número Especial.

- CALDEIRA, Tereza P. do R. *Cidade de Muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CALVO, Célia R. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos*. Uberlândia 1938-1990. 2001. 295f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.
- CARMO, Luís Carlos do. *“Função de Preto”*: trabalho e cultura dos trabalhadores Negros em Uberlândia/MG 1945-1960. 2000. 177f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- _____. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia/MG (1945/1960). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 24, p. 159-190, jan./jun. 2001.
- CARRIJO, Gilson G. *Fotografia e a invenção do espaço urbano*. Considerações sobre a relação entre estética e política. 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.
- CARVALHO, Maria Alice R. de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930)*. 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.
- CASTRO, Kellen C. M. *Cinema: mudança de hábito e sociabilidade no espaço urbano de Uberlândia*. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura, 1., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Anais.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES. *Cidade para todos*. n.5, ano3, 2007, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: dez. 2007.
- CORRÊA, Alexandre F. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

- CORSI, Elaine. *Patrimônio Cultural Arquitetônico e Plano Diretor em Uberlândia: uma proposta de revitalização dos distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.
- COUTO, Ana Mágnã S. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia – 1970-1999*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- _____. *Das sobras à indústria de reciclagem: a invenção do lixo na cidade. (Uberlândia-MG, 1980-2002)*. 2006. 336f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- CRUZ, Heloísa de F. *Na cidade, sobre a cidade. Cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo 1890/1915*. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- _____. *Imprensa Popular, Memória e Comemoração. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo, ANPUH-SP, 2008, 11p.
- CUNHA, Maria Clementina (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- DANTAS, Sandra M. *Veredas do Progresso em tons altissonantes – Uberlândia (1900-1950)*. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.
- DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- EAGLETON, T. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- _____. *Depois da Teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- ENTREVISTA MV Bill. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.9, p. 24, nov. 2000/fev.2001.
- FELICIO, Bruna da Cunha. *Evolução temporal da legislação ambiental e urbanística das Áreas de Preservação Permanente – APPs*.
20p. Disponível em:
<[http://www.ibdu.org.br/imagens/EVOLUcaOTEMPORALDALEGISLAcAOAMBIEN
TALEURBANISTICA.pdf](http://www.ibdu.org.br/imagens/EVOLUcaOTEMPORALDALEGISLAcAOAMBIEN
TALEURBANISTICA.pdf)>
- FENELON, Déa R. (Org.) *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

- _____. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.
- _____. *Construindo Políticas Públicas: cultura e patrimônio cultural*. Palestra proferida na Conferência Municipal de Cultura, Fortaleza/CE, 2005. Não publicado.
- FENELON, Déa R. et. al. (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- FERRETE, Jaqueline A.; LEMOS, Jureth C.; LIMA, Samuel do C. A má disposição dos resíduos sólidos e sua influência na saúde pública, Uberlândia (MG). 2003. V Encontro Nacional da ANPEGE. Florianópolis, *Anais...* 2003, p. 1473-1484. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/Lagem/anpege2003.pdf>>, Acesso em: jun. 2008.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru: EDUSC, 1998
- _____. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- _____. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004.
- FREITAS, Cláudia Maria de. *Regularização da ocupação urbana em Uberlândia: loteamento São Francisco/Joana D'Arc – uma contribuição*. 2005. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.
- FREITAS, Sheille S. de. *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade nos anos de 1970/80 – Uberlândia/MG*. 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.
- FRIEDRICH, Daniela. *O Parque Linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas*. 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séc. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- GOMIDE, Cristina H. *Antiga Vila Boa de Goiás – experiências e memórias na/da cidade patrimônio*. 2007. 192f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- GONZALEZ, Emilio. *Memórias que narram a cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu*. 2005. 205f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

- GOULART, Maurício G. *Apenas uma fotografia na parede: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG)*. 2006. 309f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- KASPER, Christian P. *Habitar a rua*. 2006. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 26-27.
- KINN, Marli G. *Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da congada de Uberlândia-MG*. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado em Ciência/Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.
- KNAUSS, Paulo (Coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.
- HOBBSAWM, Eric J. Manifesto pela renovação da História. *Le Monde Diplomatique* [online], dez. 2004, 6p. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br>>, Acesso em: jun. 2008
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 2 vol.
- LANGARO, Jiani F. *Para além de pioneiros e forasteiros*. Outras histórias do oeste do Paraná. 2005. 280f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.
- LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade*. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP; Aracaju/SE: Ed. UFS, 2007.
- LIMA, Sandra C. F. de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, a educação, a política e a história em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. 278f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- LIMA, Soene O. de. *Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia – MG. 1950-1988*. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.
- LOBO, Maurício N. *Imagens em circulação: os cartões-postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX*. 2004. 140f.

Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

- LOPES, Valéria M. Q. C. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

- LOURENÇO, Luís A. B. *Bairro Patrimônio: salgadores e moçambiqueiros*. 1986. 48f. Monografia (1º Concurso de Monografias da Secretaria Municipal de Cultura). Uberlândia: SMC, 1986.

- MACIEL, Laura A. *A Nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

- _____. *O direito ao passado: memória e cidadania*. Mesa Redonda da IX Cidade Revelada – Encontro sobre Patrimônio Cultural/I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, Itajaí/SC, 2008.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo*. Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- MEDEIROS, Euclides A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na composição da cidade – Uberlândia – 1970-2000*. 2002. f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

- MIGUEL, Maria Rosalina S. P. *O (des)fiar das memórias: sentimentos, gestos e vozes de artesãs idosas uberlandenses*. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

- MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade*. Trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

- _____. *Empobrecimento e “Inclusão Social”*: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

- _____. *Modo de vida e trabalho com carroças*. Pequeno ensaio sobre o termo “informalidade”. *Boletim do CDHIS*, Uberlândia, ano 12, n. 24, 1º sem. 1999, p. 12.

- MOREIRA, Helvécio D. *Formação e Desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*. 1991. Dissertação (Projeto de Pesquisa modalidade aperfeiçoamento CNPq). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1991.

- MOREIRA, Renata C. et al. *A atuação do planejamento ambiental nos loteamentos da cidade de Uberlândia-MG*. II Simpósio Regional de Geografia. “Perspectivas para o cerrado no século XXI”. 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

- MOURA, Gerusa Gonçalves. *Condomínios Horizontais/Loteamentos Fechados e a Vizinhança (In)desejada*. Um estudo em Uberlândia/MG. 2008. 270f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- MUNIZ, Thiago et al. Lazer e planejamento: um olhar sobre o Parque do Sabiá em Uberlândia-MG. II Simpósio Regional de Geografia. “Perspectivas para o cerrado no século XXI”. 2003. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.
- OLIVEIRA, Júlio César de. *O último trago, a última estrofe – Vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40,50,60*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PALMER, Bryan D. *E. P. Thompson objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina (Org.) *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. Cunha. São Paulo: DPH, 1992.
- PAOLI, Maria Célia; ALMEIDA, Marco A. Memória, cidadania, cultura popular. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Rio de Janeiro, n. 24, p. 185-193, 1996.
- PASSERINI, Luisa. *Memoria y Utopía*. La Primacia de la intersubjetividad. Trad. Immaculada Miñana, Josep Aguado. Valencia: Publicacions de la Universitat de Valencia; Granada: Ed. Universidad de Granada, 2006.
- PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, v.2, n.2, p. 1-24, 2006. Disponível em: <www.assis.unesp.br>. Acesso em: jan. 2007.
- PEREIRA, Mirna B. *Cultura e cidade: prática e política cultural na São Paulo do século XX*. 2005. 173f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- PERES, Maria Gisele. Para além das fronteiras: culturas e experiências de trabalhadores latino-americanos: Uberlândia, 1990/2007. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- PEREZ, Rosemeire M. da Costa. *O sem-terra urbano em Uberlândia*. O caso Lagoinha. 1990. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1990.

- PESAVENTO, Sandra J. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *Artcultura*, Uberlândia, 4(4): 23-35, jun. 2002.
- _____. Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.53, p.11-23, 2007.
- _____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.
- _____. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiânia, v.1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em:
<<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>>
- PETUBA, Rosângela M. S. *Pelo direito à cidade*. Experiência e luta de ocupantes de terra do bairro Dom Almir. Uberlândia (1990-2000). 2001. 116 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza U. *A cidade sobre os ombros*. Trabalho e conflito no Porto de Manaus. 1889-1925. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. *La orden ya fue ejecutada*. Roma, Las Fosas Ardeatinas, la memória. Trad. Roberto Raschella. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina S.A., 2004.
- _____. Tentando aprender um pouquinho. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 41-58.
- _____. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- _____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-23, fev. 1997.
- _____. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1996: 59-72.
- _____. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J.(org.) *Usos e Abusos de História Oral*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.
- _____. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Organizado por Dulce C. A. Whitaker e Thelma Maria G. Veloso. Campina Grande: EDUEP, 2005.
- RAMIRES, Júlio C. de L. *A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. 1998. 320f. Tese (Doutorado em

Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- RECHIA, Simone. *Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 2003. 189f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

- REDUCINO, Marileusa de O. *Uma praça e seu entorno: plasticidades efêmeras do urbano*. Uberlândia – século XX. Uberlândia. 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

-REIS, Maucia V. dos. *Entre viver e morar: experiências de moradores de conjuntos habitacionais*. (Uberlândia – anos 1980/1990). 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

- RIBEIRO, Luis César Q.; PECHMAN, Robert. (Org.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

- RIZZOTTO, Caroline C. *Agentes e as gentes na construção do patrimônio histórico cultural em Uberlândia – década de 1980*. 2008. 84f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008..

- RODRIGUES, Geisane M. *Viver as Transformações no Fundinho: Anseios de Preservação e Reconstrução de Memórias (1980-2006)*. 2008. 84f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

- ROLNIK, Raquel. *A cidade a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

- _____. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos A. de F. (Org.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, 1992, p. 27-29.

- _____. Mesa Redonda Preservação e Modernidade. In: CUNHA, Maria Clementina P. (Org.) *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 197-210.

- _____. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura, 1, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, 2007, p. 39-47. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU, Anais.

- _____. A Lógica da Desordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, p. 10-11, agosto 2008. Matéria da Capa

- ROSA, Ivani. *Trilhando caminhos e perseguindo sonhos: história e memórias de caminhoneiros*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi*, 8, Região. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 396-487.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Eder et al. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Patrimônio Histórico. *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992. (Livro e VHS).
- SAMUEL, Raphael. (ed.) *Historia Popular y teoría socialista*. Barcelona: Critica/Grupo Editorial Grijalbo, 1984.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- _____. Paisagens Imaginárias. Ensaio Latino-americanos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Tempo Presente*. Notas sobre a mudança de uma cultura. São Paulo: José Olympio, 2005.
- SILVA, Antônio Pereira. *As Histórias de Uberlândia*. Uberlândia: Editoração Paulo Antônio. s/d, 3 v.
- SILVA, Lúcia H. P. da. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.
- SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA JÚNIOR, Renato J. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus. Uberlândia-MG, 1960-2000*. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.
- SILVA, Luzia M. R. *Carregadores de mercadorias: memórias e lutas*. Uberlândia-MG, 1970-2000. 2003. 262f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

- SILVA, Regina Helena Alves da. Cartografias urbanas: lugares espaços e fluxos comunicativos. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2008. Salvador. *Anais...* Salvador: Faculdade de Comunicação, 2008, 18p.
- _____. Esclarecimentos sobre cultura. Entrevista realizada por Flávia Aver em 12 de maio de 2005. Disponível em: <www.manuelzao.ufmg.br/fesivelhas1/salaimprensa/lena.htm>, Acesso em: maio 2009.
- SILVA, Regina Helena Alves da; GONZAGA, Milene Migliano. Redes Culturais em Territórios Urbanos. 14p. Disponível em: <www.teia2007.com.br/plenari/download/22yh7kba7h>, Acesso em: maio 2009.
- SILVA, Regina Helena Alves da; GUIMARÃES, César G. “Você está na Favela”. In: I Seminário Latino Americano do Programa Les Mots de la Ville. 1999. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999, 12p.
- SILVA, Terezinha Elizabeth da. *Territórios da utopia/área de risco*. Política cultural: venturas e desventuras da experiência de Uberlândia (MG). 1992. 139f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1992.
- SILVA, Zélia L. da. Os Acervos Históricos: guardar para que e para quem? *Patrimônio e Memória*, v.2, n.2, p. 1-12, 2006. Disponível em: <www.assis.unesp.br>. Acesso em: jan. 2007.
- SILVEIRA, José Augusto R. da. Espaços livres públicos: formação da paisagem da cidade de João Pessoa-PB. *Conceitos*, João Pessoa, v.4, n. 5, p. 32-41, jan./jun. 2001.
- SILVEIRA, Rosana de A. de M. *Percepção do “Patrimônio” de Uberlândia: um estudo da Paisagem Viva*. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.
- SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. 1988. 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- _____. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado - Imagens e Representações no Triângulo Mineiro*. 1995. 370f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC/Hipótese, 1995.
- SOUZA, Marcus Vinícius M. de. *Cidades Médias e Novas Centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais de Uberlândia (MG)*. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

- TELES, Ângela A. *Cinema e cidade: mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-92)*. 2006. 236f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e político com o passado do exército nacional. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 277-296.
- THOMPSON, Dorothy. Marxismo e história. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 209-221, 2004.
- _____. Agendas escondidas do séc. XIX. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 225-237, 2004.
- _____. Fazendo movimentos sociais. *Cadernos AEL*, Campinas, 11(20/21): 241-257, 2004.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. De Eva Rodrigues. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijalbo, 1979.
- _____. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
- _____. *Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.
- _____. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichenberg São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- VASCONCELOS, Regina Ilka. *Narradores do Sertão. História e Cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses*. 2004. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.
- VILANOVA, Tereza Cristina F. et al. Mobilidade na área central de Uberlândia. 16º Congresso de Transporte e Trânsito. 2007. Maceió. *Anais...* Maceió: Associação Nacional de Transportes Públicos, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: 1780-1950*. 4 ed. Trad. Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny S. da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- _____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

- _____. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- _____. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)